

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH  
MESTRADO EM HISTÓRIA

**CAMINHOS CRUZADOS: TRAJETÓRIA E DESAPARECIMENTO DE QUATRO  
GUERRILHEIROS GAÚCHOS NO ARAGUAIA**

Deusa Maria de Sousa

São Leopoldo  
2006

Deusa Maria de Sousa

**CAMINHOS CRUZADOS: TRAJETÓRIA E DESAPARECIMENTO DE QUATRO  
GUERRILHEIROS GAÚCHOS NO ARAGUAIA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-graduação em História  
da Universidade do Vale do Rio dos  
Sinos, como parte dos requisitos  
necessários à obtenção do grau de  
Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Werner Altmann

São Leopoldo  
2006

SOUSA, Deusa Maria de.  
Caminhos cruzados: trajetória e  
desaparecimento de quatro guerrilheiros  
gaúchos no Araguaia. São Leopoldo, 2006.

Dissertação de Mestrado – Universidade do  
Vale do Rio dos Sinos, 2006.

*Não conheces o decreto de Creonte sobre nossos irmãos?  
A um glorifica, a outro cobre de infâmia.  
A Etéocles – dizem – determinou dar,  
baseado no direito e na lei, sepultura  
digna de quem desce ao mundo dos mortos.  
Mas quanto ao corpo de Polinice, infaustamente morto,  
ordenou aos cidadãos, comenta-se,  
que ninguém o guardasse em cova nem o pranteasse,  
abandonado sem lágrimas, sem exéquias,  
doce tesouro de aves que o espreitam famintas.*

*(Diálogo entre Antígona e Ismene – Antígona - Sófocles)*

*Para minha mãe, pela sabedoria em vislumbrar humanidade e  
compaixão em situações difíceis. Para Anna Kareny, minha  
“sobrinha”, com ternura e amor.*

*Para Maria Helena M. Bronca e Lino Brum Filho,  
pelos longos anos de resignação e sofrimento, pelo privilégio de  
permitir-me adentrar no mundo das lembranças “eternas”  
dos seus entes queridos.*

*Para Zezinho do Araguaia e Neusa Lins, pela capacidade de  
sobrevivência à “guerra” que o Brasil pouco conhece e por sua luta  
para que as pessoas não a esqueçam.*

## **Agradecimento**

*Ao Fábio J. Wasem, pelo imprescindível apoio, compreensão e paciência durante a produção deste trabalho. Ao meu orientador, Prof. Dr. Werner Altmann, por ter me dado “a mão” no mar à deriva no qual estive imersa e pelo exemplo de retidão e perseverança.*

*Ao professor Romualdo Pessoa Campos Filho, pelo apoio material, atenção e discussão necessários para a construção da perspectiva desta análise.*

*À professora Ieda Gutfreind, pela sensibilidade e ternura em abordar com primazia questões da memória*

*Às professoras Eloísa Capovilla L. Ramos e Sirlei Teresinha Gedoz, por acreditarem, antes de mim, na minha capacidade como pesquisadora e pelo apoio permanente.*

*A Cláudio Pereira Elmir, pela atenção e sugestões bibliográficas. Aos jornalistas Osvaldo Bertolino, Eumano Silva, Myriam Luiz Alves e Taís Moraes, pelo apoio material, pelo tempo que me dispensaram para informações e pelas sugestões.*

*Aos familiares dos desaparecidos políticos, pela concessão do compartilhamento das suas vidas privadas e pela confiança depositada para que eu pudesse carregar o peso e a responsabilidade que isso representa.*

*A todos os depoentes, especialmente José Ouriques Freitas, Vilson Pinto, Gregório Mendonça, Hélio Ramires Garcia, Antonia Mara Loguércio e Carmem Lopes, pela gentileza e paciência, pela lição de abnegação e combatividade em nome de suas ideologias.*

*Aos amigos: Eduardo Chaves, Núria Barbosa, Andréas Schenkel, Maria Odete e José Cupertino Colling, Lisandra Muller, Gabriela Benke, Ângel, Jair Krichke, Hilário Dick e particularmente, a Joilson pelo imprescindível apoio, verdadeiros amigos, nos bons e difíceis momentos e a todos os outros que, mesmo distantes, também o foram.*

*Aos funcionários dos Acervos da Luta contra a Ditadura e do Colégio Parobé, pela dedicação e atenção a mim dispensadas.*

## RESUMO

Durante o regime ditatorial no Brasil, entre os anos 1972 a 1975, a região do Araguaia, no Bico-do-Papagaio, situada entre os estados do Tocantins, Pará e Maranhão, serviu de cenário para o maior conflito armado de que se tem notícia: a Guerrilha do Araguaia. Este movimento foi orientado e dirigido pelo PC do B - Partido Comunista do Brasil – com inspiração no modelo de guerra popular prolongada chinesa. Pouco mais de meia centena de guerrilheiros comunistas de diversas partes do país e alguns moradores da região resistiram, durante quase três anos, a um desigual contingente de militares brasileiros treinados para aniquilar e extinguir todas as formas de resistência, e sobrevivência, apresentadas pelos guerrilheiros, sobretudo, no período final dos combates. Deste episódio, resultou quase a metade dos desaparecidos políticos brasileiros. O presente estudo faz uma abordagem da trajetória e desaparecimento de quatro guerrilheiros gaúchos que combateram no Araguaia. Discute também, com base em depoimentos, acervos de parentes e outras fontes, a angústia dos seus familiares provocados por sua ausência.

**Palavras-chave:** Partido Comunista do Brasil – Ditadura Militar – Guerrilha do Araguaia – guerrilheiros gaúchos – familiares dos desaparecidos.

## RESUMEN

Durante el régimen dictatorial en el Brasil, entre los años 1972 y 1975, la región del Araguaia, en el Bico-do-Papagaio, situada entre los estados de Tocantins, Pará, y Maranhão, sirvió de escenario para el mayor conflicto armado del que se tiene noticia: la Guerrilla del Araguaia. Este movimiento fue orientado y dirigido por el PC do B -Partido Comunista del Brasil- inspirado en el modelo de guerra popular prolongada china. Poco más de medio centenar de guerrilleros comunistas de diversas partes del país y algunos habitantes de la región resistieron durante casi tres años frente a un desigual contingente de militares brasileños entrenados para aniquilar y extinguir todas las formas de resistencia y supervivencia presentadas por los guerrilleros, sobretodo en el período final de los combates. De este período resultó casi la mitad de los desaparecidos políticos brasileños. El presente estudio aborda la trayectoria y desaparecimiento de cuatro guerrilleros "gaúchos" que combatieron en el Araguaia. Discute también, con base en testimonios, acervos de parientes y otras fuentes, la angustia de sus familiares provocada por su ausencia.

**Palabras-llave:** Partido Comunista do Brasil – Dictadura Militar – Guerrilla del Araguaia – guerrilleros gaúchos – familiares de los desaparecidos.

## SUMÁRIO

### **CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....18**

### **CAPÍTULO 1: PC do B - SOB O SIGNO DA LUTA ARMADA**

1.1 A GUERRILHA DO ARAGUAIA – o contexto político em que surgiu o PC do B e a concepção da Guerra Popular Prolongada.....	32
1.2 A preparação para a Guerra popular prolongada: o PC do B e a AP a caminho da China Comunista e o maoísmo como exemplo.....	41
1.3 O Partido Comunista do Brasil – nascimento e cisão interna.....	46
1.4 O impacto do XX Congresso do PCUS no PC do Brasil e a “opção” pelo maoísmo.....	53

### **CAPÍTULO 2: QUATRO CAMINHOS, UM MESMO SONHO: A REVOLUÇÃO**

2.1. A conexão PORTO ALEGRE-SÃO PAULO-ARAGUAIA - Paulo Mendes Rodrigues, José Huberto Bronca, João Carlos Haas Sobrinho e Cilon Cunha Brum: a trajetória dos quatro comunistas gaúchos Araguaia.....	61
2. 2. Cartas às famílias.....	66
2.3. A Comunicação na Guerrilha do Araguaia: as cartas.....	68
2.4. Paulo Mendes Rodrigues: o economista que virou “fazendeiro” e “médico” no Araguaia.....	72
2.5. O guerrilheiro gaúcho “sem rosto” e “sem rastro”.....	73
2.6. O “Dr. Paulo” chega à região do Araguaia.....	83
2.7. José Huberto Bronca: o menino que amava o ar e água.....	88
2.8. O líder operário Bronca.....	93
2.9. Cuba e China: duas concepções de luta armada.....	109
2.10. A vida clandestina no Rio de Janeiro e São Paulo.....	115
2.11. “Fogoió” ou “Zequinha” chega à região do Araguaia.....	117

2.11. João Carlos Haas Sobrinho – de coroinha a líder estudantil.....	120
2.12. Do Golpe à clandestinidade.....	127
2.13. O médico a caminho da Chinacon.....	130
2.14. Dr. João Carlos chega a Porto Franco: nasce o mito <i>esculápio</i> .....	134
2.15. O assalto ao Banco Tozan em junho de 1969: um “equívoco”?.....	139
2.16. <i>Juca</i> chega à região do Araguaia.....	147
2.18. Cilon Cunha Brum: o menino de São Sepé.....	149
2.19. Cartas às famílias.....	154
2. 20. A ausência de informação e a contra-informação .....	158

### **CAPÍTULO 3: HAAS, PAULO, BRONCA, CILON E OUTROS - A “SINA” DA MORTE LONGE DE CASA**

3.1 Morte, prisão, tortura e execução no Araguaia.....	160
3.2 Os combates e as mortes .....	164
3.3.1 As três campanhas de cerco e aniquilamento: a morte como sentença final.....	167
3.3.2 A primeira campanha .....	168
3.3.3 A segunda campanha .....	171
3.3.4 A terceira campanha.....	174
3.3.5 Cerco e aniquilamento: mortes e/ou execuções?.....	177
3.6 A voz dos relatórios secretos diante da voz dos moradores da região: os combates.....	181
3.7. João Carlos Haas Sobrinho (Juca) – (MAR).....	182
3.8.Cilon Cunha Brum / Simão / Comprido – 27/fev/74 (Mar).....	187
3.9. José Huberto Bronca / Fogoió – 13/março/74 (Mar).....	189

3.10 Paulo Mendes Rodrigues/ Paulo – sem data de morte nos relatórios das Forças Armadas.....	193
3.11 A Caravana dos familiares (1980).....	199
3.12 A sentença judicial de 30 de junho de 2003.....	201
3.13 A imprensa e a Guerrilha.....	207

## **CAPÍTULO 4: A GUERRA SILENCIADA *VERSUS* VOZ DAS CARTAS**

4.1. O silêncio após a guerra.....	212
4.2 A peregrinação da família Bronca em busca do “Zé” .....	214
4.3 A rede de informações entre os familiares do Araguaia.....	220
4.4. D. Ermelinda, D. Cyrene, D. Helena: três mães, um só objetivo.....	230
4.5 Criméia, D. Helena, Elza e outros - o compartilhamento da esperança por meio das organizações políticas: o GTNM/SP – Grupo Tortura Nunca Mais de São Paulo - e o PC do B.....	247
4.6 D. Helena Santos: companheira de luta na angústia e na esperança.....	252
4.7 A perseverança substitui a angústia.....	252
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>265</b>
<b>ACERVOS PESQUISADOS.....</b>	<b>277</b>
<b>BIBLIOGRAFIA CONSULTADA .....</b>	<b>278</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>283</b>

## PRINCIPAIS ENTREVISTADOS

- **Maria Helena Mazzaferro Bronca:** irmã de José Huberto Bronca, 68 anos, médica. Participou, desde o princípio, com a mãe, Ermelinda Mazzaferro Bronca, nas reuniões do grupo Tortura Nunca Mais/RJ, na busca por notícias que as levassem ao paradeiro do irmão. Viu o irmão pela última vez em 1966. Mora em Porto Alegre.
- **Lino Brum Filho:** irmão de Cilon Cunha Brum, jornalista aposentado e pecuarista. Conviveu com Cilon em Porto Alegre até o mesmo seguir para São Paulo. Atuou como representante da família nos grupos de defesa dos Direitos Humanos, desde o desaparecimento de Cilon. Viu o irmão pela última vez em 1971. Mora entre Porto Alegre e São Sepé.
- **Liniane Haag Brum:** filha primogênita de Lino Brum, produtora. Formada em Publicidade pela PUCRS, iniciou sua carreira no Rio Grande do Sul. Atualmente se dedica ao ramo de cinema e vídeo e desenvolve o projeto *In Memoriam*, documentário que visa a discutir a trajetória de Cilon Cunha Brum e a angústia de seus familiares. Mora em São Paulo, desde 1995, ano em que teve contato com outros familiares de desaparecidos políticos no Araguaia.
- **Sônia Haas:** irmã caçula de João Carlos Haas Sobrinho, professora universitária. É representante da família desde 1980. Atualmente produz o livro *Berlinda da lua cheia*, que visa a discutir a trajetória e sonhos do médico gaúcho que desapareceu no Araguaia. Mora no interior da Bahia, na Ilha de Itaparica.
- **D.C.M:** pessoa próxima à família de Paulo Mendes Rodrigues que prefere manter o anonimato. Viu Paulo Mendes pela última vez em 1969. Mora na região metropolitana de Porto Alegre

- **José Ouriques Freitas:** Conheceu José Huberto Bronca, Paulo Mendes Rodrigues e João Carlos Haas, 63 anos, funcionário público, ex-militante da JUC e da AP. Atualmente é presidente do Diretório Municipal do PC do B de Cachoeirinha. Viu Bronca pela última vez em 1965. Mora em Cachoeirinha/RS.
- **Vilson Ferreira Pinto:** 73 anos, metalúrgico aposentado. Trabalhou no mesmo setor que José Bronca, na Indústria Micheletto,. Foi militante do PC do B durante os anos de 1960. Viu Bronca pela última vez em 1964. Mora em Porto Alegre/RS.
- **Antonia Mara Loguércio:** conheceu João Carlos Haas na militância estudantil na UFGRS, juíza do trabalho, ex-militante da AP e do PC do B. Viu-o pela última vez em 1964. Mora em Porto Alegre/RS.
- **Carmem Lopes:** advogada e assessora parlamentar. É ex-militante da AP e atualmente é militante do PC do B. Vivia em São Paulo quando morou com militantes que foram para o Araguaia. Viu Cilon Cunha Brum pela última vez no início do ano de 1971. Mora em Porto Alegre/RS.
- **Hélio Ramires Garcia:** comerciante e prestador de serviços, 61 anos, militante do PC do B desde 1960. Viajou para China em 1965 para fazer estudo teórico e treinamento militar. Nesta ocasião, conheceu José Huberto Bronca. Viu-o pela última vez em 1966, durante a realização da VI Conferência do PC do B em São Paulo. Mora em Colatina/ES.
- **Michéas Gomes de Almeida ou Zezinho do Araguaia:** aposentado, 74 anos. Foi guerrilheiro no Araguaia e na fase de preparação, no estudo teórico e militar na China, em 1966, conheceu João Carlos Haas Sobrinho. Posteriormente, na Guerrilha, conheceu Paulo Mendes Rodrigues , Cilon Cunha Brum e José Huberto Bronca. Perdeu contato com os três últimos desde sua saída, com Ângelo Arroyo, no final de 1974.

- **Gregório Mendonça:** motorista aposentado, 59 anos, foi militante do PC do B de 1960 até 1964. Neste período, conheceu e conviveu com Paulo Mendes Rodrigues, José Huberto Bronca e João Carlos Haas. Desde 1964, não os viu mais.
- **Valter Pontes Brum, o Cid:** funcionário público aposentado, primo de Cilon Cunha Brum. Morou em uma república com Cilon e o irmão Lino, em Porto Alegre durante os anos 1960. Viu-o pela última vez, em 1971.
- **Vitória Lavínia Grabois:** filha de Maurício e Alzira Grabois, irmã de André Grabois, o Zeca, e esposa de Gilberto Maria Olímpio, o Vitor. Durante a Guerrilha, ajudava o pai na distribuição e postagem de cartas para os familiares dos guerrilheiros. Tem um filho de Gilberto Olímpio. Atualmente é militante em defesa dos direitos da mulher.
- **Luzia Reis Ribeiro – Lucia ou Baianinha:** bancária aposentada, presa em junho de 1972, logo no início da primeira campanha das Forças Armadas contra os guerrilheiros. Foi a primeira mulher da Guerrilha a cair nas mãos da repressão. Na região do Araguaia, conheceu muito dos guerrilheiros que desapareceram durante o conflito, entre os quais, Paulo Mendes Rodrigues e João Carlos Haas Sobrinho.

## LISTA DE SIGLAS UTILIZADAS

**ABI** – Associação Brasileira de Imprensa

**AGU** – Advocacia Geral da União

**AI-5** – Ato Institucional N. 5

**ALN** – Ação Libertadora Nacional

**ANL** – Ação Nacional Libertadora

**ARENA** – Aliança Renovadora Nacional

**AP** – Ação Popular

**BIS** – Brigada de Infantaria da Selva

**CBA** – Comissão Brasileira de Anistia

**CC** – Comitê Central

**CDH** – Comissão de Direitos Humanos

**CIA** – Central Intelligence Agency

**CIE** – Centro de Informações do Exército

**CM** – Comissão Militar

**CNBB** – Comissão Nacional dos Bispos de Brasília

**CP** – Correio do Povo

**CORECON /RS** – Conselho Regional de Economia do Rio Grande do Sul

**DIDH** – Direito Internacional dos Direitos Humanos

**DIH** – Direito Internacional Humanitário

**DNER** – Departamento Nacional de Estradas e Rodagem

**DOPS** – Delegacia de Ordem e Policia Social.

**EMB** – Ermelinda Mazzaferro Bronca

**FEURGS** - Federação dos Estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

**FA** – Forças Armadas

**FT** – Folha da Tarde

**FUNAI** – Fundação Nacional do Índio

**GA** – Guerrilha do Araguaia

**GO** – Goiás

**GTNMRJ** – Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro

**GTNMSP** – Grupo Tortura Nunca Mais de São Paulo  
**INCRA** – Instituto Nacional Colonização e Reforma Agrária  
**JB** – Jornal do Brasil  
**JOC** – Juventude Operária Católica  
**JUC** – Juventude Universitária Católica  
**MA** – Maranhão  
**MDB** – Movimento Democrático Brasileiro  
**MJDH/RS** – Movimento de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul  
**MR-26** Movimento Revolucionário 26 de março  
**MOLIPO** – Movimento de Libertação Popular  
**OAB** Ordem dos Advogados do Brasil  
**OLAS** - Organização Latino-americana de Solidariedade  
**ONU** - Organização das Nações Unidas  
**PA** – Pará  
**PCB** – Partido Comunista do Brasil (até 1962) e Partido Comunista Brasileiro  
**PC do B** – Partido Comunista do Brasil  
**PCUS** – Partido Comunista da União Soviética  
**PCCH** – Partido Comunista da China  
**PDS** – Partido Democrático Social  
**PMDB** – Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
**PR** - Paraná  
**PUCSP** – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
**SCI** – Serviço de Centralização de Informações  
**SESME** – Serviço Social de Menores  
**SESC** - Serviço Social do Comércio  
**SNI** - Serviço Nacional de Informações  
**SSP/RS** - Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul  
**TO** – Tocantins  
**T RF** – Tribunal Regional Federal  
**UBES** – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas  
**UFG** – Universidade Federal de Goiás  
**UFRGS** – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

**UFSM** – Universidade Federal de Santa Maria

**ULDP** – União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo

**UNE** – União Nacional dos Estudantes

**URSS** – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

**USP** – Universidade de São Paulo

**VPR** – Vanguarda Popular Revolucionária

**IC** – Internacional Comunista

**ZH** – Zero Hora

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

"De fato, a verdade da história provém da interface entre os componentes do passado, tal como ele nos chega através de seus vestígios documentais, e o espírito do historiador que o reconstrói, buscando conferir-lhe inteligibilidade. Há, pois, necessariamente, correlação e reciprocidade entre o sujeito e o objeto. (...)"<sup>1</sup>

"Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, "tal como foi", e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas idéias, nossos juízos de realidade e de valor. (...)"<sup>2</sup>

"As fronteiras desses silêncios e 'não-ditos' com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento. Essa tipologia de discursos, de silêncio, e também de alusões e metáforas, é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos."<sup>3</sup>

A proposta desta pesquisa, apresentada como dissertação de conclusão do curso de Mestrado no Programa de Pós Graduação em História (PPGH) da Universidade do Vale do Rio Sinos – UNISINOS - tem como objetivo central trabalhar as trajetórias políticas dos quatro guerrilheiros gaúchos do Araguaia, inseridos no contexto histórico e político das organizações políticas de esquerda brasileiras, especialmente o Partido Comunista do Brasil, antes do Golpe de 1964 e durante a vigência do regime militar. Há, todavia uma discussão sobre a

<sup>1</sup> BÉDARIDA, François. *Tempo presente e presença da história*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos & Abusos da História Oral*. 5 ed. São Paulo: Ed. FGV, 2002. Pág. 222.

<sup>2</sup> BOSI, ECLÉIA. *Memória e Sociedade. Lembranças de Velhos*. Cia das Letras, 1994. Pág. 55.

<sup>3</sup> POLLAK, MICHAEL. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989. Pág. 6.

angústia vivida por seus familiares, provocada pela impossibilidade de encontrar ao menos seus restos mortais. Foi realizada uma análise das transformações político-ideológicas que acometeram o Partido Comunista do Brasil, o PCB, que culminaram com a ruptura que deu origem ao PC do B em 1962, e sua concepção de modelo político para a luta armada, de inspiração maoísta, que foi empreendida na região do Araguaia. São estudados também os discursos divergentes por meio do embate político-ideológico dentro do Partido Comunista, dando ênfase para a mesma situação vivenciada pelos comunistas do Rio Grande do Sul, sobretudo de Porto de Alegre, no período em que viveram e/ou militaram os comunistas gaúchos que combateram no Araguaia.

O objeto desta pesquisa é, dentro do tema do Araguaia, a trajetória dos quatro cidadãos gaúchos – Paulo Mendes Rodrigues, economista; José Huberto Bronca, mecânico de aeronaves; João Carlos Haas, médico; e Cilon Cunha Brum, universitário e líder estudantil – transformados em inimigos do Estado, do regime ditatorial daquele período, *terroristas, assaltantes de banco* e subversivos de alta periculosidade. Segundo a lógica dos governantes, eles mereciam o aprisionamento, a tortura, a execução sumária e a ocultação de seus cadáveres. Houve a deliberação do Estado para a aniquilação física dos guerrilheiros e também para que todos os vestígios sobre o episódio do Araguaia fossem destruídos. Durante os primeiros anos, após o desaparecimento dos militantes comunistas que combateram no Araguaia, as principais memórias guardadas por seus familiares foram cartas, bilhetes e a promessa de que voltariam de uma guerra desigual, mas que triunfariam. As cartas rarearam até cessarem completamente, período que coincidiu com a clandestinidade e com o início da

primeira, das três, ofensiva que culminou com o aniquilamento da grande maioria dos militantes comunistas que combateram nas selvas do Araguaia.

A angústia e o sofrimento em que viveram os familiares dos desaparecidos na permanente busca pela elucidação dos fatos que envolvem seus “desaparecimentos”, e/ou mortes, ganharam espaço significativo para a construção das trajetórias dos quatro personagens que tiveram suas vidas marcadas no mesmo ponto, no mesmo caminho: a clandestinidade e a sentença da morte no Araguaia.

### **A aproximação com o tema e o objeto**

A aproximação com o tema central desta dissertação – o Araguaia – e meu especial interesse pela questão da dor e do sofrimento dos familiares dos desaparecidos políticos iniciou-se – ainda que só agora possa constatar – durante minha adolescência. Durante os anos 1970 – na década em que nasci – foram aniquilados praticamente todos os combatentes na Guerrilha do Araguaia. Eu cresci sob uma educação conservadora resultante do embrutecimento da política de cegueira que se instalou no país durante a Ditadura Militar, sobretudo nos estados mais pobres do país, como o Piauí, e sua tradição de políticos mandonistas.

Vivi numa família que tinha, do lado materno, um apreço pelo MDB e do lado paterno, pela Arena. Ouvia sempre as discussões que meu pai e minha mãe tinham a respeito de partidos e dos políticos da região. Não compreendia bem,

mas, desde muito cedo, talvez com 8 anos, percebi que a posição política assumida por meu pai era mais conservadora e atrasada do que a de minha mãe. Os candidatos da Arena, geralmente, eram derrotados pelos do MDB nas disputas municipais. Cresci em meio a oito irmãos, sabendo o valor da política e a “importância” do voto. Depois da prematura morte de meu pai - em 1982, quando eu tinha menos de 10 anos de idade -, em minha casa, as disputas pela escolhas das candidaturas perderam espaço. Todavia, pelas dificuldades atravessadas pela minha mãe, para criar os filhos nos primeiros anos após o falecimento de meu pai, minha família nunca conseguiu se desvincilar dos laços que nos prendiam à Arena, encetados por meu pai. Um dia, na costumeira missa de domingo, minha mãe conversava com uma tia sobre um “comunista” da cidade, filho de uma família influente que tinha retornado do estrangeiro. Perguntei, interrompendo a conversa dos adultos – o que não era permitido a uma criança, à época, sob nenhuma hipótese – o que era comunista. A resposta veio cifrada como algo que soava entre o banditismo e a subversão. Algo horripilante para se falar, ainda mais em voz alta e, principalmente, na Igreja. Fui repreendida e aconselhada a nunca mais perguntar sobre “aqueles coisas”. Desse modo foi minha apresentação ao comunismo e a alguém que se dizia comunista. Nunca me esqueci daquele dia. Tempos depois, em 1985, quando eu tinha 13 anos, pela iniciativa que tinha em me indignar diante do autoritarismo da direção da Escola na qual eu estudava, fui chamada pela inspetora de “comunista”, todos riram de mim, mas eu gostei! Eu não sabia o que era o comunismo, mas entendi na prática que era a oposição contra as arbitrariedades. Naquela época, meu irmão mais velho, sem o conhecimento de minha mãe, participava de um “curso de formação política” com

alguns outros amigos que haviam recém-ingressado nas universidades e se deparavam com as primeiras aulas de filosofia política. Lembro-me das leituras básicas que eles faziam de Georges Politzer, e também comecei a me interessar. Como uma criança que quer conhecer cada brinquedo que existe no mundo, eu folheava, às escondidas, os livretos que ele trazia para casa. Lia, mas nada entendia. Um dia, acho que 1987, ele trouxe para casa um livro de Jacob Gorender<sup>4</sup> – *Combate nas trevas*, com figuras de pessoas mortas e desaparecidas. Aquele foi o primeiro livro que entendi, pois as figuras aguçaram minha curiosidade para compreender o que, de fato, eram os comunistas e o que havia acontecido com muitos deles a partir de um período que minha mãe chamou de “Revolução”. Eu fiquei fascinada pelo livro. Naquela época, só havia uma livraria em minha cidade. Lá havia um exemplar deste livro. Eu ia lá, quando voltava da escola, todos os dias e ficava olhando pela vidraça o livro. Eu queria entender por que os mataram. Por quê? Essa era a pergunta que não me deixou em paz, durante muitos meses. Ninguém, que eu conhecia, se dispôs a responder-me.

Algum tempo depois eu, por conta da minha curiosidade, fui presenteada por uma amiga da escola com o livro *Olga*, de Fernando Morais. Eu li esse livro ligeiramente e me encantei pela luta comunista e pela história de paixão e dor de Olga Benário e Luiz Carlos Prestes. Depois disso, acho, que nunca mais fui a mesma adolescente. Apaixonei-me intensamente, antes dos 15 anos, pelo gênero biográfico. Fiz, na mesma semana, minha carteira de usuária para a única biblioteca que emprestava livros da cidade, a do Sesc. Lá, quando falei para a

---

<sup>4</sup> Gorender, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1987.

bibliotecária sobre as minhas preferências, ela me apresentou ao *O Diário de Anne Frank*. Aquele livro marcou intensamente minha adolescência. Enquanto todas as minhas amigas disputavam os exemplares de *Poliana moça*, eu me debruçava na angústia do porão no qual viveu Anne Frank. Foi um período da descoberta da história mundial pela história de personagens que pagaram com a vida as loucuras e insanidades de uma época. Com esta “bagagem cultural”, eu pude, enfim, ler e entender a obra de Jacob Gorender. Foi fascinante o mundo que a literatura pôde me apresentar. Por meio dos três livros acima citados, conheci uma breve, mas rica história da perseguição aos judeus na Europa e no Brasil. Fui além. Entendi, através do referido livro de Gorender os “males” que as moças e os rapazes comunistas queriam para o Brasil. Comoveu-me romanticamente – como ainda comove muitas pessoas – como os homens do regime militar no Brasil, assim como os nazistas da Europa, tiveram coragem de matar pessoas tão jovens, belas e promissoras? Como isso aconteceu e ninguém impediu? Descobri, depois, que o obscurantismo e o pacifismo que acometia minha cidade, não era um reflexo da realidade do que ocorria em várias partes do país.

A questão do Araguaia apareceu-me no mesmo momento em que se iniciou minha militância no movimento estudantil. Morei, até vir para o Rio Grande do Sul em 1998, no interior do Piauí, na cidade de Floriano, e lá quase não se comenta, ainda hoje, sobre os grandes problemas nacionais. Lá, vivi uma infância e uma adolescência inquietante diante das coisas que não conseguia entender. Fui, aos poucos, do meu jeito, da maneira mais dura que se possa imaginar, aprendendo a entender a diferença do mundo visível que separa os ricos dos pobres. Embora eu tenha conseguido perceber e distinguir certas coisas, nunca me conformei com a

passividade e a ignorância que se operava em grande parte das pessoas com as quais convivi. No movimento estudantil, em 1988, aos 16 anos, fui apresentado ao centro político de meu estado, a capital Teresina, e às questões de cunho nacional que fervilhavam na política estudantil. Lá, nas passeatas iniciais de apoio às primeiras iniciativas da Constituinte, e no ano seguinte, para a pré-campanha para votar para presidente. Eu ouvi, do meio da juventude teresinense do Partido, um grito de palavra de ordem, que se tornou hino no movimento estudantil: “*Tarda, tarda, tarda mais não falha. Aqui está presente a juventude do Araguaia.*” Perguntei para várias pessoas que estavam presentes o que significava aquilo. Embora tentassem me explicar, eu não compreendi.

Tempos depois, quando me filiei a UJS/PI – União da Juventude Socialista do Piauí - participei de cursos de formação política, em que, meio ligeiramente, a questão do Araguaia foi abordada e pude entender, ainda que de maneira generalizada, o que significou o episódio que ficou conhecido como Guerrilha do Araguaia. Em seguida, quando me filiei ao PC do B, em 1990, percebi - como ainda mantenho a mesma opinião – que a questão do Araguaia não era um assunto bem resolvido e as pessoas – dirigentes – que procurei para dialogar sobre este tema sempre me “explicavam” rapidamente o tema e me convidavam a ler e entender outras discussões da *ordem do dia*. Foi assim, sem alguém que me fizesse entender de forma mais acurada a questão do Araguaia, que passei a persegui-la. Comecei, por iniciativa própria, a ler todos os impressos que discorriam sobre o tema. Assim, ainda durante o ano de 1990, comprei o exemplar da primeira edição da revista *Araguaia: relato de um guerrilheiro*, do guerrilheiro sobrevivente Glênio Sá. Aquela foi uma leitura comovente e tocante para mim. O

artigo ganhou minha admiração por primar pela emoção e crueza dos detalhes. A partir daí, tornei-me uma leitora assídua do tema.

Em 1990, já imbuída do sentimento de admiração pelo episódio do Araguaia e seus mártires, tornei-me, sem querer, vendedora de livros e revistas do Partido. Tinha 17 anos, conhecia pouca gente que se interessava por livros daquele tipo, mas era muito experta e destaquei-me nas vendas. De presente, ganhei do responsável do Partido, vários livros que, por não terem sido vendidos, restaram como pagamento daquele montante. Encantei-me com dois, ambos romances de origem estrangeira, especificamente: o primeiro: *Reportagem sob a força*, do tchecoslovaco Julius Fucik, da editora Avante, do Partido Comunista Português, e o segundo intitulado *A mãe*, do russo Máximo Gorki.

O primeiro, a exemplo do *Diário de Anne Frank*, é resultado dos manuscritos que o comunista Julius Fucik escreveu na prisão dos nazistas de Hitler, em 1942, trazidos a público pela heróica luta de sua companheira e camarada, Gusta Fucikova. Tendo obtido, postumamente, o Prêmio Internacional da Paz, em 1950, pelo Conselho Mundial da Paz. A reportagem de Fucik é, na verdade, uma grande demonstração de perseverança e amor à luta que o ele empreendeu até a morte.

O segundo e tocante livro de origem russa, *A mãe*, de autoria de Alexei Maximovithi Pechkov – pseudônimo de Gorki, que significa “amargo” em russo – retrata a história de uma velha e simples mulher do povo, Pelágia Vlassova, que, na dura e difícil batalha pela sobrevivência, toma, aos poucos, consciência do ideal revolucionário que anima a vida e a luta de seu filho Paulo. É uma narrativa-

síntese da penosa trajetória dos revolucionários russos, como a da família de Lênin, que foram deportados de seu país pelas ações políticas contra o regime czarista. A partir de então, foi ela, *Pelágia*, quem assumiu a luta e o ideal do filho deportado.

Quando busquei fazer esse levantamento das obras literárias que marcaram minha vida desde a adolescência, procurei encontrar as razões que me levaram, no tema do Araguaia, a optar pela trajetória de vida dos quatro gaúchos do Araguaia e pelas angústias desmedidas em que viveram seus familiares desde o período dos seus desaparecimentos. Acho que estes livros, cada um à sua maneira, me deram a dimensão do sofrimento e da condição humana muito antes do meu entendimento sobre a concepção da expressão Direitos Humanos. Eu comprehendi, no sofrimento verídico de *Anne Frank, Olga, Glênio Sá e Julius Fucik*, o que é ser combatido por forças desiguais e o que significa verdadeiramente a honra de se lutar até o fim. Consigo ainda sentir o sofrimento, em meu jovem coração e a dor que me causou ler as palavras da menina Frank e a lucidez dramática da morte anunciada de Fucik. Eu entendi, aos poucos que a história da humanidade caminhava por caminhos tortuosos e desumanos e que, mais ainda, a história do Brasil se assemelhava a esta realidade.

Meu interesse pela história do Brasil e seus conflitos armados me impulsionaram a querer entender a história do Partido Comunista e a questão do Araguaia. Por ironia, só pude me reencontrar mais profundamente com o segundo tema, após chegar ao Rio Grande do Sul. Aqui, ao contrário do Piauí, senti a vivacidade e o grande interesse e a atenção merecida que os temas relacionados

aos Direitos Humanos vêm recebendo na mídia local nos últimos tempos. Talvez por estas e outras razões é que eu - nascida numa cidade às margens do Rio Parnaíba que banha também o Maranhão de João Carlos Haas - senti-me convocada a buscar compreender e pesquisar a complexidade do conflito e a militância política dos quatro filhos deste solo gaúcho que desapareceram no Araguaia. Acho que reside aí uma questão de identidade.

Houve a permanente inquietação em descobrir quais as razões, além da político-partidária, que impulsionaram os quatro gaúchos para a luta Armada. Quem foram estes cidadãos como pessoas comuns no convívio familiar e social? Quais as lembranças deixadas, e guardadas, pelas pessoas que os tinham fora do convívio partidário? Foi apenas vontade de empreender a luta armada que os impulsionaram a ir para o Araguaia ou havia a impossibilidade de permanecerem nas grandes cidades? Todos estes questionamentos fizeram com que esta pesquisa trilhasse o caminho da busca pelas histórias de vidas, pelas histórias do cotidiano - das pessoas comuns - como eles foram, para entender o universo de conflito e sentimentos de perdas em que eles estão mergulhados atualmente, sem perder de vista, o contexto social e político em que vivia o Brasil, e o mundo, naquele momento. Desse modo, os quatro gaúchos foram, assim como os demais que lá estiveram homens e mulheres, resultantes daquele determinado período histórico em que viveu o país, com influências internas e externas políticas e culturais daquele momento.

### **Apreciação a cerca das fontes**

Com a deflagração do Golpe, sobretudo após o AI-5, em 1968, muitos militantes comunistas entraram para a lista de inimigos do Estado opressor que se instalou no Brasil naquele período. O Partido Comunista do Brasil (PC do B) através de uma discussão que resultou na cisão do Comitê Central e que deu origem ao processo de reorganização em 1962, já amadurecia a concepção da luta armada como caminho para a Revolução. Todavia, esta concepção vislumbrava-se num conceito diferenciado das demais experiências, já exauridas, no Brasil e na América Latina. Para o PC do B, a luta armada do Brasil carecia de uma experiência, a exemplo da China, de Guerra Popular Prolongada. Nesta, a primeira e principal diferença da experiência foquista, era a orientação política do Partido, acima da orientação militar e voluntarista tão propagada pelas frustradas tentativas dentro e fora do Brasil. Por essa razão, o PC do B foi responsável pela escolha do local, bem como dos militantes, que estavam sendo perseguidos pela polícia repressora do regime ditatorial. Havia uma sintonia entre os comitês estaduais do PC do B que, conforme orientação, enviavam “quadros” que se encontravam em perigo nas grandes cidades e capitais. A partir daí, então, houve um processo de “triagem” para a “escolha” dos militantes que empreenderiam a experiência. O Comitê Central discorreu para os escolhidos, combatentes, sobre as dificuldades e desafios a que estariam expostos, sobretudo a um longo processo de privações e ausência do conforto. Enviar, porém, cartas aos familiares, de quando em vez, foi permitido.

A permissão da prática da escrita para os familiares possibilitou, durante algum tempo, a manutenção de vínculo familiar que, em algumas vezes, ainda que de maneira enigmática, evidenciaram a dimensão das implicações político-

ideológicas em que os guerrilheiros estavam imbuídos. Mesmo distante dos lares, Paulo, Haas, Bronca e Cilon , além de muitos outros, mantiveram o hábito de prestar informações às famílias sobre como se encontravam. Todavia, algumas destas cartas tiveram a origem de postagem fictícia, pois havia a intenção de despistar o local de onde elas partiam, ou seja, de onde eles se encontravam naquele momento, relegando ao obscurantismo completo o período no qual viveram na clandestinidade, bem como as circunstâncias em que se deram seus desaparecimentos e/ou mortes.

Embora as cartas tenham sido consideradas há apenas pouco tempo como fonte de pesquisa para os historiadores, elas comprovam ser um rico e complexo material para análise. Segundo Ângela de Castro Gomes (2004), o gênero biográfico e autobiográfico - que vem ganhando destaque na última década no Brasil – por meio das cartas, diários e acervos familiares entre outros, tem servido mais como fonte para produção de pesquisa no campo da literatura e da história da educação em detrimento à pesquisa no campo da história fato, que vem se tornando possível graças à constituição e acumulação de arquivos e disponibilização de acervos. Mediante as cartas: “os *indivíduos e os grupos evidenciam a relevância de dotar o mundo que os rodeia de significados especiais, relacionados com suas próprias vidas, que, de forma alguma, precisam ter qualquer característica excepcional para serem dignas de ser lembradas.*”<sup>5</sup>

As situações particulares de cada um dos quatro gaúchos possibilitaram a análise mais acurada do precioso valor documental das cartas. Dos quatro, três

---

<sup>5</sup> GOMES, Ângela de Castro. A título de prólogo. In: *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004. Pág.11.

deles viveram, de algum modo, distantes das famílias quando ocorreu a deflagração do Golpe Militar de 1964, e, automaticamente, por suas militâncias no Partido Comunista do Brasil - PC do B, caíram na clandestinidade até o seu precoce desaparecimento.

### **As fontes orais**

Assim como as cartas, as fontes orais complementaram a perspectiva proposta na análise trilhada na construção da narrativa. Esse contato com as fontes “vivas” possibilitou estabelecer um relacionamento com as pessoas que tiveram proximidade com os desaparecidos aqui estudados, permitindo que fosse vislumbrado um universo de memórias, “congeladas” ou “relegadas” no espaço das boas e dolorosas lembranças de que não se costuma falar cotidianamente. Há muitas memórias traumáticas nesse âmbito, e o cuidado para lidar com as “memórias” se mostrou imprescindível para o resultado desejado que, muitas vezes, não vinham no momento esperado, mas entre outros diálogos, nos quais elas “apareciam” e entravam nas narrativas. Os silêncios e fugas constantes de alguns familiares e amigos que se recusaram em ceder depoimentos também merecem atenção. Há nestes silenciamentos muitos sentimentos obscuros que muitos pesquisadores têm se debruçado a estudar.

Há que mencionar as memórias “cristalizadas” e pacienciosas das pessoas sexagenárias. Estes depoentes mostraram a riqueza e valor documental do relato que, no cotejamento com outras fontes, ocupam o mesmo espaço e importância

que a fonte escrita, como foi demonstrada muitas vezes durante o processo de construção dessa pesquisa.

## **A divisão do trabalho**

O primeiro capítulo apresenta uma análise do discurso político dos oposicionistas à nova concepção encabeçada por Luiz Carlos Prestes no âmbito do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, PCB, que começou a vigorar dentro do Partido em fins dos anos cinqüenta: o pacifismo entre as classes *versus* a luta de classes. Esse fato marcou o árduo embate teórico que resultou em expulsão dos discordantes de Prestes os quais reorganizaram o Partido com o mesmo nome, em 1962.

O segundo capítulo trata da conjuntura política, acima citada, em Porto Alegre, antes e depois do Golpe Militar, na qual diversas organizações políticas, como o PC do B e a AP - Ação Popular - se relacionaram com o movimento estudantil universitário, na UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no interior das indústrias, nos bares e nos sindicatos à procura de arregimentação de lideranças. Houve, ao que parece, a deliberação do Partido em estabelecer estratégias para atrair, tanto sindicalistas quanto lideranças estudantis, como João Carlos Haas. Justifica-se, assim, a militância de comunistas dentro de uma grande indústria à época, como José Huberto Bronca, e o destaque de dirigentes fora dela, como a presença de Paulo Mendes Rodrigues. É da complexidade das vidas e dos “mistérios políticos” destes militantes que trata o capítulo.

O capítulo seguinte aborda as particularidades que envolveram as três campanhas – de cerco e aniquilamento entre 1972 a 1975 - impetradas pelas Forças Armadas contra os destacamentos de guerrilheiros no Araguaia, buscando-se enfatizar os erros táticos e estratégicos, de ambos os lados, que culminaram com as prisões, mortes e desaparecimentos dos guerrilheiros. O destacado, na bibliografia e nos relatos, é a análise das circunstâncias da queda dos quatro gaúchos. A cobertura dada pela imprensa à saga dos familiares dos desaparecidos também é objeto de estudo, desde a caravana de 1980, até a divulgação do conteúdo dos “relatórios secretos”, levados a efeito e consideração na sentença judicial, de 2003, que condenou a União a esclarecer os acontecimentos obscuros que envolvem os desaparecimentos dos guerrilheiros do Araguaia.

O quarto, e último capítulo, discorre sobre a angústia dos familiares dos desaparecidos, provocada pela ausência dos seus entes queridos. Para isso, a análise de diversas cartas trocadas entre os próprios familiares e as enviadas para autoridades políticas e representativas de direitos civis que visaram a dar vazão à dor e ao sofrimento no qual estas famílias estiveram, e ainda estão, imersas e mostrou-se um eficaz instrumento de análise. Ao final deste capítulo, é feita a proposição de discutir sobre a permanência da memória traumática da perda, enfatizando-se, para tanto, diversas formas de expressão que alguns familiares, de segunda geração, encontraram para sanar o tabu criado na família desde o desaparecimento do ente querido.

## CAPÍTULO 1: PC do B - SOB O SIGNO DA LUTA ARMADA

### 1.1 A GUERRILHA DO ARAGUAIA – o contexto político em que surgiu o PC do B e a concepção da Guerra Popular Prolongada

Em 1972 surgiu nas selvas da Amazônia, numa região de difícil acesso conhecida como Bico-do-papagaio,<sup>6</sup> entre os atuais estados do Tocantins, Pará e Maranhão, o maior movimento rural armado de resistência ao regime militar<sup>7</sup> então vigente no país. Eclodiu não por iniciativa dos guerrilheiros, como ocorreu na maior parte dos movimentos armados que se conhece no Brasil e na América Latina neste período. Este movimento teve seu início marcado por um intenso ataque das Forças oficiais, que desde o princípio, tiveram a determinação de *destruí-los, elimina-los*<sup>8</sup> e de apagar da memória local e da história nacional sua existência, os combates travados e os excessos aos quais foram submetidos os guerrilheiros, camponeses e moradores da região do conflito.

---

<sup>6</sup> Essa região denomina-se Bico-do-Papagaio pela junção dos três estados: Pará, Maranhão e Tocantins, formando assim uma protuberância geográfica lembrando esta ave perfilada. “O local escolhido para a deflagração da luta armada foi o sul do Pará, pelas dimensões territoriais, pela geografia do local: florestas e serras e disparidades regionais. Contudo, o principal argumento da escolha do local era o fato de os comunistas considerarem o campo, com o abandono das populações rurais pelas autoridades brasileiras, o elo débil da estrutura social brasileira”. In: CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia: A esquerda em armas*. Goiânia: Editora da UFG, 1997.

<sup>7</sup> Mesmo antes da ruptura do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil (PCB), em 1962, a qual, depois, veio a gerar o PC do B, uma ala do Partido discordante de Prestes, acena para os perigos da passividade defendida pelo PCB. Com o Golpe de 1964, vários documentos emitidos pelo Comitê Central do PC do B reorganizado, apontaram e advertiram sobre a necessidade da Luta Armada. A exemplo disso citamos dois documentos: *O Golpe Militar e seus Ensinamentos*, de agosto de 1964 e *Guerra popular – caminho da luta armada no Brasil*, janeiro de 1969. Documentos do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, In: POMAR, Wladimir. *Araguaia: O Partido e a guerrilha*. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980.

<sup>8</sup> Grifos nossos em destaque aos termos usados com freqüência pelas Forças Armadas nos “Relatórios Secretos” das Operações militares de combate a Guerrilha do Araguaia a partir de 1972.

A Guerrilha do Araguaia foi um movimento armado orientado e dirigido pelo PC do B – Partido Comunista do Brasil – inspirado no modelo de guerra popular prolongada e na experiência do líder chinês Mao Tse Tung.<sup>9</sup> Ela nasceu como síntese crítica das experiências do movimento de guerrilha no Brasil e na América Latina, e como estratégia de sobrevivência de suas lideranças, que se encontravam naquele momento, a partir de 1964, perseguidas pela Ditadura Militar nos grandes centros urbanos. Segundo dois dos principais documentos emitidos pelo Comitê Central do PC do B – *O Golpe Militar e seus Ensinamentos, de 1964*, e *Guerra popular: caminho para a Luta Armada, de 1969* – com a eclosão do golpe militar de 1964, apontava-se que a única alternativa para se alcançar a Revolução seria através da luta armada. Para o Partido, somente através das armas poder-se-ia conquistar a liberdade e a democracia que haviam sido tiradas pelo regime ditatorial então vigente, enfatizado no documento de 1964.

Os acontecimentos desse último período são bastante educativos. Mostram que, por mais amplitude que adquira o movimento popular e por mais posições que detenha, se não contar com meios para enfrentar a violência das classes dominantes, acabará sendo batido. Sem desbaratar a máquina do Estado reacionário e derrotar o seu instrumento principal de coerção, as *Forças Armadas*, (grifo meu), o povo brasileiro não poderá libertar-se da opressão e do atraso, nem da dependência do estrangeiro. Todas as tentativas que o povo tem feito para usufruir a verdadeira liberdade e para conquistar um regime mais humano e justo, utilizando outros caminhos, têm sido em vão. As armas dos dominadores negam sempre os anseios populares.<sup>10</sup>

---

<sup>9</sup> Segundo Campos Filho (1997, pág. 64) “(...) O verdadeiro maoísmo passou a grafar sua doutrina como ‘marxismo-leninismo pensamento de Mao Tse-Tung’. As importantes contribuições de Mao Tse-Tung a respeito da estratégia e tática de guerrilhas e à formulação da ‘guerra popular prolongada’ repercutiam na elaboração teórica e na estratégia de luta da Ação Popular e do Partido Comunista do Brasil (...).”

<sup>10</sup> Sobre este aspecto ver a íntegra do Documento: *O Golpe de 1964 e Seus Ensinamentos*. Documento da Comissão Executiva do Partido Comunista do Brasil, agosto de 1964 e *Guerra Popular Caminho da Luta* In: POMAR, Wladimir. *Araguaia: O Partido e a guerrilha*. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980.

Nesta perspectiva consideramos que a decisão do Partido em implementar a luta armada no campo, o que veio a configurar-se na Guerrilha do Araguaia, nasceu em um contexto de amadurecimento e embate político no seio do Comitê Central. Esta deliberação foi, segundo a análise destes documentos aponta, muito debatida com divergências desde seu início, o que não será objeto de análise nesta dissertação.

Houve, desde o princípio da deflagração do Golpe Militar de 1964, afirmações fervorosas sobre os caminhos para a Revolução prenunciados pelo PC do B e críticas acerca da passividade assumida pelo PCB.<sup>11</sup> O Partido buscou inspiração, principalmente, na experiência da Revolução Chinesa, a concretização de um modelo de luta armada que se baseasse essencialmente na direção política e no modelo de Guerra Popular Prolongada. No documento referido O Golpe militar e seus ensinamentos em 1964, o Partido deixou transparecer, já neste momento, sua posição e determinação para a necessidade da aglutinação de um conjunto de forças políticas, ao qual chamou de vanguarda revolucionária: “*o movimento democrático e antiimperialista somente terá êxito se à sua frente estiver uma vanguarda revolucionária que seja a expressão política da classe mais avançada da sociedade, o proletariado. Somente conseguirá a vitória se adotar uma orientação revolucionária e não reformista*”<sup>12</sup> O texto do Documento ressalta ainda a questão camponesa como problema chave da revolução no Brasil. Demonstrando já, e a partir de então, a tônica revolucionária para o movimento proposto no documento: a frente ampla pela luta democrática. Posicionando-se

<sup>11</sup> *O Golpe Militar e seus Ensinamentos, de agosto de 1964*. In: POMAR, Wladimir. *Araguaia: O Partido e a guerrilha*. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980.

<sup>12</sup> Idem, pág. 78.

estratégico-politicamente, o texto levantou traços característicos do que mais tarde seria produzido como tática do PC do B em *Guerra popular o caminho da luta armada no Brasil*<sup>13</sup>, outro documento do Partido que sintetizou toda a disposição em empreender a luta armada.

Ademais, o documento Golpe militar e seus ensinamentos aponta como imprescindível para a Revolução, entre outros aspectos, o trabalho com os movimentos e o povo do campo brasileiro, sugerindo luta, no sentido literal da palavra, no campo. Afirma ainda que “*a reação não pode concentrar-se em toda a parte e o terreno conhecido pelos camponeses, em geral é desconhecido para ela*” e que “*segundo tudo indica, no campo surgirão os primeiros focos de resistência aos inimigos do povo.*”<sup>14</sup> Cabe aqui destacar que naquele momento, o caminho da luta armada a partir do campo já estava sendo gestado pelo Comitê Central do Partido Comunista do Brasil. Neste sentido, há relatos de moradores<sup>15</sup> da região sobre a chegada dos primeiros *paulistas*<sup>16</sup> à região do Araguaia.

Há que se mencionar que naquele momento, no pós-golpe, muitos militantes políticos esforçavam-se, cada um à sua maneira, mesmo antes da instauração do Ato Institucional nº 5 em 1968, em procurar os grupos políticos que ensejavam a resistência através da luta armada. Com o AI-5, a situação dos partidos e entidades classistas passaram por uma situação ainda mais crítica.

---

<sup>13</sup> POMAR, Wladimir. *Araguaia: O Partido e a guerrilha*. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980.

<sup>14</sup> Idem, pág. 79.

<sup>15</sup> Membro efetivo Comitê Central do PC do Brasil foi, segundo depoimentos dos moradores, hábil criador de gado na região, tendo sido um dos primeiros combatentes da Guerrilha a chegar e comprar terras. Conhecido com “médico” pelos moradores da região do conflito.

<sup>16</sup> Maneira como os militantes e guerrilheiros do Araguaia ficaram conhecidas pela população da região do conflito.

Havia poucos caminhos a seguir, porém, vale ressaltar que em quase todos, encontrava-se o caminho da luta armada.

O Partido vinha, há muito, travando discussão interna em relação a este aspecto. Todavia rejeitava, com veemência, o modelo da Revolução cubana que abstraía do partido o papel principal, relegando-o para o fuzil. Como enfatizou em um documento:

O PC do B refuta o ‘foco’ enquanto teoria revolucionária de tomada do poder de classe, porque o ‘foco’ nega a necessidade do partido, contrapõe a guerrilha ao partido e defende que o grupo armado é a vanguarda política da revolução (...) nega o leninismo, portanto. A negação do Partido é, no fundo, uma forma de se opor à hegemonia do proletariado na revolução em benefício da pequena-burguesia.<sup>17</sup>

Desta maneira, o Partido passou a fazer duras e essenciais críticas ao foquismo, principalmente ao cubano, que passou a ser o espectro revolucionário para os países latino-americanos, e que foi adotado de maneira quase automática pelos grupos e organizações revolucionárias brasileiras. A construção do “mito” em torno do foquismo deu-se, em grande medida e principalmente, pela produção teórica do modelo de luta revolucionária para a América Latina baseada e traçada na experiência da Revolução Cubana.<sup>18</sup> A aproximação do PC do B com a China e com a teoria de Mao Tse-tung deu-se em 1963, um ano após sua reorganização.<sup>19</sup>

Tal aproximação do Partido recém-organizado, além do simples reconhecimento como Partido Comunista, serviu para fortalecer as linhas teórico-

<sup>17</sup> *Guerra popular – caminho da luta armada no Brasil*. Documento do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, janeiro de 1969. In: POMAR, Wladimir. *Araguaia: O Partido e a guerrilha*. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980. Pág. 104

<sup>18</sup> GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1987.

<sup>19</sup> Segundo Jean Rodrigues, em dissertação de mestrado pela Unicamp, (2003) ao contrário do que costuma demonstrar a maioria dos trabalhos, a aproximação entre o PC do B, e a China, deu-se depois de membros do Comitê Central deste Partido, haverem feito contatos anteriores, com a União Soviética e Cuba.

políticas que passaram a marcar este período nas instâncias deliberativas do movimento comunista internacional, sob a hegemonia do PCUS – Partido Comunista da União Soviética. Assim, neste período, sob o aceno da grande China comunista, o Partido apontou para um caminho revolucionário, diferente do modelo foquista cubano.<sup>20</sup> Ainda que, neste momento, o Partido demonstrasse seu alinhamento como modelo maoísta, o intento da Revolução Cubana foi reverenciado, durante algum tempo.

Ao observarmos este jornal, (*Classe Operária*), chama-nos atenção a ampla cobertura dada ao processo revolucionário cubano. Em praticamente todos os números do jornal no período de 1962-1964 há referência aos acontecimentos em Cuba, seja através de artigos dos dirigentes do partido, seja por publicações assinados pelo próprio Fidel Castro e Che Guevara. Havia ainda transcrição de documentos oriundos de Cuba e anúncios de obras de Fidel e Guevara. Todas estas referências fazem parte do primeiro momento das relações do partido com o regime cubano. (...)<sup>21</sup>

Além da afirmação das condições concretas para o implemento e deflagração de um modelo de guerra de guerrilha, dadas as condições semelhantes às de Cuba – pobreza, exploração da riqueza nacional por empresas estrangeiras entre outros aspectos, - era necessário contar com as condições geográficas e políticas adequadas para evitar equívocos, tais como: voluntarismo, despreparo político-militar, aprisionamentos nos primeiros intentos revolucionários. Essa visão veio a se configurar como resultado final da experiência de guerrilha urbana no Brasil, que se ressentiu quanto às avaliações correta da importância da geografia e direção política, o que foi criticado pelo Partido. Na questão geográfica

<sup>20</sup> A rigor, o assalto ao Quartel Moncada 1953, foi expressão do foquismo. Na posterior luta armada, a partir da *Sierra Maestra*. (1954/1958) O movimento 26 de julho exerceu, de alguma maneira, o papel de partido de vanguarda. Lembre-se, nesse particular, que o Partido Socialista Popular (Comunista cubano) de então, apoiou a luta armada deflagrada pelo Movimento 26 de julho.

<sup>21</sup> Vide dissertação de Jean Rodrigues Sales sob título *Partido Comunista do Brasil -PC do B: propostas teóricas e prática política - 1962- 1976*. Unicamp, 2000. Pág. 98.

e a direção política, residiram as principais divergências entre o modelo de guerrilha empreendida pelos grupos urbanos e a Guerrilha do Araguaia.

A experiência dos grupos armados urbanos demonstrou o grande poder de informação e articulação das forças oficiais enquanto órgãos de repressão em desestabilizar, desarticular e aniquilar rapidamente os grupos guerrilheiros nos grandes centros. A Guerrilha do Araguaia surgiu neste contexto de grande dificuldade da implementação da luta armada na cidade no final da década de 60. O Partido Comunista do Brasil, por condenar o caráter foquista da guerrilha urbana, optou pela experiência de guerrilha no campo, inspirada no maoísmo. Para isso, era imprescindível para o Partido, que o mesmo contasse com as condições adequadas para sua preparação, sendo necessário que fugisse do raio de atenção dos órgãos repressivos do regime ditatorial. A escolha do local pelo Comitê Central do PC do B deu-se após muitos estudos e avaliações entre a região do Araguaia e outras que apresentassem condições para a deflagração de um movimento que seria feito por etapas. Elza Monnerat, militante comunista e guerrilheira no Araguaia, descreve em obra biográfica recente<sup>22</sup> este primeiro momento de sua chegada na região do conflito.

Não podendo continuar no Rio, mudei-me para S. Paulo e depois para o Pará. No dia de Natal de 1967 cheguei ao sítio da Faveira, à margem do Araguaia, junto com dois companheiros: Maurício Grabois e Joca<sup>23</sup>. Ali montamos uma quitanda, fizemos roça, trabalhamos, vivemos em liberdade. Aos poucos fomos conhecendo os moradores e sua situação. Viviam no mais completo abandono. Seu único contato com o mundo era feito através dos “motores” que subiam e desciam o rio. Não havia estradas, só trilhos, feitos pelos próprios camponeses a fim de poder chegar ao Araguaia, levando nas costas, e em jegue, os produtos

<sup>22</sup> BERCHET, Verônica. *Coração Vermelho: a vida de Elza Monnerat*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002, pág.143.

<sup>23</sup> Grifos da autora da dissertação para destacar o codinome do guerrilheiro e cidadão italianos Líbero Giancarlo Castiglia.

da terra e as peles dos animais que caçavam para comer. O facão era seu principal instrumento de trabalho. Com ele brocavam, carpiam, plantavam, tratavam da caça, do peixe, lavravam castanhas, praticamente o usavam para tudo. (...)

O cenário onde se desenvolveu todo o conflito foi nas matas do Araguaia. Ali se formaram as Forças Guerrilheiras do Araguaia, Forgas ou Foguera, que eram compostas, em sua grande maioria, por militantes do PC do B, e alguns camponeses da região, frente aos milhares de soldados das forças oficiais. Jacob Gorender<sup>24</sup> referiu-se assim, sobre o período de chegada e preparação da Guerrilha na região do Araguaia:

O PC do B pôde em suma, concentrar recursos humanos e materiais na estruturação da sua base guerrilheira, no que revelou à margem esquerda do rio Araguaia, no sul do Pará, um grupo de *militantes com treinamento na China*: Osvaldo Orlando da Costa (Osvaldão), João Carlos Haas Sobrinho, André Grabois, José Bronca e Paulo Mendes Rodrigues. Paulatinamente, sobretudo a partir de 1970, chegaram outros militantes e o atingiu total de 69, dispersos ao longo de um estendido de Xambioá (GO) até Marabá.

Havia, de acordo com as fontes aqui consultadas contrato de segredo de Estado instituído pelo regime militar em relação à Guerrilha do Araguaia, certamente em função da maneira desigual como as forças oficiais trataram este episódio. Estiveram envolvidos nas campanhas de combate à Guerrilha entre 3 a 10 mil militares. Esse efetivo foi composto pelas Brigadas de Infantaria da Selva (BIS), além de outras unidades, como os efetivos de Brasília, do Rio de Janeiro e militares do Comando Militar do Planalto, para combaterem sessenta e nove homens e mulheres, em sua grande maioria jovens, os quais, segundo consta em

---

<sup>24</sup> Idem, pág. 234. A obra de Gorender, *Combate nas trevas*. São Paulo, 1987, apresenta um apurado estudo sobre as diversas organizações políticas da esquerda brasileira. Polemiza também sobre a Guerrilha do Araguaia, da tática a estratégia adotada pelo PC do B.

documentação oficial, até chegarem ao cenário do conflito nunca haviam pegado em armas.

### **1. 2 A preparação para a Guerra Popular Prolongada: o PC do B e a AP a caminho da China Comunista e o maoísmo como exemplo**

Com a intensificação do processo repressivo das forças ditatoriais às organizações políticas e também civis, de toda ordem, o PC do B começou a trilhar o que já havia prenunciado, mesmo antes do Golpe, a luta armada como caminho para a tomada do poder político.

A questão da implementação e do modelo de luta armada havia amadurecido na sua direção política, muito embora a grande militância contasse apenas com a expectativa em saber quando e onde se daria a mesma. Sabe-se hoje, através dos depoimentos coletados por diversos pesquisadores, que diferentemente do que se podia imaginar, muitos membros que combateram no Araguaia, assim o fizeram na ausência de alternativa de sobrevivência. Muito embora sigiloso, o “processo seletivo” tornava evidente a preocupação da direção política do Partido em contemplar, na escolha dos guerrilheiros, as diversas áreas profissionais, imprescindíveis para a ação e sobrevivência mais longa em uma região carente e de difícil acesso. Como exemplo citam-se: médicos, enfermeiros, professores, entre outros. Havia, segundo o que os indícios nos apontam, uma outra evidente preocupação: a possibilidade de tirar de circulação, dirigentes e

militantes juvenis de maior peso do Partido que estavam, já neste momento, sendo procurados, condenados ou banidos pelo regime ditatorial.<sup>25</sup>

Nesse ínterim, entre o processo de definição de qual modelo e caminho de luta armada a seguir, ganhou força e relevância a experiência chinesa através da concepção de Mao Tse Tung. O Comitê Central empenhou-se em deslocar alguns dirigentes do Partido para a China, bem como enviar para este país, alguns militantes que mesmo sem o peso político dos dirigentes, embarcaram no inverno de 1968, a fim de desenvolverem treinamento de guerra de guerrilha e também aprenderem teoria e prática de montagem de equipamentos militares.<sup>26</sup>

O papel que a China Comunista desenvolveu no imaginário das esquerdas no Brasil, nos anos subseqüentes ao Golpe é bastante considerável. Há que se fazer menção, também, de como a experiência revolucionária da China se irradiou, inclusive em uma organização política de grande inserção social à época, como a Ação Popular, ou AP, como passou a ser conhecida. Esta organização nasceu do seio da Igreja Católica, a partir da Juventude Universitária Católica (JUC) em 1962, o mesmo ano da reorganização do Partido Comunista do Brasil. A AP avançou no processo de embate e amadurecimento de seu pragmatismo das experiências da proletarização de sua militância à disputa pela ideologia e concepção doutrinária de poder para um partido revolucionário.

---

<sup>25</sup> Segundo documentação do DOPS dos banidos, procurados e/ou condenados pelo regime ditatorial ao início da guerrilha cita-se: Antonio Carlos Monteiro Teixeira, Divino Ferreira de Souza, Helenira de Souza Nazareth, Jaime Petit da Silva, Rosalindo Souza, Maurício Grabois entre outros.

<sup>26</sup> Citamos alguns militantes que teriam embarcado para a China, neste período, tais como: Michéas Gomes de Almeida, Divino, João Carlos, entre outros.

Nesta disputa pelo modelo político, que se libertara das concepções essencialmente cristãs, a aproximação com o PC do B, na nossa análise, desencadeou um processo de influência ideológica de mão dupla: tanto a AP sofreu influências do PC do B – evidências disso é a incorporação desta organização em 1972 - quanto o PC do B sofreu influências ideológicas da AP. Assim, a AP na buscou o caminho mais acertado para a transformação do poder político do país através da “opção” pelo exemplo do maoísmo, enquanto o PC do B, com o embrutecimento cada vez maior da forças repressivas encontrou na AP, “quadros” e militância política de maior peso, dada a extrema dificuldade que vivia o PC do B naquele período. Esta aproximação, que se configurou com a incorporação, permitiu que o Partido dispusesse, a partir de então, de uma grande influência no movimento estudantil, marcas deste legado perceptíveis ainda nos dias atuais.

Pelo depoimento a seguir, constata-se que a Ação Popular no Rio Grande do Sul em sua atuação neste período.

Em agosto e 1965, vindo do Rio de Janeiro, me integrei a Ação Popular. Atuei até 1970. Durante cinco anos atuei no movimento operário. Eu sou de origem metalúrgica, tinha saído àquela época de uma metalúrgica para ficar disponível para atuação na JOC, depois fiquei até 1970, fiquei assim como... Recebia... uma ajuda, ou vendia coisas, jóias, para mim me manter, em 1970 fui trabalhar na *Miqueletto*, mas neste cinco anos atuei intensamente na Ação Popular, mas vinculado a esta coisa do movimento operário, mas também à direção da Ação Popular. (...) A AP tinha mais facilidade de relacionar por não ser uma organização reconhecidamente, tradicionalmente como comunista e nem marxista, e com muito apoio da ala à esquerda da Igreja. A gente se reunia muito nas Igrejas, fazíamos grandes reuniões utilizando esta estrutura, enquanto os outros partidos tinham dificuldades, a organização Ação Popular tinham muito facilidade, só para você ter idéia, fazíamos muito reuniões em São Leopoldo, no Seminário do Cristo Rei, e tínhamos muito apoio. (...) Na ação prática fazíamos conforme a conjuntura política nos permitia. (...).<sup>27</sup>

---

<sup>27</sup> Depoimento de José Ouriques de Freitas concedida a Deusa Maria de Sousa, em 24/06/05 em Cachoeirinha, Rio Grande do Sul.

O processo de aproximação com o PC do B na luta cotidiana até sua incorporação em 1972, foi, ao que nos parece, um caminho natural, diferenciado, da atuação e incorporação e dispersão desta organização em outros estados da região Sul, como o caso da atuação da Ação Popular no estado do Paraná.<sup>28</sup>

Houve, segundo a documentação do DOPS aqui analisada, através das viagens à China no mesmo período, a aproximação tanto política quanto ideológica, destas duas organizações. Na luta diária, através de campanhas de mobilização de massas, essa aproximação mostrou-se mais evidente, e a influência ideológica, neste sentido, um caminho natural, como nos relatou um ex-militante<sup>29</sup> da AP durante a segunda metade da década de 1960 até 1970. Havia também, como enfatizou o mesmo, “*uma admiração e respeito mútuo que marcava a militância de ambas as organizações*”.<sup>30</sup> Indícios disso foram as “inúmeras ações” de pequena e grande envergadura realizados conjuntamente.

(...) Ação prática era uma ação mais limitada pelas contingências da Ditadura... Em 64 em diante já começou a ter um cerceamento da participação, intervenção em sindicatos, muito controle, mas, mesmo assim até o AI-5 dezembro de 68, se tinha uma atuação mais aberta... a Ditadura não foi, digamos, de caráter assim fascista como foi a partir de 68. Fizemos uma ação de grande envergadura, que eu considero, e foi criado nacionalmente, o chamado MIA – movimento... Antiarrocho, então se fez ações muito importante em 67, e 68 grandes mobilizações de massa. Tanto é que no final de 68, teve um maior fechamento dentro da Ditadura (...) Nós fizemos uma grande campanha, pela anulação do

<sup>28</sup> Sobre este aspecto ver obra de DIAS, Reginaldo Benedito. *Sob o signo da revolução brasileira: a experiência da Ação Popular no Paraná*. Maringá: Eduem, 2003.

<sup>29</sup> José Ouriques de Freitas, 63 anos, gaúcho de Porto Alegre, foi militante da JOC – Juventude Operária Católica, e da AP - Ação Popular. Atualmente é membro do Comitê Estadual do PC do B/RS, presidente do Comitê municipal de Cachoeirinha – cidade da região metropolitana de Porto Alegre, ocupou também a presidência do Comitê Regional deste Partido durante os anos de 1992-1995, foi membro do Comitê Central deste mesmo Partido. Foi presidente nacional da JOC – Juventude Operária Católica. Em 1964, na condição de presidente da JOC, foi morar no Rio de Janeiro permanecendo lá, segundo seu depoimento, por 14 meses. Foi então neste período, segundo relata o mesmo, que entrou em contato com membros da AP, começando, a partir de então, sua atuação e militância na Ação Popular – a AP no Rio de Janeiro, numa ação programada por esta organização, em protesto com panfletagem contra a visita do então presidente da França Charles De Gaulle ao Brasil.

<sup>30</sup> Idem.

voto em 66, 68, mas principalmente em 66 teve grandes repercussões... Nós, que eu digo, a esquerda de um modo geral, mas, a Ação Popular tinha muita força nesse movimento contra a Ditadura. Outra de grande envergadura foi em 68 de apoio a Guerra do Vietnã. Me recordo que em Porto Alegre nós fizemos uma grande manifestação de apoio ao Vietnã, contra os Estados Unidos, contra a intervenção americana no Vietnã, queimamos bandeiras dos Estados Unidos e hasteamos e levantamos a bandeira do Vietnã, a Erony inclusive, minha esposa, fez várias bandeiras do Vietnã que nós levantamos em frente a prefeitura de Porto Alegre (...).<sup>31</sup>

Há que se fazer menção às semelhanças no interior das duas organizações políticas em questão, O PC do B e a AP - além do que já foi exposto aqui, a situação e processo embrionário, nas quais as duas foram concebidas no ano de 1962. A AP nasceu, como já foi dito, do processo de maturação e de concepção em trilhar um caminho que não se guiava pelos preceitos da Igreja. Não se pode deixar de mencionar, também, que esta concepção política inovadora, e maturação ideológica, evoluíra, em grande medida, pela proximidade da luta concreta, bem como pela imensa ligação com as diversas forças políticas adquiridas na condução do processo de consolidação da AP como força hegemônica no movimento estudantil e na direção da UNE e da UBES, nos anos 60 e 70. Este processo culminou com o rompimento com a JUC. Inaugurou-se, assim, uma nova fase, tanto política, quanto prática no movimento juvenil. Foi, ao que nos parece, um processo de “libertação” do movimento que nasceu tutelado, embora pelo setor progressista, da Igreja Católica brasileira.

Por seu turno, o PC do B, “nasceu” de uma crise, tanto de condução e alinhamento político interno e externo, quanto do rompimento da tradição da tutela e dos ditames do Partido Comunista da URSS (PCUS), expressão máxima do socialismo para o mundo naquele momento de bipolaridade política, como veremos a seguir.

---

<sup>31</sup> Idem.

### 1.3 O Partido Comunista do Brasil (PC do B) nascimento e cisão interna

O Partido Comunista do Brasil (PCB) fundado em 25 de março de 1922, surgiu no contexto do início da industrialização do Brasil e foi marcado pela forte influência anarquista nos sindicatos de trabalhadores, trazida pelo imigrante europeu e, ainda, sob o “clima” de euforia da então recente Revolução Socialista de Outubro na Rússia. Levantes nacionais, como o levante dos quartéis, o Forte de Copacabana e a Coluna Prestes tiveram também forte influência na origem deste partido.<sup>32</sup> Por ser a classe operária naquele momento ainda muito incipiente, a grande maioria dos movimentos, senão sua totalidade, foi dirigida inicialmente pela pequena burguesia e até por latifundiários descontentes com o governo.

O trabalho de pesquisa, ainda não publicado, do dirigente comunista gaúcho e historiador Raul K. M. Carrion, intitulado *O Partido Comunista do Brasil no Rio Grande do Sul 1922-1929*, dá conta destes primeiros anos do surgimento do PC do Brasil. O mesmo é enfático ao afirmar que este surgimento está intimamente ligado “aos grandes movimentos operários de 1917-1920 e à sua derrota, decorrente da incapacidade anarquista em dar um rumo correto a essa luta”.<sup>33</sup> Este autor destacou ainda a importância de vários fatores na condução do

---

<sup>32</sup> COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL - COMITÉ CENTRAL DO PC do B – In: 50 ANOS DE LUTA, São Paulo, 1972. pág. 04. Este Documento é o resultado analítico das cinco primeiras décadas de vida do Partido. Produzido pela Direção do PC do B, em reunião do Comitê Central –CC em 1972, após dez anos de sua reorganização.”O movimento Tenentista ou Levante dos Quartéis, nasce principalmente como movimento que irá marcar uma nova etapa da história do Brasil, onde os rebeldes militares questionavam a dominação do poder nacional pelas oligarquias estaduais e pela política do café-com-leite. É também como a Marcha dos 18 do Forte de 1922, e a Coluna Prestes em 1924, uma reivindicação de atenção às Forças Armadas e repúdio à velha política e seus vícios, muito embora sem projeto político claramente definidos”.

<sup>33</sup> Idem, pág. 35.

processo do surgimento do PC do Brasil, e a relevância da experiência anarco-sindical.

É nesse contexto de impotência e de fracasso do anarquismo na condução da luta contra a exploração capitalista, que explode a grande Revolução Russa, dirigida pelo Partido Bolchevique, que conduz o proletariado ao assalto ao Poder, em aliança com o campesinato, e cria o Estado Soviético. A influência desses acontecimentos sobre a vanguarda operária no Brasil é enorme. Os “dogmas” anarquistas contra o “Partido em si” e contra o “Estado em si” – sem examinar o seu caráter de classe – caem por terra. Lentamente, dá-se um processo de diferenciação dentro do próprio movimento anarquista, onde cresce a corrente dos *anarco-bolchevistas*, de onde sairão alguns dos fundadores do PC do Brasil em 1922. A própria passagem de uma parte dos anarquistas “puristas” para o campo do antisovietismo, acelera esse processo.<sup>34</sup>

Assim como a classe operária, “os comunistas também não tinham o amadurecimento necessário para engajar-se nessas lutas e dar-lhes um caráter de classe, com reivindicações da classe operária”.<sup>35</sup> O Documento 50 anos de luta do Partido Comunista do Brasil, aponta que neste período de grande efervescência política nacional, o PC do Brasil limitou-se a fazer propaganda abstrata, para os trabalhadores, das idéias revolucionárias da vitoriosa Revolução Russa, como por exemplo, a defesa de governo por soviétes no Brasil.<sup>36</sup> O documento afirma, também, que “nos primeiros anos de sua existência, o Partido se assemelhava a uma seita,”<sup>37</sup> afirmação reflete que hoje, na nossa análise, a

---

<sup>34</sup> Idem.

<sup>35</sup> CARRION, pág. 1.

<sup>36</sup> Na análise sobre o cenário político dos anos 30, Ítalo Tronca ressalta o advento comunista no meio sindical, e sua ostentação da bandeira vitoriosa da Revolução Russa, bem como a disputa com anarco-sindicalistas pela “unificação” do movimento operário, como estratégia, segundo ele, para a hegemonia sindical do comunista, preceitos determinados pela III IC- Internacional Comunista da URSS, reforçando a idéia de centralização dos organismos partidários e sindical, concepção até então estranha ao movimento nacional, que refletia o pensamento libertário defendidos pelos líderes anarquistas. (p. 18–24.) “Esse mitemismo do PCB em relação à IC não se restringe à política de frente única. Na prática, o Partido só é capaz de enxergar a ‘Realidade’ brasileira através das lentes da IC, acabando por atuar como uma mera agência desta, sem qualquer margem ou autonomia.” In: TRONCA, Ítalo. Revolução de 30 – A dominação Oculta. 1<sup>a</sup> Ed. São Paulo: Brasiliense, 1982. Pág. 30.

<sup>37</sup> Documento 50 anos de luta, pág. 21.

autocrítica do Partido em relação ao dogmatismo da influência soviética, ao adotar veementemente as teses e orientações da III Internacional Comunista. Reivindicando mecanicamente a adoção de um governo apoiado pelos soviéticos ignorava, então, as mudanças ocorridas no cenário político nacional.

É importante destacar que após este período, iniciado com a Ação Nacional Libertadora (ANL), o Partido passou a ter boa aceitação popular com o trabalho de massas e de organização celular muito forte. Em 1945, organizou numerosos comícios e passeatas na campanha para a anistia dos encarcerados políticos que haviam sido presos e torturados durante o Estado Novo; entre estes estavam Luis Carlos Prestes, Gregório Bezerra e Carlos Marighella. Estas manifestações culminaram com campanha Pró-Anistia que durou uma semana ininterrupta dirigida pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e a assinatura da lei de Anistia por Vargas. Também é neste mesmo ano que o Partido passou a funcionar abertamente, iniciando sua reorganização com a legalização no Tribunal Superior Eleitoral. Segundo a afirmação de João Falcão, “(...) no final de 1945, o partido já tinha 50 mil filiados.”<sup>38</sup>

O Documento 50 anos de Luta enfatizava o amadurecimento político do PC do Brasil em 1954 ao elaborar, pela primeira vez em sua história, o programa partidário e socialista pelo qual o partido deveria guiar-se. Osvaldo Bertolino, em *Testamento de Luta*<sup>39</sup> obra biográfica de Carlos Nicolau Danielli – militante

---

<sup>38</sup> BERCHET, 2002. Pág. 57.

<sup>39</sup> BERTOLINO, Osvaldo. *Testamento de Luta – A vida de Carlos Danielli*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002. Carlos Nicolau Danielli, foi um dirigente de vanguarda dentro dos quadros do PC. Neto de imigrantes italianos teve, desde os primeiros anos de vida, uma forte influência do anarcosindicalismo do Rio de Janeiro do início do século XX. Filho de Pascoal Danielli, deputado pelo Partido Comunista na Constituinte de 1946, Carlos filiou-se ao Partido em 1940, sendo eleito em

comunista e hábil dirigente, conhecido como o coração da Guerrilha do Araguaia, morto pela ditadura em 1972 em consequência das torturas impetradas pelos órgãos de repressão - ressaltou assim este momento na vida do Partido.

Em dezembro de 1953, o Comitê Central do Partido publicou o “Projeto do Programa Comunista do Partido Comunista do Brasil”. Era a deflagração do 4º Congresso, inicialmente programado para 1947 e impedido de se realizar pelas circunstâncias de então. O jornal *Voz Operária* começou a publicar o suplemento “Tribuna do IV Congresso” em fevereiro de 1954. Carlos Danielle escreveu um artigo no 3 de abril. Intitulado “O Programa do PCB – Programa da Juventude”. Falou da importância da união das forças democráticas e nacionais e centrou sua argumentação no papel da juventude. (...)<sup>40</sup>

Quanto ao governo Juscelino Kubitschesk, ressaltou o documento, o Partido não tomou posição clara referente à política posta em prática, pelo contrário, mostrou-se vacilante frente à política governamental de desenvolvimentismo e progresso da nação brasileira. O Partido encontrava-se então como a massa popular, “encantada” pelo grande processo industrial que aqui se desenvolvia, sem dar-se conta de que essa industrialização era monopolista estrangeira, e não nacional. Havia na indústria nacional um limite na infra-estrutura, que, além disso, era de capital misto. Neste contexto ainda, o Partido tomou ciência das teses de Nikita Kruschev em 1956, iniciando-se, então, uma nova fase na vida do PC do Brasil.<sup>41</sup>

---

1954 para o CC do Partido com apenas 25 anos de idade. Foi habilidoso crítico na compreensão dos embates teóricos dentro do organismo partidário. Participou do processo de reorganização do PC do B em 1962, foi também o elo de ligação entre a direção do Partido e a Guerrilha do Araguaia, o que resultou em sua sentença de morte. Foi preso e morto, nas dependências do DOI-Codi do II Exército, em 31 de dezembro de 1972.

<sup>40</sup> BERTOLINO, Osvaldo. *Testamento de Luta – A vida de Carlos Danielle*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002. Pág. 87.

<sup>41</sup> AMAZONAS, João. In: *30 anos de confronto Ideológicos – Marxismo x Revisionismo*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1990, p. 245. Este episódio ficou conhecido como as Teses de Kruschev do XX Congresso do PCUS, ou Revisionismo. Resultou num processo de discordância e desentendimento interno e que deu origem a cisão partidária, que findou com a reorganização do

Em meio à crise que o Partido começava a viver, os dirigentes e militantes do PCB sofreram um terrível choque quando os jornais *O Estado de S. Paulo* e *Diário de Notícias*, do Rio, publicaram o Informe Secreto de Kruschev, lido na abertura do XX Congresso do PCUS, em Moscou. O Informe acusava Stálin (falecido em 1953) de vários de crimes e conclamava o fim de 30 anos de autoritarismo e culto à personalidade.<sup>42</sup>

Desse modo, neste contexto de desenvolvimentismo industrial do governo JK e a relativa liberdade política “concedida” pelo presidente levou a direção do PC a acatar as teses do XX Congresso do PCUS de autoria de Kruschev. Tais teses apontavam para a perspectiva da coexistência pacífica<sup>43</sup>, direcionando para uma reconciliação entre a burguesia e o operariado. Pregando uma espécie de social-democracia, negavam o princípio marxista-leninista do caráter irreconciliável da luta de classes. Sobre esta perspectiva de alinhamento, ou aliança política, entre a burguesia e o operariado na condução do processo de revolução creditado pelo Partido, René Armand Dreifuss (1981) destacou.

É necessário que alguns comentários sejam feitos sobre a chamada burguesia “nacional”, que tanto havia se desenvolvido sob a égide do Estado Novo. De acordo com a crença intelectual popularizada, assumida pelo Partido Comunista e abraçada mais tarde por intelectuais nacionalistas, principalmente os do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, ISEB, havia “duas burguesias”. Uma era considerada entreguista, diretamente ligada ao capital transnacional, e a outra nacionalista, oposta à ação de interesses estrangeiros. A burguesia “nacionalista” era procurada politicamente e considerada, teoricamente, pelos intelectuais nacionalistas como aliada em potencial, se não de

---

Partido, o PC do B em 1962. Retificando a sigla e designação do internacionalismo proletário, imbuído desde sua fundação em 1922. “*Essa linha passou a ser considerada por uma parte dos comunistas em todo o mundo como revisionistas*”. op. cit. In: BERTOLINO, Osvaldo. *Testamento de Luta – A vida de Carlos Danielli*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002. Pág. 48.

<sup>42</sup> BERCHET, 2002. Pág. 50.

<sup>43</sup> As referidas Teses de Kruschev consistiam principalmente na denúncia dos crimes de Stálin, o culto à personalidade, e a aprovação de um conjunto de medidas no XX Congresso do PCUS na URSS que alteraram profundamente os conceitos até então existentes sobre o marxismo.

fato, das classes trabalhadoras e dos setores das classes médias que se opunham ao imperialismo (...).<sup>44</sup>

A aceitação destas teses não foi um processo pacífico no partido, pelo contrário, gerou a cisão do que hoje conhecemos como PC do B, já que o antigo PC do Brasil (PCB) naquele Congresso, assim como os soviéticos, também alteraram suas formulações teóricas e políticas, mudando bruscamente a orientação do movimento comunista internacional. Passando a defender o caminho pacífico para o socialismo, mudaram também sua nomenclatura para Partido Comunista Brasileiro, além de retirar do seu programa expressões como ‘marxismo-leninismo’ e abrandando outras. Deste episódio João Amazonas, observou:

(...) No entanto, após os fatos sucedidos no PCUS, em junho de 1957, que levaram ao afastamento dos Molotov, Kaganovich e outros da direção desse partido, Prestes, numa mudança brusca e aparentemente inexplicável, aderiu por completo às idéias defendidas naquela época por Agildo Barata e seu grupo. (...) A nova linha política começou, porém, a encontrar resistência crescente no Comitê Central e entre os militantes. Os revisionistas perdiam terreno. Em 1960, dentro do próprio grupo dirigente do Partido, a posição de Prestes e demais reformistas não era sólida. Sua maioria, bastante precária. Diante disso, decidiram convocar o V Congresso do Partido com a finalidade única de afastar da direção todos os elementos que se opunham à política de direita. Trataram de empolgar o Partido acenando com a perspectiva de uma fácil vitória eleitoral. Asseverando que a eleição do Marechal Lott asseguraria a legalidade do Partido e lhe garantiria posições no governo”. (...). Em agosto de 1961, contrariando as decisões do Congresso, sob o pretexto de obter a legalidade do Partido, decidiram criar um novo Partido. Era posto de lado o PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Em seu lugar surgia o Partido Comunista Brasileiro. Foi retirada do seu Estatuto a afirmação de que o Partido se orientava pelos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário.<sup>45</sup>

<sup>44</sup> DREIFRUS, René Armand. 1964 – *A conquista do Estado – Ação Política, Poder, e Golpe de classe*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1981. Pág. 25.

<sup>45</sup> AMAZONAS, João. In: *30 anos de confronto Ideológicos – Marxismo x Revisionismo*. In: *Resposta a Khruschev*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1990. Pág. 246.

Por outro lado, a reorganização do PC do Brasil deu-se em 1962<sup>46</sup> numa conferência extraordinária convocada pelos descontentes com as novas orientações e concepções acatadas a partir Kruschev no XX Congresso do PCUS e prontamente endossadas por Prestes. Nela, destacaram-se dirigentes históricos que rompiam com esta nova orientação e reivindicavam o caráter da luta de classe preconizada por Marx e Lênin, entre os quais estavam: João Amazonas, Pedro Pomar, Diógenes Arruda, Maurício Grabois, Carlos Danielli, Elza Monnerat, entre outros. Os acontecimentos que se seguiram ao rompimento, como a reorganização do Partido em 1962, também foram ressaltados por Amazonas:

Em face de tal situação, que poderiam fazer os verdadeiros revolucionários? Não lhes restava outro caminho senão organizar o PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Em fevereiro de 62, reuniram-se em Conferência Nacional Extraordinária, realizada em São Paulo, para discutir a situação criada e decidir dos rumos a tomar. Desta Conferência participaram delegados de vários Estados. Ela decidiu reconstruir o Partido, aprovou um Programa marxista-leninista, resolveu editar o tradicional órgão de imprensa partidária e elegeu um novo Comitê Central. Permaneceram no PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, oito membros do antigo Comitê Central, diversos líderes sindicais e juvenis e um bom número de militantes com mais de vinte anos de vida partidária ininterrupta. Entre seus dirigentes há camaradas que passaram muitos anos no cárcere da reação (...).<sup>47</sup>

Dois anos depois da reorganização, eclodiu o Golpe Militar de 1964. Tanto no movimento social, quanto entre os partidos políticos, o Partido Comunista do Brasil reorganizado, foi, um dos poucos organismos políticos a não ser pego de surpresa pelo golpe, segundo os documentos aqui analisados. Pois, o Partido acreditava que somente a “*violência revolucionária*”<sup>48</sup> através da luta armada poderia garantir a segurança dos direitos da classe operária, e não o reformismo

<sup>46</sup> Idem. Este Documento foi produzido durante o processo de cisão interna e da reorganização do PC do B, em 27 de março de 1963. Pág. 245.

<sup>47</sup> Documento 50 anos de luta, 1972. Pág . 248.

<sup>48</sup> Idem.

e a passividade entre as classes defendidas pelas *teses oportunistas dos renegadores do marxismo*.<sup>49</sup>

#### **1.4 O impacto do XX Congresso do PCUS no PC do Brasil e a “opção” pelo maoísmo**

Como referimos o processo de organização, e desfecho do XX Congresso do PCUS, culminou com o esfacelamento do Comitê político do PC do Brasil. Houve um grande embate, dentro do Partido, a partir da discussão das Teses e foi nesse calor das divergências de concepções e orientações políticas é que surgem os primeiros indícios do rompimento que não tardaria a acontecer. Uma parte da comissão política do Partido acreditou que as denúncias feitas por Kruschev com relação a Stalin, e o modelo de postura política a ser adotada pelos partidos comunistas de todo o mundo, o pacifismo, devessem ser o caminho para um novo tipo de sociedade que não se guiaria mais pela luta de classes, mas sim pela conciliação das mesmas.

Este ponto da discussão tornou acalorados debates tanto os debates preparativos para o XX Congresso, quanto a Conferência do Partido em duas principais vertentes: a primeira, com a direção de Luiz Carlos Prestes, defendia a postura e tradição do PCUS, a segunda, composta pelos “descontentes”, eram encabeçada por grandes nomes do comitê central do Partido. Entre eles, destacou-se Maurício Grabois, deputado constituinte deste Partido em 1946, hábil nas palavras e grande articulador político, que participou do grupo de dirigentes que romperam com o pacifismo de Prestes, passando a reorganizar o PC do B.

---

<sup>49</sup> Grifos nosso, em destaque às ações em defesa das teses de coexistência pacífica defendidas pelo PCB, veementemente criticadas pelo Partido Comunista reorganizado, o PC do B.

Este dirigente, depois do PC do B já reorganizado, produziu um documento, que revelava todo o acirramento e a batalha das idéias no seio da direção do PC do Brasil antes do rompimento de 1962. A *Declaração de março* é a expressão máxima do fervor e das contradições em que estava mergulhado o PC naquele momento. Em *Duas orientações duas concepções*, editado em março de 1960, Maurício Grabois faz uma análise crítica sobre as novas concepções emitidas no documento Declaração de Março de 1958. Este documento é uma análise do discurso oposicionista à *Declaração de Março de 1958* e reflete a essência do impacto ideológico que as Declarações de Kruchev, durante o XX Congresso do PCUS em 1956, causaram no interior da direção política do Partido Comunista do Brasil. A base da crítica à *Declaração de Março de 1958*, feita por Grabois em “*Duas concepções, duas orientações políticas (1960)*” do início ao fim, visa enfatizar que a *Declaração* não exprime uma política ajustada nem tão pouco representa os interesses da classe do operariado da qual se dizia representante o Partido Comunista. Na avaliação do autor há um “*embelezamento do capitalismo*”<sup>50</sup> emitido no documento. Há nos dois primeiros capítulos uma incisiva crítica do posicionamento de aproximação e valorização do sistema capitalista. Na avaliação do autor, o imperialismo seria o principal responsável, ou coadjuvante no processo de industrialização, dominando assim setores essenciais da economia.<sup>51</sup>

Outro aspecto muito criticado por Grabois é o papel desempenhado pela burguesia neste processo fantasioso da direção do Partido Comunista. O autor

---

<sup>50</sup> Idem, pág. 227.

<sup>51</sup> Idem.

desenvolve sua análise sobre o tratamento privilegiado que a direção concedia na *Declaração*. Tece sua crítica ao deliberado interesse econômico e oportunismo da burguesia neste momento histórico, como força propulsora e aglutinadora de forças nacionais. Refere-se, inclusive, ao auge da indústria brasileira que, naquele momento, atendeu às expectativas e aos interesses deste segmento social.<sup>52</sup> Tratada como força consequente, enfatizou Grabois, a direção do PC desprezou as contradições de classes que separavam a burguesia da classe operária.

Há desde o princípio do documento uma nítida preocupação de Grabois, em desvincilar seu posicionamento em relação ao assumido pela *Declaração*, para a qual, a Revolução brasileira “(...) *na presente etapa é antiimperialista e antifeudal...*” para, em seguida, fazer *nova caracterização da revolução*. “*Esta passa a ser somente nacional e deve enfrentar unicamente as tarefas antiimperialistas (...).*”<sup>53</sup> Nessa caracterização do tipo de Revolução e caminho a ser tomada no caso brasileiro, residiu outra grande divergência em relação à linha político-ideológica que Grabois e outros seguiram. Nesse aspecto, o ponto principal da crítica de Grabois, centra-se na constituição de uma frente única relatada na *Declaração* como mola propulsora do processo que conduziria à Revolução brasileira. A declaração admite uma revolução eminentemente nacional. As questões cruciais ficaram relegadas para uma etapa posterior da revolução.<sup>54</sup>

---

<sup>52</sup> Idem.

<sup>53</sup> Idem.

<sup>54</sup> Idem.

Haveria, na crítica do autor, uma contradição de setores e dos interesses dos grupos sociais que se aglomerariam em torno da chamada Frente Única preconizada pela Declaração como alavancadora do caminho para a Revolução. Na Declaração, segundo o texto de *Duas Concepções, duas orientações políticas*, há uma ambigüidade estranha e explicitamente incoerente. No mesmo lado estariam “(...) *latifundiários e grupos da burguesia ligados a monopólios estrangeiros rivais dos monopólios norte-americanos.* (...)”<sup>55</sup> Essa junção bizarra estaria, segundo o autor, intrinsecamente ligada à concepção do modelo de revolução nacional, apontada na Declaração. Tal deliberação demonstrava, já em 1958, o caminho e o modelo de revolução optado que prevaleceu pela direção do Partido Comunista de então e que provocaria mais tarde, em 1962, sua mais significativa ruptura interna.

Há, porém uma admissão de possibilidade, na abordagem de Grabois, sobre a *Declaração* da convivência de forças não-revolucionárias e revolucionárias numa mesma frente, em determinado espaço de tempo e objetivos delimitados. Não como forças que atuariam no longo espaço de tempo, lado a lado com interesses e objetivos a serem alcançados numa revolução. Grabois aponta ainda, para a viabilidade, de acordo com a Declaração, de coexistência pacífica entre estes grupos antagônicos, diante de uma situação grave de atentado à integridade, como no caso da defesa da soberania nacional. Essa posição da *Declaração*, segundo o autor, incorre num perigo de interesse da condução do processo revolucionário em detrimento da classe operária, negação que poderia resultar num grave equívoco. Tendo os setores da burguesia entre suas fileiras,

---

<sup>55</sup> Idem.

pouco interesse haveria para atrair os setores de trabalhadores do campo e da cidade. Para Grabois, a urgência da questão nacional não deveria menosprezar as questões de ordem democrática, desprezadas pelos grupos e seus interesses presentes, como maior espaço e significância nesta frente.<sup>56</sup>

Segundo a análise de Grabois, o conteúdo da *Declaração* é comprometedor no que tange à importância da classe trabalhadora e da burguesia. Neste aspecto, segundo o autor, a Frente é restritiva e até excludente à classe operária. “A própria classe operária não é devidamente considerada, uma vez que suas reivindicações são inteiramente subestimadas. (...)"<sup>57</sup>

Muito embora, segundo o autor, esteja escrito na *Declaração* a necessidade da hegemonia do proletariado na revolução, não há na prática, pelas posições já assinaladas na crítica à mesma, a possibilidade de sua efetivação. Neste aspecto há uma indagação do autor sobre quem exerceria, de fato, as influências políticas sobre os camponeses nesta revolução preconizada pela *Declaração*: o proletariado ou a burguesia? A indagação também põe um questionamento na condução deste processo tendo em vista os antagonismos que separam as duas classes e os espaços e papéis que receberam cada uma delas na *Declaração*.

O poder, na avaliação do autor, constituiu-se na problemática onde se pôde perceber com maior clareza as manifestações de cunho ideologicamente identificadas com a direita no que diz respeito ao rumo e condução do processo revolucionário. Por exemplo, o ponto de vista de que na situação brasileira não seria possível o alcance da revolução, sendo necessário, então, tomar o rumo das modificações no sistema político

---

<sup>56</sup> Idem, pág. 229.

<sup>57</sup> Idem.

vigente, com a alternância de sucessivos governos.<sup>58</sup> Tal argumentação, para o autor, beira o acinte no que diz respeito à teoria marxista-leninista do Estado, que não pressupunha “(...) *esta tática gradualista, evolucionista.* (...)”<sup>59</sup> Seria conceber a crença de que nas circunstâncias da época, se conseguiria chegar às mais profundas transformações do regime, com táticas controversas, ao alcance do capitalismo para o socialismo. Grabois prolonga ainda sua análise ao criticar veementemente a *Declaração* por ter a ilusão de que a sociedade iria chegar ao poder através das “*forças revolucionárias*” de tal forma que não atenta para a contradição apresentada, na qual o governo ainda dispõe em seus quadros de elementos reacionários e progressistas. Desse modo, a *Declaração* acredita na eficácia da substituição gradativa das forças reacionárias pelas forças progressistas.<sup>60</sup> Na nossa análise, estas questões também evidenciam as divergências ideológicas que já permeavam a direção política do Partido neste momento histórico.

Grabois centra, portanto, sua crítica na contradição da *Declaração* que negaria, segundo ele, as facetas do capitalismo e a própria história do Partido, ressaltando, ao mesmo tempo, as artimanhas dos grupos reacionários que ocuparam o poder no Brasil e suas ações concretas para cercear a vida orgânica e legal do Partido. Constrói sua crítica apontando os golpes de cassações dos registros e mandados dos comunistas nos 38 anos de existência do Partido, dos quais apenas em dois deles houve vida legal. Para melhor embasar sua crítica, relata ainda a situação de atrelamento das organizações sindicais ao poder estatal do Ministério do Trabalho, o que acarretou poucas ações ou manifestações

---

<sup>58</sup> Idem, pág.230.

<sup>59</sup> Idem.

<sup>60</sup> Idem.

convincentes, muitas destas isoladas, e reprimidas sob ameaça de fechamento e intervenção.<sup>61</sup>

A passividade assinalada na *Declaração*, nos pontos levantados pelo autor, criava elementos para endossar a “via pacífica” que permearia o caminho da revolução brasileira, buscada pela maioria da direção do PC, na nossa análise. Seria uma revolução sem atritos nem conflitos de classes, o caminho “único” a seguir. A luta armada, e outras formas de alcance do poder, pela via da violência revolucionária preconizada pelo marxismo-leninismo estaria fora da ordem do dia no caso do Brasil. Aqui, segundo a crítica de Grabois, seria um dos países no mundo, onde tais estratégias seriam desnecessárias.<sup>62</sup>

O caminho pacífico apontado na *Declaração* e criticado pelo autor retiraria do Partido Comunista seu maior patrimônio político enquanto força de vanguarda, a capacidade de revolucionar a sociedade como partido do proletariado, para, em contraposição, deslumbrar-se com a situação do operariado numa “imobilidade consentida” que caracterizou este período. Há, ao que se percebe, na análise crítica do autor, uma fuga da direção do partido, ao optar pela via pacífica e ser depositária do capitalismo adaptado como caminho que conduziria a via pacífica da revolução brasileira, implicando na ingerência do veio ideológico sobre o imaginário da grande massa e restringir a ação do proletariado enquanto força revolucionária legítima e consequente.

---

<sup>61</sup> Idem.

<sup>62</sup> Idem, pág. 231.

A educação revolucionária do militante comunista é o ponto final da argumentação de Grabois. Dispõe-se o autor em denunciar de maneira explícita a importância da educação comunista. A questão ideológica ganharia importância na prática. Sem um trabalho de construção e formação revolucionário, o Partido, segundo o autor, possibilitou a circulação de idéias “*estranhas ao proletariado sem o necessário combate*”.<sup>63</sup> Ideologias burguesas estariam presentes em todas as instâncias do Partido. Sem um programa sistemático de educação marxista-leninista, segundo Grabois, abriu-se a guarda para penetração das ideologias burguesas e até mesmo imperialistas. Com maior soma de recursos e amplitude incontestáveis, as instituições e organismo ligados à burguesia e ao imperialismo têm tido livre acesso, segundo o autor, às fileiras do Partido. Há que se fazer menção, na análise de Grabois, às posições equivocadas e as debilidades do trabalho ideológico, as quais contribuíram para o enfraquecimento do espírito de combatividade e de sacrifício de que deveriam estar imbuídos os militantes comunistas.<sup>64</sup> O combate aos posicionamentos sectários esquerdistas, como forma para vislumbrar com maior nitidez a ação do Partido perante as massas, não diminui de nenhuma maneira, a urgência do combate incisivo e fundamental ao oportunismo então vigente. O momento imprescindível, “(...) é *golpear as tendências oportunistas de direita que constituem o principal perigo*”.<sup>65</sup>

A abordagem de Grabois centra-se na necessidade de redefinição de orientação da direção do Partido. Conclui assinalando a importância: “(...) de substituir a atual orientação do Partido por uma nova linha que corrija os erros de

---

<sup>63</sup> Idem, pág. 235.

<sup>64</sup> Idem.

<sup>65</sup> Idem.

*direita, sem incidir nos velhos erros esquerdistas e sectários*".<sup>66</sup> Aponta ainda para a necessidade de uma apurada caracterização da situação objetiva do país, bem como da revolução brasileira. Estabelecer como maior primazia as táticas e redefinir, a etapa, então vigente, da revolução.

Grabois conclui sua crítica á *Declaração de Março de 1958*, de maneira progressivamente embasada e historicamente contextualizada. A análise nos impressiona e intriga ao mesmo tempo, por revelar-se imprescindível para os estudiosos da história do Partido Comunista. A questão ideológica evidente neste documento tornou-se, afinal, além do motor que moveu o Partido, seu divisor no início de 1962. Perseguindo um modelo de Partido ainda não concebido por dentro, nem por fora, Grabois pôde esmerar sua crítica à *Declaração* tomando como base todo o impacto das Teses de Kruschev levadas a efeito em 1956. As contradições presentes no PCUS neste período da Guerra Fria tomaram de assalto as forças encantadas das organizações comunistas do mundo com as orientações incontestáveis da URSS. Ocorre um descontentamento e rompimento gradual com o modelo soviético. Estes impactos dentro do organismo político comunista no Brasil foi devastador, ocasionando fissuras grandes e pequenas tanto interna como externamento. As mudanças significativas apresentadas na crítica de Grabois demonstram o caminho sem rumo que viveu o Partido Comunista do Brasil neste ínterim, tendência presente em outras organizações comunistas do mundo, como na China, por exemplo.

---

<sup>66</sup> Idem.

A análise do documento *Duas concepções duas orientações*, pôde demonstrar, na nossa visão, a vivacidade do estudo dos reflexos do discurso e as tendências produzidas nesta etapa da Guerra Fria nos mais diversos setores da sociedade brasileira naquele momento. O discurso da oposição dentro do Partido Comunista e a adoção das teses do PCUS são bastante reveladores e demonstram que o embate teórico-ideológico não poupou nem mesmo as organizações de vanguarda, como os comunistas. Seus reflexos se produziriam mais tarde – 6 anos depois- com o Golpe Militar de 1964 no cotejo da avaliação histórica com referência ao antagonismo marcante entre os dois grupos aqui analisados: pacifismo entre as classes versus luta armada como caminho para o alcance do poder político e sua mudança estrutural, isto é, Revolução e tomada do poder.

## CAPÍTULO 2 - QUATRO CAMINHOS, UM MESMO SONHO: A REVOLUÇÃO

### 2.1. A conexão PORTO ALEGRE-SÃO PAULO-ARAGUAIA – Paulo Mendes Rodrigues, José Huberto Bronca, João Carlos Haas Sobrinho e Cilon Cunha Brum: a trajetória política dos quatro comunistas gaúchos do Araguaia

Ao iniciar este capítulo buscamos fazer um recorte temporal das vidas dos quatro comunistas gaúchos, depois guerrilheiros no Araguaia, procurando entender parte de suas vidas, a militância partidária, as razões e consequências que os levaram ao intento da luta armada no Araguaia. O método utilizado para tal perspectiva de análise foi o cotejamento das diversas fontes sobre os mesmos, tais como: monografias de conclusão de cursos, depoimentos de familiares, amigos de infância e de trabalho, boletins escolares, álbuns de família, cartas dos mesmos enviadas aos familiares, depoimentos de companheiros do Partido, periódicos e obras específicas que tratam da temática etc. Procuramos utilizar tais vestígios contextualizados à situação político-econômica do país e do Partido Comunista do Brasil, dando atenção especial para as condições e confrontamentos do Partido naquela conjuntura.

Nesta perspectiva de trabalho aqui desenvolvida, ganharam espaço as histórias de vida destes quatro gaúchos, ainda que apenas num recorte temporal previamente definido, através de suas experiências e suas aproximações com questões de cunho político, que foram desde a intenção humanista de ajudar o próximo e, por isso, a decisão de seguir a medicina, no caso de João Carlos Haas<sup>67</sup> ou até do ideal de liberdade através de uma Revolução, sempre presente

---

<sup>67</sup> Segundo depoimento de Sônia Haas a Melissa Rosa Wonghon em 28 de maio de 2001.

nos sonhos de José Huberto Bronca.<sup>68</sup> O mesmo podemos dizer de Cilon Cunha Brum que desde muito cedo, ainda na adolescência, demonstrou ser um grande companheiro de grupos que buscavam melhorias para a coletividade.<sup>69</sup>

Estes quatro gaúchos tiveram suas histórias de vida marcadas por momentos de grande efervescência de contestação à ordem então vigente. Os dois mais velhos, Paulo Mendes Rodrigues e José Huberto Bronca, segundo indícios levantados através dos relatos dos familiares e amigos, tiveram militância no antigo Partido Comunista do Brasil - de sigla PCB - ainda nos anos cinqüenta e viveram a conturbada experiência do Partido no apoio ao segundo governo de Getúlio Vargas. Estes dois militantes comunistas estavam também imbuídos do espírito de defesa do legado do proletariado universal, preconizado por Marx e endossado por Lênin, o que resultou no rompimento com a antiga direção e passaram a integrar o Partido Comunista reorganizado em 1962.<sup>70</sup> Mesmo pertencentes a famílias de classe média,<sup>71</sup> ambos enveredaram para o trabalho junto à classe operária. Paulo Mendes Rodrigues, foi um “dirigente” do Partido junto a esta classe. José Huberto Bronca, operário numa fábrica da capital que

<sup>68</sup> Segundo o depoimento de Vilson Ferreira Pinto, companheiro de fábrica, José Huberto Bronca confessou haver sonhado como combatente numa revolução armada.

<sup>69</sup> Cilon Brum, por sua vez, segundo depoimentos de colegas de escola e familiares, era muito atuante nos tempos de estudante, no Grupo Escolar Tiarajú, em São Sepé.

<sup>70</sup> Neste período em que milita no PCB – Partido Comunista do Brasil, Bronca, segundo relatórios das Forças Armadas, teria participado de curso de guerrilha em Cuba. Posteriormente, já como militante do PC do B, em 1966 ele viajou, junto com outro grupo de militantes comunistas deste Partido, para treinarem táticas de guerrilhas, dada a inspiração do PC do B, neste momento, pelo modelo político de guerrilha baseada na Guerra Popular Prolongada.

<sup>71</sup> Paulo Mendes Rodrigues foi economista formado pela UFRGS em 1959, tendo se associado ao conselho regional de economia do Rio Grande do Sul – CORENCON/RS. José Huberto Bronca, não fez curso universitário, estudou o curso de mecânica na Escola Estadual Parobé e foi mecânico de aviação da Varig, concretizando seu sonho por aeronaves, demonstrado desde criança quando construía aeromodelos e pandorgas para os irmãos e amigos. Foi um grande esportista e ganhou vários títulos de remo no clube Regatas Vasco da Gama de Porto Alegre. Em fins de semana ainda desafiava a gravidade no seu monociclo, sua grande paixão, pelas ruas do centro quando foi convidado por amigo para fazer shows para crianças em uma sociedade Israelita.

produzia, além de parafusos e máquinas uma gama de prováveis quadros políticos os quais eram disputados por diversas forças e organismos políticos entre os quais se destacou o Partido Comunista Brasileiro (O PCB) o Partido Comunista do Brasil – O PC do B, a AP - Ação Popular, e a JUC - Juventude Operária Católica.<sup>72</sup> Por situar-se próxima à Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), entre Sarmento Leite e Avaí, era comum, em meados da década de sessenta, avistar João Carlos Haas na frente desta fábrica. Além do talhe e do sorriso alvo, sempre o acompanhava um certo volume de panfletos do Partido. Neste período também havia no centro da capital, na Avenida João Pessoa em frente a faculdade de Direito, um restaurante, cujos os proprietários eram portugueses, que facilitava a circularidade das ideologias das organizações políticas.<sup>73</sup>

Foi neste ambiente de aproximação e disputa por novos militantes, principalmente na Industria Micheletto que viveram - Paulo, Haas e Bronca - parte importante de suas trajetórias políticas. Neste caso, havia operários que ingressavam nas fileiras de algumas destas organizações que estavam então esfaceladas e que montavam estratégias para a aproximação dos mesmos. Havia, ao que se sabe, uma “escolha” – por parte da militância intelectual, leia-se os estudantes da UFGRS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – e de João Carlos Haas entre eles. Aquele local de almoço era também freqüentado

---

<sup>72</sup> O nome desta Indústria era Irmãos Micheletto. Relatos de companheiros e familiares, nos indicam que estes dois militantes tiveram papel destacado na condução do processo de arregimentação de novos militantes e simpatizantes para o PC do B, principalmente Bronca, que trabalhou na fábrica durante alguns anos, tendo realizado e organizado greves, chegando a ser demitido pela mesma empresa .

<sup>73</sup> Segundo os relatos de Pedro Machado Alves e Vilson Pinto operários da Indústria Michelletto à época.

assiduamente por operários, a classe legitimadora para a engrenagem da luta de classes defendida, naquele momento, pelas organizações políticas acima citadas.

## 2. 2. Cartas às famílias

O papel desempenhado pelos familiares e amigos mais próximos mostrou-se importantíssimo para a construção de alguns elementos que possibilitaram identificar, desde muito cedo, as aptidões e preferências destes gaúchos. Há que se fazer menção especial aos acervos particulares dos familiares. Nestes, pudemos encontrar além de muitas fotos, as cartas dos mesmos às famílias. Estes indícios demonstraram um caminho semelhante dos quatro gaúchos: a saída de Porto Alegre até o engajamento na luta armada no Araguaia. Estas cartas remetidas para as quatro famílias com motivações particulares evidenciaram em algum dado momento, ainda que veladamente, o engajamento político partidário e o deslocamento destes militantes para um lugar distante por tempo indeterminado.<sup>74</sup> Não podemos deixar de mencionar que tais cartas eram remetidas de locais e origens diferenciadas e entregues de maneira também particulares, o que iremos tratar com mais detalhes posteriormente. É provável nos casos aqui tratados, em pelo menos três destes, ter havido correspondências emitidas a partir da região do Araguaia.

Chama-nos atenção a utilização de estratégia inusitada e velada por parte dos guerrilheiros – provavelmente seguindo orientação do Partido - para que tais cartas chegassem até seus familiares. Nos três primeiros casos aqui levantados

---

<sup>74</sup> Os guerrilheiros, ao que nos evidenciam os indícios levantados, seguiram uma orientação do *Bureau* político do PC do B quanto a correspondências para os familiares.

há indícios de que as cartas tenham sido entregues em mãos por alguém, ou até mesmo postadas em algum outro lugar para, a partir daí, chegarem aos seus destinos.

No caso de Paulo, Bronca e Haas, evidencia-se, pelo conteúdo das mesmas, que de alguma maneira havia uma conexão ou rede de informações sobre acontecimentos dos familiares destes e o núcleo dirigente do PC do B em São Paulo. Um destes indícios pode ser confirmado com a notícia de que Haas seria um assaltante de banco procurado pela polícia paulista a partir de denúncia de um jornal de seu estado.<sup>75</sup> Depois disso as freqüentes cartas à família rarearam. Outra evidência desta conexão foram às cartas que Paulo Mendes Rodrigues enviou à família entre os anos de 1966 a 1970. Nestas, constatamos a facilidade de enviar, além das cartas, presentes para toda a família. Havia por parte de Paulo a segurança de que as mercadorias seriam entregues à família. José Huberto Bronca enviou algumas cartas, porém, a mais marcante foi a última delas, na qual lamentou a morte do pai, porém demonstrou alegria e otimismo em uma vitória próxima.

Estes três militantes gaúchos, Haas, Bronca e Paulo, obviamente se conheciam e mantiveram contatos em Porto Alegre. O que vem a nos auxiliar nesta perspectiva, além da militância política na mesma base, foram as viagens de Haas e Bronca - e alguns relatos nos apontam também para Paulo Mendes - para a China entre 1964 a 1966, bem como a retirada de Haas para Porto Franco (MA) e de lá para a região do Araguaia, onde Paulo M. Rodrigues já havia fixado

<sup>75</sup> Diários de Notícias, 1969. Matéria “Este médico gaúcho é um terrorista, a mãe e a irmã não podem acreditar”.

residência, desde 66/67, e mantinha uma extensão de terra maior que muitos posseiros da região, a qual depois veio servir como terras para moradia e plantação para o restante dos guerrilheiros que chegavam, inclusive Haas.

Cilon Cunha Brum, o último dos quatro guerrilheiros gaúchos do Araguaia, natural de São Sepé, chegou a Porto Alegre aos 17 anos para trabalhar e estudar. Também ele enviou cartas à família quando se mudou para São Paulo, o que ocorreu durante mais de três anos. Em três destas cartas, deixou transparecer que estava envolvido com “problemas de ordem política”.

O que há em comum entre os últimos contatos destes quatro guerrilheiros gaúchos do Araguaia? A forma repentina como os mesmos se ausentaram das cidades onde viviam até então, em decorrência principalmente das implicações por suas atividades políticas, bem como a aparentemente acessibilidade em darem notícias. Evidenciam-se indícios de como puderam se comunicar com os familiares durante alguns anos após suas partidas. Quem entregou tais cartas? Qual a conexão ou rede de informações que existia entre o Comitê Central, a região metropolitana de Porto Alegre e o Araguaia? Estas são questões muito sigilosas que habitam o espaço que muitos chamam de “sigilo partidário”, porém é nosso intuito contribuir para entender algumas destas conexões e sigilos nos quais estão mergulhadas as vidas e militâncias destes quatro comunistas gaúchos.

### **2.3. A Comunicação na Guerrilha do Araguaia: as cartas**

Na história da Guerrilha do Araguaia a comunicação desempenhou um papel fundamental para a articulação política entre os guerrilheiros e o Partido.

Desta maneira o Partido manteve, desde o princípio, a comunicação como ponto central das ações entre a Comissão Militar e os Destacamentos que não se conheciam até o início do conflito. Assim o Comitê Central, na Guerrilha, mantinha contatos apenas com os membros da Comissão Militar e esta última mantinha informados, sistematicamente, os membros do Comitê Central – *bureau* político – do Partido Comunista do Brasil.

Este foi o mecanismo utilizado pela direção do Partido para proteger tanto os membros desta direção quanto os guerrilheiros. Necessitava-se de disciplina para a permanência e a sobrevivência de todos. Esta mesma segurança foi também utilizada para estabelecer o controle e a averiguação daqueles militantes que estavam “aptos” a encarar o desafio de morar numa região inóspita como a escolhida para a deflagração da Guerrilha, o Araguaia, e lá permanecerem por um tempo indeterminado sem manter contatos. Porém, foi permitido escrever cartas esporadicamente.<sup>76</sup>

Luzia Reis Ribeiro, codinome de *Lúcia*, ou *baianinha*, na Guerrilha, em depoimento, traduziu como foi seu processo de “escolha” para a Guerrilha em um lugar e região até então desconhecidos para ela, e a preocupação dos dirigentes do Partido com comunicação a segurança.<sup>77</sup>

O Regional colocou as opções: você fica clandestina na cidade, correndo risco de ser presa, ou vai para outra área do Partido. Uma área que tem ida, mas não tem volta. Significava que você deveria morar lá, e não podia ficar voltando para a cidade. Nesse período, passaram a ocorrer outras prisões de pessoas conhecidas nossas, de várias organizações. Optei ir para essa área especial, sabia que era um tipo de atividade totalmente diferente, mas não tinha idéia clara.(...) Antes fiquei

<sup>76</sup> Afirmação a partir de depoimentos os quais evidenciaram que muitas cartas foram entregues aos familiares dos guerrilheiros.

<sup>77</sup> Depoimento coletado por Andréa Cristiana Santos, Salvador-BA, em dezembro de 1999.

no Rio. Fui de ônibus, fiquei na casa de uns parentes. A orientação do Partido era que eu me restringisse a uma vida pacata, que o Partido me procuraria. E realmente aconteceu. O Partido me colocou em contato com Maria Célia Correia e Tobias Júnior, dois companheiros do Rio que também iriam se deslocar. O Partido nos levou a S. Paulo duas vezes, o primeiro contato com a direção foi informal com dois dirigentes, que não lembro os nomes, para que a direção o ultimo contato foi com **Maurício Grabois, Carlos Danielli, Paulo Rodrigues e Lincoln Oest**, que me levava para São Paulo.<sup>78</sup>

E o depoimento de Elza Monnerat:

(...) todos os camaradas dos que foram prá lá, foram sabendo que eles iam prá ficar, porque eles estavam também fazendo a revolução desde muito antes. Então os Estaduais mandaram para o Comitê Central esses companheiros, e o companheiro chegava, tinha uma reunião com o Amazonas, o Grabois, o Carlinhos Danieli, e nessa reunião era feita uma discussão política e colocado o problema da ida para o Araguaia. Então mostrando mesmo prá eles que era completamente diferente a vida no Araguaia, daquela vida que se tinha na cidade, daquela vida de estudante, lá a vida era dura.(...).<sup>79</sup>

Os depoimentos de Luzia Reis Ribeiro e Elza Monnerat deram à dimensão das implicações que ir para a luta armada representava. Para a “escolha” houve uma espécie de triagem inicial desde a militância e deliberação de partida pelo Comitê Regional da Bahia até sua chegada a São Paulo, tendo antes passado pelo “estágio” dos primeiros contatos no Rio, quando a mesma encontrou-se e dialogou longamente com os membros do Comitê Central do Partido. Houve, desde o primeiro contato, uma seqüência de conversas-entrevistas com Carlos Nicolau Danielli, Lincoln Oest e, por fim, Maurício Grabois. Chamou-nos, também, atenção no depoimento de Luzia Reis Ribeiro, a presença de Paulo Rodrigues em inícios de 1972, evidenciando-se a tarefa assumida por este dirigente naquela ocasião. O mesmo aparece como encarregado de levá-la até a região do

<sup>78</sup> Grifos nossos em destaque para a presença dos membros do CC do PC do B em reunião na qual Paulo Mendes Rodrigues estava.

<sup>79</sup> Texto transcrito do *DEBATE COM ELZA DE LIMA MONNERAT*, uma das primeiras dirigentes do PC do B a chegar na região da Guerrilha do Araguaia Goiânia, abril de 1993 – Acervo cedido por Romualdo Campos Filho a Deusa Maria de Sousa.

Araguaia. A fala de Luzia permitiu ainda vislumbrar uma rede complexa de informação e de segurança montada pelo Partido a partir dos Comitês Regionais que deliberavam quanto às situações de militantes que se encontravam, naquele momento, em situação de risco de vida. Tal afirmativa permite, então, fazer o exercício de compreensão para discutir como provavelmente funcionava a comunicação entre os membros do Comitê Central do Partido, o *bureau* político, Comitês Regionais e a Comissão Militar da Guerrilha, pois apenas esta última tinha trânsito nos três destacamentos montados nas matas do Araguaia. Desse modo, somente esta última tinha condições de coletar estas “cartinhas” de várias militantes enviadas aos familiares e dirigi-las aos membros do *bureau* político, o qual, por sua vez, as remetia para os Comitês Regionais, os quais as repassavam, pessoalmente ou por terceiros, às famílias, ou ainda, as postavam nos correios das grandes cidades como Rio, São Paulo ou até mesmo no exterior.

No último contato feito com Mauricio Grabois, membro do Comitê Central do Partido e do *bureau* político da Guerrilha, Luzia resumiu o teor das conversas estabelecidas pelos membros do CC do Partido e estes “escolhidos” antes da chegada no Araguaia. A conversa seguiu o caminho desde a conjuntura política nacional e internacional daquele período, até a situação da implementação da luta no campo. Todavia, a maior preocupação dos membros do CC ali presentes, evidenciada através desta entrevista, era com a consciência revolucionária e a abdicação total da vida que se viveu até então para o pleno envolvimento que tal tarefa exigia diante do desafio de ir para o interior do Brasil. E relatou ainda:

Claro, ele (Grabois) disse que era uma viagem sem volta, que eu podia de vez em quando **fazer uma cartinha**<sup>80</sup> e não podia ficar indo e voltando para a área, caso quisesse. Falou também que os revolucionários não deveriam temer os sacrifícios e os riscos e que as comodidades das cidades deveriam ser substituídas pela vontade de se integrar à luta do povo e se eu estaria disposta.<sup>81</sup>

Esta passagem do depoimento de Luzia Reis Ribeiro é elucidativo para a compreensão das dificuldades e o desconforto resultante da decisão de deixar os lares para trás e ingressar na luta armada no campo. Esta “garantia” de desprendimento do conforto material buscada pelo Partido durante as entrevistas teve, na nossa análise, a intenção de desvelar a plena dedicação numa luta que primava por buscar a liberdade e a dignidade humanas e sob as quais a grande maioria rumou para o Araguaia. Estas foram também as principais justificativas evidenciadas nas muitas cartas enviadas aos familiares, muito embora alguns não compreendessem, as razões que levaram tantas lideranças - estudantis, operárias e profissionais liberais - a tal intento.

As cartas enviadas às famílias tiveram o papel primordial de informar tal decisão e, ainda que veladamente, dar alento aos parentes para alimentar a esperança de *uma breve e triunfante volta*,<sup>82</sup> algo que nunca ocorreu. Para melhor compreender estas decisões, ao deixar o lar e se embrenhar na mata, faz-se necessário conhecer a trajetória de vida e a militância, antes do ingresso no Araguaia, de cada um destes gaúchos.

## 2.4. Paulo Mendes Rodrigues: o economista que virou “fazendeiro” e “médico” no Araguaia

---

<sup>80</sup> Grifos nossos.

<sup>81</sup> Evidencia-se nesta fala a determinação de um membro do bureau político de permitir a possibilidade do envio de mensagens tranquilizadoras para as famílias dos militantes, as cartas.

<sup>82</sup> Nas cartas destes gaúchos esta esperança estava evidente.

A tentativa de traçar um perfil do militante Paulo Mendes Rodrigues mostrou-se uma tarefa árdua, mas não impossível. Houve, porém, duas principais dificuldades: a primeira foi colocada pela arbitrariedade e a censura do regime ditatorial. Não há registros impressos que nos levem a compreender mais a vida e a militância de Paulo Mendes Rodrigues já que os registros dos partidos políticos foram cassados, os partidos políticos existiam através das ações das militâncias. Neste sentido, pode-se examinar o caso do PC do B no Rio Grande do Sul na década de 1960. Não há no Diretório Estadual deste partido qualquer documento emitido à época em questão, tampouco dirigentes que possam nos auxiliar muito a respeito de Paulo Mendes Rodrigues. A segunda dificuldade apontada ao longo do processo de coleta de dados sobre o referido militante foi o silêncio – embora compreensível – imposto pelos familiares do mesmo. O que pudemos levantar através de diversas fontes, a maioria oral, foram fragmentos da aparição do mesmo em reuniões do Partido em Porto Alegre em fins de 1965<sup>83</sup> e, ainda, contar com ajuda de alguns relatos de pessoas próximas que, por razões particulares, preferiram manter o anonimato.

## **2.5. O guerrilheiro gaúcho “sem rosto” e “sem rastro”**

Durante os anos de 1980 foram produzidos os primeiros cartazes estampados com fotos dos guerrilheiros do Araguaia, tais cartazes indagavam

---

<sup>83</sup> No Depoimento de José Ouriques Freitas, o mesmo diz acreditar que no inicio de 1967, tenha encontrado e se reunido com Paulo Mendes Rodrigues, na residência do mesmo, no centro da capital com objetivo de traçarem estratégias para uma ação conjunto entre a AP e o PC do B. Todavia o envio das cartas de Paulo Rodrigues à família, deu-se a partir julho de 1966, contrariando esta versão.

onde os estariam os mesmos.<sup>84</sup> Um destes cartazes ficou famoso pelas mãos de Alzira Grabois, símbolo da luta dos familiares e que em certa ocasião foi comparada, por semelhante suplício, às mães da Praça de maio na Argentina.<sup>85</sup> O cartaz foi reimpresso pela comissão de propaganda do Partido Comunista do Brasil e virou bandeira de luta empunhada pela militância do PC do B de todo país nas décadas de 1980 e 1990. O cartaz continha o seguinte enunciado: “*Desaparecidos políticos na Guerrilha do Araguaia* - Sul do Pará de 12 de abril de 1972 a 05 de janeiro de 1975: PC do B - Partido Comunista do Brasil. O mesmo estampava ainda fotos, nomes e codinomes dos guerrilheiros. Há, todavia uma organização prévia destas fotos e nomes. Na primeira coluna, em destaque, os membros do *bureau* político do PC do B mortos no Araguaia na consequência desta. Ainda na mesma coluna, estão dispostas as fotos de quatro dirigentes da Guerrilha: Maurício Grabois e Ângelo Arroyo, ambos membros do secretariado do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, o primeiro morto em combate e o segundo na Chacina da Lapa em 1976. Logo após seguem os nomes de dois gaúchos, Paulo Mendes Rodrigues e José Huberto Bronca, estes últimos, membros efetivos do Comitê Central do Partido Comunista. Há, porém, um espaço sem fotografia. Este é preenchido por uma ilustração de um guerrilheiro com “punho firme em riste”, representando Paulo Mendes Rodrigues<sup>86</sup>, único membro do Comitê Central do Partido sem identificação fotográfica. Tal ausência de identificação fotográfica de um membro do Comitê Central do Partido nos instigou

<sup>84</sup> Segundo relato de Victória Lavínia Grabois, filha de Maurício e Alzira e viúva de Gilberto Olímpio Maria, o primeiro cartaz foi confeccionado pelo Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) em 1980.

<sup>85</sup> Alzira Grabois era esposa de Maurício Grabois, o Mário, ou *velho* na Guerrilha, mãe de André Grabois, o *José Carlos*, o *Zeca*, e sogra de Gilberto Olímpio Maria, o *Pedro*, os três desaparecidos no episódio do Araguaia.

<sup>86</sup> Citamos que na disposição do cartaz há outras fotos preenchidas pela mesma ilustração.

a conhecer a trajetória política deste dirigente.<sup>87</sup> Praticamente não havia informações pessoais ou políticas do mesmo, até os dados disponibilizados no *site* oficial dos desaparecidos políticos brasileiros eram contestáveis e evasivos<sup>88</sup> todavia, contraditoriamente, sua trajetória de vida na região Araguaia foi marcante, bastante preservada na memória coletiva dos moradores. A partir desta contradição - sua vida no Rio Grande do Sul, o silenciamento da família, e outra vida na região do conflito - foi neste imenso vácuo que buscamos investigar quem foi este comunista gaúcho.

Paulo Mendes Rodrigues, era o único homem dos dois filhos de Francisco Alves Rodrigues e Ottilia Mendes Rodrigues. Nasceu em Cruz Alta em 25/09/31 e sua carteira de reservista, assinada pelo Comandante do 17º Regimento de Infantaria, tinha o número nº 43.442 de 31/01/1951. Fez exame no antigo supletivo, o chamado artigo 91, para aquisição da licença ginásial na Escola Normal Annes Dias em 1950, aos 19 anos. Nesta época, ainda muito jovem, começou a trabalhar numa ourivesaria, tendo neste ofício aprendido o trabalho artesanal de ornamentação em metal de fivelas de cintos. Há indícios de que neste período teve contato com as primeiras noções do comunismo e do materialismo histórico.

Formou-se em Contabilidade pela Escola Técnica de Comércio de Cruz Alta/RS, em 12/12/1953 aos 22 anos. Ainda no mesmo ano de 1953 transferiu-se para São Leopoldo, mais tarde, em 1957, ingressou na UFRGS, proveniente da

---

<sup>87</sup> Durante o processo de coleta de informações e dados para levantamento de dados sobre Paulo Mendes Rodrigues foi localizada, através de uma fonte que prefere manter o anonimato, uma fotografia 3x4 do mesmo que foi reconhecida por um membro de sua família. Esta fotografia revelou o rosto ausente das publicações sobre os mortos e desaparecidos no Araguaia.

<sup>88</sup> [www.desaparecidospoliticos.org.br](http://www.desaparecidospoliticos.org.br) acessado dia 22/09/05.

Faculdade de Ciências Econômicas de Santa Catarina (Florianópolis), por transferência voluntária, para cursar a 2<sup>a</sup> série do Curso de Ciências Econômicas. Concluiu o curso em 28/12/1959, tendo colado grau em gabinete, aos 28 anos. Seu diploma foi expedido em 10/12/1960.<sup>89</sup> Como único filho homem do casal, sempre desempenhou um papel de companheiro e “homem da família” para sua única irmã, principalmente depois da morte do pai, Francisco Alves Rodrigues, em 1946. Foi um homem discreto em suas ações. Pouco transpareceu para a família insegurança, descontrole ou qualquer indisciplina. Era um estudioso, lia muito e aventurava-se para o conhecimento além da Economia. Sabe-se que tinha conhecimentos de medicina e enfermagem.<sup>90</sup>

Muito atencioso com os sobrinhos, filhos de sua irmã, procurou ensinar-lhes lições de higiene e limpeza para que não contraíssem vermes. Além disso, fazia uso de fitoterápicos para prevenção de doenças, demonstrando, já neste período, ser conchedor das noções básicas de sobrevivência. Isto, em sua estada ainda em São Leopoldo. De sua atuação, já no Araguaia, temos um depoimento de uma moradora que nos permite compreender o papel que o mesmo assumiu ao chegar na região do conflito; além de fazendeiro, o de “médico” para população local:

(...) Eu mesmo, tenho um menino que “ta” até aqui em casa, eu “tava” grávida nessa época e até ia perder esse menino se não fosse a Dina, lá fez meu tratamento com **Dr. Paulo**.<sup>91</sup> Ele era ginecologista e me ajudou muito inclusive ele disse assim: você vai para a cidade, fazer uma cesária, operar, porque esse menino não vai nascer normal. E não

---

<sup>89</sup> Dados fornecidos por pessoa que conviveu com o mesmo, que prefere não ser identificada.

<sup>90</sup> Há indícios de aptidões pela saúde tenham sido adquiridas do pai, Francisco Alves Rodrigues, pois o mesmo teria desempenhado papel de enfermeiro no Exército, segundo o relato de D.C.M, que prefere não ser identificada.

<sup>91</sup> Grifos nossos.

nasceu normal, foi um enfermeiro lá de Xambioá que me tirou ele através de ferro.<sup>92</sup>

Ainda vivendo entre São Leopoldo e Porto Alegre, já formado em economia pela UFGRS, trabalhou como economista, numa das mais conceituadas empresas de confecção de roupas masculinas da capital gaúcha.<sup>93</sup> Há relatos de que a vida discreta tenha sido uma marca presente para as pessoas de sua família. Ao que se sabe, era comum nesta família, nenhum membro interferir ou opinar nas questões pessoais de outro membro, mesmo em questões delicadas como a militância política numa época em que isso significava risco à própria vida.

Nesta época havia já uma desconfiança de que Paulo tivesse envolvimento com organismo político, porém isso era um assunto encarado com certo tabu dentro da família. Todos desconfiavam, mas ninguém tocava neste assunto. Era um assunto dele. Em diferentes relatos coletados referentes ao perfil de Paulo M. Rodrigues, sua figura atenciosa e o zelo com que tratava as crianças ganharam bastante espaço na memória dos depoentes.

Ele foi um homem de muitos amigos. Quando chegou em São Leopoldo em fins de 1953, vindo de Cruz Alta, com ensino técnico secundário em contabilidade, logo conseguiu trabalho em Porto Alegre.<sup>94</sup> Nesta época, um diploma de ensino técnico contábil era garantia de um certo *status* e um bom emprego, o que de fato ocorreu com Paulo. Há indícios de que o mesmo tenha trabalhado durante dois anos em algum emprego, do qual nada se sabe, e depois ter morado, por pelo

---

<sup>92</sup> Entrevista com D. Domingas, concedida a Romualdo Pessoa Campos Filho - Moradora de São Geraldo durante a Guerrilha do Araguaia - Araguaína – julho de 1992.

<sup>93</sup> Segundo os relatos nos apontam para a Fábrica Jack – trajes masculinos, situada à rua Pernambuco, na capital.

<sup>94</sup> Há imprecisão sobre o local e o tipo de emprego.

menos um de ano, em Florianópolis. É deste período, 1956, que consta a participação do mesmo em curso de extensão universitária promovido pela UCE – União Catarinense de Estudantes, entidade representativa dos estudantes universitários de Santa Catarina.<sup>95</sup> Em 1957 ingressou na UFGRS, proveniente da Faculdade de Economia de Santa Catarina, tendo e concluído seu curso em 1959, formando-se discretamente por gabinete, como mandava a discrição familiar.

Alguns depoimentos nos apontam sua simpatia e, talvez, proximidade ao político Leonel de Moura Brizola e que, segundo estes, tal afinidade o levaram a trabalhar junto a este governador no Palácio Piratini, provavelmente durante o governo iniciado em 1958.<sup>96</sup> Esta informação, negada pelo setor de Recursos Humanos do Palácio Piratini, nos levou a acreditar que o mesmo tivesse desempenhado, talvez, alguma tarefa partidária remunerada pelo Partido Comunista e para justificar a freqüente ausência e tranquilizar a família tenha utilizado esta informação. Em 1960 já era portador do diploma de bacharel em economia. Em 27/06/62 associou-se ao Conselho Regional de Economia do Rio Grande do Sul – CORECON/RS, trabalhando como economista na empresa de vestuário masculino já mencionado. De 1964, há relatos de uma viagem de Paulo Mendes Rodrigues, Osvaldo Orlando da Costa, Daniel Callado – estes três últimos foram guerrilheiros no Araguaia - e mais sete comunistas para a China.

---

<sup>95</sup> Curso de Extensão Universitária, dirigido pela U.C.E. - *União Catarinense de Estudantes* - e ministrado pelos conferencistas: George Agostinho da Silva, Pe. Francisco de Salles Bianchini, Othon da Gama Lobo Deça, Plínio Salgado Olympio Guilherme, Carlos Gomes de Oliveira, Oswaldo Rodrigues Cabral, Antenor da Silva Pupo, Paulo Brossard de Souza Pinto e Maria Tavares, no período de 08 de outubro a 12 de novembro de 1956 em Florianópolis. Não sabemos qual a natureza deste “curso de extensão”.

<sup>96</sup> Essa informação foi negada pelo setor do Departamento de Pessoal do Palácio Piratini e da Secretaria Estadual de Administração. Porém, militantes comunistas afirmam, veementemente, tê-lo conhecido desempenhando papel de economista no serviço público estadual do Rio Grande do Sul.

Tratava-se da primeira turma, com o objetivo de estudos teóricos e treinamento militar durante dez meses.<sup>97</sup>

Vitória Lavínia Grabois, filha de Alzira e Maurício Grabois, ressaltou, em depoimento, a viagem que fez com o marido Gilberto Olímpio para Guiratinga no estado de Mato Grosso, em início de 1965. Segundo ela, “*Lá, juntamente com Paulo Mendes Rodrigues e Osvaldo Orlando da Costa tentaram organizar os camponeses na resistência à ditadura. Em 1965 foram obrigados a abandonar o trabalho por problemas de segurança*”<sup>98</sup> Relatou ainda “*Paulo tinha um jeep e era “sócio” do Gilberto em um negócio de venda de roupas; Osvaldão era garimpeiro, na região e eu professora e dona de casa. Minha tarefa era o apoio logístico e também angariar o apoio das populações; Gilberto e Paulo de reconhecimento de toda a região oeste de MT; Osvaldão inserção com as massas.* No mesmo depoimento, Vitória ressaltou o período - de 1961 a 1963 – em que Gilberto Olímpio esteve na Tchecoslováquia na companhia de Osvaldo Orlando da Costa de quem se tornou grande amigo. Isso nos levou a concluir que Osvaldo Orlando e Paulo Mendes Rodrigues recém-chegados – provavelmente da China - foram juntar-se a Vitória Grabois e Gilberto Olímpio Maria em Guiratinga.

---

<sup>97</sup> Esta informação foi dada por Paulo Ribeiro Martins, que foi militante do PC do B. E nesta viagem a China Paulo Mendes Rodrigues esteve entre os membros do Partido. Segundo nossa conclusão esta foi a primeira turma (1964). A segunda foi aquela na qual José Huberto Bronca tomou parte (1965), e na terceira tomaram parte (1966) João Carlos Haas Sobrinho e Michéas Gomes de Almeida, o Zezinho.

<sup>98</sup> In: [www.desaparecidospoliticos.org.br](http://www.desaparecidospoliticos.org.br) acessado dia 22/09/05. Esta versão foi confirmada por Vitória Grabois em contatos via correio eletrônico. Ela também negou veementemente a passagem de Paulo Mendes Rodrigues pela antiga Tchecoslováquia para fins de estudos, como se pensou e ainda se comenta, a exemplo de Gilberto Olímpio, seu marido, e Osvaldo Orlando da Costa – o Osvaldão – estes últimos, assim como Paulo Mendes Rodrigues, guerrilheiros desaparecidos na Guerrilha.

Provavelmente após a frustrada tentativa de Guiratinga - em 1966 - Paulo Mendes após retornar ao Rio Grande do Sul afastou-se novamente desse estado sob a alegação de uma viagem para o Rio de Janeiro. Neste mesmo ano, segundo Dynéas Fernandes Aguiar, os comunistas Paulo Mendes Rodrigues e José Huberto Bronca, entre outros, foram eleitos membros do Comitê Central durante a VI Conferência do Partido realizada em São Paulo, no mês de junho de 1966.<sup>99</sup>

Registra-se na data de cinco de julho de 1966 a primeira de uma série de cartas enviadas à família e entregues em casa sem carimbo ou selo de postagem, juntamente com embrulhos de alguns “presentinhos” para os parentes, demonstrando carinho e ternura para com todos. Nestas cartas, sempre havia uma descrição minuciosa dos agraciados pelos mimos por ele enviados. Fazia questão de contemplar desde os mais novos aos mais velhos membros da família.<sup>100</sup> Na primeira carta chama-nos atenção uma principal, porém imperceptível para os familiares, justificativa da saída do mesmo do Rio Grande do Sul, bem como da opção e abnegação pela ideologia política na qual acreditava. Há no texto desta carta, mesmo indiretamente, um misto de melancolia e despedida nas bem trabalhadas palavras de Paulo M. Rodrigues. Ressaltou, em síntese, ser conhedor da felicidade e da vontade pessoal que era ficar e estar entre a família. Todavia, deixou transparecer que circunstâncias da vida social imperavam sobre o mesmo, que permearam sua decisão de partir. É provável que o preâmbulo bem elaborado tivesse o propósito de não denunciar sua opção pela

<sup>99</sup> Esta informação foi fornecida por Hélio Ramires Garcia e confirmada por Dynéas Fernandes Aguiar, por telefone, ambos militantes antigos do PC do B – também viajaram para China para preparação teórica e militar para Guerrilha, embora não tenham ingressado na luta armada do Araguaia - e presentes à VI Conferência intitulada “*União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista*” em São Paulo no ano de 1966.

<sup>100</sup> Os presentes geralmente personalizados eram: vestidos, camisas de tergal entre outros.

luta armada, porém aquela carta viesse a servir, em algum dado momento, como testemunho do amor incondicional que o mesmo nutriu, até o último momento, pela pequena e calorosa família, resumida em sete pessoas, caso algo de muito grave o acometesse. As sete pessoas eram a mãe, a irmã e o cunhado e seus quatro filhos. Sabe-se que neste período ele chegou à região do Araguaia.

A segunda carta datada de outubro do mesmo ano (1966) tem origem grafada por ele, certamente fictícia, de Curitiba/PR. Nesta não há nenhuma revelação, apenas a menção de saudades e descrições dos presentinhos. Registra-se que neste período Paulo Mendes Rodrigues, tenha visitado os familiares por duas diferentes datas, ambas provavelmente em 1969. Há que se mencionar que nestas visitas Paulo estava, segundo relatos, com a aparência saudável, evidenciando assim que o mesmo encontrava-se bem nutrido e gozando de boa saúde. Ainda em 1969, o mesmo reapareceu sob a alegação de que havia se submetido a uma cirurgia de apendicite, argumentando, ainda, que necessitava ficar um pouco em casa para repousar e recuperar-se da “cirurgia”. Como não havia interferência da família nas vidas nem nos assuntos dos outros, nunca houve qualquer curiosidade ou desconfiança de que aquela reclusão pudesse ser problema de qualquer outra ordem. Registra-se também deste período, as visitas sistemáticas de duas desconhecidas moças apresentadas à família como “enfermeiras” e que freqüentemente o visitavam para refazerem o curativo em casa, à portas fechadas.

Após este período, no fim do mês de dezembro deste mesmo ano, poucos dias depois do casamento de uma sobrinha, Paulo reapareceu novamente e

passou o ano novo com a família. Esta atitude quase inesperada demonstrou que, de alguma maneira, ele acompanhava, mesmo à longa distância o que acontecia com sua família. Em início de 1970, em dezesseis de janeiro, enviou a terceira carta endereçada aos familiares. Nesta não há local de origem, tão pouco qualquer dado ou menção de qualquer outra coisa, exceto a rotina da descrição a quem pertenciam os costumeiros presentinhos. É provável que os presentes enviados junto com as cartas à família, fizessem parte das mercadorias compradas em São Paulo para suprir as vendinhas instaladas na região do Araguaia pelo Partido. Paulo era “proprietário” de uma destas vendinhas.

Julho de 1970 registra a última das cartas de Paulo Mendes Rodrigues enviadas à sua família. Como na primeira, há um misto de despedida, bem como uma sutil indicação da separação de seu espólio pessoal. Na época, embora incompreendida, a carta souu como um indício de que provavelmente o mesmo não mais voltasse a ter moradia no Rio Grande do Sul, o que no fim, veio a se confirmar.

Não havia, por parte da família, a desconfiança de que Paulo M. Rodrigues tivesse partido para uma região longínqua e inóspita como a do Araguaia. A família e aqueles que o conheciam, sabiam que o mesmo, como ninguém, sabia se proteger. O enorme período sem notícias nunca foi muito esclarecido e também não muito compreendido. Sua mãe Ottilia alimentou até o último dia de sua lucidez em vida a esperança de que o filho fosse retornar. Houve muitos anos de silêncio, resignação e dor sem saber seu paradeiro, tendo as incertezas sido rompidas a partir da década de 1980, após a Anistia e da publicação dos primeiros materiais

dando conta dos desaparecidos do Araguaia. Assim quando a OAB – Ordem dos Advogados do Brasil - divulgou material com nomes de desaparecidos políticos vitimados pelo regime ditatorial, o nome de Paulo Mendes Rodrigues encontrava-se entre dezenas de mortos na denominada Guerrilha do Araguaia.

## 2.6. O “Dr. Paulo” chega à região do Araguaia

A chegada de Paulo Mendes Rodrigues à Região de Conceição do Araguaia, uma pequena cidade às margens do Rio Araguaia ocorreu por volta de fins de março. É provável que ele já houvesse fixado moradia em 1966, pois em “... 68. *Fazia dois anos que a gente tava na região*”.<sup>101</sup> Tal relato nos remete ao fato de que sendo o mesmo proprietário de um pequeno comércio já estivesse há um tempo considerável naquela localidade. Era necessário algum tempo para conhecer os moradores e assim ganhar e atrair a confiança dos mesmos até o estabelecimento comercial. De outra parte, ele não morou sozinho. Dividia uma pequena casa com um companheiro chamado *Daniel*.<sup>102</sup> Ao que se sabe, já planejando sair da região, receberam um terceiro morador,<sup>103</sup> e decidiram partir de Conceição do Araguaia para a região dos Caianos, onde viveu até o início de 1972, data do primeiro ataque das Forças Armadas.

Depois da construção de um pequeno barco, alguns dias após a chegada deste último morador, resolveram descer o Rio Araguaia e aportar na localidade chamada Caianos, próxima à cidade de Araguanã. Nesta época Paulo “resolveu”

---

<sup>101</sup> Amaro Lins refere-se a Paulo M. Rodrigues e aos outros membros do mesmo Destacamento que cedo chegaram à região onde, depois, este destacamento se estabeleceu, inclusive o próprio Amaro Lins.

<sup>102</sup> Daniel Ribeiro Callado, o Doca.

<sup>103</sup> Amaro Lins.

comprar mais terras e demonstrou ser possuidor de algum poder aquisitivo, pois fez o pagamento em dinheiro e à vista, pouco comum àquela época na região. São estas terras que abrigaram os outros “paulistas” que chegaram naquela localidade entre os quais *Juca, Dina, Antonio, Elisa* entre outros.<sup>104</sup>

Paulo Mendes Rodrigues levou para a região do Araguaia o conhecimento e a experiência de uma vida breve, mas com aprendizados já revelados e postos à prova inúmeras vezes, diante das necessidades e da demasiada carência da população da região.<sup>105</sup> Nestas terras eles estabeleceram além do pequeno comércio, antes citado, uma pequena farmácia que funcionava como uma espécie de posto de saúde, pois neste havia atendimentos de saúde mantidos por *Paulo* e *Dina*.<sup>106</sup> Também ajudaram a construir a primeira escola da localidade que serviu para Áurea realizar o desejo de muitos moradores de verem os destinos dos filhos diferenciar-se dos seus, diante do analfabetismo alarmante entre os moradores.<sup>107</sup>

Durante o período em que viveu na região, demonstrou ser um homem de “palavra” e que honrava seus compromissos. Nunca apareceu com nenhuma mulher ou namorada, tampouco se envolveu afetivamente com alguma moradora. Esta foi mais uma regra disciplinar da Guerrilha cumprida à risca por Paulo. Porém segundo Luzia Reis Ribeiro:

Paulo era um admirador da feminilidade e da simplicidade das mulheres da região. Muitas vezes o via a observar as mulheres simples com grandes latas de água na cabeça. Era aquela força de viver num lugar

<sup>104</sup> Codinomes de João Carlos Haas Sobrinho, Dinalva Oliveira Teixeira, Antonio Carlos Monteiro Teixeira e Áurea Elisa Pereira Valadão respectivamente.

<sup>105</sup> Segundo o depoimento de Joaquim Rodrigues de Araújo e a Deusa Maria de Sousa em 5/07/05, morador da região de Caianos à época do conflito.

<sup>106</sup> *Paulo* ficou conhecido como ginecologista e *Dina* como parteira.

<sup>107</sup> Joaquim Rodrigues Araújo morador da região, afirmou ainda ter construído o telhado da Escola na qual Áurea ministrou as aulas para as crianças da localidade.

daqueles, enfrentar aquela vida e ainda manter-se bela era o que Paulo admirava. Ele abominava os luxos e vícios pequeno-burgueses.<sup>108</sup>

Apesar de chegar à região com quase 40 anos não falou da família, mas fez algumas viagens para São Paulo, onde, mesmo sem justificar as motivações, se presumia que o mesmo fosse visitar a família. Provavelmente são as duas visitas feitas à família no ano de 1969. Agora se sabe que estas viagens foram também tarefas do Partido, feitas até o início 1972.

Em uma destas viagens Luzia Reis Ribeiro encontrou Paulo Mendes Rodrigues e ele demonstrou gozar de grande confiança e prestígio entre os membros da Direção Central do Partido. Em início de 1972, em São Paulo, numa reunião com alguns membros do Secretariado do Partido e pessoas “escolhidas” para ingressarem na preparação para a luta armada no campo, a figura de Paulo Mendes Rodrigues aparece como peça-chave para o pleno sucesso de deslocamento de militantes de São Paulo até a referida região. Na fala de Luzia Reis Ribeiro a figura de Paulo aparece presenciando o processo de explanação teórica feitas por Carlos Danielli, Lincoln Oest e Maurício Grabois até o momento do deslocamento destes militantes para a região. Numa das passagens Luzia enfatiza, durante conversa com Grabois, o processo de segurança utilizada na preparação da Guerrilha, momento que teve também a presença de Paulo Mendes Rodrigues. Pois, “*Fomos em uma Kombi, era um veículo do Partido. Nós usávamos identidade legal. Na casa estavam em São Paulo: Grabois, Danielli,*

---

<sup>108</sup> Depoimento de Luzia Reis Ribeiro a Deusa Maria de Sousa, em setembro de 2005.

*Paulo Rodrigues e tinha um outro que não me lembro. Nós fomos levados com os olhos fechados. Havia medidas de segurança. (...)"<sup>109</sup>*

Durante praticamente toda a entrevista de Luzia Reis Ribeiro, o militante Paulo Rodrigues aparece ao lado dos outros dirigentes do Partido. No trecho final, sobre a saída de São Paulo a chegada e o entrosamento inicial na região, novamente Paulo Mendes Rodrigues cumpriu papel destacado.

Em uma dessas idas a São Paulo, de lá, partimos pela rodoviária eu, Maria Célia Correa (Rosa), Tobias e Paulo Rodrigues. Nós viajamos pela Belém-Brasília e pela Transamazônica. Por grande parte dela nós percebemos um outro Brasil, para nós estudantes urbanos. Entramos em uma realidade totalmente diferente, da cidade para a mata, de ações sem armas para ações de guerra. (...) Até Anápolis, Maria Célia se afasta do grupo e vai com Elza Monerat para outro lugar. Ficamos o Josias, eu e o Paulo Rodrigues. Até esse momento, ainda não sabia que local seria nosso destino, isso até Xambioá. (...) na pensão, já conhecida de Paulo que nos apresentou como sobrinhos dele.<sup>110</sup>

Dividindo-se entre o papel de um “próspero” pequeno-fazendeiro, médico e farmacêutico ainda sobrava-lhe tempo para treinamentos dentro da matas com outros militantes que se juntaram ao seu destacamento. Havia neste período tarefas diárias para cada membro dentro dos destacamentos ou “moradias”. A jornada iniciava-se sempre entre cinco e seis horas da manhã, era feita então a ginástica para o enrijecimento da musculatura e, logo após a primeira refeição, iniciava-se a divisão das tarefas. Tais tarefas-treinamento consistiam, em síntese, em dar suporte físico e psicológico a cada membro para sua sobrevivência e dispersão dentro na mata.

<sup>109</sup> Depoimento de Luzia Reis Ribeiro a Andréa Cristina, em Salvador/BA, dezembro de 1999.

<sup>110</sup> Idem.

Havia a tarefa de fazer depósitos no meio da mata para os dias difíceis, tais como: depósitos de comida, armas e medicamentos, limpar áreas, caçar animais para as refeições. Todas as tarefas eram encaradas com imensa responsabilidade, aqueles que demonstrassem mais insegurança ou mesmo medo, eram incentivados a continuar e fazê-lo de toda maneira. Era preciso a disciplina para a sobrevivência de cada um numa guerrilha. Assim “*Paulo sempre dizia que a disciplina da guerrilha era mais rígida que a de uma tropa regular, que na guerra deveríamos obedecer ao centralismo democrático sem questionar (...).*”<sup>111</sup>

Outro trecho da fala de Luzia revela a procedência do dinheiro em espécie de Paulo para aquela região. “*O Paulo trouxe algum dinheiro de São Paulo para nosso destacamento*”.<sup>112</sup> É sabido que estes recursos eram angariados continuamente por um membro do Comitê Central - Carlos Nicolau Danielli - encarregado de tal tarefa e repassados para outros do Comitê Central que transitavam pelo Araguaia – Elza Monnerat, Grabois e João Amazonas. Tais recursos eram obtidos através das incursões de Danielli pelo exterior, entre outras, e destinados à compra de terras, de provimentos, deslocamentos de militantes, além de locações sucessivas de “aparelhos” para resguardar alguns militantes e dirigentes que se encontravam em perigo nos grandes centros. Por este motivo todo o dinheiro empregado na região deveria converter-se em política. Então “*A nossa relação comercial com a população era não pegar nada à força, comprava o*

---

<sup>111</sup> Idem.

<sup>112</sup> Idem.

*que precisasse. (...) Antes da guerra não passávamos fome, comprávamos o básico em Xambioá*.<sup>113</sup>

Sabe-se que Paulo Mendes Rodrigues ficou conhecido como fazendeiro, mas, agora se sabe, que o mesmo não possuía cabeças de gado até a população solicitar do mesmo a concessão de solo de sua “propriedade” para o uso de pastagem de animais. Em recompensa a pastagem cedida recebia, em acordo antes estabelecido, a divisão das crias que gerassem dos animais ali estabelecidos, a chamada meeira. Havia além de poucas cabeças de gado - 29 ao todo - cabras, bodes, galinhas entre outros. Desta forma, “criando animais”, Paulo ganhou nome e respeito na região como “Dr. Paulo”, por medicar e consultar pessoas e também pela respeitabilidade que o ser proprietário e criador de animais lhe conferiu, com o poder aquisitivo maior, naquela localidade. Aos poucos Paulo foi fazendo melhorias e adaptando a propriedade às necessidades existentes. Antes de sua partida para a Guerra<sup>114</sup>, em março 1972, havia muitos animais e galinhas e um bom pasto, os quais deixou para trás sob os cuidados de um empregado que se responsabilizou de cuidar de sua “fazenda” até a sua volta.<sup>115</sup>

## 2.7. José Huberto Bronca: o menino que amava o ar e água

José Huberto Bronca nasceu em Porto Alegre aos nove dias do mês de setembro de 1934 às 22:15 horas no Hospital Alemão, atual Moinhos de Vento,

---

<sup>113</sup> Idem.

<sup>114</sup> Como os moradores se referem ao conflito do Araguaia.

<sup>115</sup> Este era Joaquim Rodrigues Araújo.

filho de Huberto Atteo Bronca e Ermelinda Mazzaferro Bronca.<sup>116</sup> Era o segundo filho homem de uma família que esperaria até o quarto para ter uma menina. No dia seguinte ao seu nascimento seu pai, Huberto Atteo Bronca, dirigiu-se até o cartório da 1<sup>a</sup> zona da cidade de Porto Alegre e fez o registro do nascimento deste filho na presença do avô e do tio materno, José e Arthur Mazzaferro. Nesta época, residiam à rua Francisco Ferrer, nº 116. Huberto Atteo trabalhava como eletrotécnico por conta própria e Ermelinda como dona de casa.

Como um autêntico descendente de imigrantes italianos, José Huberto teve uma educação avançada e “libertária”. Lia, desde muito pequeno, as revistas argentinas *billiken* e *hobby*, por incentivo do pai que as trazia e fazia a leitura para os filhos pequenos. Desde muito cedo demonstrou atração por brinquedos que alçavam vôo. Nasceu aí sua paixão por pandorgas, depois aprimorada para os aeromodelos, com os quais se divertia ao passar longas horas a montá-los e desmontá-los. Havia algo em comum nestes pequenos brinquedos: ambos desafiavam a gravidade. Era esse desafio e a sensação plena de liberdade, ao que parece, que atraía José Huberto. Com apenas “dez anos de idade já havia construído vários aeromodelos e também pandorgas de grande tamanho e alegre colorido que com muita habilidade, juntamente com seus irmãos, soltava no Parque Farroupilha a grandes alturas”<sup>117</sup>

José Huberto iniciou sua vida escolar no Grupo Escolar Uruguai onde concluiu as primeiras quatro séries do antigo primário e recebeu o certificado de

<sup>116</sup> R. G. 225 402 – Expedido pelo Inst. De Porto Alegre, em 8/01/54. Certificado de reservista: 008257 – 3<sup>a</sup> categoria – 5<sup>a</sup> Zona Aérea. Passaporte”: 485 891 – expedido em abril de 1965. (dados obtidos no DOPS/PR) Fonte: [www.desaparecidospoliticos.org.br](http://www.desaparecidospoliticos.org.br), acessado em 09/07/2004.

<sup>117</sup> Relato descrito por sua irmã, Maria Helena Mazzaferro Bronca, a partir das memórias da mãe Ermelinda Mazzaferro Bronca sobre a infância de José Huberto Bronca.

aprovações em todas as matérias em 11 de dezembro de 1945 aos onze anos de idade.<sup>118</sup> Esperou mais de um ano, impacientemente, para completar a idade suficiente para prestar os “exames vestibulares” para o ingresso na Escola Técnica Parobé. Por insistência sua, neste meio tempo, estudou um ano no Colégio Rosário.<sup>119</sup>

Na Escola Técnica Parobé estudaram todos os homens da família, inclusive Huberto Atteo Bronca, seu pai. Aos quatro dias do mês de fevereiro de 1947 seu pai, fez o pedido de inscrição para que o filho, José Huberto, pudesse prestar exames para admissão na Escola. Nesta época seu filho primogênito já era aluno da Escola desde 1945, quando iniciou curso Industrial de Mecânica e Máquinas, e concluiu em 1949.<sup>120</sup> Em 1950, o terceiro filho também ingressou na mesma Escola no curso Industrial de Serralheria, retirando-se em 1951. Neste clima de companheirismo, ele alternava sua ida para a Escola com os irmãos de bicicleta e de bonde.

Ainda na adolescência desenvolveu um aguçado apreço por bicicletas. Nelas fazia longos passeios com os amigos e irmãos pelas ruas do centro da cidade e pela orla do rio Guaíba. Durante os anos 50, do século passado, era muito comumvê-los nos fins das tardes nas imediações do centro da capital gaúcha.<sup>121</sup> Esta paixão pelas rodas e o funcionamento mecânico das mesmas o

---

<sup>118</sup> “Conforme Art.93, alínea 15, do Regimento baixado pelo Decreto nº 7929, de 30 de agosto de 1939, conforme atesta o art.39 do mesmo regimento confere (...).” Texto transscrito do certificado de José Huberto Bronca de 11 de Dezembro de 1945, emitido pela direção do Grupo Escolar Uruguaí.

<sup>119</sup> Por se tratar de um breve período não foi encontrado nenhum registro de sua passagem pelo Colégio Rosário.

<sup>120</sup> Informações adquiridas a partir de pesquisa aos arquivos da Escola Técnica Estadual Parobé.

<sup>121</sup> Em fotos doadas pela família vê-se José Huberto em passeio de bicicleta com os amigos e irmão nas imediações do Parque da Redenção e na orla do Rio Guaíba.

inclinaram, provavelmente, a decidir pela mecânica de máquinas dentre as três opções de preferências apontadas em seu pedido de matrícula da 1<sup>a</sup> série do ano de 1948.<sup>122</sup>

Naquela época, ser portador de um diploma de ensino técnico da Escola Técnica Parobé representava uma “garantia” de um bom emprego. Após prestar “exames vestibulares” em 1947, obteve aprovação com desempenhado satisfatório e na primeira série em 1948 demonstrou, já naquele momento, aptidão maior pelas disciplinas chamada de “cultura técnica”<sup>123</sup> em detrimento das chamadas de “cultura geral”.<sup>124</sup> Esta inclinação pelas disciplinas técnicas do curso o acompanharam durante toda a sua trajetória na Escola Técnica Parobé entre os anos de 1948 a 1952, este último, ano em que desligou desta Escola.<sup>125</sup>

Durante todo o período de estudo não desempenhou qualquer função de trabalho. Sua outra grande ocupação, depois dos estudos, foi o esporte. Ainda durante o ano de 1952 registra-se sua passagem por outra grande paixão no esporte: o remo. No dia vinte e seis do mês de outubro, venceu torneio em equipe pelo Clube Regatas Vasco da Gama de Porto Alegre.<sup>126</sup> Nesta época eram, também, muito comuns as apresentações de grandes desfiles comemorativos à Independência do Brasil na semana da pátria. No dia cinco de setembro de 1953,

<sup>122</sup> Segundo o pedido de matrícula na 1<sup>a</sup> série nº 53 fls.135 de 27 de fevereiro de 1948 do Ensino Industrial Básico da Escola Técnica Parobé eram três opções com a seguinte ordem de preferência dos cursos: 1<sup>a</sup> Mecânica de Máquinas; 2<sup>a</sup> Máquinas e instalações Elétricas; 3<sup>a</sup> Serralherias.

<sup>123</sup> As disciplinas englobavam: tecnologia, desenho básico, prática de oficina.

<sup>124</sup> Disciplinas englobavam: português, matemática, ciências, história do Brasil.

<sup>125</sup> Segundo apontam os arquivos da escola José Huberto Bronca teria se evadido no último ano do curso de mecânicas de máquinas. Sua família desconhece tal informação e guarda fotografia, que afirma ser da formatura do mesmo.

<sup>126</sup> Dados coletados do acervo fotográfico da família, onde se lê “A Guarnição vencedora do páreo foi a equipe: “Fósforo Duelo & Colombo” composta por cinco atletas respectivamente: 1) Silva, 2) José Huberto Bronca, 3) Rodolfo Ervig, 4) Mauricio Hax e 5) João Krause.”

aos vinte anos de idade, José Huberto desfilou pelas ruas do centro da capital vestindo um traje de passeio dos remadores, ou atletas da mocidade, do Clube Regatas Vasco da Gama e carregando um grande remo com as cores e o emblema do referido clube. Viu-se no desfile deste clube atletas e crianças com painéis das competições do Clube e cartazes onde o Clube proclamou seu “orgulho de trabalhar pelo Brasil.”<sup>127</sup>

O pai de José Huberto, Huberto Atteo, manteve uma vida estável exercendo a função de eletrotécnico de maneira autônoma. Assim, prestando serviços a empresas de variados portes, pôde proporcionar uma vida tranqüila numa casa aconchegante para a esposa e os quatro filhos do casal.<sup>128</sup> Era muito comum nos verões a família alugar casas na praia de Cidreira e nos invernos visitar as fontes de águas termais “Da Guarda” e hospedar-se sempre no hotel Falk. Neste ambiente de alegria e muitas brincadeiras José Huberto viveu desde a primeira infância até a idade adulta. A família mantinha diversões variadas no período de férias dos filhos.<sup>129</sup> Ainda neste período José Huberto cultivou e aprimorou sua mais antiga paixão: as bicicletas de uma roda “que ele mesmo as construiu, possuiu duas: uma pequena, com menos de um metro de altura, e outra, com 1,70 m com as quais passeava pelas ruas do bairro Bom Fim, onde morava (...).”<sup>130</sup>

---

<sup>127</sup> O enunciado do cartaz da foto cedida pela família é o seguinte “O Vasco orgulha-se de trabalhar pelo Brasil”.

<sup>128</sup> Nesta época moravam numa aconchegante casa a rua Osvaldo Aranha Nº 1180, no Bairro Bom Fim.

<sup>129</sup> Segundo Maria Helena M. Bronca, outra grande diversão foram às pescarias no *Chatéau* da Ponta Grossa no Belém Novo, às margens do rio Guaíba. Além disso, possuíam uma chácara com criação de abelhas mantidas com muito zelo pelo patriarca, Huberto Atteo.

<sup>130</sup> Compilação a partir do breve relato biográfico de José Huberto Bronca, de autoria de Maria Helena M. Bronca.

Sua aparição à luz do dia nas ruas do centro da capital, aos 27 anos, em um veículo inusitado rendeu-lhe uma reportagem em uma revista de circulação nacional com redação, também, em Porto Alegre.<sup>131</sup> Nesta reportagem o jornalista comentou as acrobacias e o espanto dos expectadores. Fez ainda, na mesma reportagem, uma entrevista com Bronca sobre a “arte” do mesmo e idéia da criação daquele veículo, que segundo Bronca “A idéia nasceu com uma inspiração”.<sup>132</sup>

Esta inspiração o levou a construir, andar e apresentar-se em vários espetáculos benficiares na capital para o entretenimento de crianças.<sup>133</sup> Desse modo, apareceram sínteses biográficas de José Huberto Bronca em diversos livros e *sites* na Web nas quais, confusamente, se destacava que se tratava de um profissional circense e que no circo Bronca tivesse adquirido o aprendizado de acrobacias no monociclo. Na verdade, segundo relatos de um familiar, as acrobacias Bronca aprendera a fazer desde criança quando ganhara as primeiras bicicletas de presente do pai.

## 2.8. O líder operário Bronca

Após sair da Escola Técnica Parobé em 1952, Bronca fez um curso preparativo para ingresso como mecânico numa empresa de aeronaves da

---

<sup>131</sup> Revista “O Globo” nº 787 de 04 de fevereiro de 1961: “O HOMEM QUE DESAFIAVA A GRAVIDADE”. Texto e fotos de Ney Fonseca.

<sup>132</sup> Relato de Bronca ao mesmo jornalista.

<sup>133</sup> Ainda nesta reportagem, José Huberto fala de um amigo, Simon Pedro, que o teria levado pela primeira vez a fazer tais de apresentações de monociclo na capital.

capital.<sup>134</sup> Nesta empresa ingressou na primeira turma de mecânicos e teve sua formatura em grande festa em finos trajes, quando,<sup>135</sup> junto com os demais formandos, recebeu o certificado do curso de Mecânico de Manutenção de aeronaves da referida empresa, (em 5 de fevereiro de 1954).<sup>136</sup> Em abril de 1955 recebeu um certificado por ter completado satisfatoriamente o treinamento de 100 horas como mecânico do avião *Convair 240*.<sup>137</sup> Nesta empresa trabalhou, com ficha no Departamento pessoal, de 1º de março de 1954 a 22 de outubro de 1955, data de seu desligamento. Completou, portanto, apenas um ano e sete meses, contrariando os “muitos anos”, como se pensava, de trabalho nesta empresa.<sup>138</sup>

Há indícios de que nesse período tenha entrado em contato, pela primeira vez, com organizações políticas. De fins dos anos cinqüenta e início dos anos 60 surgem as primeiras memórias de familiares sobre as constantes presenças, junto a Bronca, de Paulo Mendes Rodrigues e de Gregório Mendonça.<sup>139</sup> Coincidemente, Paulo Rodrigues, naquele período, também “demonstrou”,

<sup>134</sup> Viação Aérea Riograndense - (VARIG).

<sup>135</sup> A partir de imagem fotográfica, cedida pela família, percebe-se uma turma de formandos de mais de quinze mecânicos, em solenidade de gala, preparados para a diplomação. No destaque, a diplomação de José Huberto.

<sup>136</sup> O conteúdo do certificado é o seguinte: “Certificamos que JOSÉ HUBERTO BRONCA completou o curso de **MECANICA DE MANUTENÇÃO DE AERONOVAS CAT. II COM CERTIFICADO DE MOTORES, ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS**”. Porto Alegre, 5/2/54. (distintivo da Empresa e rubricas dos responsáveis, ilegíveis.)

<sup>137</sup> Segundo relato da irmã, Maria Helena M. Bronca, e certificado apresentado durante as entrevistas a Deusa Maria de Sousa.

<sup>138</sup> Dados fornecidos pelo setor do Departamento Pessoal da Varig de Porto Alegre.

<sup>139</sup> Gregório Mendonça, segundo seu depoimento, foi militante do PC do B de 1962 até deflagração do Golpe de 1964 e logo depois ingressou na organização de esquerda denominada MRS-26/**Movimento Revolucionário 26 de março**, depois foi membro da VPR. Na clandestinidade, como guerrilheiro, usou os codinomes de “Fumaça”, “Leônidas”, “Marcos”. Foi preso em São Paulo em 1967, antes de ingressar na região da Serra do Caparaó. “O MR-26 existiu por pouco tempo. Originou-se de militantes que não foram presos quando a repressão ao grupo de Jefferson Cardim. Tomou este nome em homenagem à guerrilha de Três Passos/RS, deflagrada em 26 março de 1965. Deste grupo foi morto o ex-sargento Manoel Raimundo Soares, em 1966, o famoso “caso das mãos amarradas.” In: MIRANDA, Nilmário e Tibúrcio, Carlos. *Dos Filhos deste Solo – mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado*. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 1ª Ed. 1999. Pág. 460.

segundo a família, uma inclinação e proximidade com o político Leonel de Moura Brizola.

Estas ligações a militantes que depois ingressaram na luta armada nos evidenciam que ambos, Paulo Mendes Rodrigues e José Huberto tiveram contato com a ideologia da implementação de luta armada, antes de 1960, ainda que com as implicações diferenciadas das lutas às quais se integraram. Após alguns encontros e entrevistas percebemos que esta “ligação” a Leonel Brizola que os familiares de Paulo e Bronca destacaram foi, na verdade, estratégica. Tal “simpatia” e “proximidade” relatadas anteriormente por familiares, deu-se, ao que tudo indica, no período da sucessão da renúncia de Jânio Quadros e também após o Golpe de 1964. A partir da renúncia de Jânio, Bronca, segundo relatos, envolveu-se pessoalmente nas brigadas operárias que se alistaram para pegar em armas, se preciso fosse, para garantir a posse do vice de Jânio Quadros eleito democraticamente, o gaúcho João Goulart. Foi na condição de operário disposto a pegar em armas que Bronca aproximou-se e deu apoio político a algumas associações de bairro da capital.<sup>140</sup>

No ano de 1960 Bronca trabalhou em Angra dos Reis, como mecânico nos Estaleiros Verolme.<sup>141</sup> Nos poucos comentários que fez aos amigos sobre esta atividade referia-se a ela como uma época de trabalho pesado.<sup>142</sup> É provável que ele tenha regressado para o Rio Grande do Sul ainda em 1960 e, em seguida,

---

<sup>140</sup> Segundo o depoimento de Gregório Mendonça a Deusa Maria de Sousa em Balneário Pinhal em 09 de outubro de 2005.

<sup>141</sup> Registro de Certificado do Verolme Estaleiros Reunidos do Brasil S. A –VEROLME UNITED. Jacuacanga, novembro de 1960.

<sup>142</sup> Segundo o depoimento do Vilson Ferreira Pinto a Deusa Maria de Sousa em Porto Alegre em setembro de 2005. A referência era de um período do trabalho o qual ele demonstrou não sentir saudades.

ingressado no seu último emprego, numa empresa que fabricava máquinas e parafusos, antes de partir para o Araguaia. Vilson Pinto referiu-se à entrada de José Huberto Bronca, na empresa em 1957:

Ele foi admitido na firma lá pelos anos de 1960 aproximadamente. Eles (os proprietários) estavam fabricando umas máquinas e ele já entrou pra fabricar estas máquinas, para uso interno. Estas máquinas a cada vez que ficavam prontas contruía-se novas. Era para uso interno. Eles tinham uma engenharia muito boa. Ele – Bronca- entrou para trabalhar no maquinário novo. Depois de um tempo eu fui requisitado para trabalhar na mesma seção que o Bronca.<sup>143</sup>

A fala de Vilson Pinto nos permite perceber que a empresa onde Bronca foi trabalhar, até sua partida, estava em plena expansão no mercado. Fundada por dois irmãos de origem italiana, era uma empresa de grande prestígio à época e mantinha uma grande quantidade de operários.<sup>144</sup> Localizada próxima ao centro de Porto Alegre (entre as ruas Avaí e Sarmento Leite) e nas imediações da faculdade de Medicina da UFGRS atraía muitos operários-militantes para seus quadros e era um dos principais pontos de concentração de forças e organizações políticas. Para os militantes, era estratégico estar em meio à classe operária. Nesta perspectiva, o ingresso de Bronca nos quadros desta empresa possibilitou, aos poucos, ganhar a simpatia e poder discutir as ideologias que estavam em debate. Sobre este período de convívio com Bronca, o depoimento de Vilson Pinto é enriquecedor :

Ele (Bronca) era uma pessoa de um Q.I. muito bom, muito alto. Ele tinha um bom tom de expressão... Sabia se expressar muito bem com as pessoas. Ele era muito comunicativo e fez logo uma amizade geral na firma, com os trabalhadores. Muito brincalhão...Mas nestas brincadeiras, nestas amizades ele procurava esclarecer os trabalhadores... Ele

<sup>143</sup> Depoimento de Vilson Ferreira Pinto a Deusa Maria de Sousa em Porto Alegre em setembro de 2005.

<sup>144</sup> Idem.

procurava doutrinar para uma nova ideologia, ele levava lá, costumava levar a *classe operária* ...<sup>145</sup> E os trabalhadores gostavam muito dele.<sup>146</sup>

O depoente evidencia a visão que o mesmo tinha de Bronca. Embora trabalhando como operário qualificado no setor como mecânico ajustador, ele percebeu a distinção e clareza nas explanações que diferenciavam Bronca dos outros trabalhadores. O que o depoente chamou de Q.I. os militantes políticos costumam chamar de preparo político ou clareza das idéias. Este trecho nos permite ainda vislumbrar ser perceptível, para os outros operários, que Bronca fizesse parte de uma organização política, mas “*ele não falava que era do partido. O fato é que ele sempre levava um maço da “classe operária” e dava para os trabalhadores lá dentro.*”<sup>147</sup> Com tal habilidade, conseguiu representar os operários desta empresa junto ao sindicato representativo, segundo depoimento de Vilson Pinto, como delegado de fábrica.<sup>148</sup> A função primordial de um delegado de fábrica era servir como interlocutor dos operários representados junto ao sindicato da categoria, era o mesmo que fazer a “*ligação fábrica sindicato. Ele era o elo*”<sup>149</sup> Ser delegado de fábrica significava, também, levar e trazer todas e quaisquer informações de interesse dos operários da fábrica representada, porém não era um representante eleito, e “*esse tipo de ligação vinha ao natural (...)*”<sup>150</sup> Sabe-se que apesar destas representações serem reconhecidas tanto pelos sindicatos quanto pelos proprietários das empresas, tais atividades eram acatadas

<sup>145</sup> Jornal informativo do Partido Comunista do Brasil, o PC do B.

<sup>146</sup> Depoimento de Vilson Ferreira Pinto a Deusa Maria de Sousa em Porto Alegre em setembro de 2005.

<sup>147</sup> Idem.

<sup>148</sup> Segundo o depoimento, Vilson Pinto, ressaltou ainda o papel e a representatividade adquirida por Bronca a partir desta função de delegado de fábrica nas reuniões entre os interesses dos operários, as empresas e o Sindicato, tais como dissídios coletivos entre outros. Segundo Vilson, a liderança de Bronca era reconhecida também pelos membros do sindicato dos metalúrgicos de Porto Alegre.

<sup>149</sup> Idem.

<sup>150</sup> Idem.

pelos sindicatos e “toleradas” pelos patrões. Segundo depoimentos aquele operário era, quase que naturalmente, marcado pelos patrões em qualquer que fosse o movimento em que este estivesse presente.

Numa das passagens o relato de Vilson Pinto nos remete a uma situação em que, nos preparativos para a deflagração da campanha da Legalidade, Bronca participou das manifestações no centro da cidade, onde um dos diretores se fazia presente, o apontou, e o fitou intensamente. Neste momento de efervescências políticas no Piratini, algumas vezes, segundo o relato de Vilson Pinto, Bronca faltava ao trabalho para marcar presença nestas manifestações políticas. Aquele “olhar marcante” dos patrões para Bronca foi uma espécie de aviso para sua intimidação e para que ele entendesse que os diretores sabiam de suas motivações políticas e as razões das freqüentes faltas ao trabalho neste período.

As questões do cotidiano do trabalho na empresa eram sempre discutidas no restaurante do português durante o horário de almoço. Nestes horários os debates eram permanentes e sempre apareciam rapazes distintos e muito educados que se sentavam e debatiam fatos da situação política nacional. Segundo Vilson Pinto, eles costumavam chegar e se aproximar com conversas rápidas sobre reivindicações da classe trabalhadora e para incentivar e “esclarecer” os trabalhadores sobre seus direitos. Havia também as aproximações com o intuito de convidar os trabalhadores para fazer parte de “cursos e palestras de formação e esclarecimentos,”<sup>151</sup> estes convites eram feitos no horário de saída

---

<sup>151</sup> Conforme os depoimentos de Gregório Mendonça e Vilson Ferreira Pinto havia convites de todos os tipos para que os trabalhadores participassem de curso de formação. Ambos afirmaram também que o PC do B mantinha cursos de formação em sua sede na Galeria da rua Glória ou mesmo na UFGRS, nestes o ministrante lembrado foi Otto Alcides Ohlweiler.

das fábricas. Nestas ocasiões João Carlos Haas foi visto muitas vezes, e numa destas, foi apresentado ao nosso depoente.<sup>152</sup>

Nos debates acalorados que ocorriam durante o horário de almoço Bronca, geralmente não se fazia presente. Almoçar com a família foi um hábito que ele cultivou durante todo o período em que trabalhou e morou com a família em Porto Alegre. Possuía uma motocicleta – uma BSA inglesa - e morando próximo da fábrica, na Oswaldo Aranha, ele tinha tempo suficiente para se deslocar até em casa e voltar sem atraso à fábrica. Em casa, durante o horário de almoço, era o momento onde todos os membros se encontravam e as conversas fluíam enquanto D. Hermelinda variava o cardápio diariamente, conforme o gosto dos filhos e do marido.

Trabalhando na Micheletto e militando no Partido neste período, Bronca envolveu-se com a criação e o acompanhamento político de duas importantes associações de bairro nas quais, o Partido, segundo depoimento de Gregório Mendonça, dava atenção especial e mantinha, pelo menos um membro, para dar apoio no que fosse necessário.<sup>153</sup> Ainda, segundo o mesmo depoimento, estas entidades eram, em síntese, associações reivindicatórias de base, que tinham a intenção de discutir política e “preparar” o povo para as mobilizações. O Partido, segundo ele, mantinha contato e participava de outras associações, mas nestas duas – da Vila Jardim e Bom Jesus - as fundou e dava a direção política. Era uma motivação política, pois “*vivíamos num momento em que não precisava de nada*

---

<sup>152</sup> Segundo Vilson F. Pinto, João Carlos Haas, fazia pequenas “palestras” em frente à fábrica e “esclarecimentos” para os trabalhadores.

<sup>153</sup> Segundo o depoimento de Gregório Mendonça eram duas as associações fundadas e dirigidas pelo Partido. A primeira era Associação do Bairro Bom Jesus e a segunda era a da Associação da Vila Jardim.

*para haver um quebra-quebra. Se houvesse um aumento de passagem que fosse, era motivo para nós partirmos pra o quebra-quebra, pra barbarizar mesmo e daí o pau comia, era a Brigada com espada, (...)”<sup>154</sup>* A fala deste depoente narrando uma situação de Porto Alegre por volta de 1964, nos permite perceber o clima de instabilidade política e as organizações de base em que tomaram parte alguns partidos políticos, neste caso o PC do B, antevendo a preparação do povo para uma situação grave que não tardaria a acontecer, o Golpe militar de 1964.

O Partido vivia neste momento uma fase de afirmação, pois com apenas dois anos desde a reorganização, esperava firmar-se como força política junto à classe trabalhadora, e ao mesmo tempo, arregimentar mais integrantes para suas fileiras. Neste sentido, na situação local da Vila Jardim houve, segundo o que o depoimento de Gregório Mendonça nos permite concluir, que houve a deliberação do Partido para que Bronca fizesse o acompanhamento político, e se preciso fosse, logístico. O que significava, em outras palavras, dar apoio tanto nas reuniões da associação, nas palestras, e incentivar os moradores a participarem de cursos quanto na preparação e elaboração de panfletos que eram produzidos para os moradores deste bairro. Houve um quebra-quebra na Vila Jardim e “durou três dias ali... em confronto com a Brigada militar, neste movimento o Bronca estava presente.”<sup>155</sup> Havia também, além da lutas diárias, os momentos das “festas” da militância. Deste aspecto Gregório ressaltou: “(...) Era muito divertido. Aquela época todo nós éramos muito jovens, eu, o Paulo Assunção Gomes, e o Bronca, nós bebíamos “um pouco” e daí era aquela festa no fim de semana. Ele

---

<sup>154</sup> Idem.

<sup>155</sup> Idem.

*vinha com a namorada, uma judia, no banco carona da moto e trazia um garrafão de vinho. Daí bebíamos muito e fazíamos discursos inflamados a favor da Revolução (risos).*<sup>156</sup> Apesar de Gregório enfatizar o fato da “pouca idade” dos militantes, Gregório possuía 28 anos e Bronca, quase 30. Naquela época, quando Bronca era indagado pelos colegas da fábrica na qual trabalhava porque ainda não havia contraído o matrimônio, ele respondia “Só vou me casar depois que fizer a Revolução. Depois da Revolução terei cabeça pra pensar em constituir família, antes disso, meu compromisso é com a Revolução”.<sup>157</sup>

Em outro trecho dos depoimentos, Gregório Mendonça relata a presença de João Amazonas, poucos meses antes do Golpe, na sede do Partido na Galeria Glória, informando sobre a crítica situação do país no ano de 1964 e as projeções desanimadoras de resistência, caso houvesse um golpe militar, o que de fato ocorreu. Após a deflagração do Golpe em 1º de abril de 1964 que esfacelou muitas organizações políticas, inclusive o Partido, e apesar de fazer suas análises antevendo tal acontecimento, o PC do B não criou um mecanismo para manter contatos ou notícias entre os dirigentes e as organizações de base de Porto Alegre naquele primeiro momento crítico. Após algum tempo, a figura de Bronca foi novamente lembrada por outro depoente.<sup>158</sup> Logo após o Golpe, Bronca teria feito uma visita a Leonel Brizola e lá teriam conversado sobre a implementação da luta armada no Brasil, assim “em certa ocasião, ele fez uma visita no Uruguai, ele (Bronca) puxou o cigarro do bolso pra fumar e o Brizola ansioso para fumar pediu

---

<sup>156</sup> Idem.

<sup>157</sup> Relato de Vilson Ferreira Pinto a Deusa Maria de Sousa, sobre os poucos comentários que José Huberto Bronca fez sobre a vida pessoal, em Porto Alegre em setembro de 2005.

<sup>158</sup> Vilson Ferreira Pinto.

*um, daí ele foi agraciado por Brizola com uma caixa de fósforos de presente, ainda hoje guardada aqui em casa*".<sup>159</sup>

O relato de um membro da família sobre esta passagem da vida de Bronca nos auxilia e elucidar uma questão até então não compreendida. Não havia, ao que se sabe, uma proximidade do Partido a Leonel Brizola. Porém os três depoimentos – de Gregório Mendonça, Vilson Pinto e Maria Helena Mazzaferro Bronca – evidenciaram a passagem - ou encontro - de Bronca com o político Leonel Brizola no Uruguai. Sobre este aspecto Vilson Pinto destacou “*A direção, como eu te falei... Foi essa: Ele (Bronca) e o grupo deles lá (PC do B) eles andaram dialogando com o Brizola sobre isso, para tocar o movimento, dar início à luta armada e o Brizola não aceitou. Isso aí eu sei, ele mesmo me disse.*”<sup>160</sup> Já o depoimento de Gregório Mendonça também nos dá alguns indícios:

Eu sei que houve uma discussão do Partido (PC do B) com o Brizola. Foi um emissário lá discutir com o Brizola. Surgiu até um certo comentário assim sabe... (risos) Entre o pessoal, de que o pessoal que foi do PC do B pra conversar, porque o Brizola pediu o contato, e aí o Paulo Melo encaminhou o pedido, e aí foi uma pessoa, mas eu não sei quem foi essa pessoa pode até ter sido esse companheiro, o Bronca, como representante do Partido, de que se mostrou muito tímido, não falou nada...e aí o Brizola parece que descartou a possibilidade de haver uma aproximação maior.<sup>161</sup>

O relato de Gregório Mendonça nos possibilita entender uma posição distinta da fala de Vilson Pinto de uma mesma situação, ainda obscura, sobre a tentativa de aproximação de Brizola a várias forças políticas, inclusive ao PC do B. No primeiro relato, o de Vilson Pinto, ele evidencia o diálogo de Bronca com Brizola e a negativa deste último em dar direção à resistência armada. No

<sup>159</sup> Segundo relato de irmã Maria Helena Mazzaferro Bronca a Deusa Maria de Sousa, agosto de 2005.

<sup>160</sup> Depoimento de Gregório Mendonça a Deusa Maria de Sousa, outubro de 2005.

<sup>161</sup> Idem.

segundo, foi Brizola, segundo o depoimento de Gregório Mendonça, quem se mostrou decepcionado pela indefinição ou “timidez” do Partido em tomar parte numa luta armada naquele momento. Esses trechos são ricos em informações que possibilitam fazer uma análise da situação do Partido e das demais forças políticas após o Golpe de 1964. Sabe-se que neste momento o Partido já fazia acentuadas críticas aos movimentos armados chamados foquistas de influência cubana. É sabido também que o Partido vislumbrava, já naquele momento, um outro caminho para a luta armada, a Guerra Popular Prolongada de inspiração chinesa. Talvez por isso possa se explicar a “timidez” do representante do Partido neste “encontro” com Brizola relatado pelos depoentes.

O PC do B abominava, naquele momento, a iniciativa de pequenos grupos, sem direção partidária, a pegar em armas. Conforme destacado em documento de agosto de 1964.<sup>162</sup> Este documento ressalta, entre outras, a análise da questão camponesa como problema chave para a Revolução no Brasil. Enfatizando esse tema, o texto mostrou traços da guerrilha que seria, mais tarde, dirigida pelo PC do B, o Araguaia, baseada na experiência e no modelo de Guerra Popular Prolongada como caminho para a luta armada no Brasil. O documento apontou como imprescindível para a revolução: o trabalho com os movimentos e o povo do campesinato brasileiro sugerindo suas lutas no campo. Afirmou ainda que “a reação não pode concentrar-se em toda parte e o terreno conhecido pelos

---

<sup>162</sup> *O Golpe militar e seus ensinamentos* – Documento da Comissão Executiva do PC do B, Agosto de 1964. In: POMAR, Vladimir. *Araguaia: O Partido e a Guerrilha*. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

*camponeses, em geral é desconhecido para ela*”, o que, “segundo tudo indica, no campo surgirão os primeiros focos de resistência aos inimigos do povo”.<sup>163</sup>

Durante o ano de 1965, provavelmente em junho, - apesar de todos os livros e revistas sobre este tema apontarem esta viagem como acontecida entre os anos de 1966 e 1968, - três relatos nos dão indícios da viagem de Bronca para a China. No primeiro, o de Michéas Gomes, ele ressaltou que uma primeira leva de militantes teriam tomado o caminho da China logo após o Golpe de 1964 e que nesta, provavelmente, o Bronca tomou parte.

Nós sabíamos que uma primeira turma tinha embarcado para China e que passou lá uns seis meses. Nessa turma tinha membros, depois fiquei sabendo, como Tarzan de Castro entre outros. Provavelmente o Bronca tenha embarcado nessa leva, pois em 1966, junto com a minha turma, ele não embarcou.<sup>164</sup>

Em outro depoimento, Gregório Mendonça destacou a ausência de José Huberto Bronca um pouco depois da deflagração do Golpe “(...) *Ele sumiu do mapa, os dirigentes desapareceram. Até o Bronca, ele teve “desaparecido”, só depois é que ele voltou. Não sei o que ele foi fazer, mas com nós ele não ficou.* (...)”<sup>165</sup> Sabe-se que nesta época ele se desligou da fábrica na qual trabalhava como mecânico ajustador desde o ano de 1961.<sup>166</sup> Um colega de trabalho da época relatou o momento em que o Bronca se desligou da fábrica e o viu pela última vez “(...) *depois do Golpe, passou-se uns meses e ele (Bronca) foi demitido. Ele não pediu demissão, (faz um minuto de silêncio) ele foi demitido! Ele*

<sup>163</sup> Idem, pág.79.

<sup>164</sup> Depoimento de Michéas Gomes de Almeida a Deusa Maria de Sousa em 24/07/04 em Brasília/DF.

<sup>165</sup> Depoimento de Gregório Mendonça a Deusa Maria de Sousa, em outubro de 2005.

<sup>166</sup> Segundo o Departamento de Recursos Humanos da indústria Micheletto, José Huberto Bronca trabalhou nesta Empresa de 25/04/1961 a 30/04/1964, somou assim um período de três anos e 5 dias de trabalho na mesma, na função de mecânico ajustador.

*se despediu de uns quantos colegas. Depois disso eu deixei de ver ele. Nunca mais o vi".<sup>167</sup>*

Antes do embarque para o exterior, foi para Rio ou São Paulo e sua viagem para a China se deu apenas em junho. Apesar da família achar perigoso, nunca se colocou contra as suas atividades políticas ou mesmo fez críticas à postura do mesmo, mas as advertências do pai sobre os perigos a que estava exposto eram freqüentes. Huberto Atteo Bonca, seu pai, “era defensor do socialismo, mas o democrático”.<sup>168</sup>

Esta viagem de Bronca fez parte de uma estratégia montada pelo Partido para deslocar “turmas de comunistas” para fazerem estudos teóricos e treinamentos militares na China comunista. Hélio Ramires Garcia, integrante da turma de comunistas que embarcou para China em 1965 e lá se encontrou com Bronca, nos relatou como conheceu *Dino*, codinome utilizado por José Huberto Bronca naquela ocasião.<sup>169</sup>

Cheguei pela tardinha do 13 de junho de 1965 (...) Aguardava-nos um grupo de funcionários do PCCh. Presente o camarada Li Bei-hai, como intérprete, que nos conduziu (Ari, Gérson e eu) até as instalações onde ficaríamos hospedados durante a parte do curso que, posteriormente nos informaram, seria realizada em Pequim. Já lá estavam os camaradas DINO, RUY E GUILHERME (...). DINO era o camarada Bronca e do seu nome só tomei conhecimento, penso, após a 6<sup>a</sup> Conferência, tempos depois. (...) O camarada RUY era (*Paulo de Assunção Gomes*) e o camarada Guilherme era (*Manoel José Nurchis*), me parecia conhecido de Bronca. Imaginei que também fosse gaúcho, pelos chistes com Dino e Rui, imitando o jeitão gaúcho. Conheci o camarada Bronca, então, no dia 13 de Junho de 1965 em Pequim. Ele... lembro-me agora, nos foi apresentado como o **chefe da delegação** (ou Li Bei-hai nos informou ainda no caminho do aeroporto até a casa de hóspedes) (...) Ele, - Bronca - ainda naquela mesma noite, nos informou sobre os procedimentos, as duas etapas do curso, acomodações, horários, etc.... E que ainda estavam por chegar dois ou três camaradas.

<sup>167</sup> Depoimento de Vilson F. Pinto a Deusa Maria de Sousa em Porto Alegre em setembro de 2005.

<sup>168</sup> Relato de Maria Helena Bronca a Deusa Maria de Sousa em outubro de 2005.

<sup>169</sup> Depoimento de Hélio Ramires Garcia a Deusa Maria de Sousa em outubro de 2005.

O depoimento acima nos permite concluir que Bronca antes da realização da VI Conferência na qual foi eleito membro efetivo do CC do PC do B – gozava, a exemplo de Paulo M. Rodrigues e João Carlos Haas, de grande prestígio e confiança dos membros do CC. Numa viagem como aquelas, árdua e cuidadosamente preparada por Carlos Danielli, cuidava-se de todos os passos e prováveis erros que pudessem ocorrer. Receber do Partido a tarefa de chefe da delegação foi, inequivocamente, uma demonstração de confiança na capacidade de Bronca em representar o Partido na China ao delegar-lhe a responsabilidade de conduzir ao máximo aproveitamento dos comunistas ali instalados. Sua tarefa foi fazer, do período em que os comunistas lá estivessem, um tempo de estudos teóricos e militares e de dedicação máxima ao aprendizado do exemplo chinês. Neste aspecto, na nossa análise, esta delegação cumpriu com os objetivos traçados logo na chegada pelo chefe da delegação de comunistas. Neste item, aprofundado mais adiante, Hélio Ramires Garcia, militante comunista relatou sua “rotina” durante sua viagem à China e chefiado por Bronca.

Os dias de semana eram quase todos utilizados para estudo.... raramente visitas (a fábricas e estabelecimentos que não funcionavam aos sábados e domingos).Café às 07:00... Estudo individual das 08:00 até às 11:00 (ou conferência de algum especialista – com tradutor, naturalmente – filosofia, partido, frente única, formação de quadros, clandestinidade...etc..) e, vez por outra, debate final em grupo (após uma conferência sobre determinado tema seguida de estudo individual - dependendo do tema em estudo dois ou três dias, até quatro dias)... O período da tarde, após almoço (que sono no intenso e seco calor pequinense).....era utilizado da mesma forma: Conferência.....estudo.....individual..... debate no grande..... grupo.... Conferencia final depois da apresentação dos resultados do debate...Às vezes era necessário escalar alguém para ser o “advogado do diabo”, para ser o criador de caso...inventar uma interpretação esdrúxula.....caso contrário...unanimidade nas opiniões...Rotina...O material de consulta era constituído apenas de textos de Mao.....Nenhuma reclamação....Ele – **Bronca** - era muito bom. Escapando: de 06 até as 07.....atividades físicas: ginástica sueca, tai-

chi-chuan e uma “pelada” com os “espanhóis”.....Tudo rotineiro.... Pela noite: quase todos os dias, atividades de natureza cultural ou esportiva: tênis de mesa, futebol, parques e jardins, teatro, Ópera de Pequim (...)....cinema (na maior parte das vezes no próprio cine da “casa”)...um prédio enorme: dormitórios duplos, sala de estudos, de música (um piano e uma vitrolona antiga e discos de vinil, russos)....sala de bilhar...refeitório, cinema, cozinha.....prédio de dois pavimentos, recém construídos (...) cercado por altos muros e guardados por soldados do EPL.....Raramente ficávamos sem atividades a jogar conversa fora com os espanhóis ou a jogar boloticas, peteca ou xadrez chinês.....Tudo rotineiro, como se depreendeu (...).

Nesta viagem também Bronca viu muitas coisas que o encantaram. Entre as quais *“Em Pequim, todos os sítios históricos e pitorescos: o complexo dos jardins, lago e Palácio de Verão, a Cidade Proibida também chamada Palácio Imperial, o Templo do Céu (acho que foi em Pequim).....o Planetário, o Museu da Revolução e da História e a APN, situados na Praça Tien-an-men.....parques, pagodes em penca....havia Buda de todo tipo e jeito....fábricas, conjuntos residenciais, creches, muito bom ver o Palácio das Nacionalidades na Avenida Chang-An.....a Muralha a...90 km ao norte de Pequim..... majestosa.....O sítio conhecido como “As treze tumbas”, duas das quais já abertas....jazigo de imperadores da dinastia. (...)"*<sup>170</sup> Além de tudo isso, Bronca e os demais comunistas foram saudados, assim como as demais delegações estrangeiras ali presentes, pelo próprio Mao Tse-tung durante o 16º aniversário da Revolução Chinesa em 1º de outubro de 1965.<sup>171</sup>

No retorno ao Brasil comprou alguns presentes para a família, mesmo sob riscos, trouxe um belo corte de seda chinesa para sua irmã, um broche, e alguns saquinhos com sementes de plantas típicas da China, ainda mantidos com muito

<sup>170</sup> Idem.

<sup>171</sup> Idem.

carinho e zelo por ela.<sup>172</sup> É provável que ele tenha regressado ao final do ano de 1965 a Porto Alegre. No período entre 1965 e 1966, segundo relatos, ele teria exercido a tarefa, enquanto membro do PC do B, junto aos operários da empresa em que havia trabalhado até 1964. Num destes momentos, um depoente relatou um destes encontros.

Eu participei de reuniões em que Bronca estava com metalúrgicos da Michelleto, onde o Bronca trabalhou, para tratar de ações dentro da fábrica, ações sindical. ...Isso em 65 e 66. Participei de reuniões. Ali era o centro político, a Michelleto. Ficava perto da faculdade de medicina, tinha os bondes, tinha a Carris na época.<sup>173</sup>

O relato de um militante do movimento sindical à época levanta indícios de que Bronca, ainda, estivesse desempenhando tarefa partidária um pouco antes do mesmo partir definitivamente de Porto Alegre. Há indícios de que estas reuniões, algumas vezes, ocorreram nas casas de militantes do Partido, para onde os operários eram levados.<sup>174</sup>

Em 21 de abril de 1966 Bronca comunicou à família que iria viajar, não definiu para qual lugar, pois, ao que nos parece, não havia mais condições para permanecer em Porto Alegre. Sua mãe, Ermelinda Mazzaferro Bronca, relatou sobre a última vez que o viu em Porto Alegre, e, segundo ela<sup>175</sup> “*Faz trinta anos. Eu não sabia onde ele estava morando. Fui levada a uma casa, eu e meu marido,*

<sup>172</sup> Segundo o relato de Maria Helena Bronca, a Deusa Maria de Sousa, “*muitos outros presentes ele disse ter jogado no Rio Sena.*” Outubro de 2005.

<sup>173</sup> Depoimento de José Ouriques Freitas a Deusa Maria de Sousa, Cachoeirinha/RS, em junho de 2005. Provavelmente essas reuniões tenham sido ao final do ano de 1965.

<sup>174</sup> Uma destas reuniões, segundo o mesmo depoimento, ocorreu na casa de Paulo Mendes Rodrigues, em um domingo de 1966 no bairro Glória. Nesta José Huberto Bronca não estava presente.

<sup>175</sup> Relato feito, certamente, no final da década de 1980 durante às reuniões com os familiares dos desaparecidos políticos do Araguaia nas quais ela comparecia com muita assiduidade, apesar da idade avançada, e publicada no sítio [www.desaparecidospoliticos.org.br](http://www.desaparecidospoliticos.org.br) acessado dia 12/09/05.

*por amigos dele. Ele havia dito que queria se despedir de mim (...).”* Esta data ficou gravada para sempre na memória de todos membros da família, como nos evidenciou o relato de sua irmã. “*Eu me lembro como se fosse hoje. Eu não estava em casa. Ele se despediu de todos. Foi no dia de Tiradentes*”.<sup>176</sup>

## 2.9. Cuba e China: duas concepções de luta armada

No mesmo período, destacam-se registros de 1966 que demonstram as incursões de dirigentes do Partido a distintas regiões à procura de uma área que fosse apropriada para início de treinamento de militantes para a guerra de guerrilhas no campo, como ressaltou João Amazonas: “*No início, uma das preocupações foi à escolha dos locais. Foram criadas três frentes de trabalho. Uma coube a Pedro Pomar, e outra a Carlos Danielli. A terceira ficou sob responsabilidade de Mauricio Grabois e João Amazonas*”, em depoimento a autora.<sup>177</sup> Desde essa perspectiva, justifica-se a preparação militar que o PC do B empreendeu ao enviar dirigentes para China e depois militantes para curso e treinamento de guerrilhas, muitos destes depois ingressaram na região do Araguaia.<sup>178</sup>

---

<sup>176</sup> Idem. Última vez em que se seus familiares o viram.

<sup>177</sup> BERICHE, Verônica. *Coração Vermelho: a vida de Elza Monnerat*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002. Pág.107.

<sup>178</sup> Segundo a ORDEM DE BUSCA Nº 233/67 do SSP/RS – SCI/RS de 06/09/1967. Destaca os nomes de alguns brasileiros ou “*Elementos que viajaram para a China Comunista*” com os respectivos codinomes, naturalidade, data de nascimento e passaporte - aqui destacados apenas os nomes, codinomes, e naturalidade – Foram estes: Hélio Ramires Garcia/*Elias* (MG), Miguel Pereira dos Santos/*Vitor* (PE), Gerson Alves Parreira/*Roberto* (GO), José Humberto Bronca/*Dino* (RS)\*, Paulo Assunção Gomes/*Rui* (RS), Luiz Sabino de Santana, Luiz G. Miranda, Ari Olguim da Silva/*Alberto* (RS), Amaro Luiz de Carvalho (RS), Elio Cabral de Souza (GO), Manoel José Nurchis /*Guilherme*\*, Alcir de Souza Barboza (RJ), Manoel Luiz V. de Souza Coelho (RS), Roberto Carlos Figueiredo (PE), João Carlos Haas Sobrinho (RS)\*, Divino Ferreira de Souza (GO), Michéas Gomes de Almeida (SP)\*, Mauro da Silveira Lobo Lopes da Silva, Nelson Lima Piauhi Dourado\*

Após sua partida de Porto Alegre o DOPS - Departamento de Ordem Política e Social - fez algumas “visitas” à casa de seus pais na busca por alguma pista que levasse até José Huberto Bronca. *“Eu me lembro... Eles revistaram tudo. Reviraram um quartinho nos fundos onde o Zé (Bronca) ficava lá por longas horas, mas nada encontraram que nos comprometesse. Ele pensou em nós. Não quis nos comprometer”*.<sup>179</sup> Depois deste fato a única notícia que a família recebeu, da polícia, foi à reportagem do jornal de maior circulação no Estado. Na manchete estava estampada o rosto de Bronca e de mais dois militantes.<sup>180</sup> A reportagem sob o título de *“Na trilha dos Guerrilheiros”* acusou Bronca, e outros dois militantes, de serem fundadores do Partido Comunista do Brasil. Ressaltou ainda que Bronca participou da reorganização do PC do B. É provável que esta reportagem tenha sido produzida a partir do momento em que o DSSI - tomou conhecimento do relatório do DOPS sobre os *“brasileiros que viajaram para a Chinacon”* – China Comunista<sup>181</sup> e desde então as atenções sobre José Huberto tenham sido redobrados.

Havia uma vigilância ostensiva sobre os militantes de esquerda no geral, e um tanto maior sobre os comunistas e mais ainda sobre aqueles indivíduos, comunistas ou não, que tivessem viajado naquele período para Cuba ou para a China. Estes últimos foram considerados cidadãos da mais alta periculosidade pelos órgãos de segurança do regime militar. Cuba foi o caminho escolhido pela maioria dos grupos, para treinamento e apoio financeiro, que enveredaram para a

---

(BA), José Vieira da Silva, Edgard de Almeida Martins.\* Militantes que combateram na Guerrilha do Araguaia.

<sup>179</sup> Relato de Maria Helena Mazzaferro Bronca a Deusa Maria de Sousa em Porto Alegre em agosto de 2005.

<sup>180</sup> “DSSI Procura Guerrilheiros”. Jornal Zero Hora, Porto Alegre 23/11/68 nº 1308.

<sup>181</sup> Designação do SSI - ORDEM DE BUSCA Nº 233/67 – SCI/RS.

luta armada na cidade, a chamada guerrilha urbana.<sup>182</sup> Um guerrilheiro gaúcho daquela época que militou no grupo MRS-26<sup>183</sup> - Manoel Raimundo Soares 26 março - e depois na VPR -Vanguarda Popular Revolucionária – depois integrante da frustrada tentativa de implementação da Guerrilha do Caparaó, ligados a Brizola, nos descreveu sua viagem para fazer treinamento em Cuba.<sup>184</sup>

Pra eu ir pra Cuba foi assim: nós tínhamos o contato político que era o Paulo Melo, ele era um cara muito influente, ele era operário da construção civil, e conhecia muito bem o Brizola... Não só ele (Brizola) como muitas outras pessoas. Ele (Paulo Melo) foi pra Montevideu (em 64 pra 65) e conseguiu os contatos, lá como havia condições de viagem pra fazer esse curso em Cuba, ele indicou algumas pessoas pra fazer esse curso. Na época o primeiro a viajar daqui do Rio Grande do Sul fui eu. Então o Brizola era o cara que tinha os contatos em nível internacional. Ele foi procurado pelos dirigentes cubanos (...) Todo mundo queria ir pra Cuba, aquela experiência qualificava muito o militante para a luta armada.

O relato acima nos permite perceber a importância atribuída aos cursos de treinamento guerrilheiro em Cuba. Embora, em síntese, os treinamentos práticos fossem cursos de tática de guerrilha - teoria e prática – estes consistiam em:

Operação de cerco, divisão de área, rastilhamento e aniquilamento. Estas táticas são empregadas pelos Exércitos regulares em qualquer situação de guerrilha, tanto faz, revolucionária ou contra-revolucionária. O Exército usa essa divisão na prática militar. Na guerrilha faz-se o curso tático, faz ação e sabotagem, que aí entra explosivo, sobrevivência na selva, primeiros socorros e armamentos que você é obrigado a conhecer todo e qualquer tipo de arma (...).<sup>185</sup>

Apesar de dirigentes do PC do B terem feito incursões a Cuba, optaram pelo caminho estratégico e tático adotado por Mao Tse-Tung, a da Guerra Popular

<sup>182</sup> Sobre este aspecto ver texto de Denise Rolemberg: *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro, Mauad, 2001.

<sup>183</sup> A primeira designação do Grupo era apenas 26 de março, em alusão ao levante dos militares liderados pelo militar Jéferson Cardim de Alencar Osório, em Três Passos, ligados ao ex-governador Leonel de Moura Brizola. Após a morte do militar Manoel Raimundo Soares, o famoso caso das mãos amarradas, renomearam o grupo e homenagearam este companheiro.

<sup>184</sup> Depoimento de Gregório Mendonça a Deusa Maria de Sousa em 09 de outubro de 2005, Balneário Pinhal/RS.

<sup>185</sup> Idem.

Prolongada. Era na tática do campo e na teoria da direção política que o treinamento de Cuba se diferenciava do modelo de guerrilha orientada pelo Partido. Sobre a concepção da experiência Cubana um militante comunista com treinamento na China, depois guerrilheiro no Araguaia ressaltou “*o acontecimento de Cuba, para nós do PC do B, foi único e a América latina não reunia condições de acontecer novamente. Quando fomos para a China nós já tínhamos essa compreensão (...)*”<sup>186</sup>. Sobre a viagem à China em 1966, de um dos grupos de comunistas do PC do B, do qual alguns militantes que combateram no Araguaia fizeram parte, Michéas Gomes de Almeida nos descreveu suas impressões sobre país:<sup>187</sup>

Nós tivemos uma recepção como os grandes estadistas. Depois discutimos o tempo que nós íamos ficar lá. Dentro desse tempo foi feito um plano de atividades. Tais atividades foram distribuídas entre atividades práticas, teóricas e culturais. Eles definiram até como seria a nossa rotina do dia-a-dia, inclusive o nosso lazer. Dentro disso, nós tínhamos uma agenda de estudos muito rígida, porém havia o lazer intercalado para nos dar fôlego para continuar os treinamentos. Os ensinamentos teóricos e práticos, políticos e militares, nós estudamos a experiência desenvolvida na China, não tinha nada a ver com o Brasil, mas as leis de sobrevivência e de luta contra a desigualdade era igual em todo o mundo (...) Passamos um ano e meio lá estudando Mao Tse Tung, praticando seus ensinamentos. (...)

Um outro militante, que viajou um ano antes junto com Bronca, também nos ressaltou o empenho nos estudos teóricos, e traduziu o que a memória de Michéas Gomes de Almeida não conseguiu memorizar, relatando com mais precisão os textos e trabalhos desenvolvidos durante as leituras dos mesmos.

Além destes quatro textos básicos, mais densos, técnicos, Mao Tse-tung forjou um Exército de novo tipo (...) E identificado com as massas camponesas e por estas apoiado. Para isso, redigiu diretrizes claras quanto ao comportamento do exército, seu elevado preparo político e como unidade de produção e de combate: eu os chamaría textos

<sup>186</sup> Depoimento de Michéas Gomes de Almeida, o Zezim ou Zezinho do Araguaia, a Deusa Maria de Sousa em 24/07/04 em Brasília/ DF.

<sup>187</sup> Idem.

político-militares... Estudamos todos além de ouvir palestras de velhos combatentes e sobreviventes da Longa Marcha e de ver aqueles enormes mapas militares cheios de flechas azuis e vermelhas...uma confusão (risos).... Os textos sobre a guerra prolongada foram: Problemas da guerra e da estratégia; Sobre a guerra prolongada (1938); Problemas estratégicos da guerra revolucionária na China (1936); Problemas estratégicos da guerra de guerrilhas anti-japonesa. Concentrar forças superiores para aniquilar as unidades inimigas uma por uma (1946) Estes foram, ao que me parecem, os textos militares técnicos.(...) Ainda outros, os textos políticos para o Exército: Nova proclamação das três grandes regras de disciplina e das oito recomendação; A luta nas montanhas Ching-kang (?); Fazer do Exército um corpo de trabalho (1949); Sobre a produção pelo próprio Exército dos bens de que necessite (1945); No texto "Sobre o Governo de Coalizão" (Tomo IV): - "A guerra popular" (abril de 1945); Também uma série de diretivas sobre a organização da produção nas zonas liberadas e nas zonas de Guerrilhas, o exército e os quadros como força de trabalho e, também, diretivas para distintas campanhas militares.<sup>188</sup>

Estes três depoimentos, distintos em suas análises e narrativas, nos permitem compreender as concepções e os caminhos diferenciados de luta armada da qual tomaram parte os diversos grupos políticos brasileiros. Na primeira fala, a tática é muito valorizada. Os treinamentos práticos e os conhecimentos da própria situação da guerrilha são mais valorizados, enfatizando desta forma os conceitos descritos no manual de guerra de Ernesto Che Guevara. Entretanto, em nenhum momento o primeiro depoente ressaltou o estudo teórico como fator fundamental que prevaleceu em seu tempo de treinamento em Cuba. Já no segundo e terceiro depoimentos, o tempo nos pareceu ganhar mais significado. Ele definiu o trabalho a ser desenvolvido e o fluxo das atividades foi intercalado com o entretenimento esportivo e cultural. O estudo dos escritos teóricos ganhou mais espaço e a preocupação dos chineses em dosar esta "estadia" na China com o entrosamento aos hábitos e a cultura local demandou, na prática, o uso de um conceito básico do modelo de Guerra

---

<sup>188</sup> Depoimento de Hélio Ramires Garcia, a Deus Maria de Sousa, em outubro de 2005.

Popular Prolongada implementado por Mao Tse Tung.<sup>189</sup> A riqueza dos relatos acima nos auxiliou a entender o conhecimento e os estudos aos quais Bronca teve contato quando esteve em “visita à China”. Estas narrativas foram trazidas também para elucidar algumas questões divulgadas a respeito de José Huberto Bronca. A primeira, é que “*Bronca viajou para a China em 1968* - novamente? - *onde realizou curso de guerrilha na Escola Militar de Pequim, e 1971 viajou para Cuba onde realizou curso de guerrilha urbana e explosivo.*<sup>190</sup> segundo um relatório militar, e pouco provável, na nossa análise. Dadas as tantas dificuldades enfrentadas para driblar os órgãos de segurança inclusive a *Central Intelligence Agency* (CIA) no retorno ao Brasil da viagem à China em 1966, pensamos ser pouco provável que o Partido tivesse decidido que este militante empreendesse nova viagem para o exterior. O DOPS informado de sua ida a China, emitiu informativo no qual constou ordem de busca e localização com urgência do mesmo.<sup>191</sup> Em 1971, segundo relatos de moradores e guerrilheiros sobreviventes, fazia dois anos que Bronca havia se estabelecido na região do conflito, não havendo praticamente, condições para que o mesmo pudesse viajar novamente para o exterior. É sabido que neste momento Cuba depositava sua confiança e provisões logísticas na guerrilha dos grupos urbanos, principalmente para a ALN – Aliança Libertadora Nacional - dirigida pelo dissidente comunista Carlos Marighella.<sup>192</sup>

<sup>189</sup> Vide GUEVARA, Ernesto Che. *A Guerra de Guerrilhas*. Havana: Edições Futuro LTDA, 1961.

<sup>190</sup> Segundo Relatório do Ministério do Exército disponível em: [www.desaparecidospoliticos.org.br](http://www.desaparecidospoliticos.org.br) acessado dia 15/06/2005.

<sup>191</sup> Designação do SSI - ORDEM DE BUSCA Nº 233/67 – SCI/RS.

<sup>192</sup> Ver texto de ROLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro, Mauad, 2001.

## 2.10. A vida clandestina no Rio de Janeiro e São Paulo

Sínteses biográficas de diversos livros também enfatizam a vida clandestina de Bronca no interior do Rio de Janeiro e depois em São Paulo. Estas informações foram divulgadas, geralmente, por pessoas que conviveram com o mesmo neste período ou, mesmo, por sobreviventes do Araguaia que as ouviram de pessoas próximas a ele - ou muitas vezes - dele próprio.<sup>193</sup> Não foi possível, infelizmente, contar com relatos mais precisos a este respeito, porém consideramos esta uma hipótese provável, pois o momento em que o mesmo se ausentou de casa, em abril de 1966, distancia-se do período dos primeiros relatos de sua chegada à região do Araguaia em 1969. O período descrito nestas sínteses coincide com o período em que o mesmo sai de Porto Alegre - clandestino - sob a argumentação de que está sendo perseguido pelo DOPS. Sobre este período assim se refere uma síntese “*Em 1966, foi viver na clandestinidade no Rio de Janeiro. Homem muito simples vivia num pequeno quarto em São João do Meriti/ RJ, onde seus únicos haveres eram uma troca de roupas, uma esteira, um pequeno fogão de querosene e uma gaita. Foi dos primeiros a chegar ao Araguaia, em meados de 1969 (...).*”<sup>194</sup> Um membro da família Bronca quando questionado sobre este esta passagem da vida de José Huberto, assim nos respondeu: “*nunca soubemos*

<sup>193</sup> Nesta perspectiva nos referimos especificamente a três sínteses biográficas: a primeira destas publicada na revista *Guerrilha do Araguaia*, da Editora Anita Garibaldi na 4<sup>a</sup> edição, 2004. Esta editora é sabidamente mantida pelo PC do B e, ao que se sabe, o interesse em publicizar a história da Guerrilha do Araguaia para fora do Partido, desde o princípio, foi de Elza Monnerat. A segunda síntese esta publicada no website, [www.desaparecidospoliticos.org.br](http://www.desaparecidospoliticos.org.br) é dirigido por Criméia Schmitt, a Alice na Guerrilha do Araguaia. O terceiro é o website [www.guerrilhadoaraguaia.com.br](http://www.guerrilhadoaraguaia.com.br) dirigido pelas jornalistas Myriam Luiz Alves e Taís Moraes, esta última autora da obra *Operação Araguaia*, 2004.

<sup>194</sup> Publicados em: Vários autores: *Guerrilha do Araguaia*: Editora Anita Garibaldi, 4<sup>a</sup> edição. 2004. Pág. 163. e no website [www.desaparecidospoliticos.org.br](http://www.desaparecidospoliticos.org.br) acessado em 21/06/2005.

*disso na época.*<sup>195</sup> Esta afirmação nos possibilita entender que ele, por segurança, não manteve nenhum contato com a família. Porém, o mesmo membro reconheceu algo, a gaita, que talvez vislumbre uma certa veracidade desta clandestinidade então desconhecida pela família. Pediu à mãe, através de amigos, que a família lhe enviasse sua gaita e algum dinheiro. A gaita de boca era o instrumento musical que José Huberto Bronca mais apreciava, ainda: “*interessou-se pelo violino, mas gostava mesma era da gaita de boca, que tocava com maestria*”.<sup>196</sup> Instrumento que se toca geralmente sozinho é provável que a gaita tenha sido sua mais fiel companheira durante os longos dias e noites de insegurança e apreensão no período em que viveu em São João do Meriti, no Rio de Janeiro e na Rua Júlio Prestes, nº 20, em São Paulo.<sup>197</sup> Coincidemente este instrumento que ele tanto estimou teve origem na China milenar onde ele havia treinado para empreender a guerra de guerrilha na região do Araguaia. Após sua partida escreveu “*esporadicamente, recebíamos bilhetes de cartas suas, como por exemplo, quando seu pai faleceu em 1970. Essa correspondência não tinha referencia de onde partia, razão pela qual nunca soube de seu paradeiro durante muitos anos*”.<sup>198</sup> Esta última carta “coincidiu” com a data do falecimento do pai o que evidenciou, de alguma forma, que o mesmo teve conhecimento do ocorrido. Lamentou o fato do pai não ter tido tempo de presenciar a futura festa da igualdade no Brasil. Estas foram às palavras que mais marcaram e que nos deram indícios de que o mesmo se referiu à derrota política do governo ditatorial de então

<sup>195</sup> Relato de Maria Helena Mazzaferro Bronca, a Deusa Maria de Sousa, em setembro de 2005, Porto Alegre/RS.

<sup>196</sup> Idem.

<sup>197</sup> Segundo este website [www.desaparecidospoliticos.com.br](http://www.desaparecidospoliticos.com.br), estas, e outras, informações constam nas fichas entregues ao Jornal o Globo em 1996, acessado em 21/06/2005.

<sup>198</sup> Relato de Ermelinda Mazzaferro Bronca a Raquel Padilha em Porto Alegre, 1999.

pelas forças guerrilheiras do Araguaia e ainda o estabelecimento da democracia social e política no Brasil. Segundo sua irmã, havia o pedido freqüente para que as cartas fossem destruídas, e “assim o fizemos com todas.”<sup>199</sup>

## 2.11. O “Fogoió” ou “Zequinha” chega à região do Araguaia

Sabe-se pouco sobre os detalhes da viagem de Bronca até a Região do Araguaia. Morando entre o Rio e São Paulo na clandestinidade - sendo militante comunista antes do Golpe de 1964 - possivelmente tenha vencido todas as etapas de triagem deliberada pelo bureau político do Partido para aqueles militantes que haviam sido designados pelos comitês estaduais, como nos descreveram anteriormente Elza Monnerat e Luzia Reis Ribeiro. O caso de José Huberto Bronca era diferente. Como um quadro político reconhecido do Rio Grande do Sul, assim como Paulo Mendes Rodrigues e João Carlos Haas, de incontestável fidelidade partidária e preparado anteriormente para assumir esta tarefa. Desde seu treinamento na China em 1965 tornou-se incompreensível, para nossa análise, os três anos que separam o ano de sua saída de Porto Alegre, em 1966, até a data de sua chegada à região do Araguaia, entre fins de 1969 e início do ano de 1970. Faltam dados e informações. Sabe-se também que a repressão nas cidades estava em seu ápice, principalmente, a partir decretação do AI-5 de 1968. Torna-se intrigante tentar entender como viveu José Huberto Bronca, quando sua fotografia já havia sido estampada em jornais de grande circulação. Certamente cumpria alguma tarefa partidária, ou as condições necessárias para sua ida à

---

<sup>199</sup> Estes foram cotejados a partir dos relatos de Maria Helena e Bronca a Deusa Maria de Sousa e de Ermelinda Mazzaferro entrevistas e Comissão dos desaparecidos políticos e disponíveis na website [www.desaparecidospoliticos](http://www.desaparecidospoliticos) acessado dia 20/05/05.

região do Araguaia - onde Osvaldo Orlando da Costa, o Osvaldão, já habitava há anos e a quem Bronca e outros se juntaram quando lá chegaram - ainda não estavam dadas. Sobre a chegada de Bronca e outros a esta região um morador referiu que “(...) *passando por uns tempos, em 1970 ele (Osvaldão) persistiu aqui dentro por volta de uns 60 dias. Quando ele tá aqui nesse período chega Zequinha,*<sup>200</sup> *Amauri e Flávio. Esses três botaram uma farmaciazinha lá, e aqui nesta dita casa eu tinha um pequeno comércio.*”<sup>201</sup>

Sabe-se que após chegar á região o “Zequinha” se dividiu entre o papel de balconista e abastecedor de um pequeno comércio - prática comum dos destacamentos para manter próximo o vínculo com os moradores – que abastecia a população daquela localidade com uma diversidade de produtos que na época eram raros e, quando o encontravam, eram caros. Esta também foi uma iniciativa deliberada pelo Partido em montar estes pequenos comércios e farmácias para aproximar os moradores e cobrar deles um preço justo apenas com o intuito de repor as mercadorias. Esta foi a primeira ocupação que “Zequinha” desempenhou para justificar sua chegada àquela região. Porém sua atividade era diversificada, como observou um morador.

Então, eles vendiam só remédio, mas quando coincidia que Flávio ficava permanente no balcão, **Zequinha** pegava o remédio e subia pro mato, e Amauri ia a Imperatriz, Marabá, Araguatins e trazer, era a missão dos três. E continuamente quando você botava fé tava os três na casa, eles não tinham assim muita comunicação com o povo. Só o Amauri sempre tinha mais aquela comunicação, mas o **Zequinha** era no balcão... É... o Flávio no balcão, e o **Zequinha** no mato. E o Amauri sempre comprava os remédios e trazia prá nós. Sempre eles cansaram... Passavam o comércio por aí vinham comprar às vezes negócio de comida aqui em

<sup>200</sup> Grifos da autora em destaque ao relato da chegada de Bronca sob codinome de Zequinha.

<sup>201</sup> Entrevista com Francisco Maciel Lima – Foi comerciante à época da Guerrilha - Concedida a Romualdo Pessoa e Gilvane Felipe na localidade de Palestina – PA , em 19.01.1994.

casa, batatinha, cebola, alguma conserva, o Amauri sempre gostava de vir comprar aqui (...).<sup>202</sup>

Assim a vida de “Zequinha” seguiu o curso calmo e normal, dada às condições, naquela região antes do conflito. Ele dividiu-se entre o balcão e o abastecimento da pequena farmácia, até o dia em que saíram da região sem nenhuma justificativa convincente.

Quando foi pelo mês de junho de 1971 eu fui até Imperatriz fazer umas compras quando eu cheguei eles tinham ido embora, todos três. Por sinal eles vieram aqui em casa e ofereceram tudo que tinham. Eu vendia, assim, remédio caseiro, me ofereceram os trenzinhos deles e me dava por um bom preço. Mas quando eu cheguei eles tinham saído prá ir embora. Recebi só o recado porque minha esposa falou. Aí eu digo, não, foram embora. Aí depois rodando encontrei o balcão na casa de outro amigo aí parece que até do Flávio também, e o remédio eles pegaram embolaram e sumiu. Isto passando não vi mais o Osvaldo, nem o **Zequinha**, nem Flávio, nem Amauri. Quando é já no início do inverno, pelo mês de outubro, eu tô no Araguaia um dia quando vem descendo o **Zequinha**, aí eu perguntei pelo Flávio e Amauri...Nós se entrosava, ele disse: "não eu tô em Santa Cruz". Aí veio descendo, o **Zequinha** muito pálido, e ele era bem vermelho, muito pálido (...) Não vi mais nem **Zequinha**, nem Flávio, nem Osvaldão, nem Amauri, não vi mais nenhum deles. (...)<sup>203</sup>

O relato deste morador nos permite compreender, entre outras coisas, a maneira repentina como foram “embora” para a mata Bronca e outros, após a notícia de que as tropas do Exército estavam se aproximando daquela localidade, como descreveu o documento do Partido sobre este momento do ataque das forças oficiais.<sup>204</sup> “No dia 12 de abril foi atacado o Destacamento A. O comando enviou um companheiro para avisar o Destacamento B. Por sua vez, o Destacamento C, que havia sido atacado dia 14, avisou a Comissão Militar (CM) através de um dos seus membros que lá se encontrava (...).”<sup>205</sup>

<sup>202</sup> Idem.

<sup>203</sup> Idem.

<sup>204</sup> Relatório Arroyo In: Revista *Guerrilha do Araguaia: uma epopéia pela liberdade*. Editora Anita Garibaldi na 4<sup>a</sup> edição ampliada, 2004. Pág. 71.

<sup>205</sup> Grifos ao Destacamento no qual José Huberto Bronca, Zeca ou Zequinha, tomaram parte.

A busca de alguns membros do Exército foi principalmente a *Osvaldão*, que passou a ser procurado, e também os demais, como terroristas ou mesmo assaltantes de banco entre outras denominações incompreensíveis, até hoje, para os moradores daquela região, como demonstrou outro morador em seu relato.<sup>206</sup>

(...) Nesta ocasião, e que quando foi um dia eu vi falar que tava prendendo esse povo aí, porque disseram que era terrorista, eu até fiquei assim... "Mas terrorista é desse jeito", eu não sabia que diabo era terrorista. Eu pensei que terrorista era o pessoal que provocava terror, que matava, que roubava, que fazia essas coisas (...). Eu pensava que terrorista era outra coisa, diferente, mas não o que eles tavam praticando aí... Eu não achava que fosse terrorismo (...).

Daquela maneira o Exército procurou amedrontar a população e, com isso, causar um misto de delação e aversão aos paulistas que não eram vistos pelos moradores como guerrilheiros, tampouco como "terroristas". Este depoimento nos aponta as impressões confusas e inexplicáveis, para a população da região sobre as informações espalhadas pelos homens das forças oficiais. Desta maneira - sem ter tempo de explicar ao povo quem eram e o que foram fazer naquele lugar - José Huberto Bronca e os outros paulistas embrenharam-se na mata e lutaram até 1974, alguns dizem no início de 1975, data do final da Guerrilha com a maioria morta e alguns prisioneiros.

## 2.12. João Carlos Haas Sobrinho – de coroinha a líder estudantil

Aos vinte e quatro dias do mês de junho, no inverno de mil novecentos e quarenta e um, o casal Ilma Link Haas e Ildefonso Haas, ganhou seu segundo

---

<sup>206</sup> Entrevista com o Sr. Abdias Soares da Silva - São Domingos do Araguaia – PA - Concedida a Romualdo Pessoa e Gilvane Felipe em 21/01/1994.

filho homem. Por ser o dia de São João, a família muito católica, homenageou um irmão e o santo em seu dia dando seus nomes ao filho que acabara de nascer.

Numa cidade tipicamente alemã, o “berço” desta colonização no estado do Rio Grande do Sul, João Carlos cresceu feliz e saudável ao lado dos pais e dos seis irmãos. Muito cedo se dedicou aos cultos católicos, talvez por influência da família, e demonstrou generosidade e preocupação humanitária. Até os quinze anos de idade foi coroinha, ou ajudante do padre durante as missas.<sup>207</sup> Ingressou na escola muito cedo, antes dos sete anos, para fazer companhia ao irmão mais velho que sentia dificuldades na escola. Gostou tanto do ambiente escolar que o resultado foi acima do esperado. Além de ter contribuído para o interesse do irmão pela escola ele, João Carlos, se encantou com os estudos já no período inicial de sua vida e deu mostra de seu interesse pelo conhecimento e companheirismo que o seguiram durante toda sua breve vida.<sup>208</sup>

Morou durante boa parte da vida em uma casa confortável no centro da cidade de São Leopoldo.<sup>209</sup> Seu pai, um pequeno e próspero empresário do setor coureiro-calçadista, proporcionou a todos os filhos uma vida de conforto e dedicação aos estudos.<sup>210</sup> Assim dos seis filhos que teve, cinco obtiveram diploma universitário. João Carlos como segundo filho, e mais interessado pelos estudos que o mais velho, foi quem primeiro ingressou na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a UFRGS. Antes disso, durante os anos de estudo, entre o antigo

---

<sup>207</sup> Jornal “Diário de notícias”, junho de 1969. In: “*Este medico gaúcho é um terrorista, e a mãe e a irmã não podem acreditar*”. Pág. 08.

<sup>208</sup> Segundo relato da irmã Tânia Haas Corta a Deusa Maria de Sousa em setembro de 2005, em Porto Alegre /RS.

<sup>209</sup> Na avenida João Correa nº 887.

<sup>210</sup> A fábrica chamava-se Haas Ribeiro S. A.

ginásio e o científico, construiu uma trajetória mantida pelo rigor religioso e a disciplina escolar.<sup>211</sup> No colégio São Luis, em São Leopoldo, estudou todo o antigo primário e ginásio. Concluiu o curso ginásial em dezembro de 1955 aos 14 anos. Durante todo o período de vida escolar nesta escola conseguiu aprovação com tranquilidade em todas as disciplinas básicas do curso. Chamou atenção o destacado desempenho do mesmo em uma disciplina comum para a região na época: o canto orfeônico. Nesta, as notas atribuídas a João Carlos são notadamente melhores, indícios da serenidade e disciplina que exige o canto, assim como a medicina pela qual optou como profissão.<sup>212</sup>

Do início do ano letivo de 1956 até julho de 1957 freqüentou o curso diurno do científico do Colégio Marista São Jacó em Novo Hamburgo que sofrera, três anos antes, um grandioso incêndio em suas instalações. Haas não conheceu as novas instalações do Colégio São Jacó, que foram inauguradas nos dias sete e oito de setembro de 1957. Para tal inauguração foram feitas, em 1954, muitas atividades através de campanhas de arrecadação, por iniciativa da Assembléia Geral dos ex-alunos que decidiu criar uma comissão que organizou a campanha de auxílio para a reconstrução.<sup>213</sup> É provável que durante o tempo que Haas estudou no Colégio, ele tenha participado ou contribuído na campanha para a reconstrução do novo prédio, pois, relatos de familiares e amigos apontam para seu comportamento humanitário, desde a infância e a adolescência. Então “*ele era um cara líder, aqui em São Leopoldo, ele já foi líder em todos os colégios em que*

<sup>211</sup> Segundo relato de sua mãe, Ilma Link Haas, no Diário de Notícias de junho de 1969.

<sup>212</sup> Esta análise é a partir da pesquisa aos documentos escolares de João Carlos Hass Sobrinho, existente no Acervo do Colégio Marista Pio XII, antigo São Jacó, em Novo Hamburgo.

<sup>213</sup> Sobre este aspecto ver MORCHE, Hélio. *75 anos da presença Marista em Novo Hamburgo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1990. Pág.154-174.

*ele estudou (...) e sempre um cara muito preocupado pra organizar festas, times de futebol, torneios, então, ele tinha essa liderança (...).<sup>214</sup>*

O relato de Sônia Haas nos possibilita entender um pouco da percepção que a família tinha sobre o mesmo e ainda nos afasta, por exemplo, da idéia de se tratar de um adolescente religioso muito tímido, como é comum nesta idade, ao invés disso, nos evidenciam um adolescente muito ativo que tinha prazer e compromisso com questões simples, tais como “jogos de futebol e torneios” quanto em organizar as “festinhas” entre os colegas. Isso nos permite entender o João Carlos que, provavelmente, os irmãos aprenderam a admirar e tomá-lo como ídolo. Assim: “*Ele era uma pessoa muito séria, porque era uma pessoa muito justicaíra, muito de conversar as coisas olho no olho. E especialmente, assim, as crianças, e eu éramos tratados com muito respeito e isso sempre me chamou atenção.*<sup>215</sup>” Desta forma a seriedade e a justiça enfatizadas no relato de sua irmã, ainda muita criança no momento de sua partida, leva-nos a entender as marcas na infância de um irmão-ídolo, que pelo respeito à criança e atenção a ela dispensada permanecem ainda muito presentes na vida da depoente.

Em 19 de maio de 1957, com 16 anos e cursando a segunda série do científico, João Carlos preencheu o pedido de transferência na secretaria da Escola, pelo motivo de mudança de endereço para Porto Alegre.<sup>216</sup> Como é de praxe, a Escola exigiu um atestado de vaga na outra escola para encaminhar a

---

<sup>214</sup> Depoimento de Sônia Haas, irmã mais nova de João Carlos, a Melissa da Rosa Wonghon em 28/05/2001, para a produção da monografia de conclusão do curso em História intitulada: “*João Carlos Haas Sobrinho: História e Memória*” – Unisinos/São Leopoldo, 2002.

<sup>215</sup> Idem.

<sup>216</sup> Dados levantados a partir de documentos escolares de João Carlos Haas Sobrinho, pesquisados nos arquivos do colégio Pio XII, antigo São Jacó, em Novo Hamburgo.

transferência, e que foi apresentado por João Carlos no dia vinte nove de junho do mesmo ano com a assinatura do diretor da escola pretendida pelo mesmo.<sup>217</sup> Em novo ambiente escolar, o Colégio Anchieta, e morando na capital na casa de amigos de sua família, João Carlos, certamente, teve a primeira sensação de “independência” e responsabilidade “longe” do convívio familiar durante toda a semana. Neste período, e também depois que ingressou na UFRGS, quando passou a morar em repúblicas estudantis voltava para casa sempre nos finais de semana, e sua chegada era aguardada com muita alegria pela família e guardada na memória da irmã até os dias atuais. E “(...) *ele tinha um papel meio paternalista comigo, porque os meus pais são (eram) muito mais velhos. Então ele... Tinha nele uma coisa assim, uma relação de ídolo, ele eram uma pessoa na qual eu me espelhava, eu queria ser que nem ele, estudar em Porto Alegre, ter uma pasta pra ir para a faculdade; aquela coisa que a gente tem, a pesar de que todo os meus irmãos estudaram, mas ele era diferente (...).*”<sup>218</sup>

Durante o período, um ano e meio, em que estudou o científico na capital antes de ingressar na Faculdade de Medicina João Carlos, ao que parece, manteve a rotina religiosa que trouxera consigo de São Leopoldo e do Colégio que o abrigou na capital, o Anchieta. Segundo declarações de sua mãe, a um jornal da capital, durante este período ele participou de um retiro espiritual promovido pelo

---

<sup>217</sup> O Pe. Emílio Hartmann S. J. era Diretor do Colégio Anchieta e assinou a declaração da existência de vaga em 29/06/1957.

<sup>218</sup> Depoimento de Sônia Haas, irmã mais nova de João Carlos, a Melissa da Rosa Wonghon em 28/05/2001, para a produção da monografia de conclusão do curso em História intitulada: “*João Carlos Haas Sobrinho: História e Memória*” – Unisinos/São Leopoldo, 2002.

Colégio.<sup>219</sup> Talvez aí se possa entender sua aproximação posterior à AP – Ação Popular.

Em 1958 para orgulho dos pais, que pouco haviam estudado, João Carlos foi aprovado no vestibular de medicina, com destaque, com apenas 17 anos de idade. Foi uma grande alegria para a família ter um filho médico. Muitos planos foram feitos para que João Carlos pudesse realizar seu sonho de “*ajudar os pobres que ele tanto amava*” e viver próximo da família, porém, em nenhum deles cabia o João Carlos líder estudantil, tão pouco o comunista ou “*terrorista procurado*.<sup>220</sup> Não se tratava do João Carlos que a família conheceu, mas de um novo homem que o momento político nacional havia moldado. No mesmo depoimento, a irmã esclareceu tal ambigüidade e o espanto que acometeu a família diante da descoberta de sua militância política-estudantil.

Ele foi muito jovem, também, para a Universidade, com 17 anos. (...) Então ele era assim um guri que veio do interior, mas que tava na ponta já, dentro da faculdade. Por outro lado, os meus pais enxergavam essa liderança, essa inteligência dele, que era um pouco acima da média, mas a gente, eles, eu acredito que não tinham, assim, essa consciência de que ele estava se envolvendo em política não só estudantil. Até o momento em que ele foi preso, e isso foi no início de 64 que ele foi preso em Porto Alegre; aí as coisas começaram a mudar lá em casa. Aí, isso tudo eu me lembro perfeitamente, a minha memória está, assim, bem viva. E, então foram divulgados os nomes dos alunos de Medicina, e dos outros cursos, que tinham sido presos, e o João tava ali. E aí o meu pai e a minha mãe ficaram assustados de ver que o filho tava fazendo esse tipo de coisa (...).<sup>221</sup>

<sup>219</sup> Reportagem de recorte de Jornal, guardado pela família, sem especificação do mesmo. Apenas com a manchete “ANTES DO TERRORISMO, HAAS FOI AJUDANTE DE MISSA”, 1969.

<sup>220</sup> Idem.

<sup>221</sup> Depoimento de Sônia Haas, irmã mais nova de João Carlos, a Melissa da Rosa Wonghon em 28/05/2001, para a produção da monografia de conclusão do curso em História intitulada: “*João Carlos Haas Sobrinho: História e Memória*” – Unisinos/São Leopoldo, 2002.

A surpresa da família ao descobrir a militância política de João Carlos foi enorme, mas, segundo declarações de sua mãe, havia alguns indícios de mudanças em seu comportamento observado pela progenitora. O cuidado com a aparência e o interesse pelas reuniões-dançantes, foram substituídos pela preocupação em discutir os problemas da pobreza e a miséria do Brasil daquele momento.<sup>222</sup> Este foi o João Carlos que ao se deparar com o “clima” de efervescência política do Brasil pré-Golpe e diante da liderança estudantil que já exercia, tomou posição e assumiu uma identidade política, que percorreu os caminhos trilhados pela AP e desembocou no PC do B recém-organizado. Partido que o conduziria para a luta armada nas selvas da região do Araguaia. Na universidade, João Carlos era conhecido e admirado tanto pelos professores, como exemplo de aluno que se mostrou ser, quanto pelos estudantes, que admiravam a capacidade de eloqüência e clareza com que expunha suas idéias. Havia ainda um outro tipo de admiração; a feminina que viam em João Carlos uma síntese do homem da década de 60: culto, politizado, e estudioso. Mas no coração de Haas morava uma bela moça.<sup>223</sup>

Em 1963 João Carlos foi eleito 4º vice-presidente da Federação dos Estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Este cargo proporcionou a João Carlos um imenso contato com a categoria dos estudantes, projetando-o, logo em seguida, para a presidência do Centro Acadêmico Sarmento Leite, eleito com grande maioria pelos colegas. Ainda durante este período na presidência do C.A., travou uma longa batalha junto aos demais estudantes, no

<sup>222</sup> Reportagem de recorte de Jornal, guardado pela família, sem especificação do mesmo. Apenas com a manchete “ANTES DO TERRORISMO, HAAS FOI AJUDANTE DE MISSA”, 1969.

<sup>223</sup> Segundo depoimento de Antonia Mara Loguércio, João era uma espécie de “namorado perfeito” e sua noiva, “Carmem Catarina”, causava inveja a muitas meninas.

Conselho Universitário na condição de presidente junto a FEURGS. Logo após o deflagrar do Golpe de 1964, João Carlos foi deposto do cargo que ocupara até então sob a acusação de “esquerdista”.<sup>224</sup>

### 2.13. Do Golpe à clandestinidade

Logo após a deposição do cargo da presidência do Centro Acadêmico e junto a FEURGRS, João Carlos foi preso pelo DOPS e levado para o SESME – Serviço Social de Menores – para onde foram muitos dos presos políticos estudantis do movimento 31 de março. Consta em jornal da época que João Carlos participou, ainda na prisão, de um curso de marxismo organizado pelos próprios detentos.<sup>225</sup> É provável que este curso tenha de fato ocorrido, pois segundo relato da irmã, esta prisão demorou três meses. Naquela ocasião João Carlos defrontou-se, pela primeira vez, com a família sobre suas atividades políticas. *“E minha mãe pediu, então, sabendo que ele estava se envolvendo, implorou para que ele não se metesse mais nisso, que era muito arriscado; (...) ele disse que não, que ele não podia se afastar daquilo, que era mais forte do que ele, que ele estava num grupo de pessoas, que ele se sentia comprometido, que ele queria ajudar os outros, os pobres, naquela época se dizia muito isso (...)”*. Ainda durante o pedido da mãe, para que o mesmo abandonasse tais atividades, houve a promessa de construir um hospital em um bairro pobre para que o mesmo pudesse atender aos “pobres que ele tanto gostava”.<sup>226</sup> Era um antigo sonho que

---

<sup>224</sup> Reportagem de recorte de Jornal, guardado pela família, sem especificação do mesmo. Apenas com a manchete “ANTES DO TERRORISMO, HAAS FOI AJUDANTE DE MISSA”, 1969.

<sup>225</sup> Idem.

<sup>226</sup> Depoimento de Sônia Haas, irmã mais nova de João Carlos, a Melissa da Rosa Wonghon em, 28/05/2001.

João Carlos não pôde ver concretizado. Esta foi a resposta de seu pai ao adaptar à sua realidade e leitura diante do sonho do filho.

Seu pai, Ildefonso Haas, como era um homem de bom padrão de vida e possuindo área – em bairro periférico da cidade de São Leopoldo acreditou que pudesse alentar a sede do filho por atendimento à pobreza. Mal sabia Ildefonso que a pobreza e a miséria às quais João Carlos se referia era, além de tudo, resultado da injustiça social e da exploração da classe operária. Assim, não era um exercício apenas da resolução da problemática social de São Leopoldo – ou de alguns dos pobres de São Leopoldo -, a questão era muito ampla, era acima de tudo internacional. Na concepção política que João Carlos havia adquirido naquele momento, não bastavam apenas os atendimentos médicos, tão pouco resoluções paliativas e localizadas. A questão era romper com o sistema e, no caso do Brasil, principalmente depois do Golpe, fazer a emancipação do povo com a Revolução e através da luta armada. Apesar da militância política de João Carlos ser uma surpresa para a família, esta foi, acima de tudo, uma questão de convencimento político como relatou uma militante da época: *“João Carlos foi ganho pelo Partido através da dialética, pela leitura, ele era muito inteligente ... e se convenceu a partir da teoria.”*<sup>227</sup>

Depois de sua prisão e ameaça de cassação do seu registro na Faculdade de Medicina, houve uma grande mobilização dos professores da Faculdade que surtiu efeito imediato. A Congregação da Universidade decidiu reintegrá-lo,

---

<sup>227</sup> Segundo depoimento de Antonia Mara Loguércio a Deusa Maria de Sousa, em setembro de 2005, ex-militante da AP e do PC do B, João Carlos Haas era um líder nato, de uma inteligência fora do comum. Segundo ela, a amizade e companheirismo não bastavam para convencê-lo. Era preciso a teoria científica do marxismo.

permitindo que concluísse depois o estágio obrigatório na Santa Casa de Porto Alegre e no Hospital Ernesto Dorneles. Após a formatura fez um ano de residência médica em cardiologia, ainda na Santa Casa.<sup>228</sup>

A família do João Carlos não sabia que havia uma vida, mesmo depois da prisão, do Haas militante que havia construído uma trajetória no embate através da disputa e na batalha das idéias, principalmente, contra as idéias revisionistas que começaram a ganhar a corpo no mundo desde o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética. Foi neste meio, da luta pela defesa do legado marxista, que João Carlos passou da AP para o PC do B. Como foi discutido anteriormente, no capítulo 1, havia uma circularidade de informações e de documentos sobre as transformações do mundo asiático, leia-se China e Vietnã - e os impactos que estes informações causaram dentro da própria AP.

O PC do B era, sabidamente, neste momento muito próximo à China e do seu modelo de luta empreendido por Mao Tse-Tung, e isso - sobretudo após a integração de fato da AP ao PC do B em inícios dos anos 70 - exerceu significativa influência política em quadros qualificados, a exemplo do próprio Haas, entre outros, para o esfacelado PC do B pós-reorganização de 1962.

Entre as atividades políticas desenvolvidas por João Carlos em Porto Alegre nas fábricas durante o período de residência médica na Santa Casa, havia a mais rotineira de todas: era muito comum vê-lo participando de panfletagens defronte às fábricas com o intuito de “conscientizar” os operários da capital. Vilson

---

<sup>228</sup> Reportagem de recorte de Jornal, guardado pela família, sem especificação do mesmo, do Jornal “Última Hora”, apenas com a manchete “ANTES DO TERRORISMO, HAAS FOI AJUDANTE DE MISSA”, 1969.

Ferreira Pinto, operário da já referida empresa Micheletto, situada próxima à Faculdade de Medicina, relatou suas memórias sobre João Carlos.

Mais ou menos, durante esse tempo (64 ou 65) Ele – João Carlos Haas - ia à fábrica lá (Micheletto). Eu fui apresentado a ele e também a outros trabalhadores. Ele procurava incentivar os trabalhadores para movimentos, reivindicações... Eu não sei ao certo se ele era médico ou não. A vida particular dele... ele nunca nos falou. Ele ia lá como uma pessoa de esquerda, e procurava esclarecer os trabalhadores sobre seus direitos... Inclusive houve alguns cursos na Faculdade de Economia e ele nos convidou para participarmos destes cursos. Eram cursos de formação, de esclarecimento político.<sup>229</sup>

Outro operário, também se referiu às atividades políticas desenvolvidas por João Carlos Haas em Porto Alegre na primeira metade da década de 1960. *“Eu era operário e fui apresentado ao Haas. Alguém apontou para ele e disse-me: Ali é o Haas. Ele tava ocupado conversando com a companheirada que largava da fábrica.”*<sup>230</sup>

## 2.14. O médico a caminho da Chinacon

Tais relatos nos possibilitam compreender que esta atividade política de João Carlos Haas era, acima de tudo, uma tarefa partidária e que, sobretudo naquele momento, se aproximava da classe trabalhadora e da AP ao mesmo tempo, como foi mencionado no capítulo anterior. Após a conclusão da residência médica em cardiologia, em 1966, João Carlos saiu de Porto Alegre e foi inicialmente para o Rio de Janeiro e depois para São Paulo. Há relatos que se referem ao trabalho do mesmo junto a um movimentado pronto-socorro e que

---

<sup>229</sup> Depoimento de Vilson Ferreira Pinto a Deusa Maria de Sousa em Porto Alegre em setembro de 2005. Operário da Indústria Micheletto durante a segunda metade da década de cinqüenta e primeira metade da década de 1960.

<sup>230</sup> Depoimento de José Ouriques Freitas a Deusa Maria de Sousa, em julho de 2005.

depois teria clinicado em São Paulo.<sup>231</sup> Há referências que com a fluência em várias línguas estrangeiras ele desenvolveu, durante um breve período em São Paulo, o papel de tradutor junto a algumas nações estrangeiras que mantinham relações políticas e apoiavam logisticamente o Partido. Também resolvia questões de hospedagem dos comunistas antes da viagem à China.<sup>232</sup> Michéas Gomes de Almeida também falou da ocasião (1965) em que conheceu João Carlos Haas em São Paulo:

Eu saí de Goiânia e sabia que ia fazer uma viagem para o exterior, não sabia quando nem pra onde. Fiquei em São Paulo uns dias, aguardando um contato do Partido para saber mais sobre a viagem. Antes de isso acontecer, eu fui à biblioteca pública fazer pesquisas. Nesta ocasião eu conheci um sujeito simpático que compartilhou comigo notícias de um jornal que ele lia. No mesmo dia nos reencontramos durante o almoço na sopolândia, a comida mais barata na época, e daí eu resolvi revelá-lo o que eu poderia fazer para me livrar de uma doença venérea que me acometia há algum tempo. Ele sacou da carteira de cigarros o papel luminoso e dali me deu o endereço de uma clínica em que um amigo dele poderia me atender. Ele até me explicou que ficava numa travessa da Avenida Paulista, no segundo andar. Quando eu cheguei lá e a moça o chamou pelo nome, e ele de jaleco branco, percebi que se tratava da mesma pessoa. O Dr. João Carlos Haas que ele me disse ser seu amigo era ele próprio.<sup>233</sup>

O depoimento acima dá, apesar de fragmentadamente, uma impressão da vida que João Carlos levou antes de embarcar para a China Comunista. Pelo depoimento de Michéas Gomes, ou Zezinho como ficou conhecido durante e após a Guerrilha, nos permite vislumbrar um jovem recém-formado em medicina exercendo sua função em uma clínica no centro da cidade de São Paulo. Permite-nos entender, também, que os tais “reencontros casuais” enfatizados por Michéas

<sup>231</sup> Afirmação feita pela jornalista Myriam Luiz Alves em artigo publicado na web intitulado “João Carlos e a memória nacional.” In:[www.guerrilhadoaraguaia.com.br](http://www.guerrilhadoaraguaia.com.br) acessado dia 24/07/05.

<sup>232</sup> Esta informação foi citada no livro *Operação Araguaia: os arquivos secretos da Guerrilha* de Taís Morais e Eumano Silva. São Paulo: Geração Editorial, 2005, sem explicitação das fontes coletadas para tal afirmação. Todavia é possível que tenha sido através de Michéas Gomes, o Zezinho, pois no capítulo foi dada ênfase ao episódio do encontro de Michéas com o Dr. João Carlos em São Paulo.

<sup>233</sup> Depoimento de Michéas Gomes de Almeida, o Zezinho do Araguaia, concedida a Deusa Maria de Sousa em Brasília em julho de 2004.

não tenham sido tão casuais assim, dada à importância mantida pelo Partido na questão segurança dos seus militantes e naquela ocasião, em específico, dos “quadros escolhidos”<sup>234</sup> para fazer a viagem ao exterior, para país até então não revelado e o investimento que se fazia para tal empreendimento.

Prosseguindo no depoimento de Michéas ele nos dá conta de um encontro entre os demais militantes que estavam designados a embarcar para a China e lá ele revendo novamente a pessoa de João Carlos. Desse momento até o embarque para a China, o relato de Zezinho nos possibilita vislumbrar os meses de experiência de João Carlos na grande e enigmática China no ano de 1966. Foram meses de estudo e conhecimento permanente de questões teóricas e preparação prática para a guerra de guerrilha. Entre os lugares que conheceram a memória de Michéas nos deixa trilhar pelas visitas às grandes e pequenas fábricas, além do teatro e da ópera que a memória do mesmo conseguiu cristalizar mesmo após mais de trinta anos. Os relatos de lazer foram enfatizados por Michéas bem como a disciplina e a maneira organizada como os chineses trataram de dividir o período em que as delegações lá estiveram. Havia disciplina e horários definidos para as refeições e para os estudos individualizados. Eram mais de 12 horas de atividade entre estudos, debates, conferência de interpretação da obras de Mao Tse-Tung. Além disso, textos políticos, para interpretação militar, foram enfaticamente estudados na Academia Militar de

---

<sup>234</sup> Essa expressão muito utilizada no meio jornalístico serve para designar os militantes comunistas que fizeram uma preparação militar no exterior e/ou foram escolhidos, por razões diversas para ingressar na luta armada dirigida pelo PC do B na região do Araguaia. Hoje se sabe que grande parte dos militantes que lá estiveram foram “escolhidos” pelo Regime Militar. Michéas Gomes, o Zezinho, nos relatou na mesma entrevista “*Eu fui escolhido pelo regime militar para ir para o Araguaia. A situação para mim era ou lutar ou morrer nos porões da ditadura. Preferi lutar! Morrer sim... eu estava pronto! Mas lutando!*” A situação destes nas cidades era insustentável. Muitos eram procurados pelas polícias do regime, e sabiam que uma vez presos provavelmente seriam mortos como foram muitos outros.

Nanquim, e não de Pequim, como erroneamente foi divulgado nos jornais da época e tomado como verdade pelo Dops e pelos inúmeros textos jornalísticos que discorreram sobre este episódio.<sup>235</sup>

O período em que esta grande “turma”, provavelmente a terceira, de comunistas de aproximadamente 14 integrantes do PC do B estiveram na China se prolongou por problemas de segurança, os quais ocorridos na viagem de ida, consequentemente influenciaram nos cuidados para o retorno ao Brasil. Alguns destes militantes foram fotografados, entre eles João Carlos Haas.<sup>236</sup> Foram 18 meses de estudos e treinamentos na China. Um longo período, dadas as condições do Brasil à época, que permitiram aos guerrilheiros uma “saída de cena” do cenário de repressão e refazer as estratégias para a retomada da luta. Desta vez, de armas na mão.

Mesmo passados um ano e meio a espera de um momento mais oportuno para que pudessem regressar ao Brasil e no intuito de despistar os órgãos de inteligências americano – leia-se CIA - os comunistas candidatos a guerrilheiros foram orientados a seguir para o Brasil em rotas e vôos diferenciados. Assim, na volta da rica experiência da China, seguiram a orientação do Partido e dispersaram-se um a um e, por segurança, não deixaram transparecer o rumo e

<sup>235</sup> Esta é uma afirmação construída a partir do relato do militante comunista Hélio Garcia Ramires, que viajou na mesma turma de José Huberto Bronca para China Comunista em 1965 e, que por problemas pessoais e de saúde, não pôde ingressar na luta armada do Araguaia. Seu nome é o primeiro da lista emitida pelo DOPS em 1967 sob título de “Alguns brasileiros que viajaram para a Chinacon.”

<sup>236</sup> Segundo reportagem de um jornal de edição de 1969, há um registro do DOPS paulista da passagem de João Carlos Haas Sobrinho por Gênova, na Itália, com destino a China em 15 de fevereiro de 1966. Reportagem de recorte de Jornal, guardado pela família, sem especificação do mesmo. Provavelmente o Jornal “Última Hora”. Apenas com a manchete “ANTES DO TERRORISMO, HAAS FOI AJUDANTE DE MISSA”, 1969.

os destinos que deveriam tomar ao desembarcar no Brasil. A segurança estava acima de tudo.

## 2.15. Dr. João Carlos chega a Porto Franco: nasce o mito *esculápio*<sup>237</sup>

Segundo relatos de moradores da cidade de Porto Franco no Maranhão João chegou àquela cidade no dia 12 de junho de 1967. Essa cidadezinha ao sul do Estado do Maranhão quase, ou nada, tinha de atrativos, igual à falta de assistência e zelo das autoridades públicas, porém, algo a diferenciava das demais: estava próxima à região pretendida pelo Partido para a instalação da Guerrilha. Relatos e documentos fotográficos obtidos junto aos moradores da região são vestígios significativos da presença de dirigentes do Partido, junto a João Carlos naquele lugar.

As fotos registram as passagens de Elza Monnerat, Maurício e André Grabois e Gilberto Olímpio – pai, filho e genro - entre outros militantes comunistas que ingressaram na Guerrilha. Isso nos leva a concluir que a “escolha” daquele lugar não foi uma decisão espontânea de João Carlos. Aquela pequena cidade, provavelmente, tenha feito parte de um plano traçado pelo Partido para a chegada e adaptação dos primeiros militantes à região aonde, depois, ocorreu a Guerrilha. Entretanto, Elza Monnerat, militante histórica do Partido e guerrilheira, sobrevivente, da Guerrilha do Araguaia, em vários livros e entrevistas sobre sua

---

<sup>237</sup> Na mitologia grega, filho de Apolo, o deus da medicina.

chegada não mencionou sua passagem pelo Sul do Maranhão em companhia dos demais militantes – depois guerrilheiros – do Araguaia.<sup>238</sup>

No interior do Brasil os médicos gozam de grande estima e prestígio da população. No Nordeste, por exemplo, é muito comum os médicos adquirirem um *status* político muito acentuado. Este prestígio, muitas vezes, impulsionou as carreiras de muitos médicos que se tornaram políticos famosos. Não nos surpreendeu conhecer o mito no qual João Carlos se transformou, primeiro, em Porto Franco e, depois, na região do Araguaia. Numa cidade com poucos milhares de habitantes no final da década de 1960, sem nenhum médico que lá residisse, foi a necessidade natural que levou a população local a se afeiçoar ao médico alvo e simpático recém chegado de São Paulo. Ele, João Carlos, se dispôs a atender a população indiscriminadamente. Com peito aberto e atento às novas descobertas que visassem sanar as moléstias que acometiam a população, na maioria, carente do lugar.

No período em que morou em Porto Franco, pouco mais de dois anos, João Carlos fez muitas amizades e, mesmo sem pretender, teve uma notoriedade social a ponto de ser convidado, como “cidadão ilustre” de uma formatura do curso de jovens do antigo ginásio na cidade. Nesta ocasião, os documentos fotográficos guardados pela população mostram João Carlos Haas de terno e um tanto desajeitado pela honra do convite a ele conferido. Ainda durante o curto período em que residiu e trabalhou em Porto Franco pôde demonstrar sua habilidade no

---

<sup>238</sup> Em relato de sua trajetória política feita em rascunho, depois conhecido, no “caderno de anotações” publicados em sua obra biográfica, entre outros, Elza destaca sua chegada à região do conflito da Guerrilha no natal de 1967 ao sítio da Faveira, às margens do Rio Araguaia. In: BERCHET, Verônica. *Coração Vermelho: a vida de Elza Monnerat*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002. Pág. 143.

conhecimento da medicina e, mais ainda, na “arte de improvisar” nos atendimentos. Improvisação esta, dada a situação de extrema precariedade das condições a que ele esteve submetido. Um destes famosos casos atendidos pelo Dr. João Carlos, descrito em artigo recente, foi o de um filho de um de um antigo morador de Porto Franco. Segundo o referido morador, seu filho, então com oito anos de idade, sofrera um acidente e teve a coxa “partida ao meio”. Dr. João Carlos, seguro da sua responsabilidade e do conhecimento na medicina, immobilizou o menino com um gesso moldado da cintura para baixo, e orientou que o mesmo deveria ficar daquele jeito durante uma quarentena. Foi um prova e tanto que os pais e o menino tiveram que passar. Nos dias de calor exacerbado foi quase impossível, segundo o pai do menino, suportar aquele gesso. Poucas semanas depois, Dr. João afrouxou o gesso um pouco acima da perna. A surpresa do menino e de sua família só não pôde ser comparada ao tamanho da alegria ao retirar o gesso e perceber que os ossos haviam voltado para o lugar.<sup>239</sup>

Essa foi uma das muitas histórias com final feliz que ajudou a construir a eterna gratidão e carinho daquelas pessoas simples que conviveram ou que foram atendidas pelo Dr. João Carlos no interior do Maranhão. Hoje a cidade “já crescida” possui um pequeno hospital municipal que desde o início dos anos noventa, por iniciativa do amigo de João Carlos e então prefeito à época, carrega o nome de João Carlos, primeiro médico e cirurgião da cidade de Porto Franco. No período em que lá viveu João Carlos foi precursor de várias inovações no município. Lá, realizou também a primeira mastectomia, cirurgia de retirada de

---

<sup>239</sup> Esse é o caso narrado pela jornalista e pesquisadora do tema da Guerrilha Myriam Luiz Alves, do acidente do filho do Sr. Waldemar Passador, disponível em [www.guerrilhadoaraguaia.com.br](http://www.guerrilhadoaraguaia.com.br) no artigo João Carlos e a Memória nacional, pág.12 acessado dia 25/10/05.

mama.<sup>240</sup> Também foi de João Carlos a preocupação com a esterilização dos equipamentos usados durante as cirurgias. Para tal, pediu a um amigo que lhe comprasse um autoclave em São Paulo, o qual pagou em suaves prestações. Sentiu-se tão à vontade que pôde compartilhar com pessoas próximas as saudades da família e lhes ensinar a preparar o prato de sua preferência: carne de porco com polenta. Ela, Dejacy, também percebeu, em meio às muitas conversas que manteve com o Dr. João Carlos, que ele não acreditava em Deus, mas enfatizou que “*João Carlos podia não acreditar em Deus, mas Deus acreditava nele.*”<sup>241</sup>

As informações recebidas por João Carlos e que culminaram com sua saída de Porto Franco ainda são um grande mistério para a população e os amigos que com ele conviveram. Sabe-se apenas do recebimento de um telegrama, ainda misterioso, tendo ele, logo após, preparado sua partida. Imediatamente João Carlos tratou de se desfazer de seus objetos e pertences, os quais não puderam ser levados, foram oferecidos a pessoas próximas, e de sua confiança. Para uma delas, deixou um guarda-roupa, ainda hoje por ela utilizado com carinho, e dizendo que tinha de ir embora pedindo-lhe segredo. Ela Dejacy, porém, quebrou o pacto de silêncio.

Quando os amigos e a população descobriram a sua intenção de ir embora, procuraram, junto a ele, entender as razões desta decisão repentina. O Dr. João Carlos não conseguiu, porém, dizer a razão que a justificasse. Os amigos e,

---

<sup>240</sup> Afirmativa de Dejacy a Myriam Luiz Alves em Porto Franco em outubro de 2004.

sobretudo, a população imploraram para que o mesmo não partisse. Foi em vão. Ele estava decidido. Tinha de partir o mais rápido possível. Como última tentativa, e com o intuito de demonstrar para João Carlos a importância vital que o mesmo representava para a população daquele município, os mesmos foram implorar, pessoalmente, para que ele permanecesse na cidade. Muita gente compareceu na manifestação defronte ao consultório do Dr. João Carlos, entre elas as autoridades civis e eclesiásticas, fala-se em “milhares” além dos amigos de trabalho e a moça a quem João Carlos confiou o segredo de sua partida. Múltiplos sentimentos tomaram conta do Dr. João Carlos ao perceber a importância que seu trabalho representava para a cidade que o abrigou e que ele aprendeu a admirar. Ele chorou silencioso e discreto. Ciente de sua responsabilidade de militante e que não podia, ainda, revelar as razões que o empurravam para as selvas do Araguaia. Partiu, poucos dias depois deste episódio, para São Geraldo, às margens do Rio Araguaia.

Além destas lembranças, transformadas em relíquias e homenagens, a população de Porto Franco também guardou – como já foi mencionado anteriormente – muitas fotos que mostram os vestígios significativos da sua presença na cidade e uma carta enviada por João Carlos, após o início da Guerrilha, à população explicando-lhes as razões de sua partida e as motivações que o levaram à lutar contra as forças oficiais. Pedia apoio e compreensão da população para a luta que, segundo ele acreditava, teria um fim vitorioso. Talvez por estas razões possam ser explicados os cortes à tesoura em algumas das fotos nas quais aparecem João Carlos, Elza Monnerat, André, Mauricio Grabois, Gilberto Olímpio e Líbero Castiglia. Provavelmente, após o recebimento da carta

de João Carlos, os detentores das fotos quiseram se proteger por medo da repressão e das implicações que tal ligação, comprovada pelas fotografias, pudesse lhes trazer. É provável que houvesse mais fotos ou vestígios das presenças ali de João Carlos e dos outros guerrilheiros, mas, provavelmente o medo, tenha sido o responsável pela destruição.

Segundo nossa análise, a partida repentina de João Carlos do município de Porto Franco, em 1969, esteve ligada a manchete publicada nos principais jornais do país acerca de um assalto ao Banco Tozan em São Paulo. Essa mesma notícia repercutiu em grande reportagem no jornal de maior circulação do Estado do Rio Grande do Sul, e trouxe à família de João Carlos Haas o desconforto de ver o filho médico, de um futuro promissor, sendo apontado como um dos assaltantes feridos no referido assalto. Um destes jornais estampou as fotos de João Carlos - de toga na formatura - e da mãe e uma das irmãs, ambas cabisbaixas, diante da terrível notícia.<sup>242</sup> É muito provável que o “equívoco” cometido pelos órgãos de repressão – neste caso o DOPS paulista – tenha sido o teor do telegrama misterioso, recebido por João Carlos como alerta enviado por algum membro do Partido, e que determinou, como vimos, sua partida imediata de Porto Franco.

## 2.16. O assalto ao Banco Tozan em junho de 1969: um “equívoco”?

Ficaram ainda, passados mais de 35 anos, alguns questionamentos para reflexão e que buscamos elucidar. Como poderia um homem estar em dois

---

<sup>242</sup> A manchete dizia: “Este médico gaúcho é um terrorista, a mãe e a irmã não podem acreditar.” Jornal *Diário de Notícias*, 1969.

lugares, tão distantes, ao mesmo tempo? Poderia João Carlos militante disciplinado e completamente adaptado à vida do interior do Brasil juntar-se, àquela altura, a militantes de dissidências e ideologias revolucionárias estranhas ao centralismo democrático do Partido – como a Ala Vermelha e Aliança Libertadora Nacional – apenas para fins de expropriação financeira e expor a riscos quase três anos de investimento do Partido na região do Araguaia? Porque o DOPS “confundiu” este assaltante fugitivo com João Carlos Haas Sobrinho logo após ter a informação de sua passagem pela China?

As incertezas geradas pelas notícias envolvendo João Carlos dão conta de um assalto a uma agência do Banco Tozan, na Penha em São Paulo em quatro de junho de 1969, no qual João Carlos teria sido ferido e levado a um hospital, do município de Itapecerica da Serra, para fazer uma operação por iniciativa de um, amigo também, médico.<sup>243</sup> É sabido que nesta época o Partido se posicionou veementemente contra as ações dos grupos armados - as guerrilhas urbanas - nos grandes centros. Para o Partido tais ações não aglutinavam, tampouco, atraiam as massas. Eram ações isoladas de pequenos grupos, sem direção política, as chamadas ações foquistas. Sabe-se também que neste período João Carlos já vivia em Porto Franco sendo praticamente impossível imaginá-lo - dado a disciplina partidária e o seu compromisso com a preparação do Partido para a Guerrilha no campo - integrar-se a uma ação desta envergadura na maior cidade do país. Para alguns este incidente dos noticiários foi apenas um “equívoco” dos

---

<sup>243</sup> Recortes de vários noticiários, sem data ou identificação dos mesmos, sobre o tema do assalto do Banco Tozan e guardados pela família Haas.

órgãos de segurança do governo ditatorial. Este, porém, não nos parece ser o caminho mais viável para tentar entender tal crime atribuído a João Carlos.

Há que se fazer menção aos muitos noticiários, deste episódio, e os vários nomes que aparecem contribuindo com João Carlos neste assalto, ora na fuga, ora na transfusão de sangue que ele teria recebido antes da cirurgia e à qual teria sido submetido o assaltante. Ainda neste mesmo noticiário, segundo a reportagem, o DOPS paulista afirma convictamente tratar-se do fugitivo Haas por havê-lo o identificado através das impressões digitais deixadas pelo “suposto assaltante” na ambulância usada para a fuga e, também, através de reconhecimento fotográfico.<sup>244</sup> Na nossa análise, provavelmente, a técnica utilizada para “identificar” João Carlos foi a última mencionada que era a mais passível de erro. Em uma série de recortes – de diversos jornais e guardados pela família Haas – nota-se a partir de uma leitura um pouco mais acurada o tipo de cobertura que a imprensa dava para os assaltos a bancos, no caso em questão, do ano de 1969. Foram nove os assaltos a bancos feitos por “terroristas” e que resultaram em mortes de policiais do início daquele ano até a data do referido assalto, inclusive o do Banco Tozan. Chamaram-nos atenção as versões e conclusões levantadas pela polícia paulista para este assalto e apontarmos algumas semelhanças encontradas com outro assalto do mesmo ano, – o da União dos Bancos Brasileiros, em Suzano-SP em 7/05/69 – ocorrido cerca de um mês antes do assalto do Tozan. Este último assalto, sabidamente dirigido por integrantes da ALN e culminou com o saldo: pouco mais de 5 mil cruzeiros em dinheiro, um guerrilheiro e dois outros homens – um funcionário e transeunte –

---

<sup>244</sup> Idem.

feridos e um policial civil morto em ação com um tiro na boca.<sup>245</sup> Este fato gerou desconforto para os órgãos de repressão, pois, mesmo com um “terrorista ferido”, os assaltantes conseguiram abrigá-lo em um local – ou aparelho - de segurança, tendo sido operado na coxa por um médico, Boanerges de Souza Massa.<sup>246</sup>

Os fatos acima citados são importantes para a compreensão de uma série de “equívocos” cometidos pelo DOPS e reproduzidos pelos veículos de comunicação - principalmente o impresso - na época. O primeiro e mais grosseiro de todos foi à incapacidade de distinguir as diferentes concepções e grupos que empreenderam a luta armada no Brasil naquele período. A ALN – Ação libertadora Nacional – nascera do rompimento de Carlos Marighella - e outros - com o PCB na Conferência da OLAS – Organização Latino-Americana de Solidariedade - em Havana em 1967. A partir de então, Marighella passou a defender a violência revolucionária e acreditou que “*sendo o caminho o da violência, do radicalismo e do terrorismo (as únicas armas que podem ser antepostas com eficiência à violência sem nome da ditadura), os que afluem à nossa organização são atraídos pela violência que nos caracteriza*”<sup>247</sup> E ainda “*(...) A ação revolucionária desencadeada por pequenos grupos de homens armados foi o grande esforço de*

---

<sup>245</sup> José de Carvalho era o nome do policial morto. Este episódio está amplamente narrado em muitas *home page* ligados aos militares saudosistas do regime instalado a partir do que chamam de “Revolução de 31 de março”

<sup>246</sup> Militante da ALN (Ação Libertadora nacional) e posteriormente do MOLIPO (Movimento de Libertação nacional.) Vivia na clandestinidade, desde que prestou socorro a Francisco Gomes, irmão de Virgílio Gomes da Silva. Foi para Cuba, com o 3º Exército da ALN. Em Cuba ligou-se ao “Grupo dos 28”. Segundo informação do Ministério da Aeronáutica de 02/12/71, regressou ao país após treinamento em Cuba. Segundo ficha do CIE-5/103, consta que esteve preso em 21/06/72. Desde essa data encontra-se desaparecido. In: MIRANDA, Nilmário e TIBÚRCIO, Carlos. “*Dos filhos deste solo – mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado*. São Paulo: Boitempo, 1999. Pág.154.

<sup>247</sup> Op. Cit. MARIGHELLA, C. *El papel de la acción revolucionaria en la organización*. Pág. 63. IN: *Marighella: o homem por trás do mito*. (Org) NOVA, Cristiane e NÓVOA, Jorge. São Paulo: UNESP, 1999.

*que surgiu nossa organização*".<sup>248</sup> O Partido Comunista do Brasil também reconheceu a impossibilidade da luta política na conjuntura dada pela ditadura militar e escreveu em documento da época que “*Nestes últimos anos, milhares de pessoas passaram pelos cárceres e inúmeros presos políticos foram torturados barbaramente. Muitos brasileiros tombaram assassinados nas praças públicas*”.<sup>249</sup> Todavia, reconheceu como estratégia essencial no caminho da luta contra o regime ditatorial e sua derrubada, a ação no campo. Esta estratégia estava baseada nas contribuições de Mao Tse-tung. As visões do PC do B e da ALN se diferenciaram em muitos aspectos mas, sobretudo, de como se daria a luta armada e quais as forças e direção política que atuariam no seu desenvolvimento. O PC do B enfatizou que “*após o golpe de 1964, começou a ser difundida a idéia de que o caminho da luta armada do povo brasileiro seria o preconizado pela teoria do ‘foco’*”.<sup>250</sup> E refutou com veemência as experiências da guerrilha urbana por considerar “*que este é (foi) um movimento foquista sem o apoio da massa popular*”.<sup>251</sup> Desse modo, traçamos estes dois perfis distintos, em suas concepções e estratégias de luta armada, para embasarmos os “equívocos” cometidos pelo Dops paulista ao atribuir a João Carlos Haas Sobrinho a participação no assalto ao banco Tozan em ação conjunta a guerrilheiros que, sabidamente, davam apoio ou pertenciam a ALN.<sup>252</sup>

<sup>248</sup> Op. Cit. MARIGHELLA,C. La Guerra revolucionaria. Mexico: Diógenes, 1970. Pág. 53 In: (Org) NOVA, Cristiane e NÓVOA, Jorge. São Paulo: UNESP, 1999.

<sup>249</sup> *Guerra popular – caminho da luta armada no Brasil*. Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, janeiro de 1969.In: POMAR, Wladimir. Araguaia: o Partido e a guerrilha. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980. Pág. 91.

<sup>250</sup> Idem. Pág.103.

<sup>251</sup> SAUTCHUCKI, Jaime et ali.*Luta Armada no Brasil: nos anos 60 e 70*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1995. Pág .51

<sup>252</sup> “*Participaram os seguintes terroristas da Ação Libertadora Nacional (ALN): Virgílio Gomes da Silva, Aton Fon Filho, Takao Amano, Ney da Costa Falcão, Manoel Cirilo de Oliveira Neto e João*

A partir dos recortes de diversos jornais guardados pela família Haas a respeito das semelhanças envolvendo o assalto a uma agência da União dos Bancos Brasileiros (7/05/69) e o Tozan (4/06/69), observa-se que: o primeiro assalto foi divulgado pela imprensa como uma ação bem planejada, na qual foram identificados, pelo menos, seis integrantes da ALN, inclusive o mesmo médico que, depois, teria realizado em um hospital a suposta cirurgia em João Carlos Haas ferido durante o assalto do Tozan.<sup>253</sup> Outra reportagem da época vai além, ao apontar o Hospital Boa Esperança, em Itapecerica da Serra, como local onde o médico Massa teria levado Haas para realizar a cirurgia. Ainda segundo a mesma reportagem, antes disso, o médico Massa teria comprado sangue e fornecido um endereço para a entrega. A polícia conseguiu, a partir do bloqueio dos bancos de sangue, localizar a residência onde, supostamente, Haas recebera os primeiros socorros. Nesta casa, segundo a mesma reportagem, moravam o publicitário *Carlos Henrique Knapp*<sup>254</sup> e sua companheira Eliane Zamikowiski - que teria participado do assalto - e que, após colher impressões digitais deixados na ambulância, a polícia pôde identificar Haas.<sup>255</sup> Os dois assaltos têm as mesmas características apontadas pela imprensa: um morto, um assaltante ferido, o médico que teria feito a cirurgia, e os primeiros socorros no “aparelho” de Knapp. Na nossa análise a utilização dos mesmos vestígios deixados pelo assalto anterior

---

*Batista Zeferino Sales Vani. Takao Amano foi baleado na coxa e operado, em um “aparelho médico” por Boanerges de Souza Massa, médico da ALN.” Disponível na pagina :<http://brasil.indymedia>. Acessado dia 23/10/05.*

<sup>253</sup> Segundo Arquivos do DOPS, disponível no Acervo da Luta contra a Ditadura: “Boanerges de Souza Massa. 03/216/dbci/dops/RS/71 - o nominado foi condenado a cinco anos de reclusão pela 2<sup>a</sup> Circunscrição da Justiça Militar”.

<sup>254</sup> *Jornal FT - Folha da Tarde* - Este publicitário nutriu amizade com Carlos Marighela e o hospedou por 15 dias em seu apartamento. Essa “amizade” rendeu-lhe a perseguição do DOPS e a destruição de sua empresa de propaganda. Viveu no exílio até a Anistia.

<sup>255</sup> Recortes de vários noticiários (ZH; Zero Hora, FT; Folha da Tarde, e C.P; Correio do Povo.) sem data ou identificação dos mesmos, sobre o tema do assalto ao Banco Tozan e guardados pela família Haas.

- União de Bancos Brasileiros - foram utilizados na “elucidação” deste outro assalto - do Tozan - com intuito de demonstrar agilidade e exatidão por parte da polícia.

Para a acusação da participação e suposta “identificação” de João Carlos pesou, na nossa perspectiva, a ousadia dos assaltantes em operar o assaltante ferido em hospital. Outra possibilidade aventada é a de que a polícia tenha reconstruído o mesmo itinerário para o ferido neste assalto a partir do que houve no assalto anterior. Sabia-se que o médico Boanerges Massa era militante da ALN ao que se dizia, havia realizado cirurgia plástica em Carlos Lamarca. Em nenhum dos jornais, aqui coletados, foi citado quem teria feito o reconhecimento fotográfico para a identificação irrefutável de Haas.

Outro jornal, na época, citou ainda entre os assaltantes identificados pela polícia paulista a participação de um militante de outra dissidência política, Elio Cabral de Souza.<sup>256</sup> Este militante, já havia se afastado há algum tempo das orientações do PC do B *“no auge dos combates nas cidades houve no PC do B da luta armada duas dissidências, em 66 e 67, que tinham como fonte a questão da aceitação ou não da guerrilha urbana: a Ala Vermelha ou somente Ala e o Partido Comunista Revolucionário (PCR). A Ala participou de algumas ações armadas e acabou se desmembrando (...)”*<sup>257</sup> Elio Cabral nos deu um relato negando sua participação no assalto do banco Tozan e nos falou das notícias e “equívocos” comumente, praticados pela imprensa e pela polícia.

---

<sup>256</sup> Recortes de vários noticiários, em 7/06/69 (Telex) sem data ou identificação dos mesmos, sobre o tema do assalto ao Banco Tozan e guardados pela família Haas.

<sup>257</sup> SAUTCHUCKI, Jaime et ali. *Luta Armada no Brasil: nos anos 60 e 70*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1995. Pág .51.

Não participei de nenhum assalto em São Paulo e não conheci João Carlos Haas. Se ele era militante orgânico do PC do B era impossível ter participado de uma ação deste tipo. O Partido era contra. Fizemos alguns assaltos porque já estávamos, praticamente, desligados do Partido. Mas deste aí não participei. Eles – o DOPS – faziam muitas confusões e me atribuíram tanta coisa de que nem eu mesmo sabia. Eles enquadravam todo mundo – os guerrilheiros – como uma coisa só. Eles faziam muito isso.<sup>258</sup>

O depoimento de Cabral nos auxilia a entender este “equívoco” cometido contra João Carlos Haas Sobrinho. Assim como Haas, Cabral também teve seu nome envolvido, e divulgado pela imprensa, neste assalto do qual afirma não ter participado e também não conhecer Haas. Era muito comum neste período as organizações clandestinas, por segurança, utilizarem apenas os codinomes. Desta maneira, a polícia levava algum tempo até esclarecer as identidades dos autores de algumas ações, principalmente os assaltos, nas grandes cidades. Outro procedimento muito comum era atribuir aos cidadãos considerados “inimigos perigosos da nação brasileira” a autoria de crimes não esclarecidos, a fim de atrair, através da imprensa, a atenção da população para os “terroristas” procurados.<sup>259</sup>

---

<sup>258</sup> Depoimento de Élio Cabral de Souza a Deusá Maria de Sousa em 3 de novembro de 2005.

<sup>259</sup> Segundo sentença, sobre o referido assalto, proferida em 23 de setembro de 1970 João Carlos Haas nada teve a ver como referido assalto, como se constata a seguir: “Vistos e bem examinados os presentes autos deles consta que, em 04 de junho de 1969, às 10h45min, na Rua Pena de França nesta Capital, o soldado da Polícia Militar **Boaventura Rodrigues da Silva** que guarnecia uma agência bancária, foi assaltado por militantes subversivos que pretendiam tomar-lhe a metralhadora que portava. Resistindo ao roubo, o policial veio a ser morto, a tiros pelos subversivos que lhe tomaram aquela arma. Na reação que empreendeu, utilizando-se de um revolver, O **POLICIAL VEIO A FERIR O ASSALTANTE FRANCISCO GOMES DA SILVA** Antes de tal fato o grupo criminoso roubou o automóvel aerowillys de propriedade de **CLIWALDO PEÇANHA** automóvel este que utilizaram na empreitada criminosa. Após o crime, seus agentes fugiram até um outro veículo, onde os aguardava a denunciada **Eliane Toscano** para o qual se passaram abandonado o outro automóvel. Eliane os levou para sua casa, onde também residia o companheiro daquela o também denunciado **Carlos Henrique Knapp**. Na residência de **ELIANE E CARLOS KNAPP** - Francisco Gomes da Silva- recebeu os primeiros socorros médicos do denunciado **BOANERGES SOUZA MASSA**, médico de profissão. Posteriormente Boanerges removeu Francisco pra O **HOSPITAL BOA ESPERANÇA, EM ITAPECERICA DA SERRA**. Ali, sob ameaça de arma, obrigou seus colegas médicos a operarem Francisco. Em seguida apropriando-se de uma ambulância daquele hospital promoveu a retirada de Francisco para o

Desta maneira se explica a aflição de D. Ilma Haas ao perguntar ao repórter “- *o Sr. tem certeza de que é ele mesmo? Já foi provado?*”<sup>260</sup> Muito embora, provavelmente, a resposta apresentada tenha sido afirmativa sabe-se que houve, durante o regime militar no Brasil, uma conexão íntima entre alguns setores da imprensa e o regime ditatorial ao veicular muitas informações sem comprovada veracidade, o que beneficiou os aparelhos de repressão em capturas e mortes de muitos guerrilheiros.<sup>261</sup>

## 2.17. Juca chega à região do Araguaia

Em fins de 1968 registra-se a chegada de Juca à posse de Paulo Mendes Rodrigues. É provável que após o recebimento do telegrama misterioso ele tenha seguido de Porto Franco até o lugarejo às margens do Rio Araguaia onde Paulo M. Rodrigues e outros já moravam. Um morador que, também narrou a chegada de Paulo Mendes Rodrigues, descreveu a chegada de Juca. “*Em 1968. Bem (...)*

---

*esconderijo , tendo até esse momento impedido que a direção do hospital comunicasse a polícia regularmente a entrada daquele paciente baleado. Do Hospital Francisco é levado para casa de veraneio no Hospital em São Sebastião, no litoral Paulista a qual foi obtida pelo denunciado Paulo de Tarso Wenceslau para atender as necessidades daquela organização subversiva a que pertenciam os denunciados' a ala Marighella. Alguns dias depois Eliane e Carlos Knapp para auxiliarem na cidade de Francisco. A denúncia frisa que os denunciados agiram assim por pertencerem a ALIANÇA LIBERTADORA NACIONAL dirigida por Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira são as palavras do Juiz-Auditor em 1969, é o que chamamos do relatório da sentença Juiz-Auditor da condenação é o Dr. Nelson da Silva Machado Guimarães”*. 2<sup>a</sup> CJM - SP

<sup>260</sup> Recortes de vários noticiários, em 7/06/69 (Telex) sem data ou identificação dos mesmos, sobre o tema do assalto ao Banco Tozan e guardados pela família Haas.

<sup>261</sup> Ver KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda – jornalistas e censores do AI-5 à constituição de 1988*. Ed. Perseu Abramo, 1<sup>a</sup> ed. 2004.

*foi que chegou o Juca, que é o companheiro que tombou aqui na região, era conhecido como Juca... Era, o João Carlos (...)".*<sup>262</sup>

A rotina do lavrador *Juca*, como ficou conhecido no primeiro momento, junto aos moradores das proximidades da posse de Paulo Rodrigues, foi aos poucos alterada dada a enorme carência da população. A função principal, a ser desenvolvida por *Juca*, além de lavrador, seria a de enfermeiro ou, mesmo, de “curandeiro”, mas, apesar dos atendimentos “médicos” de *Dr. Paulo e Dina*, não faltaram situações mais complexas em que *Juca*, mesmo sem intenção, deixou transparecer sua formação acadêmica em medicina. Uma destas situações foi descrita por João Amazonas, duas décadas depois, quando discorria sobre os acontecimentos da Guerrilha.<sup>263</sup>

Seria interessante falar um pouco sobre o João Carlos Haas Sobrinho, que era médico, um excelente profissional, mas que tinha de se passar por um enfermeiro. Ele fazia coisas do arco da velha e ajudava a população local, na Guerrilha do Araguaia. Houve um fato interessante. Coisas em que ficamos pensando sobre a consciência de médico. Esse camarada não podia deixar transparecer que era médico (...) Num certo dia, apareceu uma mulher que já estava dando à luz, estava parindo, e não podia ter a criança porque a passagem estava bloqueada, sem meio de reverter. E aí o companheiro - com sua consciência de médico - disse: Aqui só tem um jeito, tem de tirar esta criança de qualquer forma. Se não a mãe morre. Mas como eu vou tirar a criança, nestas condições?". Só poderia tirá-la aos pedaços. Então, o João Haas com uma gilete nas mãos, entre dois dedos, meteu a mão, com cuidado para não ferir a mulher, foi cortando o feto por dentro do útero, e pouco a pouco foi puxando e tirou o feto, que já estava morto. E mandou comprar antibióticos para a mulher. Olha, essa história... Nós, com tantos cuidados para que ninguém nos descobrisse... Mas, outro dia, uma semana depois disso, íamos passando montados em burrinhos - com o Haas e outros três - e vimos distintamente alguns camponeses, mulheres e homens, uns quatro ou cinco, que gritaram: “Lá vai o médico!”

<sup>262</sup> Entrevista com Amaro Lins - lavrador em São Geraldo-PA - Concedida a Romualdo Pessoa Campos Filho em São Geraldo em 26 de fevereiro de 1996.

<sup>263</sup> Amazonas, João. *Memórias do Araguaia*. In: Guerrilha do Araguaia. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 4<sup>a</sup> edição, 2005. Pág. 54-55.

O tempo em que viveu na região do Bico-do-Papagaio serviu pra que João Carlos se tornasse um hábil estudioso das moléstias que afigiam - e ainda afigem - a população simples das localidades por onde passou. Mantinha sempre consigo um caderninho em que cultivava, além de notas e observações, as experiências de combinações de medicamentos contra determinados tipos de doenças. Uma destas experiências, entre as muitas que fez, foi com Luzia Reis Ribeiro, a “*Baianinha*” na Guerrilha, narrada por ela tempos depois. Então “*O Juca (João Carlos Haas), nosso médico, fez com meu consentimento uma experiência comigo, aplicando-me três vezes, um tipo de medicação contra a malária, que ele mantinha em observação que resultou que eu não adoeci de malária*”.<sup>264</sup> Somam-se a estas experiências inúmeras outras histórias deixadas junto às populações por onde passou João Carlos, ou *Juca*, que nos ajudam a entender o carinho e a gratidão com que elas guardam essas memórias.<sup>265</sup>

## 2.18. Cilon Cunha Brum: o menino de São Sepé

Aos três dias do mês de fevereiro de 1946 nasceu em São Sepé mais um filho do casal Eloah Cunha Brum e Lino Brum, Cilon Cunha Brum. Os primeiros anos de Cilon foram vividos no Distrito de Tupancy junto aos pais e outros sete irmãos. Parte da infância e da adolescência viveu na Vila Tatsch. Foi uma infância alegre e de muitos amigos. Numa família grande, era difícil permanecer sozinho.

<sup>264</sup> Depoimento de Luzia Reis a Andréia Cristiana, disponível na página [www.guerrilhadoaraguaia.com.br](http://www.guerrilhadoaraguaia.com.br) acessado dia 13/07/05.

<sup>265</sup> Nesta podemos acrescentar o atendimento que fez a Pedro Onça, contra a malária aplicando-lhe injeção e soro na veia, a cura feita pelo Dr. Juca que lhe rendeu amizade e gratidão eternas. In: MORIAIS, Taís e SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo: Geração Editorial, 2005. Pág. 41-2.

Na Vila Tatsch, onde Cilon viveu até a adolescência, fez muitos amigos e ficou conhecido pela liderança estudantil no Ginásio Tiaraju. Lá organizou campeonatos de futebol, sua grande paixão, e nestes, em algumas ocasiões, sagrou-se campeão.<sup>266</sup> Tanto nos jogos do Ginásio, quanto no futebol de várzea da Vila, sua escalação era sempre a mesma: goleiro. Seu porte físico, um pouco mais alto que os demais, ajudavam a convencê-lo de que nesta posição atuaria melhor do que na lateral.<sup>267</sup> Nesta época, apresentava uma pequena gagueira, não ignorada pelos amigos que o chamavam de “gaguinho”, a qual ele dava pouca importância. Nos “Gre-nais” realizados pelos meninos da Vila, Cilon era um dos poucos do time azul que tinha a camisa do seu time de coração, o Grêmio.<sup>268</sup>

A vida escolar de Cilon começou no Ginásio Estadual Tiaraju, onde concluiu o ginásio aos 17 anos, em 1963. Logo depois foi residir em Porto Alegre junto com o irmão. Neste período retomou os estudos no segundo grau em uma escola da rede municipal.<sup>269</sup> Recém chegado do interior sentiu as dificuldades da nova vida na capital, e não obteve êxito no primeiro ano escolar na capital. Ingressou, então, no Colégio Rosário para freqüentar o curso técnico em Ciências Contábeis – onde repetiu o primeiro e cursou o segundo ano do segundo grau - e trabalhou numa

---

<sup>266</sup> Na foto se vê o time do Ginásio Tiaraju com faixa de campeão no ano de 1963. In: CONY, Jussara. *Para não esquecer Araguaia: em memória do gaúcho Cilon 1973-2003*.

<sup>267</sup> Relato de Zauri Leão Melo no texto *Somos da Vila Tatsch*. In: CONY, Jussara. *Para não esquecer Araguaia: em memória do gaúcho Cilon 1973-2003*. Pág. 22.

<sup>268</sup> Relato de José Martin Leão no texto *Um jovem que participava ativamente na Vila*. In: CONY, Jussara. *Para não esquecer Araguaia: em memória do gaúcho Cilon 1973-2003*. AL/RS. 2003. Pág. 14.

<sup>269</sup> Escola Municipal Emílio Mayer.

empresa de publicidade que estava em expansão no mercado, e que era dirigida por um conhecido da família.<sup>270</sup>

Inicialmente moraram – ele, o irmão e um amigo - numa pensão localizada no bairro Cidade Baixa e, depois, resolveram alugar uma sala comercial e montar uma república. Foram bons os anos vividos em Porto Alegre na “república” – como assim chamaram a casa comercial adaptada para apartamento em que viveram os três – inicialmente Cilon, o irmão e um amigo, tendo este último sido substituído depois pelo primo *Cid*.<sup>271</sup> Este relata sobre esse breve tempo de vida comum: “*Durante esse período Cilon revelou seu companheirismo e lealdade. Mostrou-se um idealista, com personalidade marcante, nunca deixando de mostrar seu lado sonhador e brincalhão (...). Faz parte da minha memória e da minha vida*”.<sup>272</sup>

No ambiente de muita liberdade e brincadeiras as conversas sobre política raramente apareciam, quando surgiam eram apenas comentários corriqueiros do primo que se queixava do excesso de Atos Institucionais baixados pelo regime ditatorial de então. Sem uma formação ideológica definida, e imbuído do conservadorismo interiorano da época, Cilon, possuidor já neste momento de personalidade marcante e contestadora, não viu com maus olhos o regime militar que se instalou em 31 de março de 1964.<sup>273</sup> Todavia, não supunha que pelo excesso de arbitrariedades deste regime iria lutar contra ele até a morte.

<sup>270</sup> A empresa era MPM Propaganda, e Petrônio Cunha Correa era diretor da mesma, segundo ordem de busca do DOPS/RS Nº 77/74 de 5/03/74.

<sup>271</sup> Apelido, transformado praticamente em nome, do primo Valter Pontes Brum.

<sup>272</sup> Depoimento de Valter Pontes Brum a Deusá Maria de Sousa em Porto Alegre, setembro de 2005.

<sup>273</sup> Idem.

Foi um tempo feliz para os três rapazes. Um tempo em que se vestia terno para ir aos clubes e se saía às tardes para o cinema. Vivia-se praticamente para o estudo e para o trabalho. Durante a semana Cid – que trabalhava apenas no turno da tarde na Prefeitura Municipal de Porto Alegre – preparava o almoço e Cilon e seu irmão se revesavam na limpeza da louça e da cozinha. Aos sábados não havia almoço em casa. Todos iam para um conhecido bar no centro e lá almoçavam e bebiam para comemorar a semana que se encerrava. Neste período surgiu uma oportunidade para que Cid pudesse ser efetivado na Prefeitura de Porto Alegre, porém era necessário que fizesse um teste de habilitação para o serviço que já estava exercendo há algum tempo. A ele foi apresentado um programa de estudos incluindo conhecimentos específicos e conteúdos da língua portuguesa e matemática. Estes últimos pareceram assustadores para Cid. Pediu então o auxílio dos dois primos; o mais velho se destacava muito bem em língua portuguesa e Cilon em matemática. Foram quinze noites de estudos sistemáticos e alternados. A cada noite, depois de chegar do trabalho e das escolas tinham mais esta tarefa junto a Cid. (...) *O resultado? Fui aprovado com destaque na matemática. Este foi apenas um exemplo da boa vontade e do incentivo que tive de um amigo.*”<sup>274</sup>

Em 1967 a empresa de publicidade na qual Cilon trabalhava vivia uma fase de franca expansão e “*dada a sua dedicação ao trabalho e incontido entusiasmo*”<sup>275</sup> a referida empresa o transferiu para a filial de São Paulo onde

---

<sup>274</sup> Idem.

<sup>275</sup> Relato de Lino Brum Filho a Deusa Maria de Sousa em setembro de 2005.

morou num apartamento alugado com ajuda do tio.<sup>276</sup> Em 1969 obteve aprovação no vestibular em Ciências Econômicas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e logo depois foi eleito presidente do Diretório Acadêmico do curso de Economia e do Diretório Central de Estudantes (DCE) da mesma universidade.

Foi provavelmente neste período que aconteceu sua aproximação com organismos políticos. Desde o ano em que passou a residir em São Paulo sempre manteve contato, principalmente através de cartas, e visitas ao irmão em Porto Alegre e ao restante da família em São Sepé. Em dezembro de 1968 fez a primeira visita à família no Rio Grande do Sul, ocasião em que passou as festas de fim de ano. No início do ano de 1969, fez nova visita, foi uma visita rápida a trabalho, mas aproveitou para rever os amigos e a família. Porém, em sua penúltima visita à capital gaúcha - no final do ano de 1969 e ano novo de 1970, seu irmão que morou com ele em Porto Alegre desconfiou do comportamento do irmão. *“Ele estava meio esquisito. Senti que estava meio estranho. Guardei aquilo comigo. Não comentei com ninguém. Tempos depois fiquei sabendo que, neste período, o DoPS vigiou o apartamento em que moramos”*<sup>277</sup> Soube-se depois que numa destas vistas veio fazer contatos com militantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), ocasião em que trouxe um fardo de panfletos considerados subversivos.<sup>278</sup>

---

<sup>276</sup> Segundo pedido de busca nº 77/74 - de 05/03/74 - Petrônio Cunha Correa e sua esposa Elsa Barberena Correa foram os fiadores para o aluguel do apartamento 34, situado à Alameda Nothan nº 1041, local em que o mesmo morou entre 01/10/68 e abril/70, mudando-se então para local ignorado.

<sup>277</sup> Depoimento de Lino Brum Filho a Deusa Maria de Sousa em Porto Alegre, setembro de 2005.

<sup>278</sup> Idem.

A última visita de Cilon Brum foi para batizar a afilhada, primogênita do irmão, em início de junho de 1971. Nesta viagem, percebeu-se a situação de clandestino que ele já estava vivendo. Foi nítido seu descuido com a aparência – antes tão apreciado por ele - e sua preocupação em permanecer dentro de casa. Durante todo o período em que esteve em casa, com o irmão, a cunhada e os pais, quase não saiu de casa. Nas poucas vezes em que saiu, fez questão de utilizar táxi.

Seu irmão, que convivera com ele na “república” em Porto Alegre, viu na oportunidade criada pela ocasião uma maneira de interceder, junto a Cilon, para que ele não voltasse a São Paulo e abandonasse aquelas idéias consideradas “subversivas” na época. Foi uma longa e dura conversa a três, que durou mais de duas horas á portas fechadas. Houve uma relutância inicial de Cilon em abrir-se para o irmão e a cunhada, mas aos poucos foi demonstrando que estava convicto da luta que travava e que “*do jeito que estava* – a situação nacional diante do regime ditatorial – *não dava para continuar e se ele morresse, morreria feliz.*”<sup>279</sup>

## 2.19. Cartas à família

Durante o tempo, quase cinco anos, em que morou em São Paulo Cilon manteve sempre a comunicação com o irmão em Porto Alegre e, através dele, com o restante da família, pais e irmãos, em São Sepé. O malote da empresa que seguia rotineiramente para a capital gaúcha facilitava a correspondência. Era muito freqüente chegarem as pequenas cartas - quase bilhetes – que Cilon

---

<sup>279</sup> Idem.

escreveu durante este período. Nestas cartas escrevia sobre pequenas e corriqueiras coisas da vida ou recados para os pais e, principalmente, para uma irmã que com ele mantinha uma lojinha de roupas em São Sepé.<sup>280</sup> Foram muitas as cartas em que mandava recados ou orientava sua irmã em como gerir os recursos da loja. Algumas delas nos chamaram a atenção.

Na carta de 22/03/71 enviada a Lino Brum Cilon escreveu ao final da mesma:

*São Paulo, 22 de março de 1971.*

*P.S: Estou com alguns problemas aqui de natureza política. Quando for alguém aí mando uma carta em mãos explicando melhor.*<sup>281</sup>

As poucas, mas esclarecedoras, palavras de Cilon nos permitiram vislumbrar a situação de “natureza política” em que o mesmo estava envolvido. Essa declaração veio confirmar as suspeitas do irmão que morava em Porto Alegre e que embasaram a conversa que teriam em junho. Muitas evidências foram acrescidas a este pequeno *post scriptum* do final da carta de março.

Longe do contato de qualquer membro da família – cortado em início do ano de 1970 - e sem trabalhar ou estudar, Cilon levou uma vida clandestina em São Paulo de quase dois anos. Pouco se sabe sobre este período da vida dele, tão pouco com quem morou. Sabe-se que neste momento o Partido Comunista do Brasil – PC do B – ao qual pertencia criou condições, alugando apartamentos, para que aqueles militantes que se encontravam em situação de perigo pudessem “morar” até “subir”, – termo usado para a saída para a região onde se organizava

---

<sup>280</sup> Uma de suas irmãs mantinha uma loja em São Sepé, chamada Luanda, de roupas masculinas e femininas.

<sup>281</sup> Trecho final da carta de Cilon Cunha Brum ao irmão Lino.

a Guerrilha do Araguaia. Uma depoente que morou, nesta época, com três moças que ingressaram na Guerrilha do Araguaia – Helenira Rezende, Sueli, e Rioko Kaiano - fez um relato sobre período de preparação do Partido para algo que iria acontecer:

A gente tinha reunião permanente com os camaradas do Partido. Eu era estudante de Ciências Sociais da USP e não consegui me identificar com o curso. Neste período tivemos uma reunião com a fração dos estudantes da USP e lá fui comunicada de que nós – as mulheres – deveríamos fazer vestibular para o curso de enfermagem. Era preciso. Então eu e outras o fizemos.<sup>282</sup>

É provável que Cilon tenha morado em algum apartamento custeado pelo Partido até a resolução de sua retirada de São Paulo para a região do Araguaia. Antes disso, ele foi visto nas ruas de São Paulo em inicio de 1971 em duas últimas ocasiões. Na primeira por uma prima – filha do diretor da MPM Petrônio Cunha Portela – e por uma militante do Partido no movimento estudantil. Na primeira ocasião a prima vendo-o de longe correu para abraçá-lo e gritou pelo nome. Sua reação foi disfarçar e depois que a moça aproximou-se lhe disse “*Saia daqui. Não repita meu nome. Saia de perto de mim! Não se comprometa por minha causa*”.<sup>283</sup> Esta reação foi encarada com a certeza de que Cilon estava profundamente comprometido com a militância política e por isso foi considerado um “subversivo” para o regime militar. Na outra aparição de Cilon, a militante o viu a uma distância de dez metros – mais ou menos – quando um outro militante mostrou a ela que se tratava do gaúcho Cilon Brum. Mesmo desligado do local em que trabalhou em 1970, aparecia esporadicamente para enviar as famosas “cartinhas” para a família através do malote da empresa. Em outra destas cartas, datada de três de maio de

<sup>282</sup> Depoimento de Carmem Lopes a Deusa Maria de Sousa em Porto Alegre, em setembro de 2005.

<sup>283</sup> Segundo o relato do Lino Brum Filho, a Deusa Maria de Sousa, em setembro de 2005.

1971, Cilon respondeu ao irmão o convite que recebera para apadrinhar o filho que a cunhada esperava. Usou novamente o espaço do *post scriptum* para relembrar um assunto que ainda o afligia.<sup>284</sup>

*São Paulo, 03 de maio de 1971.*

*(...) Quando o bebê nascer me avisa que em seguida eu vou. Só espero o “parto daí” que “parto daqui”. Um abração,*

*Cilon.*

*P.S: Sobre o outro assunto a gente fala aí.*

Dez dias após o nascimento da filha do irmão, Cilon desembarcou em Porto Alegre, antecipadamente ao dia designado para chegar. Aquele fato chamou a atenção do irmão que já vinha o observando. Aquele comportamento e aquelas palavras nas entrelinhas das cartas levaram o irmão e a cunhada a intimarem Cilon – como foi referido anteriormente – sobre suas atividades políticas. Mesmo sob protestos ele admitiu compromisso com sua organização e que estava disposto a dar a vida, se preciso fosse, por uma grande mudança no país.

Sua última carta foi também o último contato seu com os familiares. Esta carta foi endereçada ao irmão que residia em Porto Alegre. Nela, ele deixou transparecer que iria se ausentar por algum tempo de Porto Alegre, porém não precisou a data de sua partida, nem o local em que iria ficar neste período. Todavia, pela última vez usou o espaço final da carta para enviar um recado, uma carta fechada aos pais e que deveria ser entregue aos mesmos. O irmão estranhou aquele procedimento, pois como o malote sempre trazia as cartas de Cilon, comumente estas eram abertas e lidas por vários membros da família.

*São Paulo, 27 de julho de 1971.*

---

<sup>284</sup> Carta de Cilon Cunha Brum ao irmão e a cunhada – Lino Brum Filho e Jane Claudete Haag Brum. São Paulo 3 de maio de 1971.

(...) No mais tudo bem. Devo ficar algum tempo fora de São Paulo. Escrevo pra vocês. Um abração com saudades pra afilhada.

*Cilon*

*P.S: vai uma carta p/ Leni – a irmã – e junto uma carta para os velhos – os pais.*<sup>285</sup>

A carta que Cilon enviou aos pais foi entregue ao patriarca da família, poucos dias depois. A mãe de Cilon – e os irmãos – nunca souberam do conteúdo da mesma. O pai de Cilon a manteve em segredo até o túmulo. Tempos depois, em fins de 1971, o pai perguntou ao filho que residia em Porto Alegre se ele sabia alguma notícia de Cilon. Esta indagação nos levou a crer que talvez, Cilon tenha confessado ao pai sua atividade política e a necessidade do afastamento do mesmo, e que tenha feito a promessa de escrever outra carta de algum outro lugar. Nunca se soube o que dizia a incógnita carta, tão pouco o que o pai de Cilon fez da mesma. Provavelmente, logo após este período, tenha partido em direção ao Araguaia.

## 2.20. A ausência de informação e a contra-informação

Depois deste período, acima citado, não mais se soube do paradeiro de Cilon. Muitas histórias envolveram o mistério do desaparecimento de Cilon, mas a família mantinha sempre a esperança de que o mesmo pudesse estar vivo em algum lugar, talvez incomunicável. O assunto das atividades políticas de Cilon, mesmo tratado enquanto sigilo na família, espalhou-se repentinamente em São Sepé. Houve duas ocasiões em que isso nos pareceu muito concreto. A primeira destas foi por ocasião de um AVC – acidente vascular cerebral – que acometeu a

---

<sup>285</sup> Carta de Cilon Cunha Brum ao irmão – Lino Brum Filho. São Paulo 27/07 de 1971.

mãe de Cilon. Nesta ocasião, soube-se depois, que a casa da família foi vigiada pela polícia por diversos dias na tentativa de aprisionar Cilon que – segundo pensava o DOPS – poderia visitar a enferma. Em 1976 o pai de Cilon faleceu e levou consigo o segredo da carta. O filho que residia em Porto Alegre revirou todos as mobílias da casa e do quarto do casal à procura da carta de Cilon. Foi em vão. Ele, ou a destruiu ou a colocou em algum lugar praticamente impossível de ser encontrado. Essa atitude nos levou a concluir que o conteúdo da carta foi demasiadamente forte para o pai que - temeroso que os outros filhos soubessem da intenção de Cilon – resolvera guardar consigo as confidências que lhe fizera o filho caçula.

Em outra ocasião notou-se a ação da contra informação sobre o paradeiro de Cilon. Em 1978 o irmão mais próximo de Cilon recebeu um telefonema do diretor - e tio Petrônio Cunha Portela - da empresa de publicidade em que Cilon trabalhou até o início do ano de 1970, comunicando-lhe sua chegada a Porto Alegre no dia seguinte e advertindo que não o esperasse no aeroporto. A conversa que ambos teriam deveria ser no escritório da Empresa na capital gaúcha. O irmão de Cilon se dirigiu à agência de publicidade no horário determinado pelo diretor e ouviu do mesmo “*o que vocês– a família – vão fazer para buscar o Cilon em Paris? Soube, o que vocês já sabem, que ele está lá paraplégico e sem condições financeiras para retornar. Se for isso me digam que eu dou o dinheiro*”.<sup>286</sup> A surpresa do irmão só não foi maior que a do diretor que

---

<sup>286</sup> Depoimento de Lino Brum Filho, a Deusa Maria de Sousa em Porto Alegre, em setembro de 2005.

pensava que faltava à família apenas o dinheiro. Ambos perceberam que fora uma informação plantada.<sup>287</sup>

A esperança da família tomou novo fôlego a partir da Anistia em 1979. Houve um processo de renovação das esperanças. Porém, a agonia da incerteza do que havia acontecido com Cilon teve fim a partir de um documento emitido pela OAB, em 1982, apontando os desaparecidos políticos do regime e no qual constava o nome de Cilon Cunha Brum.<sup>288</sup> *“Foi um misto de alívio e dor. Pelo menos não iríamos mais alimentar a ilusão de que ele voltaria”*. A mãe de Cilon viveu, ainda, depois da emissão deste documento, por mais sete anos. Nunca deixou de acreditar que o filho iria voltar para casa. *“Minha mãe, até o final da vida esperou por Cilon. Eu não tive coragem de lhe falar a verdade. Aos irmãos e parentes mais próximos contei, mas a mãe... faltou-me coragem! Me doía vê-la olhando para a rua à espera de Cilon”*.<sup>289</sup>

---

<sup>287</sup> Idem.

<sup>288</sup> Comissão de Direitos Humanos e Assistência Judiciária da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Estado do Rio De Janeiro – “RELAÇÃO DE PESSOAS DADAS COMO MORTAS E/OU DESAPARECIDAS DEVIDO ÀS SUAS ATIVIDADES POLÍTICAS,” Rio de Janeiro de 1982. Pág. 10. Lê-se na relação de pessoas desaparecidas na Guerrilha do Araguaia Cilon da Costa Brum.

<sup>289</sup> Depoimento de Lino Brum Filho, a Deusa Maria de Sousa em Porto Alegre, em setembro de 2005.

## CAPÍTULO 3: HAAS, PAULO, BRONCA, CILON E OUTROS - A “SINA” DA MORTE LONGE DE CASA

### 3.1 Morte, prisão tortura e execução no Araguaia

Após embrenharem-se nas matas do Araguaia, pouco sabe-se sobre os destinos dos guerrilheiros. Praticamente, “tudo” o que conhecemos sobre os *desaparecimentos* e as mortes destes guerrilheiros foi obtido, principalmente, pelos relatos de moradores da região do conflito aos familiares na primeira Caravana em 1980. Tais narrativas também contribuíram para a composição do texto do Relatório Arroyo, publicado, pela primeira vez, em 1982, que “explica” com base na vivência de Arroyo. Além dos depoimentos de moradores e combatentes, conta o desenrolar de vários combates nos quais tombaram muitos guerrilheiros e militares. Quando se fala hoje em Guerrilha do Araguaia busca-se, principalmente na memória dos moradores da região, os vestígios mais significativos deste episódio recente da história do Brasil, e que foi o movimento armado de maior resistência às forças oficiais, durante o período ditatorial do país entre os anos de 1972 e 1975.

Em 1993, foram entregues “anonimamente” - muito embora se falasse da identidade do autor (a) de tal façanha<sup>290</sup> - ao então ministro da justiça, Maurício Correa, vários relatórios das atividades e operações militares que foram repassados à CDH - Comissão de Direitos Humanos - da Câmara Federal. Tais relatórios, explicitam como as Forças Armadas combateram, aprisionaram e

---

<sup>290</sup> Em artigo de sua autoria publicado no endereço eletrônico [www.guerrilhadoaraguaia.com.br](http://www.guerrilhadoaraguaia.com.br), acessado dia 2/12/05 a jornalista e pesquisadora do tema, Myriam Luiz Alves, afirma que eles foram “entregues por seus comandantes (...).”

mataram os militantes comunistas no episódio que ficou denominado e conhecido como Guerrilha do Araguaia.

A dureza e a crueldade com que foram tratados os guerrilheiros e a população local da região do Araguaia pelas forças oficiais, sobretudo pelo Exército, deixaram marcas perceptíveis ainda hoje, tanto na memória dos que conviveram com os guerrilheiros quanto daqueles que não os conheceram, mas que também sofreram humilhações e torturas empregadas na “caçada” aos comunistas. Os moradores e camponeses - as primeiras vítimas - guardam em suas memórias a sombra de um passado doloroso em relação a tais acontecimentos tidos como proibidos durante muito tempo pela população. Portanto “(...) *O trabalho da história e da memória deve levar em conta tanto a necessidade de se ‘trabalhar’ o passado, pois as nossas identidades dependem disso, como também o quanto esse confronto com o passado é difícil (...).*”<sup>291</sup>

As pesquisas mais recentes produzidas por jornalistas e historiadores, em relação à ação das forças oficiais no episódio do Araguaia, dão mostra dos dias difíceis nos quais a população simples teve de conviver com o terror e a imposição em nome da ordem. Assim, a chegada das tropas do Exército para combater os guerrilheiros se traduziu em sentimento de medo, como enfatizou um morador: “*Foi de desespero. A primeira coisa que as tropas fizeram foi render todos os pais*

---

<sup>291</sup> SELIGMANN-SILVA, Márcio (org). *História, Memória, Literatura. O testemunho na Era das Catástrofes*. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio. *Reflexões sobre a memória, a história e o esquecimento*. São Paulo: Editora Unicamp, 2003. Pág. 76-77.

*de família daquela época. Inclusive meu pai foi preso, passou oito meses na cadeia, depois para Araguaína (...).”<sup>292</sup>*

Estabelecidos na trincheira da “guerra” que se abateu sobre aquela região, os moradores foram, ao mesmo tempo, atores e testemunhas de grandes arbitrariedades cometidas pelas Forças Armadas indiscriminadamente. Foram também, todavia, as principais testemunhas de que muitos guerrilheiros morreram em combate, de que outros foram presos vivos e depois torturados, mortos, decapitados, ou enterrados naquela região. Cada depoimento ou cruzamento de novos relatos de moradores, cada sopro de memória contribuem para a formação do mosaico de incerteza e desencontro em relação ao suplício, morte e os últimos momentos de vida dos guerrilheiros diante das atrocidades cometidas pelo Exército. Buscamos, neste capítulo, fazer um cotejamento de diversos trabalhos de pesquisas de historiadores e jornalistas que vêm se debruçando no tema, com base no cruzamento de depoimentos de moradores e camponeses que protagonizaram, de alguma maneira, o episódio da Guerrilha. Vale ressaltar que o objetivo deste capítulo é levantar indícios que demonstrem que as Forças Armadas ocultam, durante todo este tempo, a veracidade dos fatos ocorridos dentro e fora das matas do Araguaia durante os combates e após o término da Guerrilha. Há vestígios significativos (os quais veremos adiante mais acuradamente) que apontam que muitos dos guerrilheiros combatentes no Araguaia foram aprisionados com vida, entre eles, provavelmente José Huberto Bronca e Cilon Cunha Brum. Isso indica que este segredo, guardado por tanto

---

<sup>292</sup> Entrevista com o morador Joel, morador do povoado de Metade, São Domingos/ PA, Araguaína – TO, concedida a Romualdo Pessoa Campos Filho, em 26 de julho de 1992.

tempo, esteja intimamente ligado aos crimes cometidos contra os prisioneiros de guerra e ao fato de as Forças Armadas contrariarem alguns dos principais tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário: a Convenção de Genebra e o Pacto de San José, entre outros.

### 3.2 Os combates e as mortes

Durante muito tempo, os combates travados, nas três campanhas, dentro da selva amazônica por militares brasileiros que, segundo afirmam alguns estudiosos do tema, doutrinados<sup>293</sup> por militares estrangeiros, promoveram uma verdadeira caçada aos comunistas foi, como já foi afirmado anteriormente, assunto apenas do PC do B e dos familiares dos guerrilheiros desaparecidos. O Estado brasileiro, por meio das ações militares das três Forças Armadas, empreendeu grandes recursos para que este episódio, página obscura e ainda aberta na história recente deste país, fosse esquecido e, mesmo inconscientemente, relegou-a aos moradores da região e aos militantes do PC do B, tendo sido traçada uma estratégia para que tudo o que houve durante o conflito fosse esquecido.

Sobraram, da parte das forças oficiais, porém, algumas perguntas a serem respondidas, entre as quais: Como apagar da memória de toda uma população um episódio tão violento e cruel? Como eliminar “todos” os vestígios que denunciavam que houve operações militares para o combate e aniquilamentos dos

---

<sup>293</sup> Ver MANCUSO, Amanda. *O Brasil “vai à guerra”*: uma análise de duas experiências de combate e suas repercussões na atualidade. São Carlos, UFS Carlos, 2003. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal de São Carlos, 2003.

guerrilheiros? Como extinguir o núcleo central que havia concebido a idéia de uma guerrilha com feições e concepções de poder diferenciadas da guerrilha urbana? Para todos estes questionamentos as respostas dadas pelas Forças Armadas brasileiras, sob o comando dos presidentes Garrastazu Médici e Ernesto Geisel, respectivamente, foram: à população, vigilância ostensiva mediante um forte esquema de coerção e tortura; aos guerrilheiros comunistas que combateram no Araguaia, torturas, execução e morte. Para completar o processo de apagamento dos crimes ocorridos, se fez necessária a ocultação dos cadáveres de todos os combatentes mortos no conflito. A lógica dos militares que comandaram as tropas no combate aos guerrilheiros foi, ao que parece, a seguinte: sem cadáveres não havia crime. Sem crimes não havia vestígios comprobatórios que apontassem para as operações de grandes contingentes que as Forças Armadas empreenderam naquela região.

Provavelmente ao final de 1975, as tropas militares das três armas, saíram da região do conflito, mas deixaram ali, além de muitos homens instalados no quartel do Exército recém-construído por ocasião do conflito, muitos corpos sem cabeça sepultados em cemitérios locais e/ou clandestinos, deixaram também toda uma população marcada pela dor e pelo medo que passou a imperar desde o início dos combates à Guerrilha. Ao *bureau* político do PC do B, que sobrevivera ao conflito, deram a sentença da morte, por meio da simulação de resistência à voz de prisão, ou “tiroteio” no teatro das representações macabras, que teve como

um dos últimos capítulos o episódio que ficou conhecido como “Chacina da Lapa” em 1976.<sup>294</sup>

Ainda assim, por considerar irrelevante ou por impossibilidade do regime de calar a todos, restaram mais de cinqüenta famílias que reclamavam a ausência de seus filhos, irmãos, maridos e parentes. Algumas destas famílias sabiam que seus entes queridos haviam partido para uma região inóspita com o intuito de empreender uma guerrilha no campo, como, por exemplo, a família Grabois. Foi devido ao clamor dos familiares e às buscas desesperadas que surgiram “secretamente”<sup>295</sup> muitos dos relatórios que evidenciam minuciosamente as ações impetradas pelas Forças Armadas na Região do Araguaia muito antes da eclosão do conflito em 1972. Assim, a “missão” de um destes relatórios deixou claro os objetivos da Operação Papagaio, que marcou o início da primeira campanha de cerco e aniquilamento.

Estabelecer Bases de Combate à margem esquerda do rio Araguaia do Setor 5<sup>A</sup>, patrulhar o rio Araguaia entre a localidade de Araguanã e o Córrego Sucupira e efetuar operações ribeirinhas na Região de Remanso dos Botos que deverá ser ocupado, a fim de impedir que os

<sup>294</sup> “**Quatro dirigentes mortos**” : Carlos Nicolau Danielli (14/09/1929-31/12/172), Lincoln Bicalho Roque (25/05/1945 -13/03/1973), Lincoln Cordeiro Oest (17/06/1907- 04/1/1973) e Luiz Guilhardini (1/06/1920-4/1/1973) Quatro membros do Comitê Central do PC do B foram mortos pela repressão entre dezembro de 1972 e março de 1973, após a prisão de um dirigente regional do Espírito Santo: Lincoln Cordeiro Oest, Carlos Nicolau Danielli, Luiz Guilhardini e Lincoln Bicalho Roque. As versões oficiais, divulgadas pela imprensa, foram praticamente as mesmas: tiroteio, após tentativa de fuga. E ainda: “Pouco antes das 7h, dezenas de soldados, oficiais do Exército e policias invadiram o aparelho da Rua Pio XI e assassinaram a tiros os dois dirigentes (...). Pedro Pomar, ex-deputado federal, 63 anos, nascido em Óbidos, no Pará; e Ângelo Arroyo, paulistano, operário metalúrgico, 48 anos. (...)” In: MIRANDA, Nilmário TIBURCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo – mortos e desaparecidos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Boitempo, 1999. Pág. 198.

<sup>295</sup> Especula-se, entre os jornalistas brasilienses que pesquisam o tema da Guerrilha, que muitos destes relatórios, amplamente espalhados nas redações dos jornais do planalto central, foram enviados por familiares de militares de alta patente que dirigiram combates à Guerrilha do Araguaia, versão confirmada, em obra recente, por um oficial que combateu no Araguaia, segundo ele: “(...) a documentação mesma foi destruída por ordem do General Bandeira, que ficou com alguma coisa. Depois a filha dele passou isso para o Globo.” Maklouf, de Carvalho Luis. *O coronel rompe o silêncio*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004. Pág. 201.

terroristas atuantes na área transponham o Rio Araguaia da margem esquerda para a direita, **destruir ou capturar**<sup>296</sup> esses terroristas e assegurar o clima de tranqüilidade.<sup>297</sup>

### 3.3.1 As três campanhas de cerco e aniquilamento: a morte como sentença final

O que podemos concluir das três campanhas militares de cerco e aniquilamento, no combate à Guerrilha do Araguaia, é que cada uma delas foi diferenciada e que também sofreram mudanças e adaptações à medida que seu comando se deparou com um contingente de combatentes maior – 69 militantes comunistas dentro da mata e alguns camponeses – e melhor preparado do que esperavam.

Logo no princípio, depois de situações vexatórias nas quais ficou claro o maior preparo físico e psicológico dos guerrilheiros e o amplo conhecimento que possuíam da mata e seus “mistérios” ante o numeroso contingente de militares – estima-se em milhares<sup>298</sup> – que não conseguiu sufocar ou sequer amedrontar, muito pelo contrário, aqueles homens e mulheres que mal haviam pegado em armas. As armas utilizadas pelos guerrilheiros, além de rudimentares, algumas feitas ali mesmo, apresentavam limitações diante do poder bélico utilizado pelas Forças Armadas.

<sup>296</sup> Grifo da autora da dissertação para atentar para os termos – eliminar, destruir, etc. - freqüentemente utilizados nos relatórios militares das operações de combate à Guerrilha do Araguaia.

<sup>297</sup> 2. MISSÃO – Relatório da Ordem de Operação (Papagaio) – Secreto – Exercício Cmdo Gpto FFE Nº 01/72.

<sup>298</sup> Durante muitos anos, este número oscilou entre cinco mil e dez mil militares durante as três campanhas, pois tomaram-se como base o Relatório Arroyo e os relatos de moradores, devido à ausência de posicionamento e dados oficiais militares. Todavia, com o “aparecimento” de muitos “relatórios secretos” das operações militares, os dados mais recentes apontam para uma estimativa inferior a acima citada.

Constatamos também que, apesar das duas primeiras campanhas terem sido consideradas fracassadas – do ponto de vista da resistência e da moral elevada entre os guerrilheiros para com a população do local do conflito – elas resultaram em mortes. Estima-se que, de ambos os lados, além de aprisionamentos de guerrilheiros e moradores que demonstraram a estratégia da obtenção da maior quantidade possível de informação para um terceiro momento que, segundo depoimentos coletados entre moradores, camponeses e militares apontam, foi de morte e de “limpeza total” da área.<sup>299</sup>

### 3.3.2 A primeira campanha

Não é objeto dessa pesquisa analisar todas as complexas etapas e fatores – internos e externos - do período no qual transcorreu a Guerrilha do Araguaia. Todavia mostra-se importante apontar as particularidades de cada campanha, bem como algumas estratégias – de ambos os lados – que culminaram com os aprisionamentos e as mortes dos guerrilheiros, neste caso especificamente, dos quatro gaúchos, que se encontram ainda desaparecidos, porém vivos nas memórias da gente simples da região. São os chamados mortos-vivos do Araguaia.

Conforme Campos Filho (1997), em 1967, chegaram à região, mais precisamente entre Apinajés e Araguatins, Elza Monnerat (*dona Maria*), Líbero Giancarlo Castiglia (*Joca*) e Maurício Grabois (*Mário ou Velho*). Ainda no mesmo ano, chegou à cidade de Porto Franco, Maranhão, (separada do estado de

---

<sup>299</sup> CABRAL, Pedro Correa. *Xambioá: A guerrilha no Araguaia*. Rio de Janeiro: Record, 1993.

Tocantins pelo rio de mesmo nome) João Carlos Haas Sobrinho (*Juca*) e Osvaldo Orlando da Costa (*Osvaldão*), estabelecendo-se entre Brejo Grande e Palestina do Araguaia. Em 1968, João Amazonas (*Velho Cid*) e Ângelo Arroyo (*Joaquim*), completando, assim, o núcleo dirigente da guerrilha. Em 1969, José Humberto Bronca (*Zeca ou Fogoió*), Gilberto Olímpio Maria (*Pedro*), Paulo Mendes Rodrigues (*Paulo*), Paulo Roberto Pereira Marques (*Amauri*). Entre 1970 e 1972, chegou maior um número de militantes guerrilheiros, até totalizarem 69 combatentes, sendo todos estes militantes do PC do B. A composição era formada por uma grande maioria de líderes estudantis.<sup>300</sup>

Havia três bases militares construídas pelos guerrilheiros:<sup>301</sup> Faveira, no médio Tocantins, municípios de São João do Araguaia e Apinajés; Gameleira, próxima ao povoado de Santa Isabel, aproximadamente a 50 quilômetros de São Geraldo ao Norte, alcançando a serra das Andorinhas; e a base de Caianos, ao Sul de São Geraldo, na direção de Conceição do Araguaia.

Em abril de 1972, um contingente de tropas do Exército, com base nas cidades de Araguatins, Bacaba e Marabá, atacou o Destacamento A do exército guerrilheiro, na base da Faveira. Foi a primeira investida das Forças Armadas contra a recém-descoberta Guerrilha do Araguaia. No dia 14 de abril de 1972, foi a vez do Destacamento C, na base do Caiano, levando a atuação dos guerrilheiros

<sup>300</sup> “Eram estudantes, ex-dirigentes estudantis (43,81 %, sendo 37,07 universitários e 6,74 % secundaristas); médicos, enfermeiras, geólogos, professores e advogados (15,73% profissionais liberais); operários (5,61%); camponeses (22,47%, aí incluídos os que se integraram aos núcleos guerrilheiros no decorrer da luta); comerciários, bancários e outros (12,35%). Isso totalizava 89 guerrilheiros, somando-se os que escaparam com vida após terem sido presos nas duas primeiras campanhas.” In: CAMPOS FILHO, Romualdo P. *Guerrilha do Araguaia: A Esquerda em Armas*. Goiânia: UFG, 1997. Pág. 86.

<sup>301</sup> Os integrantes do movimento estavam divididos em três destacamentos, A, B e C, com cerca de 22 pessoas em cada um, e um Comando Militar - CM, formado pelos dirigentes do movimento e que determinava o plano de ação.

em direção à mata. No entanto, a subestimação do inimigo e o menosprezo com as forças guerrilheiras atrapalharam os planos do Exército. Ao subestimar a capacidade de combate dos guerrilheiros, bem como suas idéias de luta (eram pessoas dispostas a darem suas vidas por aquela causa), o Exército se desmoralizou diante da população e dos próprios guerrilheiros. Provavelmente esse fato tenha levado os militares a agirem com violência contra a população local.

Há muitas conclusões que podemos extrair da primeira campanha das forças oficiais contra a guerrilha, das quais algumas merecem ser destacadas. O menosprezo das Forças Armadas pelo real potencial de luta e pela influência dos guerrilheiros entre o povo, fator determinante para a desmoralização e antipatia pelo Exército por parte dos nativos.

O emprego de efetivo despreparado físico e psicológico para combater os guerrilheiros. Grande parte do efetivo que combateu na primeira campanha era formado por recrutas pobres oriundos da região norte. Assim como os moradores do lugar, os recrutas também acreditavam nos mistérios e lendas da região. Os nativos acreditavam – e ainda acreditam de certa maneira – que alguns guerrilheiros eram encantados, como *Dina* e *Osvaldão*, por exemplo.

Se por um lado, o dito anteriormente é verdadeiro, por outro, deve-se atribuir algumas perdas das forças guerrilheiras à delação de *bate-paus*,<sup>302</sup> elementos da população que guiavam o Exército na mata em troca de dinheiro ou

---

<sup>302</sup> *Bate-paus* eram mateiros, indivíduos da região que conheciam muito bem a mata e os guerrilheiros. Atraíam-nos para o encontro com o Exército, recebendo benefícios de terras e benfeitorias por delatarem e guiarem os soldados.

recompensas. Tenha-se presente também a desconsideração do perigo desses agentes, em ações de bate-paus morreram os guerrilheiros *Jorge* (Bérgson Gurjão) (destacamento C) e *Maria* (Maria Lúcia Petit). Saldo de baixas da primeira campanha:

É possível precisar o número de guerrilheiros presos e/ou mortos, de acordo com o que consta no relatório Arroyo. Foram presos seis guerrilheiros: Geraldo e Nilo, logo que o exército cercou a área, e no decorrer da luta, Domingos, Baianinha, ***Miguel, Jorge e Carlito***<sup>303</sup>/Quelé (este último foi morto logo em seguida). E morreram, além de Carlito, *Jorge, Maria e Aparício*.<sup>304</sup>

A afirmação acima serve para ilustrar a análise que se pretende fazer neste capítulo de aprisionamentos, mortes e execuções, tomando como centro os episódios inseridos no contexto em que culminaram os desaparecimentos dos quatro guerrilheiros gaúchos no Araguaia. É importante destacar que, em alguns dos fatos que envolvem as mortes na primeira campanha, constam, nos depoimentos de moradores da região, a participação do guerrilheiro gaúcho Paulo Mendes Rodrigues (o que será analisado adiante). Tais episódios de mortes e de desaparecimentos também foram narrados por Ângelo Arroyo, conhecido como *J* ou *Joaquim* durante o tempo em que morou na região,<sup>305</sup> bem como foram objeto de pesquisa da jornalista Myriam Luiz Alves.

### 3.3.3 A segunda campanha

No intervalo entre a primeira e a segunda campanhas das Forças Armadas contra as forças guerrilheiras, o Exército implementou a tática de guerra

<sup>303</sup> Guerrilheiros presos, segundo o Relatório Arroyo, e mortos após aprisionamentos.

<sup>304</sup> CAMPOS FILHO, Romualdo P. *Guerrilha do Araguaia: A Esquerda em Armas*. Goiânia: UFG, 1997. Pág.118.

<sup>305</sup> *Guerrilha do Araguaia: uma epopéia pela liberdade*. Vários autores. In: *Relatório sobre a luta no Araguaia*. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 4<sup>a</sup>. ed. 2004. Pág. 73.

psicológica, voltada para a população. O terror psicológico empreendido, principalmente a partir da Operação Sucuri que inaugurou a segunda campanha, teve como objetivo primordial a cooptação dos nativos para a estratégia da antiguerrilha. Para isso, o Exército lançou mão de um projeto de cunho social, de caráter assistencialista, denominado Aciso (Ação Cívico-social), prática vil de aliciamento que, segundo João Roberto Martins Filho (2004), apontam para indícios da forte inspiração dos militares brasileiros à doutrina francesa da *guerre révolucinnaire*.<sup>306</sup> Do mesmo modo, o terror impetrado junto à população garantiu grande parte do êxito desta ação.<sup>307</sup>

A Aciso trouxe serviços médicos e odontológicos para a população, distribuição de remédios e vacinas, legalização e distribuição de pequenas posses de terras (por meio do Incra), além disso, emitiu documentos de identificação (prática rara para os moradores da região do Bico-de-Papagaio), patrolou estradas, até mesmo perseguiu grileiros e jagunços, tudo com o intuito de conquistar o apoio, ou pelo menos, a colaboração do povo. Como enfatizou Amanda Mancuso (2003) a despeito destas ações:

(...) a Operação Aciso permitiu o conhecimento dos seguintes fatores: o terreno e as condições metereológicas, a população, os recursos disponíveis para as forças de guerrilha, a organização dessa força e suas atividades, o efetivo e a composição das forças inimigas e a ligação dos guerrilheiros com qualquer país estrangeiro. É possível supor, portanto, que essa operação forneceu todo o desconhecimento

---

<sup>306</sup> Sobre este aspecto ver texto do professor e pesquisador da UFSCarlos João Roberto Martins Filho intitulado *A educação dos Golpistas: cultura, influência francesa e golpe de 1964*. Disponível em: [www.history.umd.edu/HistoryCenter/2004-05/conf/Brazil64/papers/jmartinsport.pdf](http://www.history.umd.edu/HistoryCenter/2004-05/conf/Brazil64/papers/jmartinsport.pdf) Acessado em 5 de fevereiro de 2006.

<sup>307</sup> Relatório da Operação Sucuri item II – O INIMIGO: Possibilidades: psicológica “atemorizar a população, através de ameaças de morte, a fim de que a mesma não prestasse informação ao Exército e continuasse a apoiá-los. Realizar trabalho de massa.”

necessário para que as Forças Armadas revissem sua estratégia e suas táticas na campanha posterior.<sup>308</sup>

Para o historiador Romualdo Pessoa Campos Filho (1997), o apoio da população aos guerrilheiros foi uma grande preocupação para o Exército. Tal colaboração, evidenciada na primeira e segunda campanhas, demonstrou prejuízos às ações das Forças Armadas e desencadeou o receio de que o envolvimento dos nativos pudesse se efetivar de forma mais intensa. Contudo, apesar da simpatia dos nativos pelos guerrilheiros, registraram-se baixas dos guerrilheiros por razões de cooptação das massas pelo Exército.

Em setembro de 1972, teve início a segunda campanha, no sentido de fogo cruzado. Nesse ataque das Forças Armadas, morreu a guerrilheira Helenira Rezende (*Fátima*), na localidade de São José, como informou uma moradora da região: “*Surpreendida pela tropa, ela não teve tempo de retirar-se, mas deu o primeiro tiro, matando um soldado. Logo em seguida, recebeu uma rajada de metralhadora e, mesmo ferida, ainda atingiu outro soldado; acredita-se que tenha sido enterrada num lugarejo conhecida como Oito Barracas.*”<sup>309</sup>

Do saldo de sete mortes da segunda campanha, seis foram em emboscadas, ou seja, os combatentes subestimaram a capacidade de cooptação do Exército. Muito confiantes nos resultados morais da primeira campanha, foram “traídos” pela falta de cuidado. O PC do B, por meio de seus veículos de comunicação, realizou propaganda da façanha nas grandes cidades, e isso

<sup>308</sup> MANCUSO, Amanda Pinheiro. *O Brasil “vai à guerra”*: uma análise de duas experiências de combate e suas repercussões na atualidade. São Carlos, UFSCarlos, 2003. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de São Carlos, 2003. Pág. 96.

<sup>309</sup> Entrevista com D. Maria Raimunda Rocha Veloso - (D. Maria da Metade), concedida a Romualdo Pessoa e Gilvane Felipe em São Domingos-PA, (janeiro de 1994).

preocupou o Regime Militar. Tratava-se de uma desmoralização. Era preciso por um ponto final no movimento. O Exército retirou-se um ano da região para a elaboração de uma imperiosa contra-ofensiva, que aniquilaria, quase que por completo, os guerrilheiros do Araguaia.

### **3. 3. 4 A terceira campanha**

Um ano após o efetivo das Forças Armadas ter batido em retirada, a região continuou sob vigilância permanente das polícias militares do Estado do Pará e de Goiás, iniciou-se a terceira e última campanha militar contra as Forças Guerrilheiras do Araguaia.

Durante este período de um ano, ou trégua, os guerrilheiros tiveram um intenso trabalho político, sob orientação da Comissão Militar, principalmente na propaganda e defesa da causa guerrilheira. Diversos materiais gráficos (inclusive manuscritos) foram editados e distribuídos à população: programada ULDP - um jornal do PC do B (*O Araguaia*), manifestos dirigidos aos soldados, ao Bispo de Marabá. O trabalho político, segundo o Relatório Arroyo, obteve êxito com a adesão de camponeses à guerrilha, aproximadamente dez pessoas. Todavia, um número maior estava sendo preparado para ingressar na guerrilha, impedidos pelo início da Operação Marajoara, marcando o início da terceira campanha.

Logo após a retirada do Exército, a região passou a ser minada por infiltrados, que chegaram ao local como comerciantes e negociantes, fato que passou quase despercebido pela população. Esses agentes, que ficaram posteriormente conhecidos como *secretas*, tinham o objetivo de coletar

informações que pudessem levar o Exército aos destacamentos guerrilheiros e aos que os ajudavam. Para isso, foi necessário ganhar a confiança da população. Dessa vez, o Exército utilizou a mesma tática antes adotada pelos guerrilheiros: prestação de serviços e benefícios à população carente da região.

Essa operação foi coordenada pelo CIE (Centro de Informações do Exército) e pelo SNI (Serviço Nacional de Informações), conhecida entre os militares como Operação Inteligência. Espalhados por toda a região, fizeram um mapa minucioso de toda e qualquer pessoa que houvesse mantido qualquer tipo de contato com algum guerrilheiro. Aliada à atuação dos *secretas*, as Forças Armadas ergueram uma estrutura de guerra para o combate à guerrilha: construção de quartéis nas cidades de Imperatriz e Marabá, instalação na região do 52º Batalhão de Infantaria da Selva e a 23º Brigada da Infantaria da Selva, recuperando e construindo estradas de acesso aos municípios e povoados inseridos no conflito.

Apesar desse grande movimento militar, a Comissão Militar da guerrilha analisou equivocadamente a situação daquele momento. Incrédulos na possibilidade de adequação das Forças Armadas ao tipo de luta proposto na guerrilha do Araguaia. Chamados de *terroristas*, pelas forças oficiais, os guerrilheiros recuavam, cada vez mais para dentro da mata. O Exército fez um pacto de silêncio para que tudo o que veio a acontecer naquele conflito fosse tratado com o mais absoluto sigilo, como enfatizou Campos Filho: “A estratégia adotada e a preocupação com o sigilo que envolvia a operação demonstraram

que, desde a sua preparação, o objetivo dessa terceira ofensiva era aniquilar a resistência guerrilheira e não deixar nenhum vestígio do que ali acontecera.”<sup>310</sup>

Ainda segundo a análise do mesmo autor, calcula-se que, entre o efetivo militar e todo o restante do pessoal deslocado pelo Exército para a região, o número aproximado tenha sido de três mil soldados, divididos em diversas bases militares. Quantia bastante significativa para o combate de apenas algumas dezenas de guerrilheiros mal-armados. Todavia, estima-se que o número aproximado de combatentes das Forças Armadas que ingressaram na selva, com apoio de helicópteros e aviões e desfolhante Napalm (recurso que estava sendo utilizado na guerra do Vietnã), tenha sido de inferior ao estimado. O efetivo militar estava descaracterizado, isto é, como civis.

A primeira ação da terceira campanha foi a detenção de elementos da população, simples moradores, lavradores e comerciantes da região que foram acusados de subversão pelo simples fato de terem “contribuído” de alguma forma com a guerrilha, ou vendendo-lhes alguma coisa, dando-lhes abrigo ou alimento, ou simplesmente ter um dia conversado com algum deles. O terror foi instaurado. Mapeados pelos secretas,<sup>311</sup> os agora subversivos moradores foram encaminhados para Marabá, Bacaba, Xambioá, Araguaína e, inclusive, Brasília. As torturas eram realizadas no prédio camuflado do DNER e no Incra, em Marabá e Xambioá.

---

<sup>310</sup> CAMPOS FILHO, Romualdo P. *Guerrilha do Araguaia: A Esquerda em Armas*. Goiânia: UFG, 1997. Pág.140.

<sup>311</sup> Todas essas tropas já vinham vestidas à paisana desde a segunda campanha, quando o Exército percebeu que eram mais facilmente identificadas pelos guerrilheiros pelo uniforme.

Essa ação das Forças Armadas deixou marcas ainda hoje não apagadas na memória da população. Registram-se não só mortes de moradores, suicídios daqueles que não se conformavam com as humilhações sofridas no cárcere, como também problemas mentais, doenças graves e mortes em decorrência das torturas e violências sofridas na prisão. Ainda hoje a população da região do conflito acredita na existência permanente de *secretas*, recusando-se a dar informações a desconhecidos.

### **3.3.5 Cerco e aniquilamento: mortes e/ou execuções?**

A atuação do Exército se deu em duas frentes: a prisão dos “elementos suspeitos” entre a população e o cerco à Guerrilha, no combate direto na selva. Realizou-se a “limpeza” da área próxima aos guerrilheiros, com a retirada de lavradores, mariscadores, mateiros, a fim de isolá-los de qualquer contato com o povo. Tudo foi implementado de modo a desabastecer a guerrilha, inclusive com queima das lavouras daqueles retirados de suas terras.

Com a ajuda dos mateiros (*bate-paus*) e de todo o arsenal militar de que dispunham, aviões, helicópteros, pára-quedistas e tropa especializada em combate na selva, o Exército foi avançando cada vez mais em direção às bases guerrilheiras. De outro lado, os combatentes do Araguaia, apoiados na moral elevada do grupo, resistiam a duras penas. No entanto, o cerco à região surpreendeu os guerrilheiros, que não tinham uma tática de retirada elaborada. Nesta terceira campanha, o contato com a direção do Partido foi cortada, dada a

repressão nas cidades e a vigilância na região do conflito, conforme ressaltou Berchet:

(...) Diante do resultado adverso na frente do Araguaia, os órgãos da repressão intensificaram a perseguição ao Partido Comunista do Brasil em muitos outros pontos do país. Dos últimos dias de dezembro de 1972 ao meado de janeiro de 1973, prenderam, torturaram e mataram três membros da Comissão Executiva do Comitê Central. Lincoln Cordeiro Oest, ex-deputados pelo Estado do Rio de Janeiro, no Rio; Carlos Nicolau Danielli, em São Paulo e Luís Guilhardini, no Rio. Em março de 1973, no Rio, foi detido, torturado e morto o suplente do CC Lincoln Bicalho Roque. Além desses quatro dirigentes nacionais foram detidos e torturados membros e amigos do partido, em diversos Estados da Federação, sendo muitos deles processados e condenados a longos anos de prisão.<sup>312</sup>

Logo nas primeiras investidas da terceira campanha, o Exército realizou muitas emboscadas, e delas resultaram as mortes de *Zé Carlos, Alfredo e Zebão*, sendo *Nunes* (codinome do goiano Divino Ferreira de Sousa) morto sob tortura, de acordo com informações do ex-guia do exército Manuel Leal, *Vanu*. Até o final de 1973, morreram *Sônia* (Lúcia Maria de Souza), *Ari* (Arildo Valadão), cujo corpo foi encontrado decapitado, e *Chico* (Adriano Fonseca). Houve ainda o desaparecimento de *Jonas*, recaindo a suspeita da morte de *Ari* sobre ele por motivo de delação. A prática de decepar cabeças ou mãos foi muito utilizada nesta terceira campanha, como das formas para a identificação, nos quartéis, das vítimas. Há, porém, registrados na longa história nacional de violência e repressão muitos casos em que a prática de decapitação ou mutilação é peça comum. Torna-se importante explicitar a definição de tal brutalidade de uma sobrevivente deste episódio sobre esta prática empregada contra guerrilheiros no Araguaia: “*No Brasil, o matador profissional contratado por alguém para eliminar um desafeto, corta uma orelha do morto como prova de que “o serviço” foi executado. Essa*

---

<sup>312</sup> BERCHET, Verônica. *Coração Vermelho: A vida de Elza Monnerat*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002. Pág. 149.

*coisa terrível de cortar cabeça foi feita pelos “volantes” nordestinos que mataram Lampião e vários cangaceiros. Mas teve a repulsa de todo o povo*.<sup>313</sup> Este ritual macabro, embora justificado como prática para identificação de corpos abatidos dentro da mata, também serviu como técnica pedagógica de terror coletivo, à medida que estes “feitos” tiveram como intuito afugentar qualquer tentativa dos moradores de integrarem as forças guerrilheiras como demonstrou publicamente uma moradora da região “(...) *Soldado eu não vi nenhum morto. Sinceramente eu não vi. Agora guerrilheiro eu vi. Eu vi um saco de cabeças (...)*”<sup>314</sup>

Muitos estudiosos do tema do Araguaia consideram como um dos principais, senão o mais drástico, o erro tático da CM em decidir juntar os três destacamentos, formando uma única base, em virtude da suspeita de delação do ex-guerrilheiro Jonas, que conhecia bem a região e os planos dos guerrilheiros. Assim, em uma única base rumaram para o destacamento A, onde ainda havia mantimentos. No dia 25 de dezembro – provável data das mortes de Maurício Grabois e Paulo Mendes Rodrigues, entre outros - o Exército cercou a base, apoiado por helicópteros e derrubou a CM. Não se sabe precisar o número de mortos, pois havia cerca de 25 guerrilheiros na redondeza. Possivelmente, rastreados por bate-paus, em decorrência das marcas deixadas no deslocamento de tão grande número de pessoas (entre 20 a 25) de um acampamento para outro. Após esse ataque, a situação da guerrilha se agravou sobremodo. Ainda assim, ela se dividiu em cinco grupos, com o objetivo de alcançar, em vão, maior mobilidade.

<sup>313</sup> *Guerrilha do Araguaia*. Vários autores. In: *Cadernos de Anotações*: Elza Monnerat.. São Paulo: Anita Garibaldi, 4<sup>a</sup> Ed. Pág. 91.

<sup>314</sup> Entrevista com D. Domingas (Moradora de São Geraldo/PA durante a Guerrilha do Araguaia) Araguaína. Concedida a Romualdo Pessoa, em julho de 1992.

Entre os últimos guerrilheiros vivos restou o grande mito da população: Osvaldo Orlando da Costa, *Osvaldão*. Sua morte, como ainda se comenta naquela região, foi comemorada com tiros de foguetes pelos militares. *Osvaldão* foi morto pelo bate-pau Arlindo Piauy; sem apresentar resistência, ou porque não teve tempo, ou talvez, porque não acreditou que Arlindo, a quem conhecia e ajudou, seria seu algoz. Seu corpo foi exibido como um troféu nas cidades da região, amarrado numa corda presa a um avião, sobrevoou as cidades, e em Xambioá foi permitido que a população pudesse vê-lo de perto, pondo fim ao mito que se criara no imaginário popular. Quanto aos presos com vida, sabe-se que foram muitos. Campos Filho afirma também: “*As informações obtidas nos permitem responder com convicção a essa questão: todos os guerrilheiros presos no decorrer da terceira campanha foram mortos, sob tortura ou simplesmente fuzilados.*”<sup>315</sup>

Assim “terminou”, em aproximadamente dois anos e sete meses, este triste episódio na história da Ditadura Militar no Brasil, obrigatoriamente silenciado pelas forças das armas, a serviço do Estado. Era preciso, todavia, calar e apagar aquele acontecimento da história, e principalmente da memória do povo da região. O efetivo extra do Exército permaneceu no Araguaia, por mais algum tempo até se certificar de que nenhum guerrilheiro restava vivo. Faltaram, contudo, três, que escaparam ao cerco à guerrilha com vida, João Amazonas, Elza Monnerat e Ângelo Arroyo. Assim, a chacina da Lapa (1976), local do “aparelho” do Partido no qual os membros o Comitê Central do PC do B pautariam a questão do Araguaia, foi interrompida pelas forças de repressão que caçavam, a todo custo, os

<sup>315</sup> Campos Filho, op.cit. (pág.155). Esse dado consta em ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. Brasil: Nunca Mais! um relato para a história. Petrópolis: Ática, 1991. Porém, militantes do PC do B consideram, entre integrantes do Partido e camponeses, um total de 76 mortos (Fonte: Associação dos Familiares dos desaparecidos no Araguaia).

dirigentes comunistas. Neste fatídico episódio, foram mortos Ângelo Arroyo, Pedro Pomar, este último grande crítico, dentro do Partido, da experiência do Araguaia, e presos outros: Elza Monnerat, Joaquim Celso de Lima, Maria Trindad, Wladimir Pomar e João Baptista, Haroldo Lima e Franco Drumond, este último morto sob tortura. Trindad, gaúcha, militante comunista que exercia a função de caseira, declarou, tempos depois “*Ainda hoje ouço os estouros pipocando na minha cabeça*”.<sup>316</sup> De forma brusca e arbitrária, a polícia repressiva do Estado brasileiro “silenciou” praticamente todos os participantes da Guerrilha, e sua direção política, colocando, durante muito tempo, uma grande pedra sobre os fatos que envolveram este acontecimento.

### **3.4. A voz dos relatórios secretos diante da voz dos moradores da região: os combates**

Os dados utilizados na parte desta análise foram baseados no cruzamento de informações extraídos dos chamados “Relatórios Secretos”, do CIE da Aeronáutica e da Marinha, produzidos pela jornalista e pesquisadora do tema Myriam Luiz Alves, apresentados à Comissão de Desaparecidos da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, além de dados coletados pelas produções bibliográficas e de periódicos recentes com o cotejamento de depoimentos de moradores à época do conflito.<sup>317</sup> Este cruzamento leva a efeito as prováveis datas de morte ou aprisionamentos de, praticamente, todos os guerrilheiros, tendo

---

<sup>316</sup> MIRANDA, Nilmário e TIBÚRCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo – mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado*. São Paulo: Perseu Abramo, 1999. Pág. 206.

<sup>317</sup> Disponível em: <[http://www.guerrilhadoaraguaia.com.br/\\_down/pesquisas/datasp.pdf](http://www.guerrilhadoaraguaia.com.br/_down/pesquisas/datasp.pdf)> acessado em 4 de fevereiro de 2006.

estes dados sido retificados pela mesma pesquisadora até o ano de 2001. Entre estes dados, interessam, nesta dissertação, essencialmente as informações sobre as quatro guerrilheiros gaúchos. A divisão do trabalho da jornalista é apresentada por data de aprisionamentos e/ou mortes, presumida pelas análises dos relatórios, com ordem cronológica a partir da data inicial dos conflitos, em abril de 1972.

Os quatro casos, aqui analisados, de aprisionamentos e mortes destacados pela pesquisa desta jornalista apontam as datas presumidas e comentários extraídos dos relatórios das Forças Armadas que transcrevemos a seguir.

### 3.5. João Carlos Haas Sobrinho (*Juca*) – (MAR)<sup>318</sup>

Morto em 30 de setembro de 1972 – com Ciro Flávio, Flávio e Manoel José Nurquis, Gil em Piçarra. Teria sido enterrado no cemitério de Xambioá.<sup>319</sup>

Após sair da cidade de Porto Franco - MA, em 1969, João Carlos Haas rumou para a região do Araguaia onde viveu os últimos anos de uma breve e inesquecível trajetória com o povo que ele tanto defendeu e para o qual doou parte de sua vida. Durante algum tempo, após a saída às pressas, ele manteve contato com a população de Porto Franco para explicar-lhes as razões que o levaram a sair daquela cidade e empreender a luta armada então em curso. Sem medir esforços que visaram, ao que se pode concluir, convencer a população - a quem se dirigiu abertamente sobre todas as dificuldades atravessadas por ele naquela região do Maranhão, para poder exercer seu ofício. Justificou-se, enfim,

---

<sup>318</sup> Relatório da Marinha.

<sup>319</sup> Dados da pesquisadora Myriam Luiz Alves.

ao fazer uma extensa e rica contextualização política e social do motivo por que estava envolvido naquelas ações.

Inconformado com tal situação dramática, que se agravava com o tempo, comecei a anunciar o descaso dos governantes diante das dificuldades do povo, a reivindicar recursos para a assistência médica, o que me tornou alvo das perseguições das autoridades. Vivia-se, então, como agora, sob uma ditadura feroz, sob o domínio dos militares que não toleram vozes discordantes de sua política, não admitem a verdadeira oposição popular, oprimem o povo, prendem, torturam ou matam os patriotas, aqueles que lutam pelo progresso e se pronunciam em defesa do povo pobre.<sup>320</sup>

Do mesmo modo, dirigi-se diretamente ao povo de Tocantins e seus ilustres cidadãos para explicar-lhes, a exemplo do Maranhão, as genuínas razões da saída forçada daqueles lugares.

Forçado a deixar a região de Tocantins, não pude, então, explicar aos amigos as causas daquele afastamento, nem atender aos reclamos da população, inclusive de V. Exa. Revma., o Sr. Bispo de Tocantinópolis e outras pessoas de destaque, capazes de compreender os prejuízos que acarretaria a falta de médico no lugar. As demonstrações de apoio e propostas de ajuda que recebi, então, são claros indícios da presente necessidade de maior assistência médica para o interior de nosso país. Ainda hoje sou grato aos moradores de Porto Franco e cidades vizinhas por aquelas atitudes.<sup>321</sup>

Em seguida, Haas explicou-lhes o que fez no período que, após sair de Porto Franco, passou a viver na região do Araguaia entre as localidades de São Geraldo, em frente a Xambioá/TO, onde se juntou a outros inconformados. Novamente se viu em meio à situação de miséria e injustiça social que marcavam a triste realidade do povo daquelas localidades.

É importante destacar que, nesta carta, dirigida ao povo de Porto Franco e outras cidades próximas, Haas se identificou com a mesma problemática vivida

<sup>320</sup> Carta de João Carlos Haas Sobrinho. Carta ao povo de Porto Franco e Tocantinópolis. In: *Guerrilha do Araguaia: uma epopéia pela liberdade*. Vários autores. 4<sup>a</sup> Ed. São Paulo: Anita Garibaldi. Pág. 147.

<sup>321</sup> Idem, pág. 148.

pelas populações carentes com as quais os militantes haviam morado, com as quais conviveu e as quais defendeu. Desse modo, a opção escolhida por ele para explicar, na linguagem popular, o seu engajamento político: “*Em abril último, agravaram-se os sofrimentos daquela população, com a feroz investida de numerosas tropas do Exército, Marinha, Aeronáutica e Polícia Militar do Pará contra muitos moradores ali radicados (...).*”<sup>322</sup> E mais a diante

(...)Também perseguido, juntei-me a eles, organizando-nos, e hoje constituímos uma força armada disposta a lutar não só pela própria sobrevivência, mas também pelos interesses do povo, pelo progresso do interior, pela derrubada da ditadura militar e instalação de um governo democrático que conduza nosso país pelo caminho da propriedade, da liberdade e do bem-estar.<sup>323</sup>

Podemos concluir que a iniciativa do Dr. João Carlos Haas, ao escrever tal carta dirigida ao povo, fez parte de uma estratégia traçada pela CM – Comissão Militar – da qual Haas fazia parte.<sup>324</sup> Depois, esta mesma comissão comunicou ao povo que tanto amou Haas e que por ele tanto foi amada a sua trágica morte na mata, no dia 30 de setembro de 1972.

Apesar da morte prematura, durante o início da segunda campanha, a atuação de Haas foi bastante significativa. Nas situações narradas por Ângelo Arroyo, o comandante *Juca*, codinome de Haas na Guerrilha, assumiu o papel

---

<sup>322</sup> Idem.

<sup>323</sup> Idem.

<sup>324</sup> No período de trégua, entre a primeira e a segunda campanha, a Comissão Militar resolveu editar vários materiais de propaganda, explicando à população daqueles lugarejos quais eram os objetivos das Forças Guerrilheiras do Araguaia – Foguera ou Forgas – entre estes, citamos: “(...) 1) Carta ao povo de Porto Franco e Tocantinópolis, assinada pelo médico João Haas; 2) Carta de Osvaldão aos seus amigos; 3) Comunicado sobre a morte de Helenira Resende; 4) Manifesto do 1º ano de luta; 6) Manifesto ao soldado. Foram mimeografados mais de cem exemplares do documento *Em defesa do povo pobre e pelo progresso do interior* (programa da ULPD). Também foram mimeografados o *Romance da Libertação* (de autoria de Mundico, do C). Editou-se, igualmente, um manifesto contra o Incra. Relatório sobre a luta no Araguaia: Ângelo Arroyo In: Vários autores. *Guerrilha do Araguaia: uma epopéia pela liberdade*. 4ª Ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2004. Pág. 78.

para fazer o elo na tentativa de retomar o contato com o destacamento C, o qual era dirigido por *Paulo*, codinome de outro gaúcho, Paulo Mendes Rodrigues, que, diante do ataque das Forças Armadas, perdera o contato com a CM, como foi enfatizado no relatório Arroyo.

No curso da primeira campanha do inimigo, a CM manteve contato regular com os destacamentos A e B. A alimentação da CM foi mantida pelo B. Em julho, a CM resolveu enviar um grupo de companheiros chefiados pelo *Juca* (João Carlos Haas Sobrinho), para conseguir reatar o contato com o C. Faziam parte do grupo: *Flávio* (Ciro Flávio de Oliveira Salazar), *Gil* (Manuel Nurchis), *Aparício* (Idalídio Soares Aranha Filho) e *Ferreira* (Antonio Guilherme Ribeiro Ribas), do B (...).<sup>325</sup>

Esta tentativa, assim como numa odisséia, mostrou-se longa e perigosa. Diante de tanto obstáculos, aos poucos, os membros do grupo deixaram suas vidas em armadilhas e traições que não esperavam acontecer. Assim, entre emboscadas, armadilhas e delações o grupo tentou, a todo custo, retomar o contato com o destacamento C. Seguindo a determinação política da CM, sem levar em conta a numerosa presença de militares, a localidade conhecida como Grotta Vermelha, tornou-se o palco do primeiro encontro do comandante *Juca* e seus comandados ante a primeira emboscada do Exército ao seu grupo. Desse modo: “Ao atravessar uma capoeira, ouvem voz de prisão. Um pouco afastado Flávio atira. Os outros escapam. No dia seguinte, novo confronto. Juca vê um cartaz pregado em uma árvore. Quando se aproximam, dão de cara com um homem do Exército e, mais uma vez, conseguem fugir.”<sup>326</sup>

Durante o primeiro confronto, *Juca* saiu vivo, porém “(...) levou dois tiros, um na perna e outro na coxa, mas conseguiu, junto com os outros companheiros,

<sup>325</sup> Idem, pág. 74.

<sup>326</sup> MORAIS, Taís e SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo: Geração Editorial, 2005. Págs. 307-8.

*embrenhar-se na mata (...)"*<sup>327</sup>. Este fato foi narrado por *Flávio* em uma carta escrita para seus pais dentro da mata e apreendida pelo Exército, na qual ele declarou sua admiração pelo comandante *Juca*, logo após este primeiro confronto:

(...) vimos o comandante, que tinha levado dois tiros na perna. Este tempo todo não havia dito uma única palavra sobre o ferimento. Ficamos dois dias a menos de um quilômetro deles, pois o ferimento tinha piorado e ele não podia andar(...). Helicópteros e um avião passavam por cima o dia inteiro, mas não podiam nos ver na selva densa. Aos poucos, foi melhorando. Era uma dificuldade para andar com uma muleta que tínhamos improvisado, ou mesmo caminhar apoiada nos ombros de algum de nós, por dentro da mata (...). Tinha sido nosso batismo de fogo<sup>328</sup>.

O comandante *Juca* saiu ferido, mas vivo do primeiro confronto, mas tombou, com *Flávio* e *Gil*, em outra, então fatal, emboscada do Exército sem encontrar *Paulo* nem ter cumprido a determinação da CM, por um inocente descuido de *Gil*. Então no momento em que “*passavam por uma casa ocupada por homens da repressão, Gil pergunta se pode amarrar a botina. Os militares disparam uma rajada de metralhadora. Flávio e Juca caem na hora. Gil logo em seguida. (...)"*<sup>329</sup>. Terminou, assim, a vida do médico gaúcho que amou o povo pobre e sonhou com a Revolução no Brasil.

Sua morte, porém, não passou incólume diante da população da região. Muitos quiseram ver e velar o corpo do médico e amigo que, inúmeras vezes, demonstrou dedicação ao povo daqueles lugarejos. Assim, diferentes testemunhos narram o “velório” de Haas proporcionado pelo Exército

<sup>327</sup> Vários autores. *Guerrilha do Araguaia: uma epopéia pela liberdade*. In: Relatório sobre a luta no Araguaia: Ângelo Arroyo. 4<sup>a</sup> ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2004. Pág. 78.

<sup>328</sup> *Carta a meus pais* – carta do guerrilheiro Flávio – codinome de Ciro Flávio Salazar de Oliveira.

<sup>329</sup> MORAIS, Taís e SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo: Geração Editorial, 2005. Págs. 307-8.

O Exército, quando matou João Carlos, pegou o caixão, levou para a cidade de Tocantinópolis, pôs em exposição pública, para dizer ao povo: “Olha aqui, o médico do qual vocês falam. Vejam o que aconteceu com ele, terrorista”, e não sei o que mais. E uma multidão vinha de Porto Franco, de todos os lugares, para ver o caixão, e ao mesmo tempo, prestar a última homenagem a um médico tão humanitário, tão digno. Foi imensa a fila das pessoas que passaram por Tocantinópolis.<sup>330</sup>

Porém, a análise de uma pesquisadora contraria a afirmação anterior.

A morte do comandante *Juca*, no combate da Piçarra, em 30 de setembro de 1972, foi contada em Porto Franco por um soldado, que fora de Xambioá (TO). Seu corpo jamais foi levado por militares para Porto Franco ou Tocantinópolis (...). A exibição aconteceu em vários locais na região da Guerrilha, como nas ruas de Piçarras, ns margens de São Geraldo, na Base e na Delegacia de Xambioá (...).<sup>331</sup>

Todavia, tanto Amazonas quanto Alves ouviram da população das localidades por onde atendeu Haas que ele “*foi singelamente velado, comprovam vários testemunhos, a exemplo dos que assistiram ao seu sepultamento (...).*”<sup>332</sup>

### **3.6. Cilon Cunha Brum / Simão / Comprido – 27/fev/74 (Mar)<sup>333</sup>**

Visto pela última vez no Natal de 1973, antes do ataque das F. A.<sup>334</sup>

Pouco se sabe sobre as atividades de Cilon Cunha Brum – *Simão ou Comprido* – durante o tempo em que combateu no Araguaia. Os depoimentos mais significativos, geralmente, advêm dos moradores que reconhecem nele, assim como nos outros, muito mais que um guerrilheiro. Segundo eles, “Simão era

<sup>330</sup> Depoimento de João Amazonas na Câmara dos Deputados In: *Guerrilha do Araguaia. Uma epopeia pela liberdade*. Vários autores. . São Paulo: Anita Garibaldi, 4<sup>a</sup> Ed, 2004. Pág. 51.

<sup>331</sup> ALVES, Myriam Luiz. *O Araguaia e a memória nacional*. Disponível em:[http://www.guerrilhadoaraguaia.com.br/\\_down/pesquisas/leoes.pdf](http://www.guerrilhadoaraguaia.com.br/_down/pesquisas/leoes.pdf) Acesso em: 7 fevereiro 2006.

<sup>332</sup> Idem.

<sup>333</sup> Relatório da Marinha.

<sup>334</sup> Dados extraídos da pesquisa de Myriam Luiz Alves.

um bom e grande amigo da população do lugar.”<sup>335</sup> Os relatos mais precisos a seu respeito, neste período, vêm de *Zezim*, codinome do guerrilheiro Michéas Gomes de Almeida, que conviveu com ele no destacamento B. Ele contou que, durante a deflagração da guerrilha, “*Cilon sofreu uma crise depressiva que preocupou os companheiros. Ele não queria sair da região, mas recusava-se a lutar. A crise foi superada*”.<sup>336</sup> O historiador Romualdo Pessoa Campos Filho sintetizou a fase mais crítica, que culminou com o desaparecimento dos três – Paulo, Bronca e Cilon – dos quatro combatentes gaúchos vivos na terceira campanha:

(...) a CM decidiu juntar os três destacamentos sob seu comando, formando uma única força (...). No dia 25 de dezembro, o Exército cercou o acampamento apoiado por helicópteros e um avião – desse ataque resultou a queda da Comissão Militar. Não se sabe quantos morreram ou foram feitos prisioneiros, mas, nas redondezas do acampamento, havia em torno de 25 pessoas.<sup>337</sup>

Todavia o relatório Arroyo dá conta da participação de *Simão*, em momento anterior a este episódio, quando “*No dia 27 (novembro de 1973), observa-se crescente pressão do inimigo. Na manhã do dia seguinte, decidiu-se enviar Mané e Chica para apanhar Simão e Ivo (...)*.”<sup>338</sup> Conta-se que, depois desse período, *Simão* foi feito prisioneiro, e que, durante mais de dois meses, tenha servido ao Exército tanto dentro – bombeando água – quanto fora – nos “passeios” à mata – na base de Xambioá, quando ele “(...) *andava solto pela base das Forças Armadas montada nos arredores da cidade. Sem algemas, mas vigiado.*

<sup>335</sup> Relatos de vários moradores da região do conflito, que preferem não se identificar, durante a viagem de pesquisa da autora da dissertação à região do conflito, em julho de 2004.

<sup>336</sup> Segundo depoimento de Michéas Gomes de Almeida a Romualdo Pessoa Campos Filho.

<sup>337</sup> CAMPOS FILHO, Romualdo P. *Guerrilha do Araguaia: A Esquerda em Armas*. Goiânia: UFG, 1997. Pág 150.

<sup>338</sup> Depoimento de João Amazonas na Câmara dos Deputados. In: Vários autores. *Guerrilha do Araguaia. Uma epopéia pela liberdade*. 4. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2004. p. 85.

*Bombeava água para o acampamento por ordem dos comandantes.*<sup>339</sup> Havia a suspeita de que *Simão* fosse o responsável pela morte de um militar – o cabo Rosa – e que ele, certamente, seria vingado pelo irmão deste, o Adolfo, também militar na base, o que, segundo ele, não ocorreu. Porém, “(...) *Um dia, ao voltar de uma missão, Adolfo percebe a ausência do preso. Alguém diz que foi levado para Brasília. Mentira. Simão, indefeso, foi morto na mata.*”<sup>340</sup> Assim se encerrou, de maneira covarde, a curta vida do sepeense Cilon, na distante selva do Araguaia.

### **3.7. José Huberto Bronca / Fogoió – 13/março/74 (Mar)<sup>341</sup>**

*Comissão Militar, parte da guarda. Visto pela última vez no Natal de 1973.*<sup>342</sup>

A vida simples, porém honesta, levada por José Huberto - Zeca, Zequinha ou *Fogoió* – dentro da mata, foi, ao que parece, conflituosa. A saída às pressas para dentro da selva, sem a devida preparação psicológica, certamente provocou nele as alterações de humor e insegurança descritos no relatório Arroyo. Vale ressaltar que, após o período de clandestinidade, vivendo em uma situação de extrema precariedade, às escondidas, entre o Rio de Janeiro e São Paulo, longe do conforto do lar em Porto Alegre, em meio à “liberdade” na região do Araguaia, mesmo em condições humildes, provavelmente significou a redenção depois de um longo e tenebroso período de obscurantismo político e social.

<sup>339</sup> MORAIS, Taís e SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo: Geração Editorial, 2005. Pág. 486.

<sup>340</sup> Idem.

<sup>341</sup> Relatório da Marinha.

Dados extraídos da pesquisa de Myriam Luiz Alves disponível pela página eletrônica: [www.guerrilhadoaraguaia.com.br](http://www.guerrilhadoaraguaia.com.br) acessado dia 12/01/06.

<sup>342</sup> Idem.

Em meio ao povo da região, conversando durante as vendas de produtos da farmácia, Bronca certamente pôde praticar, com liberdade, aquilo que mais sabia e fazia com gosto: ativar sua capacidade de eloquência - como relatou um depoente no capítulo 2 - e, durante os treinamentos sigilosos na mata, exercitar o conhecimento mecânico nas precárias armas do grupo, tornando-se conhecido também como armeiro. Assim, talvez, desligado bruscamente dessas duas grandes habilidades, possamos compreender os conflitos e angústias, dos quais destacou Arroyo, que se encerraram na cabeça de Bronca.

Bronca pertenceu, como vice-comandante, aos quadros do destacamento B que tinha como comandante o temido guerrilheiro Osvaldo Orlando da Costa, o *Osvaldão*. No início dos ataques, quando se iniciou a primeira campanha, ambos mantiveram a lucidez necessária para recuarem para os refúgios improvisados, evitando que houvesse confronto direto com as forças inimigas. Usaram os conceitos básicos da guerra de guerrilha, evitar o ataque frontal,<sup>343</sup> que impediram perdas significativas de combatentes e de munição. Ambos, com os conhecimentos que tinham sobre guerrilha, fizeram jus aos investimentos do Partido na sua preparação, nos anos anteriores à deflagração deste conflito, em cursos teóricos e práticos no exterior sobre armamento e guerra de guerrilha.<sup>344</sup>

---

<sup>343</sup> “Morde e foge, espera, espreita, volta a morder e fugir e assim, sucessivamente, sem dar descanso ao inimigo. Há em tudo isso, segundo pode parecer, uma atitude negativa. Esta atitude de retirada, de não travar combates frontais, está em consonância com a estratégia geral da guerra de guerrilhas que, no que concerne a seu objetivo final, é igual a qualquer guerra: alcançar a vitória, aniquilar o inimigo” In: GUEVARA, Ernesto Che. *A Guerra de Guerrilhas*. Havana: Futuro 1961. pág. 23.

<sup>344</sup> José Huberto Bronca e Osvaldo Orlando da Costa fizeram cursos teóricos e práticos na China em 1964 e 1965, respectivamente. *Osvaldão* cursou até o 3º ano de Engenharia de Minas, em Praga, na Tchecoslováquia, onde viveu alguns anos.

Num período posterior, Osvaldão passou a integrar a CM e Zeca assumiu o comando do destacamento B. Neste momento o relatório registrou o conflito de Bronca, já mencionado anteriormente, assim sintetizado: “*surgiu um sério atrito entre o vice-comandante Zeca e os demais membros do destacamento. Zeca, irritado, insultou muitos companheiros e acabou dizendo que ia se demitir do cargo. Ele não tinha nenhuma razão e, com isso, perdeu a autoridade.*”<sup>345</sup> Já os relatos de Michéas Gomes de Almeida revelam um problema de outra ordem, pois afirmam que “*Fogoió, assumiu o comando do B, quando Osvaldo passou a integrar a CM. Nesta mesma época, Bronca teria sofrido uma crise de depressão*”.<sup>346</sup>

Logo após a emboscada, que culminou com as mortes de Juca, Flávio e Gil durante o início da segunda campanha, em 30 de setembro de 1972, a CM reuniu forças para sanar a situação conflituosa que havia sido criado com a crise de Zeca. Segundo o relatório Arroyo: “(...) A CM discutiu a situação criada pelo vice-comandante do B e decidiu retirá-lo do cargo e incorporá-lo à guarda da CM (como vice-comandante). Indicou Simão no lugar de Zeca no B.”<sup>347</sup> Ficou, mesmo depois da situação de intranqüilidade instalada pelo conflito, o indício de que a CM pôde confiar na habilidade e no preparo político de Zeca, aproveitando-o para a guarda da CM.

<sup>345</sup> Relatório sobre a luta no Araguaia. In: *Guerrilha do Araguaia. Uma epopéia pela liberdade*. Vários autores. São Paulo: Anita Garibaldi, 4. ed, 2004, pág. 76.

<sup>346</sup> Segundo pesquisas de ALVES, Myriam Luiz e MORAIS, Taís. Disponível em: <[http://www.guerrillhadoaraguaia.com.br/\\_htm/guer33.htm](http://www.guerrillhadoaraguaia.com.br/_htm/guer33.htm)> Acesso em: 8 de fevereiro de 2006.

<sup>347</sup> Relatório sobre a luta no Araguaia. Deputados In: Vários autores. *Guerrilha do Araguaia. Uma epopéia pela liberdade*. 4<sup>a</sup> ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2004. Pág. 77.

Depois disso, a referência feita no relatório Arroyo sobre Zeca desapareceu, pois, Zeca esteve incluído nas ações e movimentações da CM, da qual naquele momento ele ocupava o posto de guarda, até a emboscada que ficou conhecida como “grupo do natal” na qual morreram muitos guerrilheiros e presos outros, entre os quais Zeca.

No período anterior a este fato, em novembro de 1973, a CM decidiu, após balanço da situação da forças guerrilheiras até então, unificar os três destacamentos. A CM avaliou equivocadamente que “*a ofensiva do inimigo não era tão grande, aparecia com pouca força*”<sup>348</sup>. Depois disso, o que se sabe é que “*No dia 25 de dezembro, o Exército cercou o acampamento apoiado por helicópteros e um avião - desse ataque resultou a queda da Comissão Militar*”<sup>349</sup>. Registra-se aí o desaparecimento de Zeca, pois se sabe que ele estava presente no local em que houve o ataque:

Os membros da CM e sua guarda ficaram num ponto mais alto do terreno, e os demais ficaram na parte de baixo. Na hora do tiroteio, havia 15 componentes no acampamento: Mario, Paulo, Pedro, Joca, Tuca, Dina (com febre), na parte alta; embaixo: Zeca. Lourival, Doca e Raul (estavam ralando coco babaçu para comer) Lia e Lauro faziam guarda. Osvaldo e Batista realizavam a camuflagem.<sup>350</sup>

Depois disso, o que se soube, durante muito tempo, sobre o paradeiro de Zeca, foram declarações espaçadas e evasivas de moradores e militares. Foram “histórias” desencontradas que levantavam indícios de que ele teria sido aprisionado e três meses depois executado pelos militares, porém, a descrição

<sup>348</sup> Idem, pág. 82.

<sup>349</sup> CAMPOS FILHO, Romualdo P. *Guerrilha do Araguaia: A Esquerda em Armas*. Goiânia: UFG, 1997. Pág.152.

<sup>350</sup> Relatório sobre a luta no Araguaia. Deputados In: *Guerrilha do Araguaia. Uma epopéia pela liberdade*. Vários autores. São Paulo: Anita Garibaldi, 4. ed. , 2004. Pág. 85.

sobre estes últimos momentos da vida de Bronca por um jornalista ganhou veracidade ao apresentar aspectos significativos que identificaram Bronca.

Sabe-se também como foi capturado Zeca Fogoió, o último sobrevivente da comissão militar da guerrilha: no início de janeiro, ele se acercou da casa de um camponês e lhe pediu água, comida e chão para pousar. Recebeu água e sentou-se num toco à beira de um mandiocal. O menino da casa foi mandado à fazenda onde estava o comando das patrulhas do lugar. Rendido, o guerrilheiro pediu: “Doutor, não vai me matar”. Tinha o corpo coberto por ulcerações de picadas de mosquito e desnutrição. Numa mochila de aniação, carregava carne de macaco e mandioca. Identificou-se como José Huberto Bronca. Quando o helicóptero chegou, trazendo sargentos do CIE, um deles esclareceu: “Que Bronca coisa nenhuma, esse é o Fogoió.”<sup>351</sup> Segundo registros da Marinha, ele morreu em 13 de março de 1974.<sup>352</sup>

Provavelmente, a execução após o aprisionamento tenha sido o fim do mecânico gaúcho, que doou grande parte de sua vida para o Partido. O relato acima aponta para indícios de que Zeca e outros, como Simão, tenham sido executados após a prisão.

### **3.10. Paulo Mendes Rodrigues/ Paulo – sem data de morte nos relatórios das Forças Armadas**

*Comandante do Destacamento C até integrar-se ao Destacamento da Guarda da Comissão Militar. Teria sido morto, segundo o Jornal do Brasil de 23/ e 24/08/92, em 25 de dezembro de 1973, com Maurício Grabois, Guilherme Lund Luis e Gilberto Olímpio , em operação comandada pelo Major Curió.*<sup>353</sup>

A popularidade e a responsabilidade de comandante delegada ao gaúcho *Paulo* – assim como a *Juca* – possibilitou que muitas declarações a seu respeito fossem narradas, tanto pelo relatório Arroyo quanto pelos depoimentos de moradores e guerrilheiros sobreviventes ao intento da Guerrilha. Os guerrilheiros

<sup>351</sup> Segundo o jornalista Élio Gaspari - na obra *A Ditadura escancarada* (2002) – este relato partiu de um oficial combatente do Araguaia que o autor preferiu “manter reservado”, em fevereiro de 2001.

<sup>352</sup> GASPARI, Élio. *A ditadura escancarada – as ilusões armadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. Pág. 455.

<sup>353</sup> Dados extraídos da pesquisa de Myriam Luiz Alves.

que, por necessidade, se dedicaram a auxiliar a população em serviços relacionados à cura de enfermidades e moléstias, muito comuns na região, como trabalhos relacionados à ginecologia e obstetrícia, receberam da população a eterna e grata lembrança, como destacou o relatório Arroyo durante análise em fins da segunda campanha.<sup>354</sup> Antes disso, há muitas narrativas que dão conta da movimentação e das (des) orientações do destacamento C, comandado pelo gaúcho *Paulo*, que culminaram com a queda de vários combatentes, entre os quais *Juca*. Depois do ataque das Forças Armadas, o Exército “*procurou apresentar os guerrilheiros como marginais, terroristas, assaltantes de bancos, maconheiros etc.*”<sup>355</sup> Os destacamentos A e B, conforme orientação, “*retiraram-se em ordem para as áreas de refúgio*”.<sup>356</sup> Mesmo evitando o combate frontal, houve trocas de tiros com registro de mortes do inimigo. Após uma reunião da CM, foram tomadas providências que visaram a esclarecer à população daqueles lugarejos o sentido da luta, através de informes.

Enquanto os destacamentos A e B protegeram-se, mesmo sob grandes dificuldades de abastecimento, em refúgios à espreita do melhor momento para se voltarem às massas, o que surtiu efeito bastante positivo, o destacamento C “*apresentou alguns problemas mais sérios. Em abril, o destacamento já havia abandonado a área do rio Caiano, onde atuara, e se concentrara numa área da*

<sup>354</sup> “(...) Os guerrilheiros, todos eles, eram bastante estimados pela massa. Os de maior prestígio eram Osvaldo e Dina. Logo depois vinham: Sônia (Lúcia Maria da Silva), Piauí (Nelson Lima Piauí Dourado), Nelito, Zé Carlos (do A); Amauri, Maria Dina (Dinaelza Santana Coqueiro) (do B); Mundico (do C); Joca (Giancarlo Castiglia) (do CM) e Paulo.” In: Relatório sobre a luta no Araguaia: Ângelo Arroyo. *Guerrilha do Araguaia: uma epopéia pela liberdade*. Vários autores. São Paulo: Anita Garibaldi, 4<sup>a</sup> edição, 2004. Pág. 79.

<sup>355</sup> Idem, pág. 72.

<sup>356</sup> Idem, pág.73.

*mata, mas onde o pessoal era recente, não conhecia bem a região (...).<sup>357</sup>* A maior dificuldade enfrentada por *Paulo* foi a desorientação do grupo. Na Guerrilha, assim como em qualquer guerra, dificilmente se pode, de fora, avaliar a maneira como cada um poderá agir. O extenso período de “equívocos militares” cometidos pelo destacamento do comandante *Paulo* pode ser compreendido pelas ações e reações de diversos militantes diante das sucessivas perdas e permanente insegurança na qual viveram como descreveu, em recente entrevista, a guerrilheira sobrevivente do destacamento C, *Lucia* – codinome de Luzia Reis Ribeiro.

Cada um dos militantes teve uma reação. Houve um militante que não agüentava o barulho do avião, do helicóptero atirando, jogava-se ao chão gritando. Eu não tinha noção do perigo, só fomos compreender a guerra nela mesma, uma questão de sobrevivência. Eu ia lavar os mantimentos à noite, sem preocupação, lavando as coisas no riacho. Não tinha formação militar, não sabia o que era uma guerra, muita inexperiência, alguns recém-chegados estavam na mesma situação. Daqui a pouco, um companheiro aparecia e falava: “largue tudo, senão você pode ser morta, Lúcia”. Aí o pessoal disse: “Está vendo, você tem mais de duas, três horas lavando vasilhames e roupa”. Queria lavar tudo, só não lavava a rede, porque demorava a enxugar e tinha que levá-la na marcha, e como estava molhada ela pesava. Aprendi já na guerra a ser atenta e mais ágil.<sup>358</sup>

Do mesmo modo, mesmo sob divergências irreconciliáveis na condução das decisões tomadas pelo comandante do destacamento C, *Domingos* – codinome de Dower Cavalcante – após sobreviver ao conflito e refletir sobre a experiência da Guerrilha, expressou sua posição: “*O terreno e o povo deram vida à guerrilha e, fundamentalmente por isso, ela sobreviveu. No mais, cometeu erros. Não fez acertadamente a comunhão da política com a guerra. Havia uma*

---

<sup>357</sup> Idem.

<sup>358</sup> Entrevista de Luzia Reis Ribeiro à jornalista Andréa Cristiana Santos em Salvador, dezembro de 1999. Disponível em: <[http://www.guerrilhadoaraguaia.com.br/\\_down/guer/lrr1.pdf](http://www.guerrilhadoaraguaia.com.br/_down/guer/lrr1.pdf)> Acesso em 14 de abril de 2005.

*inexperiência do Partido em combates armados (...).<sup>359</sup> Finaliza a acurada crítica, após análise de todos os erros que culminaram na derrota da guerrilha: “Hoje há quem culpe a guerrilha por esta ofensiva, desorganizando o Partido. Quem pensa assim não comprehende que toda a nova forma de luta que traz em si novos perigos e novos sacrifícios, ‘desorganiza’ inevitavelmente as organizações não preparadas para ela.”<sup>360</sup>*

Estas narrativas são importantes para demonstrar que, embora *Paulo* tivesse feito treinamento na China, com Osvaldo e outros, e tenha participado de uma tentativa frustrada de implantação de uma guerrilha em Mato Grosso, faltou-lhe a experiência prática, de fato, para o enfrentamento concreto em um conflito armado. Desta falta de experiência, as decisões tomadas pelo comandante resultaram num longo período de incomunicabilidade, tanto com a CM quanto com os outros dois destacamentos, impondo para a CM a necessidade da criação de mecanismos que reatassem o contato então perdido. Do mesmo modo, a decisão da junção e dispersão em três grupos, a procura por contato com a massa revelou-se uma estratégia desastrosa. Ao depositarem excessiva confiança na massa, sem dimensionar os agravantes que a presença do Exército proporcionou à população, além do medo e da tortura, pagamentos e distribuição de benefícios por cada guerrilheiro entregue, perderam-se, no primeiro momento *Domingos, Lúcia e Miguel*, presos pelo Exército.

<sup>359</sup> O ESTUDO DA REALIDADE E O DOMÍNIO DA GUERRA. Disponível em: <[http://www.guerrilhadoaraguaia.com.br/\\_down/dower.pdf](http://www.guerrilhadoaraguaia.com.br/_down/dower.pdf)> Acesso em: 9 de fevereiro de 2006.

<sup>360</sup> Idem In: GUEVARA, Ernesto Che. *Guerra de guerrilhas: um método*. In: Obras Escogidas. Habana, Editorial de Ciéncia Sociales, 1985. Pág.169.

Sem atentar completamente para os perigos dos contatos com a massa havia se transformado. *Paulo*, em outra situação de confiança exacerbada, marcou um ponto com um morador, antigo conhecido seu, e lhe pediu uma encomenda de fumo para que fosse entregue em data posterior, contrariando advertências recebidas sobre estes encontros, como enfatizou um morador da região.

Então eu falei pra o *Paulo*: “Não... é bom vocês não cumprir com essa tarefa, um outro dia a gente... deixa passar isso”, e o companheiro não obedeceu o meu aviso, seguiu. No outro dia de manhã, eu tinha precisão de vir no Patrimônio, onde justamente a gente tinha contato para comprar alguma coisa, saiu eu, mais a *Neuza* e o menino (...), quando na hora que nós vamos atravessando o igarapé, nós escutamos a rajada de metralhadora, três em seguida, justamente onde o *Paulo* tinha dito que era o encontro com o companheiro que tava... se comprometeu de fazer o pedido de compra que eles tinham feito.<sup>361</sup>

Deste episódio saiu morto *Jorge* – Bérgson Gurjão Farias - e perderam-se duas armas. Depois de sucessivas falhas, a CM enviou um grupo ao encontro do C, no qual a maioria tombou durante tal tentativa, chefiado por *Juca*. Ao final da segunda campanha, as baixas entre as forças guerrilheiras foram as seguintes: “(...) no destacamento A, *Helenira*; no B, *Flávio* e *Gil*; no C, *Cazuza*, *Vitor*, *Antonio* e *Zé Francisco*: na CM, *Juca*.<sup>362</sup> Das oito mortes ocorridas neste período, sete, exceto a de *Helenira*, estavam ligadas diretamente às falhas cometidas pelo C.

Somente em janeiro de 1973, durante a trégua ao final da segunda campanha, foi possível que a CM mantivesse, finalmente, o contato com o destacamento C. Após a retomada dos contatos com o C, a atuação dos combatentes e os problemas enfrentados foram discutidos e avaliados pela CM

<sup>361</sup> Entrevista com Amaro Lins, lavrador em São Geraldo-PA, concedida a Romualdo Pessoa C. Filho em São Geraldo, em 26 de fevereiro de 1996.

<sup>362</sup> Relatório sobre a luta no Araguaia. Deputados In: Vários autores. *Guerrilha do Araguaia. Uma epopéia pela liberdade*. 4. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2004. Pág. 77.

em uma reunião com membros do B e *Paulo*. E, entre muitas deliberações, foi tomada a seguinte decisão: “*colocar Paulo como membro da CM e fundir os destacamentos B e C. O destacamento B deslocou-se para fazer a fusão. A CM, porém, decidiu manter os dois destacamentos separados, procedendo à reorganização do C (...).*”<sup>363</sup> Registra-se neste momento, entre as medidas da CM, a edição de materiais de propaganda à população. Também foram tomadas medidas de segurança que, após várias quedas, visavam a dar melhor segurança aos guerrilheiros no contato direto com massas: evitar os erros cometidos pelo C, entre outras. Apesar do que o momento requereu, um contato maior com as massas se mostrou necessário para a sobrevivência de todos, mas seguindo as orientações de segurança, estabelecidas.

No período posterior, ao final da terceira campanha, depois de várias ações e mudanças ante a intensificação do cerco das Forças Armadas, e sucessivas baixas, “desaparecimentos” e delações, em meados do mês de dezembro “*dia 14, toda a força se juntou novamente. Eram 28(...).*”<sup>364</sup> Depois disso, o fato mais marcante foi o ataque do dia 25, no qual *Paulo*, que está até hoje desaparecido, estava presente. Soube-se, algum tempo depois, através de relatos, que seu *desaparecimento* transformara-se em “certeza” do pior: a morte.

(...) vi também o Dr. Paulo. Esse eu enfrentei a polícia e fui ver, porque ele tinha sido meu médico, e eu respeito muito quando uma pessoa tem uma posição, e foi uma pessoa que lutou muito pela saúde das crianças, da comunidade, das mulheres grávidas. Eu fui, porque minha salvação foi ele. Fui lá em Xambioá vê-lo morto. Da cintura pr'os pés ele não tinha carne, ou melhor, não tinha couro. Tava tudo em chagas (...).<sup>365</sup>

<sup>363</sup> Idem, pág. 78.

<sup>364</sup> Idem, pág. 84.

<sup>365</sup> Entrevista com D. Domingas (Moradora de São Geraldo durante a Guerrilha do Araguaia) Araguaína. Concedida a Romualdo Pessoa em julho de 1992.

Assim evidencia-se, apesar da ausência do corpo para comprovação, o fim da vida do “enigmático” economista gaúcho que, na região do Araguaia, transformou-se em fazendeiro, médico, e por fim, comandante e guerrilheiro desaparecido – assim como a grande maioria deles – nas matas verdejantes do Araguaia, que tanto amou. Somente a morte, de forma traiçoeira, rendeu e calou Paulo Mendes Rodrigues.

### **3.11. A Caravana dos familiares (1980)**

Após a anistia, e com o sentimento que vigorava em favor do resgate e descoberta dos crimes cometidos no período ditatorial, um grupo de familiares, organizado pelos movimentos de Anistia do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Ceará, Pará e Espírito Santo, rumou para a região do conflito, em fins de outubro e início do mês de novembro, acompanhado de parlamentares, jornalistas e religiosos, compromissados com as causas da democracia. Esta “visita” à região do conflito contou com um forte apoio do Comitê de Anistia de Belém do Pará, sobretudo do advogado representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Paulo Fonteles. Como autêntico militante da questão agrária, Fonteles demonstrou, naquela ocasião, ser um grande conhedor da vasta região onde transcorreria o conflito do Araguaia, como enfatizou um dos familiares após a viagem.

Paulo, como era por nós chamado carinhosamente, foi o nosso *cicerone*, guia e também segurança. Conhecia mais do que ninguém todas as áreas que percorremos, demonstrando, que já havia transitado antes ali,

pois trabalhava como advogado dos trabalhadores rurais, defendendo-os nos conflitos com os grileiros do sul do Pará.<sup>366</sup>

Desse modo, Fonteles ajudou os familiares a trilhar um caminho perigoso e doloroso: um encontro com relatos que, infelizmente, levantavam indícios de que a maioria dos parentes daqueles que ali estavam, foram mortos em combates e/ou presos e executados na prisão. Seus paradeiros, poucos moradores arriscaram a revelar. Sabia-se que muitos haviam sido enterrados pela redondeza e que outros foram decapitados e/ou tiveram os corpos abandonados na mata. Quanto ao rompimento da lei do silêncio que imperou durante vários anos entre os moradores, a Caravana foi um sucesso. Muito embora acometida por situações de perigo e intimidações constantes, o povo falou, se emocionou, e teve compaixão daqueles familiares que procuravam por notícias das pessoas que eles tanto conheceram e em quem aprenderam a confiar e admirar. Assim, as narrativas dos moradores à Caravana levaram Fonteles a concluir que o povo, de uma maneira ou de outra, esteve ligado à Guerrilha devido à intensa coerção a que foram submetidos muitos homens e mulheres daqueles lugarejos. Sintetizou seu pensamento a respeito da seguinte maneira:

A Guerrilha do Araguaia é o repositório mais importante da luta armada do povo brasileiro pela sua libertação. Confirmou que esta luta é viável para combater o regime tirânico em nosso país. Pouco mais de meia centena de revolucionários, com apoio e participação das massas, foram capazes de enfrentar, durante quase três anos, o Exército, a Marinha, a Aeronáutica, o diabo.<sup>367</sup>

<sup>366</sup> ANTERO, Luiz Carlos. *Araguaia, da liberdade guardiã*. Depoimento de Noélia Ribeiro. Deputados In: *Guerrilha do Araguaia. Uma epopéia pela liberdade*. Vários autores. 4<sup>a</sup> ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2004. Pág. 24.

<sup>367</sup> ANTERO, Luiz Carlos. *Guerrilha do Araguaia. Uma epopéia pela liberdade*. In: *Araguaia: Da liberdade guardiã*. Vários autores 4<sup>a</sup> ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2004. Pág. 26.

### 3.12. A sentença judicial de 30 de junho de 2003

30 de junho de 2003 foi uma data importante para os familiares, a maioria da segunda geração, dos desaparecidos políticos no Araguaia. Em Brasília, a juíza Solange Salgado determinou que a União prestasse informações sobre as operações militares realizadas na região do Araguaia e que culminaram com as mortes e os desaparecimentos de muitos guerrilheiros que lá estiveram. Sua sentença foi baseada em muitas evidências, materiais inclusive, arroladas ao processo durante mais de 20 anos. Neste processo judicial, somaram-se: depoimentos de guerrilheiros sobreviventes do conflito e de moradores e informações jornalísticas que revelaram existência do conflito e de prisioneiros capturados com vida, que deixaram clara a existência de torturas e execuções sumárias durante o conflito.

Ficou evidente no texto da sentença que a juíza estava convencida de que o Estado lá esteve e que torturou, matou e ocultou cadáveres de outros brasileiros. Veja-se o item 1 da Ementa proferido pela juíza:

Possibilidade jurídica do pedido dos familiares das vítimas reconhecida por decisão do TRF/1<sup>a</sup> R. Pretensão dos Autores restritas à indicação, pela Ré, do local de sepultamento. Documentos de valiosos conteúdos probatórios. *Caso presumível prática do delito de desaparecimento forçado ou involuntário de pessoas que participaram da Guerrilha do Araguaia.*<sup>368</sup>

O texto geral da sentença baseia-se em Tratados Internacionais, Direito Internacional, e nos direitos fundamentais, garantidos na Constituição Federal. Assim, podemos concluir que os crimes cometidos pelo Estado brasileiro durante o conflito do Araguaia estão arrolados, além da própria Constituição, em Tratados,

---

<sup>368</sup> Grifos da autora da dissertação.

como a Convenção de Genebra<sup>369</sup> e o Pacto de San José.<sup>370</sup> Assim, tanto a Convenção de Genebra quanto o Pacto de San José da Costa Rica, prevêem o tratamento humanitário, ausentes no que tange aos guerrilheiros do Araguaia, aos prisioneiros de guerra.

A Convenção de Genebra, em seus artigos 12 a 14, enfatiza que os prisioneiros devem ser tratados com humanidade, sendo proibidos os atentados contra a vida, a integridade física, e em especial, os homicídios, as mutilações, os maus tratos, as torturas e os suplícios, além do tratamento humilhante e degradante e as execuções sem o devido juízo. A sentença, assim sendo, enfatizou:

Todo o Estado está obrigado a respeitar o direito à vida e à integridade física de seus cidadãos, para falar apenas dos mais fundamentais. Se assim não o fosse, qual seria o propósito da existência do Estado? Existiria ele para o seu próprio regozijo? Deteria ele a faculdade de exterminar sumariamente seus próprios cidadãos, ou aqueles que lhe desagradassem quando bem lhe conviesse.<sup>371</sup>

A mesma Convenção prevê também socorro e assistência aos feridos e enfermos, bem como o acompanhamento por organismos internacionais, como o Comitê Internacional da Cruz Vermelha. Prevê ainda punição para qualquer ato ilícito ou omissão por parte do Estado que resulte na morte ou grave perigo à

---

<sup>369</sup> III Convenção de Genebra de 12 de Agosto de 1949 – Tratamento aos prisioneiros de guerra. Aprovado em 12 de agosto de 1949 pela Conferência Diplomática para a elaboração de Convenções Internacionais, destinadas a proteger as vítimas de guerra, aprovada em Genebra, em 12 de agosto de 1949. Entrada em vigor: 21 de outubro de 1950.

<sup>370</sup> Convenção Americana de Direitos Humanos (1969) (Pacto de San José da Costa Rica) – Adotada e aberto à assinatura na Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos, em San José da Costa Rica, em 22 de novembro de 1969 e ratificada pelo Brasil em 25 de setembro de 1992.

<sup>371</sup> Da responsabilidade do Estado no desaparecimento Forçado de Pessoas, p. 12, sentença (307/2003) do processo 82.00.24682-5.

saúde de prisioneiros em seu poder. Os prisioneiros deverão ser protegidos a todo tempo contra atos de violência e intimidação, contra insultos e a curiosidade pública. Eles têm direito ao respeito de sua pessoa e de sua honra, além de saúde, segurança, alojamento adequado, alimentação, vestuário, higiene, assistência médica e religiosa, atividades intelectuais e físicas. O Estado deverá, ainda, se responsabilizar pelo controle dos óbitos. Assim, cabe ressaltar aspectos destacados na sentença nos itens 7-13 da Ementa:

1. Existência de prova inequívoca de que o Exército aprisionou e interrogou-as vítimas, negando informes a respeito do desaparecimento delas, fato a gerar sofrimento e angústia, além de um sentimento de insegurança, frustração e impotência perante a abstenção das autoridades públicas em investigar os fatos.
2. O direito a um sepultamento condigno constitui corolário do respeito aos mortos e está consagrado, no plano internacional, nos dispositivos das Convenções de Genebra, que integram o ordenamento jurídico do Direito Humanitário.
3. O Direito Internacional, à época dos confrontos na região do Araguaia, já continha normas relativas ao trato dos mortos em conflito armado, às quais estava obrigado o Estado Brasileiro, signatário das quatro Convenções de Genebra.
4. A entrega dos restos mortais das vítimas a seus familiares, a fim de que possam ser dignamente sepultados, e o fornecimento das informações sobre a morte, constituem providências capazes de dar cumprimento à obrigação estatal. Somada à dor da perda tem-se nesta demanda a angústia de conviverem os Autores com os efeitos do desaparecimento forçado dos entes queridos, o destino ignorado, a opressão de um silêncio fabricado.
5. O texto da Carta Política de 1988 retrai a ruptura com o regime autoritário, constituindo-se no marco jurídico da transição democrática e da institucionalização dos direitos humanos no Brasil, já que atribui aos direitos e garantias fundamentais relevância extraordinária. Assim, o valor da dignidade humana, içado ao posto de princípio fundamental da República Federativa do Brasil (art. 1º, inciso III) impõe-se como parâmetro a orientar o trabalho do intérprete do Direito e do aplicador da lei.
6. Os múltiplos direitos ofendidos pela prática do desaparecimento forçado, como o direito à vida e à integridade física, não podem ser reparados porque são, por natureza, não-restituíveis, razão de ser da ausência de postulação nesse sentido. Entretanto, os Autores podem ser contemplados com o direito à verdade dos fatos, aos restos mortais para um sepultamento digno, como medidas necessárias para que se dê o reconhecimento da dignidade inerente à pessoa humana.

Do mesmo modo, o Pacto de San José da Costa Rica, nos capítulos II e IV,

discorre sobre a liberdade pessoal e justiça social, referindo que toda pessoa tem direito à vida, protegida por lei desde a concepção, proibindo que se prive da vida arbitrariamente, tortura, penas de tratos cruéis, desumanos ou degradantes. Por isso a ênfase da sentença:

Contudo, por mais graves que possam ser certos delitos, e culpáveis os réus que os praticaram, não se pode admitir que o poder seja exercido sem limites. O genocídio dos indesejáveis é crime injustificável; não há estado de emergência, de exceção ou de suspensão de garantias individuais que o legitime. Nenhuma atividade do Estado pode ser exercida fundada no desprezo à dignidade da pessoa humana.<sup>372</sup>

O Pacto de San José supõe também tratamento com respeito devido à dignidade do ser humano, proibindo a privação da liberdade, exceto por causas e nas condições previamente fixadas pela constituição, detenção e encarceramento arbitrários, tendo direito o prisioneiro a ser encaminhado à presença de juiz e a ser julgado em prazo razoável<sup>373</sup>. Então, “*A prisão arbitrária, a prática de tortura, a execução sumária, a ocultação do cadáver, enfim, os atos que tipificam o delito de desaparecimento forçado de pessoas são atos ilícitos e tão lesivos à coletividade quanto o próprio movimento armado.*”<sup>374</sup>

Ainda de acordo com o documento internacional, tais garantias podem ser suspensas em caso de guerra, exceto as fundamentais, como a vida, integridade pessoal, por exemplo, mediante comunicação imediata aos outros Estados-partes da Convenção.<sup>375</sup> Assim, a mesma sentença argumentou que os autores:

Prosseguem alegando que seus familiares, integrantes da guerrilha e

---

<sup>372</sup> Idem, pág. 17.

<sup>373</sup> Idem. Capítulo II – Direitos civis e políticos: artigo 4º - Direito à vida; Art. 5º - Direito e integridade pessoal; Art. 7º - Direito à liberdade pessoal.

<sup>374</sup> Sentença, pág. 17.

<sup>375</sup> Capítulo IV – Suspensão de Garantias, Interpretação e Aplicação; Art: 27 – Suspensão de garantias.

membros do Partido Comunista do Brasil, foram capturados e/ou mortos quando resistiam à ação das forças militares destinada a sufocar o movimento, o que ocorreu entre 12 de abril de 1972 e janeiro de 1975.

Esclarecem que são desconhecidos os destinos de seus familiares, que presumem mortos, bem como é ignorada a localização de seus restos mortais.

Sustentam, contudo, que os mortos eram identificados pelo Exército antes de serem enterrados, que mantém arquivados os dados relativos à identificação e sepultamento dos mortos, compilados em um Relatório Oficial datado de janeiro de 1975, instruído com o nome e a qualificação de todos os guerrilheiros que participaram do movimento.

Entretanto, se ainda fosse necessário, haveria outras formas de proteção aos direitos dos prisioneiros de guerra feitos na Guerrilha do Araguaia: poderiam ser baseados, por exemplo, no Direito Internacional Humanitário – DIH – ou no Direito da Guerra, que protege os que participam ou deixaram de participar do conflito e restringe os meios de combate, vindo de longa data, sendo o marco do DIH moderno o ano de 1890. Atualmente, tem como fonte as quatro Convenções de Genebra. Neste caso quem fiscaliza é o CICV, ou Cruz Vermelha, criada em 1863, e o julgamento do Estado é feito pela Corte Internacional de Justiça e do indivíduo pelo Tribunal Penal Internacional. Existe também o Direito Internacional dos Direitos Humanos – DIDH – que atua em todas as ocasiões para proteger os direitos básicos da pessoa humana. Exige a responsabilização internacional do Estado e é fiscalizado pelas Cortes Internacionais, como a Corte Interamericana de Direitos Humanos, baseada no Pacto de San José da Costa Rica. Todavia, como o conflito ocorreu entre os anos de 1972 e 1975, vigorava no Brasil somente a Convenção de Genebra, ratificada em 1957. O Pacto de San José foi ratificado pelo Brasil somente em 1992, porém ambas as convenções tratam basicamente dos mesmos direitos fundamentais infringidos pelo Estado ditatorial brasileiro durante a Guerrilha do Araguaia. Naquele período, o país vivia sob um regime ditatorial. Geralmente, nestes casos, a constituição é praticamente

desconsiderada subjugando-se os direitos individuais e suprimiram-se os direitos fundamentais.

Trata-se de um delito entendido como violação múltipla e contínua de numerosos direitos reconhecidos. O fenômeno do desaparecimento é composto, *inter alia*, pela violação dos direitos à vida, à integridade pessoal, à liberdade e segurança pessoais, do direito a não ser detido ou preso arbitrariamente, a não ser submetido a torturas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, ao reconhecimento da personalidade jurídica perante a lei, do direito a um recurso eficaz perante os juízes ou tribunais nacionais, direito a um juízo independente e imparcial e ao devido processo legal.<sup>376</sup>

A ocultação de cadáveres e execução sumária de prisioneiros constituiu um desrespeito do Estado brasileiro à principal convenção para prisioneiros de guerra então existente, fato que foi narrado por diversos moradores que presenciaram e também foram vítimas das atrocidades cometidas contra os guerrilheiros e a população.

A Caravana terminou com a firme convicção de que muitos dos guerrilheiros foram capturados com vida, deslocados do ponto de sua prisão e então desapareceram (fl. 402); de que foram presos e torturados não apenas combatentes da guerrilha, mas também numerosos elementos da população que não participavam da guerrilha, tendo desaparecido muitos dos habitantes locais; de que foram violados e sonegados cadáveres, havendo inúmeras indicações de túmulos ocultos nas florestas.<sup>377</sup>

Muito embora as Forças Armadas não considerem as guerrilhas como uma guerra regular, o fato é que se envolveu efetivo militar, morreram combatentes dos dois lados e foram feitos prisioneiros de guerra. Assim, o posicionamento do Estado brasileiro, ainda que não reconheça sua participação em tal conflito, foi de desrespeito e desacato à Convenção de Genebra, provocando um processo de ruptura brusca e dolorosa em diversas famílias, culminando com “*a indefinição quanto ao paradeiro da vítima, gerada pelo desaparecimento forçado, priva os*

---

<sup>376</sup> Sentença Solange Salgado: *Da responsabilidade do Estado*, Pág.12.

<sup>377</sup> Sentença da juíza Solange Salgado (307/ 2003) sob número 82.00.2468-5.

familiares da proteção do direito. Eles têm sua vida transtornada, atormentada, sua integridade psíquica e moral agredida.”<sup>378</sup> Entretanto, o que se pleiteou na sentença não foi a punição por estes crimes, mas o resgate dos corpos, da história destas pessoas, de como elas foram mortas. Isso, certamente, com base na democracia atual, não pode ser negado. Essa angústia, à qual se referiu a sentença, vivida pelos familiares dos desaparecidos será abordado no próximo capítulo.

### **3.11. A imprensa e a Guerrilha**

Muito tempo se passou até que a imprensa tivesse, a exemplo das reportagens das bravas tentativas do jornal *Opinião*, em 1974, e *Movimento*, além do gaúcho *Coojornal*, conseguido escapar da censura e publicar matérias a respeito do episódio da Guerrilha. É preciso registrar que na fase do endurecimento mais brutal do regime, após a instalação do AI-5, no pós-70, época dos combates na mata, muitos jornalistas sabiam da existência do conflito, porém poucos ousaram divulgá-las. Após este período, a série de reportagens sobre a guerrilha do Araguaia, feitas pelo jornalista Fernando Portela no *Jornal da Tarde*, de São Paulo, deu origem ao livro intitulado *Guerra de Guerrilhas no Brasil*, em 1979. Apesar do título sugerir modelos de guerrilhas diferenciados de Guerrilha no Brasil, o escopo do trabalho de Portela foi essencialmente a experiência do Araguaia, inclusive com depoimentos de militares e guerrilheiros sobreviventes, como José Genuíno Neto, algo muito inovador para a época.

---

<sup>378</sup> Idem: *Do sofrimento das famílias*. Pág. 31.

Fernando Portela, inconscientemente, inaugurou uma face do jornalismo, diferente da existente no período ditatorial. Neste “novo jornalismo”, apareceram evidências que já apontavam para a execução e arbitrariedade excessiva no trato aos moradores e aos guerrilheiros. Depois disso, muitos anos se passaram até que, novamente, o assunto Araguaia ganhasse o gosto do jornalismo. Data de 1996 a série de reportagens do jornal *O Globo* que apresentou fotos inéditas reveladores de todo um ritual militar de identificação fotográfica dos guerrilheiros desaparecidos. Depois disso, o tema ganhou espaço, antes negado, nos principais veículos de comunicação do país. Na maioria, tais reportagens denunciavam o ocultamento dos cadáveres dos guerrilheiros ali desaparecidos, com afirmativas, principalmente, de militares de baixa patente e moradores que apontavam a existência de cemitérios clandestinos, “forçando” os órgãos do governo federal a se posicionar diante de tais evidências.

Apesar do posicionamento quase certo do então representante da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Nilmário Miranda, de que dificilmente seriam encontradas ossadas naquelas locais, pois argumentava-se que se carecia de exames “dificílimos”. O que se viu, porém, não foi tão constrangedor quanto se imaginava, *“pois, nas três expedições oficiais realizadas desde 1991, onze ossadas saíram da região, mas apenas a de Maria Lucia Petit foi reconhecido.”*<sup>379</sup>

Depois disso, muitas reportagens denunciaram como os militares mataram e ocultaram cadáveres de seus opositores. Dentre as mais significativas e que merecem destaque, citamos a série de reportagens, do jornalista Eumano Silva,

---

<sup>379</sup> ANTERO, Luiz Carlos. *Araguaia da liberdade guardiã. Guerrilha do Araguaia: uma epopéia pela liberdade*. 4. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2004. Pág. 30.

publicadas, a partir do segundo semestre de 2002, sobre o episódio da Guerrilha do Araguaia, depois da aquisição, pelo *Correio Brasiliense*, do acervo particular de um comandante do Exército que participou das operações de combate aos guerrilheiros do Araguaia. Tais reportagens revelaram o que já se “sabia”, nomes de agentes que participaram da repressão, além do detalhamento das operações militares: muitas fotos de mortos e de combates, depoimentos de guerrilheiros presos obtidos sob tortura, e também publicação de documentos considerados, ainda hoje, “secretos” ou “inexistentes”, e que levantaram fortes indícios da existência, nos arquivos militares, de uma farta documentação sobre o episódio do Araguaia, levando o jornalista a conquistar o prêmio *Esso regional Centro-Oeste* em 2003.

As reportagens também deram ênfase à angústia dos familiares dos desaparecidos neste conflito mediante longa e penosa luta pelo ajuizamento judicial de ação contra a União - impetrado em 1982 pelo advogado Luiz Eduardo Greenhalgh – que visava “*a indicação das sepulturas de seus parentes, lavratura dos atestados de óbitos e o translado dos corpos para um sepultamento digno.*”<sup>380</sup> Apesar da sentença da juíza (307/2003) contra a União e que determinou a quebra do manto de silêncio sobre as operações militares e seus participantes que culminaram com as mortes e/ou desaparecimento de guerrilheiros no Araguaia, determinando, sob penas de multa, o cumprimento de tais prerrogativas no prazo de sessenta dias, pouco ou nada foi feito a este respeito.

---

<sup>380</sup> Idem, pág. 31.

Em outubro de 2003, a União criou a Comissão Interministerial, formada pelos então ministros: José Dirceu (Casa Civil), Márcio Tomaz Bastos (Justiça), Nilmário Miranda (Direitos Humanos), José Viegas (Defesa) e Álvaro Ribeiro da Costa (AGU –Advocacia Geral da União) e sem representação dos familiares dos desaparecidos, para averiguar, no prazo de 180 dias os desaparecimentos dos guerrilheiros do Araguaia. O Prazo expirou e os familiares e a sociedade brasileira não receberam uma posição concreta sobre os trabalhos desta Comissão. Para gerar o Decreto 4.850, editado em 02/10/2003, que criou tal comissão, o governo Luiz Inácio Lula da Silva se apoiou em outro decreto presidencial, de nº 4.553, este editado em 27/12/2002, pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, que aumentou os prazos de sigilo de todas as categorias de documentos públicos, tais como reservado, confidencial, secreto, e ultra-secreto, atribuindo ainda aos arquivos considerados ultra-secretos que tivessem seus prazos aumentados indefinidamente. Não houve grandes avanços com a criação do Decreto de Lula e recentemente, no Arquivo Nacional de Brasília, onde foram disponibilizados os “arquivos sigilosos” não constam documentos referentes às operações “secretas” na região do Araguaia.

As ácidas críticas dos grupos de defesa de Direitos Humanos não foram poucas. Entre elas, a mais embasada foi aquela que apontou “*que seu dispositivo ampliava o número de autoridades com o poder de classificar os documentos como ‘ultra-secretos’ antes restrito aos presidentes da República, do Congresso, e do Supremo Tribunal Federal.*”<sup>381</sup>

---

<sup>381</sup> Idem, pág. 32.

Relegando a situação para o futuro, o governo atual, em atitude louvável, porém tardia, abreviou os prazos para a divulgação dos documentos considerados sigilosos “eternamente” para aqueles arquivos considerados secretos e ultra-secretos e tomou a sábia decisão de que o Estado brasileiro não mais recorreria nas instâncias superiores da sentença da juíza Solange Salgado. No entanto, o mais adequado para o governo brasileiro seria utilizar a importante oportunidade para se reconciliar com o passado recente do Brasil ao acatar a determinação da sentença judicial. Com tal atitude, o governo federal teria feito, a exemplo de outros países da América Latina “*vitimados pelas situações de ditadura e que estão revendo as leis casuísticas promulgadas que violaram – inclusive de modo sangrento – as liberdades democráticas e a soberania, em nome de sua ‘segurança nacional’*. Teríamos aí a melhor maneira de reconciliar uma Nação com sua História.”<sup>382</sup>

---

<sup>382</sup> Idem.

## CAPÍTULO 4: A GUERRA SILENCIADA VERSUS A VOZ DAS CARTAS

### 4.1. O silêncio após a guerra

O sigilo marcou a Guerrilha do Araguaia. Desde o início, tanto o Partido e os guerrilheiros ante suas famílias quanto os militares silenciaram sobre as ações secretas de cerco e aniquilamento impetradas pelas forças de repressão do Estado brasileiro. Isso contribuiu significativamente para que este episódio se tornasse quase desconhecido para as famílias dos envolvidos e para a sociedade brasileira que ainda, praticamente, desconhece os crimes e arbitrariedades cometidos durante o Regime Militar.

O desconhecimento dos fatos que envolviam seus entes queridos acometeu a maioria das famílias dos militantes que combateram no Araguaia. Havia, porém, algumas que tinham conhecimento de que seus familiares estavam inseridos no intento da luta armada empreendida pelo PC do B. O caso mais emblemático, para ilustrar essa situação, foi o da família de Alzira e Victória Lavínia Grabois - mãe e filha que, juntas, viram os homens da casa - Maurício e André Grabois e ainda Gilberto Olímpio Maria seguirem para uma região inóspita. Pelo que se sabe, havia uma ligação muito fraternal entre Vitória e Maurício Grabois, seu pai. Victória Grabois participou – como já foi referido anteriormente - de uma frustrada experiência de implantação da Guerrilha no interior do estado do Mato Grosso.

No início dos estudos, para viabilizar a Guerrilha, era necessário escolher uma região adequada para iniciar o movimento. Gilberto, Paulo, Osvaldão e eu fomos para o oeste de Mato Grosso. Gilberto e eu alugamos uma casa na cidade de Guiratinga. (...) Foi um momento muito rico em minha vida. No ano de 1965, eu estava com 21 anos, recém-casada e dona do meu próprio espaço. Trabalhei com a população local como professora e me tornei uma pessoa muito popular. Após oito

meses, o grupo se desfez e voltei para SP e fiquei grávida, não retornando mais àquela região.<sup>383</sup>

Pouco se conhece sobre os acontecimentos que culminaram com a morte da maioria dos guerrilheiros do Araguaia. Sabe-se, porém que houve morte dos dois lados e, segundo os indícios nos apontam, execuções após vários aprisionamentos. No dia 12 de abril de 1972, quando foram atacados os destacamentos A e C, os combates tiveram início. Era o começo da Guerrilha, que se estenderia até o final de 1974, como destacou o Relatório Arroyo:

Dia 12 de abril de 1972 iniciou-se a luta guerrilheira no Araguaia. Cerca de 20 mil soldados atacaram o “peazão” (principal PA – Ponto de Apoio – do destacamento A), seria **entrando** por São Domingos. Dia 14, uns 15 soldados atacaram o PA do Pau Preto (do Destacamento C), entrando por São Geraldo. Nos primeiros dias de abril, já alguns policiais andaram pelas áreas do Destacamento A e C à procura de informações sobre os “paulistas” (...).<sup>384</sup>

Os desdobramentos dos acontecimentos envolvendo o conflito que ficou conhecido como Guerrilha do Araguaia, permaneceu vivo e acirrou um acalorado debate dentro do Comitê Central do PC do B. Havia opiniões divergentes a respeito da experiência do Partido na região do Araguaia. Foi a partir desta experiência que o Relatório do dirigente Ângelo Arroyo – conhecido como Joaquim na região da disputa – passou a ser o documento do Partido que “esclarecia” as ações da Guerrilha dentro da mata, onde foi redigido. Sem condições de poder coletar melhor as informações, o Relatório apontou para caminhos que demonstram combates com guerrilheiros mortos, feridos e aprisionados.

---

<sup>383</sup> Depoimento de Victória Lavínia Grabois Olímpio, a Deusa Maria de Sousa, em 22 de outubro de 2005.

<sup>384</sup> Guerrilha do Araguaia – uma epopéia pela liberdade. Vários autores. In: Relatório Arroyo. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi. 4<sup>a</sup> edição: 2005, pág. 71.

O que se soube, durante muito tempo, sobre estes combates no interior das matas do Araguaia foi exclusividade das Forças Armadas, que, durante muito tempo, omitiram e negaram a existência de tal episódio. Durante muitas décadas, a história da Guerrilha do Araguaia passou a ser apenas um espetro que rondava as memórias dos familiares, materializado em gritos de palavras de ordem do PC do B durante as disputas das direções das entidades representativas – próprios da política estudantil – e nos eventos do Partido, entoados pela militância jovem que, na maioria dos casos, nem era nascida quando ocorreu o conflito. Afora a população local que foi protagonista desta “guerra” que se abateu sobre a região, poucos noticiários se arriscaram a comentar o que de fato ocorreu ali. Entretanto, houve alguns jornalistas que, através dos veículos de comunicação nos quais trabalhavam, publicaram as primeiras notícias que fizeram os familiares dos desaparecidos do Araguaia, aos poucos, tomar ciência do que poderia ter ocorrido com seus filhos.<sup>385</sup>

#### 4.2 A peregrinação da família Bronca em busca do “Zé”

Além dos periódicos, duas principais obras se detiveram exclusivamente sobre o tema, abordando-o de modo particular. Foi por meio destes dois livros que os familiares dos desaparecidos do Araguaia, especialmente a família Bronca,

---

<sup>385</sup> Coojornal de julho de 1978, *Em Tempo*, n. 60, *Movimento*, de 7 de julho de 1978 e de 5 a 11 de fevereiro de 1979, *Jornal da Tarde*, de São Paulo, de 13 de janeiro de 1979 (caderno dedicado exclusivamente), de 15 a 20 de janeiro e de 23 abril 1979, *Folha de São Paulo*, de 6 março de 1979: p. 5 e 6, de 20 de abril de 1979, p. 6, de 27 de maio 1979, p. 7 e 14, e *O Estado de S. Paulo*, de 13 de dezembro de 1978, p.7 e 15 março 1979. In: Primeira Petição Judicial dos Familiares dos Desaparecidos do Araguaia.

tiveram a convicção de que José Huberto esteve presente naquele conflito.<sup>386</sup>

Assim declarou Dona Ermelinda Mazzaferro Bronca, mãe de José Huberto, sobre este momento “(...) *tomamos conhecimento da participação de meu filho neste movimento pela Revista História Imediata.*”<sup>387</sup>

Essa informação, ainda que evasiva, foi suficiente para que a família Bronca tomasse a decisão de encontrar José Huberto. Seguindo estes vestígios, o filho mais moço, Carlos Huberto Bronca, embarcou para São Paulo, portando uma carta de apresentação emitida por Mila Cauduro – conhecida líder feminista pela Anistia no Rio Grande Sul – endereçada a Terezinha Zerbini – esposa de um militar cassado e assassinado durante o regime militar – articuladora do movimento pela Anistia em São Paulo. Nesta viagem, Carlos Huberto deparou-se pela primeira vez com outras famílias que viviam a mesma angústia que a sua. Este foi o segundo passo – o primeiro havia sido do patriarca.<sup>388</sup> A partir de então seria a matriarca, Dona Ermelinda, que travaria uma árdua e longa peregrinação em busca de informações que levassem ao paradeiro do filho José Huberto. Neste período, iniciaram-se as viagens de Dona Ermelinda, em companhia da filha Maria Helena Bronca, para São Paulo com o intuito de participarem das primeiras reuniões com outros familiares de desaparecidos políticos com o advogado, Dr. Luis Eduardo R. Greenhalgh, para impetrar processo judicial contra o Estado pela responsabilização dos desaparecimentos dos seus familiares. Este período

<sup>386</sup> DÓRIA, Palmério et ali. *História Imediata: A Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

<sup>387</sup> Depoimento de Ermelinda Mazzaferro Bronca, a Raquel Padilha de Silva, 1999. O exemplar desta revista a qual se referiu Dona Ermelinda lhe foi enviada pelos correios pelo então deputado Carlos Augusto de Souza.

<sup>388</sup> Antes deste período, o patriarca da família, Huberto Átneo Bronca, fez uma viagem, a exemplo do filho Carlos Huberto, a São Paulo, tendo prometido à esposa que retornaria trazendo o filho José Huberto consigo. Retornou algum tempo depois, sem o filho e sem informações sobre o seu paradeiro.

marcou também o surgimento, por meio das cartas trocadas com outras mães de desaparecidos, uma rede de informações, criada com base nestes universos de dor e de incertezas nos quais estavam mergulhados os familiares. Como afirmou Ângela de Castro Gomes (2004):

(...) a escrita de si assume a subjetividade de seu autor como dimensão integrante de sua linguagem, construindo sobre ela a 'sua' verdade. Ou seja, toda essa documentação de 'produção do eu' é entendida como marcada pela busca de um 'efeito de verdade' – como a literatura tem designado –, que se exprime pela primeira pessoa do singular e que traduz a intenção de revelar dimensões 'íntimas e profundas' do indivíduo que assume sua autoria (...).<sup>389</sup>

A família Bronca acompanhou atentamente os noticiários e posicionamentos que políticos e entidades começaram a tomar, a partir da Anistia de 1979. Muitas mães começaram a buscar nestas entidades, por meio de cartas e visitas, um caminho que pudessem levá-las ao governo federal. Com esse intuito, Dona Ermelinda escreveu uma carta ao presidente da OAB-SP, descrevendo-lhe sua ansiedade e sofrimento diante das incertezas envolvendo o desaparecimento de seu filho. Estas cartas demonstram um universo de sinceridade e assumem o espaço da transcendência do eu para o outro, evidenciando-se como *"Um tipo de texto em que a narrativa se faz de forma introspectiva, de maneira que nessa subjetividade se possa assentar sua autoridade, sua legitimidade como 'prova'. Assim, a autenticidade da escrita de si torna-se inseparável de sua sinceridade e de sua singularidade. (...)"*<sup>390</sup> como se pode constatar a seguir.

*Porto Alegre, 21 de maio de 1980.*

---

<sup>389</sup> GOMES, Ângela de Castro (org). *Escrita de si, escrita da história*. In: *A título de prólogo*. RJ: Ed. FGV, 2004. Pág. 14-15.

<sup>390</sup> Idem.

*Ilmo. Sr.*

*Dr. SEABRA FAGUNDES*

*DD. Presidente da O.A.B*

*Rio de Janeiro*

*Tem esta a finalidade de solicitar a V.S na condição de digno presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, que interceda junto ao Governo Federal para que o mesmo informe o paradeiro dado ao meu querido filho José Huberto Bronca, o qual consta na lista dos desaparecidos políticos na denominada “Guerrilha do Araguaia”, no ano de 1973.<sup>391</sup>*

Esta passagem da carta de D. Ermelinda permite perceber a incansável procura de uma mãe pelo filho e demonstra ainda que ela é sabedora de que filho participou da Guerrilha do Araguaia. No trecho a seguir, ela destaca a dor e a freqüente angústia que já a acometia naquele momento.

*Creio desnecessário relembrar a V. Excia. o vazio e a permanente sensação de desespero que me invade pela falta de meu filho, ou pelo menos pela falta de notícias de meu filho. Desde o ano de 1970 que não tenho notícias de meu querido filho e durante estes 10 anos aguardo informações e procuro através de todas as pistas indícios que me possam conduzir a qualquer certeza, para colocar fim nesta angústia. O conceito que faço de meu filho é de um verdadeiro patriota, de rapaz de excelente conduta e de elevada moral e durante todo este período jamais modifiquei este conceito, apesar de várias e várias vezes ler notícias jornalísticas contrárias: é que sempre fui sabedora da propaganda do governo e da censura.*

Este trecho possibilita compreender todo o caminho percorrido por D. Ermelinda e transparece ainda seu conhecimento da censura e das “informações” que o regime emitia pelos veículos de imprensa naquele período. Todavia o que mais nos chamou atenção foi a descrição da dor na sua peregrinação em busca de notícias que pudessem dar conta do paradeiro de José Huberto. Em outro trecho, D. Ermelinda, já com 75 anos, depositou na referida entidade dirigida pelo

---

<sup>391</sup> Carta do acervo particular da família Bronca cedida por Maria Helena Mazzaferro Bronca a Deusa Maria de Sousa.

Sr. Seabra Fagundes sua última esperança e, sem saber, previu que talvez as mais drásticas notícias pudessem ser dadas em relação a José Huberto.

*A douta entidade que V.S. tão brilhantemente dirige é provavelmente a minha última esperança, pois atualmente estou com 75 anos de idade e não sei quanto tempo mais me resta. Só tenho certeza que o tempo que me resta irei dedicá-lo permanentemente para buscar meu filho ou então notícias suas. Por piores que sejam as notícias, elas terão o condão de terminar com esta angústia, este desespero.*

Esta tristeza e desespero a que se referiu D. Ermelinda ainda perdurariam por mais vinte e três longos anos da vida dela, após aquela data, na busca por José Huberto. No trecho final, percebe-se que, por mais que tenha tentado evitar, a carta de D. Ermelinda foi um grande desabafo contra as arbitrariedades cometidas pelo regime ditatorial no qual começara a denunciar a OAB naquele período pela reabertura política no país. Dessa forma, as esperanças e angústia de D. Ermelinda tomaram novo fôlego com a posição em defesa dos direitos humanos que esta entidade assumira naquele momento.

*Por ser sabedora da posição imparcial desta entidade. Bem como a sua bandeira pelo restabelecimento do Estado de Direito, é que escrevo a V.S. e tenho a absoluta certeza que de que V.S. tomará qualquer atitude em meu benefício. Desde já, agradeço-lhe infinitamente e continuarei sendo sua admiradora, lembrando-lhe sempre das corretas palavras pronunciadas recentemente em Manaus, quando da abertura do Congresso pela Liberdade. Finalmente, quero lhe transmitir também o agradecimento de meus familiares e de todas as famílias que vivem nesta mesma angústia.*

*Atenciosamente,*

*E.M.B.*

Ao final da carta, D. Ermelinda reafirmou sua confiança na OAB e traduziu, com simplicidade e pureza, a convicção e esperança de que as palavras proferidas pelo Sr. Seabra em Manaus se reproduzissem e engrossassem um grande cordão contra os crimes cometidos durante o regime. Mal sabia D.

Ermelinda que aquele discurso causaria uma atitude condenável por parte de setores do regime militar ressentidos com o final do período que acenava por chegar.<sup>392</sup> Neste mesmo ano, provavelmente em junho, D. Ermelinda prestou depoimento à equipe da ONU, sediada na Suíça, sobre o desaparecimento de seu filho.<sup>393</sup>

*Em primeiro lugar, quero agradecer a mais esta oportunidade que o Dr. Jair me proporcionou, convidando-me a participar da reunião como mãe de um desaparecido político. Meu filho, José Huberto Bronca, era um idealista, ele queria um Brasil com justiça social. Por isso ele foi para o sul do Pará, para a região do Araguaia, com outros companheiros que comungavam do mesmo ideal. Em 25 de dezembro de 1973, foi dado como desaparecido após travarem uma luta, onde poucos que lá se encontravam foram trucidados pela forças das três armas nacionais.*

*O que eu e as demais mães queremos das autoridades é saber onde estão os nossos filhos desaparecidos: se estão vivos os queremos de volta e, se mortos, queremos seus restos mortais para dar-lhes sepultura digna em seus lugares de origem. Acho que o direito de uma mãe é sagrado. Ninguém pode impedir uma mãe de procurar o seu filho. Isso não pode ser considerado revanchismo. Esses jovens deram a vida por uma causa justa. Não tiveram sucesso, mas alguém tinha de lutar por isso.*

*A todos, muito obrigado,*

*EMB*

Em outubro de 1982, após três anos da Anistia, a Comissão de Direitos Humanos e Assistência Judiciária da OAB, seção do Estado do Rio de Janeiro, em colaboração com o Comitê Brasileiro pela Anistia, publicou uma relação com nomes de pessoas dadas como mortas ou desaparecidas devido às suas atividades políticas, dispostos por ordem alfabética e prováveis datas dos

<sup>392</sup> Depois deste discurso de Manaus, na tarde do dia 27 de agosto de 1980, Eduardo Seabra Fagundes recebeu uma carta-bomba enviada à sede da OAB no Rio, matando sua secretária Lida Monteiro da Silva, então com 60 anos.

<sup>393</sup> Conforme o depoimento de Jair Krischke, a Deusa Maria de Sousa em 23/10/05, representante do MJDH/RS – Movimento de Justiça Direitos Humanos do Rio Grande do Sul: “Touxemos, acho que em junho de 1980, a equipe da ONU para coletar depoimentos de cidadãos uruguaios - em condições sigilosas, nas dependências do Colégio Anchieta -, e, aproveitando a ocasião, convidei vários familiares de brasileiros que pudessem fazer seu relato à equipe. Destes apenas três se disponibilizaram a fazê-lo, entre estes D. Ermelinda, mãe do Bronca, Marisa Haas, prima do João Carlos Haas, e um familiar do brasileiro desaparecido na Argentina, Jorge Basso.”

desaparecimentos. Tal relação é, na verdade, uma reprodução dos nomes enviados por entidades de Direitos Humanos, encaminhados à OAB do Rio de Janeiro. Tal relação enfoca nas páginas finais a *Relação de pessoas mortas e desaparecidas na Guerrilha do Araguaia*, na qual figuram os nomes de 60 combatentes comunistas desaparecidos, e uma *Relação parcial dos camponeses aliados mortos e desaparecidos na Guerra do Araguaia (lista parcial)* com mais oito nomes. Tal lista não se mostrara mais uma novidade para D. Ermelinda, mãe de José Huberto Bronca, para quem esse era o primeiro resultado da busca - ainda que na referida relação as datas das mortes ou desaparecimentos dos quatro gaúchos estão designados da seguinte forma: João Carlos Haas Sobrinho – 30 de setembro de 1972, José Huberto Bronca (não consta) Paulo Mendes Rodrigues (não consta), Cilon Costa Brum (grafado erroneamente o sobrenome Cunha por Costa) também não consta data de sua morte e/ou desaparecimento - que ela havia iniciado desde o desaparecimento de seu filho, em 1966, e que encontrara alento com outros familiares que viviam a mesma angústia e que se reuniam em São Paulo. Porém, para as famílias de Paulo Mendes Rodrigues e Cilon Cunha Brum, a referida relação da OAB foi a “certeza” de que eles, Paulo e Cilon, estavam mortos e que a espera por sua volta com vida a Porto Alegre havia chegado ao fim.

#### **4.3. A rede de informações entre os familiares do Araguaia**

A rede de informações que se construiu com as reuniões em São Paulo, possibilitou, em grande medida, que a maioria das informações coletadas durante as reuniões e mais precisamente, com os moradores da região do conflito,

ganhasse mais espaço no universo de incertezas que rondavam o episódio da Guerrilha. A correspondência mantida por D. Ermelinda com outros familiares de desaparecidos, bem como as afinidades pessoais firmadas nas reuniões do grupo, permitiram que se vislumbrasse como agia tal rede de informações estabelecidas, principalmente, pelas mães dos desaparecidos do Araguaia. Desse modo, tais cartas mostram-se uma rica fonte para análise deste universo feminino aqui enfocado. Assim, além da reflexão de sentimentos acometidos pela dor da perda de um filho, possibilita ao pesquisador entender as relações complexas imbricadas numa correspondência.

A correspondência entre indivíduos é extremamente rica para o pesquisador, na medida em que evidencia registros mais subjetivos de relações sociais múltiplas, sugerindo comprometimentos, compartilhamento de idéias, opiniões, angústias e a troca de favores. O emissor e o receptor tecem um universo complexo de sociabilidade, uma rede de significados e imagens de grande subjetividade e que merece ser analisada pela possibilidade de recompor outros aspectos, menos formais, de uma realidade.<sup>394</sup>

A troca de correspondência ocupou um espaço privilegiado para muitos membros deste grupo. Sob esta perspectiva, esta troca possibilitou muito mais, do que o simples fato de enviar e responder de cartas. Deste modo a correspondência:

implica uma interlocução, uma troca, sendo um jogo interativo entre quem escreve e quem lê – sujeitos que se revezam, ocupando os mesmos papéis através do tempo. Escrever cartas é assim ‘dar-se a ver’, é mostrar-se ao destinatário, que está ao mesmo tempo sendo ‘visto’ pelo remetente, o que permite um *tête-à-tête*, uma forma de presença (física, inclusive) muito especial.<sup>395</sup>

<sup>394</sup> GOMES, Angela de Castro (org). *Escrita de si, escrita da história*. In: POSSAS, Lídia M. Vianna. *Vozes femininas na correspondência de Plínio Salgado (1932-38)*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004. Pág. 257-8.

<sup>395</sup> GOMES, Angela de Castro (org). *Escrita de si, escrita da história*. In: *A título de prólogo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004. Pág. 19.

Neste caso em particular, abordaremos, pela correspondência pessoal de D. Ermelinda, o compartilhamento das angústias com diversos atores do episódio da Guerrilha, entre os quais, mães de desaparecidos, o advogado dos familiares além de guerrilheiros e dirigentes do Partido que se aproximaram e se compadeceram da dor e sofrimento vividos por D. Ermelinda M. Bronca. Trabalharemos com aproximadamente 30 cartas recebidas e algumas poucas cópias das enviadas por D. Ermelinda. Ao analisá-las, percebemos que elas serviam, sobretudo, como uma válvula de escape da dor e da insegurança destas mães diante da tragédia do desaparecimento de um filho querido.

A primeira das cartas aqui analisada foi enviada pelo ex-guerrilheiro do Araguaia, ex- presidente do PT, José Genuíno. Ele tornou pública sua participação neste episódio em entrevistas concedidas a diversos jornalistas, inclusive a Fernando Portela, no livro *Guerra de Guerrilhas no Brasil de 1979* e também a Palmério Dória na revista *História Imediata*, a edição intitulada *A Guerrilha do Araguaia*, de 1979. Então, pelo contato com o advogado dos familiares, Luis Eduardo R. Greenhalgh, Genuíno conheceu o irmão de José Huberto, Carlos Huberto Bronca. Dele recebeu o convite para visitar sua família em Porto Alegre, o que foi prontamente aceito.

A visita de José Genuíno possibilitou à família Bronca poder entender melhor o que havia sido, afinal, o conflito do Araguaia e como viveu o “Zé” na longínqua selva. A matriarca sentiu, na visita de Genuíno, um refúgio ante a dor e a ausência provocadas pela perda irreparável do filho José Huberto. Assim, a carta abaixo, anterior à data da visita, de autoria do próprio Genuíno, é uma

espécie de primeiro contato com D. Ermelinda e conforto à mãe de José Huberto, dando notícias da bravura de seu filho.

SP – 30/10/1979

*D. Ermelinda M. Bronca*

*Foi uma grande emoção saber notícias da senhora falando com o Carlos Bronca. Não nos conhecemos, mas temos ligações fortíssimas. Através do conhecimento e convívio fraternal com o seu filho na Região do Araguaia, somos da família dos que lutam e dos que sofrem porque queremos uma vida melhor para o nosso povo.*

*Trabalhei e lutei junto com o José Huberto. Aprendi com ele muita coisa, a dedicação, o amor e a capacidade de lutar pelos bem dos explorados e oprimidos.*

*É duro para a senhora, o seu sofrimento e sua dor pelo que aconteceu com ele. Mas, por outro lado, ele é um herói e um mártir da luta do nosso povo. Dedicou-se, como muitos outros, de corpo e alma àquilo que acreditava e foi a razão de sua vida. Assim, ele vivia feliz, alegre, e comunicativo com todos os outros companheiros. Se viveu distante da família foi por força das circunstâncias, mas sempre falava na família com carinho e saudade. A dor e o sofrimento da senhora e de toda a família é também o de todos que, passavam por essa situação; centenas de outras famílias vivem o mesmo drama. Sabemos que a causa pela qual o Zé Huberto se dedicou é a luta de todos. A bandeira que ajudou levantar será sustentada por tantos outros. Seu sacrifício não foi em vão. Continuamos a sua luta. O seu ideal será um dia realidade em nosso país. Pelo que convivi com ele, pode ter a certeza do quanto ele gostava da família. Esse amor era sacrificado em nome da luta e por ela ele deu o que tinha de melhor, sua compreensão política e sua prática. Jamais esquecerei do seu espírito de fraternidade e companheirismo.*

*José Genuíno Neto*

E outra, cinco meses depois:

São Paulo 27/02/1980

*Prezada D. Ermelinda M. Bronca*

*Recebi sua carta somente agora por esses dias porque estava viajando pelo Nordeste. Portanto, desculpe não ter respondido há mais tempo. Fiquei contente com a carta da senhora principalmente, pelo seu espírito e conteúdo. Realmente não há maior homenagem ao companheiro Bronca do que essa maneira de ver as dificuldades e os problemas. É muito importante resistir as dores como essas com uma visão de luta e animadora.*

*Já falei sobre ele – Bronca - para a senhora no Araguaia; da sua convivência com o conjunto e do seu espírito combativo. É muito duro para a família, mas há o outro lado, que a vida e a luta dele por uma causa tão justa. Isso honra a senhora e toda a família. Lembrem-se dele como um filho que dedicou a vida a luta dos explorados e oprimidos. Segue a cópia da interpelação que está em julgamento em Brasília. É a primeira cópia, só constam os nomes iniciais das primeiras famílias. Ainda será incluído outros companheiros e outras famílias.*

*Por aqui vamos lutando. Tem surgido mais familiares e vamos aumentando a pressão para que as coisas sejam esclarecidas. Qualquer coisa escreva-me. Estamos a sua disposição*

*Abraços*

*José Genuíno Neto*

Estas duas cartas permitem perceber a preocupação que o ex-guerrilheiro, José Genuíno Neto, teve em se preocupar com a dor e o sofrimento de uma mãe que não tinha notícias sobre seu filho. Mesmo sem conhecê-la pessoalmente, supunha o martírio em que ela se encontrava. Percebemos ainda que a atitude mais comum utilizada por ele, nas três cartas aqui analisadas, demonstraram a elevação das qualidades pessoais de José Huberto, utilizadas como alento para aplacar o sofrimento diante da má sorte que tiveram os guerrilheiros que tombaram nas matas do Araguaia.

Quando veio a Porto Alegre, José Genuíno conheceu D. Ermelinda, conviveu com ela e nutriu por ela grande simpatia. Nesta ocasião, pôde constatar a firmeza e a lucidez com que esta senhora de 71 anos de idade falava do filho “Zé” e da certeza e orgulho que ela demonstrou sentir por ele e por sua opção partidária. José Genuíno evidenciou isso na carta transcrita a seguir.

*SP – 1/11/80*

*D. Ermelinda e Filhos*

*Essa carta já devia ter sido enviada há mais tempo. É a correria da luta por esses bandos e a espera de mais novidades da caravana e do processo para escrever para vocês. A caravana ainda não chegou, mas tudo está correndo bem. A interpelação será enviada ao Tribunal Federal de Recursos logo após a chegada das famílias da caravana e a obtenção de mais dados que estamos conseguindo. Logo que fizer novidades transmitirei para a senhora.*

*Continuo guardando todas as lembranças daquela feliz viagem e dos momentos que ficamos juntos. Principalmente a sua força e amizade e a lucidez para compreender as coisas. Espero ter a oportunidade de reviver novamente aqueles momentos. Na dor e no sofrimento, a gente descobre o outro lado das coisas: a luta e a alegria de lutar. As recordações duras e alegres nos acompanham para sempre e delas vamos encontrando a força para continuarmos a caminhada. O Zé é um exemplo de dedicação, alegria e firmeza. Agora, além das fortes lembranças que guardo do Zé tenho as de toda a família. Foi uma felicidade conhecer e conviver com todos da família. Por aqui, vamos continuando a luta e enfrentando as dificuldades.*

*Muitos abraços a todos de casa. Para a senhora aquele mesmo abraço da chegada e da despedida, com mais saudades e recordações saudáveis.*

*Genuíno.*

As cartas, segundo o depoimento de Maria Helena Mazzaferro Bronca, davam uma grande satisfação a D. Ermelinda. Ela as lia e as relia muitas vezes, e “tratava de guardá-las carinhosamente em cada envelope postado”. Era ela, Maria Helena Mazzaferro Bronca, quem materializava no papel o que a voz firme e esperançosa de D. Ermelinda ditava. Por esta razão, algumas cópias das cartas enviadas nos foram cedidas pela filha. Esta última, embora desenvolvendo sua tarefa de médica com especialização em gineco-obstetrícia, dedicou-se quase exclusivamente aos anseios da mãe, principalmente após o falecimento do patriarca da família, Huberto Átneo Bronca, em 1970. Maria Helena Bronca foi protagonista do sofrimento e da angústia de D. Ermelinda, com quem participou, como seus dois irmãos, de muitas reuniões, homenagens e depoimentos prestados a diversas entidades e organismos internacionais em defesa dos Direitos Humanos. Assim, Maria Helena M. Bronca, na condição de irmã de

desaparecido político, tornou-se uma coadjuvante da incessante busca da mãe à procura do “Zé”. O desvelo com que Maria Helena se envolveu com a correspondência da mãe, coincide com a reflexão de Ângela de Castro Gomes (2004) . “A correspondência merece ser guardada e lembrada, aquele a quem se destina a carta é o que cuida do arquivamento, é o proprietário.”<sup>396</sup> Foi dessa forma, que ela, como depositária do acervo e da correspondência de D. Ermelinda, transcreveu as palavras ditadas pela mãe em respostas às cartas, algumas sem data, como esta reproduzida abaixo, para José Genuíno, entre outras.

*Prezado José Genuíno*

*Recebi tua cartinha e já devia ter respondido mas só não o fiz porque estive muito doente e fiz vários exames médicos e radiológicos. Já estou em fase de recuperação e só agora tive disposição para te escrever. Também eu relembro com muita saudade os dias que passaste aqui conosco como membro de nossa família. Espero rever-te em breve. Quanto à caravana as notícias que tivemos foram por intermédio da revista Isto é. Fiquei com uma pontinha de esperança porque apareceram pessoas de quem não se tinha conhecimento que estavam vivas. Li, também, nos jornais daqui, as declarações em Salvador, do João Amazonas. Foi uma grande surpresa saber que também ele está aqui no nosso país. Espero ansiosamente o resultado desta interpelação que só depende da volta da caravana. Segundo notícias tuas porque a D. Cyrene ainda não me escreveu. Agradeço as palavras carinhosas com que te referiste ao Zé. Isto prova que ele era estimado pelos companheiros, o que me conforta muito.*

*Meus filhos e eu enviamos votos de um Feliz Natal e um Ano Novo repleto de felicidade para ti e os que te são caros. Despeço-me com um grande e carinhoso abraço.*

*Ermelinda.*

*P.S: Escrevi para o Alexandre, de Belém do Pará alguns dias após a tua estada aqui e segui tuas instruções.*

As reuniões do grupo de familiares em São Paulo deram a D. Ermelinda um novo fôlego para viver e alentar sua perseverança de enterrar os restos mortais do

---

<sup>396</sup> Idem.

filho José Huberto. Suas atividades sociais se modificaram intensamente em razão das informações obtidas nos contatos feitos com o grupo de familiares de desaparecidos do Araguaia e de suas ações. Assim, D. Ermelinda usou, de maneira consciente, parte dos recursos que tinha para poder ajudar a custear as despesas que tinha o grupo, tais como honorários com advogado, viagens, impressos e outras que surgiram eventualmente. Com esta percepção e determinação, não lhe custou pagar as despesas com as passagens de José Genuíno de São Paulo a Porto Alegre durante a visita a sua casa. Foi a oportunidade criada para ouvir de alguém que, supostamente, teria convivido com o “Zé” como era a vida na região, e a luta empreendida pelo filho.

No âmbito da família Bronca, José Genuíno encontrou o calor e o afago de uma mãe órfã de um filho desaparecido. D. Ermelinda o tratou como um filho que retornara de um longo e destemido exílio e que, mesmo inconscientemente, precisava de carinho, de aconchego familiar e presentes para comemorar seu “renascimento”. Assim, ela o fez ao presenteá-lo com roupas e outros mimos que o agradavam e tornaram a vida dele mais bela e prazerosa, depois de um período de batalha, cárcere e privações.

Esta última carta evidencia o período de passageira enfermidade da matriarca Bronca, segundo depoimento da filha Maria Helena Mazzaferro Bronca, pois *“a saúde dela era muito boa para a idade, mas como sou médica percebi um certo volume que, embora minúsculo, resolvemos tratá-lo imediatamente à minha descoberta”*. Mesmo durante este período de reclusão, D. Ermelinda manteve a lucidez e a firme esperança de realizar seu último desejo: encontrar o corpo do

filho e poder enterrá-lo no jazigo da família. Neste tempo de espera e angústia desmedida, elas, as duas mulheres da família, Ermelinda e Maria Helena, viram desaparecer aos poucos os homens da casa. O patriarca, Huberto Átneo, e o filho mais moço, Carlos Huberto, partiram desta vida vitimados por doenças. Foi duro para ambas, mas, houve o conforto de sepultá-los, de tocá-los pela última vez e ainda manter vivo o hábito de cultuá-los em seus túmulos. Ambos, o pai e o irmão mais jovem, morreram na esperança de encontrar o primeiro a desaparecer, o “Zé”, por circunstâncias ainda pouco esclarecidas. Eles partiram, mas D. Ermelinda permaneceu lúcida, firme e convicta, até os 97 anos, na esperança de enterrar o filho desaparecido em Porto Alegre.

Durante o período em que se correspondeu com D. Cyrene, José Genuíno, D. Helena entre outros, D. Ermelinda também manteve acesa, e soube evidenciar nas cópias das cartas que deixou, a vigilância do que foi divulgado sobre seu filho “Zé”, bem como soube expressar sua indignação diante de muitos equívocos que foram publicados em relação às atividades profissionais de seu filho José Huberto Bronca.

*Porto Alegre, 12 de dezembro de 1981.*

*Prezado Dr. Luiz Eduardo,*

*Aproveito a oportunidade para comunicar –lhe o seguinte:*

*O mais recente livro de guerrilhas que li foi “Guerrilhas e Guerrilheiros no drama da América Latina”, de João Batista Bernardo.*

*Editora: Edições Populares*

*Rua Pensilvânia, 1354*

*04564 – São Paulo – Capital, onde na página 262, conta:*

*"José Huberto Bronca, gaúcho, trapezista de circo, camelô, motorista de táxi e mecânico da Varig". Esses dados não correspondem à verdade e causaram profunda tristeza em nossa família. Meu filho formou-se na 1ª turma de Mecânicos de 1ª linha de manutenção de Aeronaves da Escola Varig e exerceu, por muitos anos esse cargo na referida empresa.*

*Peço-lhe que nas interpelações e em outros documentos em que constituir dados pessoais dos guerrilheiros, seja corrigido o lamentável engano.*

*Dr. Luiz Eduardo, estamos sempre à sua disposição para o que for necessário. Despeço-me agradecendo-lhe antecipadamente, em meu nome e de meus filhos.*

*Ermelinda M. Bronca*

Esta carta, apesar de curta e direta, aponta para um certo constrangimento da família Bronca em ver estampar em diversas publicações – o que ainda hoje ocorre, passados quase 25 anos da carta de D. Ermelinda – as distorções sobre as atividades de entretenimento que desenvolveu José Huberto Bronca nas ruas de Porto Alegre, como foi discutido no capítulo 2. Há, por parte da família Bronca, uma freqüente preocupação em esclarecer a que atividade de José Huberto, como o ciclismo, foi puro entretenimento e nada tinha a ver com profissão, de mecânico, exercida por ele em Porto Alegre até 1966. Há, como se pode perceber, uma nítida preocupação em trazer à luz, a concepção de atividades circenses que, talvez, D. Ermelinda tivesse. Sabe-se que, ainda hoje, muitos artistas circenses, no Brasil principalmente, têm dificuldades financeiras em sobreviver e, muitas vezes, utilizam suas habilidades em festas e concentrações de pessoas para poder angariar recursos para sanar suas necessidades. Talvez aí residisse a indignação e permanente preocupação de D. Ermelinda em esclarecer os equívocos e confusões publicadas em muitos periódicos e livros nestes últimos 30 anos. José Huberto, oriundo de família de classe média de Porto Alegre, não tinha preocupações financeiras. Um equívoco desta natureza, reproduzido pela

imprensa, poderia tornar-se uma “verdade” em outras regiões, contrariando a veracidade dos fatos, o que desagradava à família. É provável que D. Ermelinda tenha feito a mesmo esclarecimento a D. Cyrene, na qual a última indaga sobre as atividades circenses de José Huberto, assim como ela demonstrou preocupação em, novamente, alertar a Criméia Almeida, guerrilheira sobrevivente do Araguaia e esposa e nora de desaparecidos no referido conflito.

*Porto Alegre, 8 de março de 1982.*

*Estimada Criméia,*

*Ainda estou com a impressão da reunião que tivemos em São Paulo. Fiquei muito satisfeita por ter conhecido alguns dos familiares dos jovens desaparecidos. Conforme combinamos estou te enviando as fotos de meu filho. Elas foram reveladas com papel próprio para impressão, facilitando assim o teu trabalho. Junto, vão os dados pessoais do Zé, resumidos, conforme solicitaste. Peço-te o favor de acusar o reconhecimento deste material. Falei com a Marisa e dei o recado que mandaste. Ela se comoveu muito a ponto de chorar com a homenagem que prestaste ao João Carlos. Considero este trabalho que estás fazendo atualmente como uma justa homenagem aos jovens que tombaram por tão nobre ideal e, por isso, agradeço-te muito em meu nome e no de meus filhos.*

*Um afetuoso abraço meu e de minha filha.*

*Ermelinda*

#### **4.4. D. Ermelinda, D. Cyrene, D. Helena: três mães, um só objetivo**

Mesmo diante da angústia e do sofrimento vivido pelas diversas famílias dos desaparecidos do Araguaia, foi possível firmar laços de afetividade que se fortaleceram na dor e na procura daquilo que lhes era mais caro: notícias dos filhos e as consequências de suas mortes, bem como o acesso aos seus restos mortais para lhes dar enterro digno. Foi também uma questão de afinidade pessoal com muitas mães e familiares que D. Ermelinda conheceu durante

inúmeras reuniões das quais participou: D. Cyrene Moroni Barroso, mãe da desaparecida Jana Moroni, Barroso a *Cristina* no Araguaia, e Dona Helena Pereira dos Santos, mãe de Miguel Pereira dos Santos, o *Cazuza* no Araguaia, que D. Ermelinda pôde, durante muitos anos, compartilhar a dor e o sofrimento que a ausência de informação sobre seus filhos lhes trouxera. Percebe-se a intimidade e a proximidade como se tratavam estas mulheres, dimensionando o universo evidenciado através de sua correspondência. “A carta pessoal ‘diz’ que o segredo existe, explicitando seus limites, ou faz crer que ele não existe e que a confissão é plena”<sup>397</sup>.

D. Ermelinda trocou correspondência com D. Cyrene, ainda que espaçadamente, durante mais dois anos, pois D. Cyrene Moroni, bem mais jovem que ela, faleceu rapidamente de causas naturais<sup>398</sup>. As três cartas guardadas por D. Ermelinda nos permitem perceber a dimensão do sentimento que as manteve unidas durante este tempo e as relações estabelecidas entre as duas.

A correspondência, com seus códigos epistolares, está repleta de simbolismos, de mediações entre o público e o privado. Desse modo, os argumentos discursivos permitem identificar e analisar como se dão as relações entre o(a) remetente e o(a) destinatário(a) e vice-versa, como se constrói a rede de trocas de favores e, em se tratando de correspondência feminina, como se evidenciam as relações de gênero, que, trabalhadas num território específico, podem ser traduzidas como relações significantes de poder.<sup>399</sup>

Nestas cartas, os principais assuntos abordados eram o andamento do processo judicial e a permanente procura por notícias que agregassem ao referido processo mais elementos comprovativos da presença dos militantes comunistas

<sup>397</sup> Idem, pág. 21.

<sup>398</sup> A causa da morte de D. Cyrene foi complicações cardíacas.

<sup>399</sup> GOMES, Angela de Castro (org). *Escrita de si, escrita da história*. In: *A título de prólogo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004. Pág. 19.

na região do Araguaia. Era necessário contar com depoimentos e provas materiais - como fotos e objetos pertencentes aos guerrilheiros para serem arrolados ao processo. Assim, as novidades que surgiam, aos poucos, foram vistas por estas mães como pequenas fagulhas de luz na tormenta de contradições. Todo o esforço foi feito na busca de tais indícios que pudessem chamar a atenção da sociedade e elucidar as questões mais candentes, como nos evidencia a seguinte carta, a primeira aqui analisada de D. Cyrene, endereçada a D. Ermelinda, de setembro de 1982.

*Petrópolis, 1º de setembro de 1982.*

*Estimada D. Ermelinda:*

*Recebi sua carta de 3/8 p.p, mas, devido ao trabalho que tive com o meu filho Breno que apanhou uma hepatite quando excursionava com o seu grupo pelo Nordeste, fiquei impossibilitada de responder imediatamente. Fiquei contente em saber da homenagem que foi feita aí na Assembléia para os nossos heróis e do cordel do xirú. Agradeço a cópia. O nosso processo pelo visto está parado. Eu nem acredito que o Luis Eduardo dê andamento antes das eleições, além dos muitos processos que estão em suas mãos, como a senhora deve estar informada, a situação piorou muito para o nosso lado. Por causa da Revista que foi apreendida e proibida sua circulação. Além do fato ocorrido em Salvador, houve cerco e procura na Tribuna Operária do Rio e São Paulo pela Polícia Federal. Caso a senhora ainda não tenha conseguido obter a Revista, sugiro que a senhora fale com alguém daí da sucursal da Tribuna Operária, talvez consigam arranjar. Aguardo suas notícias, caso seja possível tentarei arranjar um exemplar para a senhora. É preciso ter muito cuidado, agora, a situação ficou difícil e até certo ponto perigosa para nós.*

*Dia 15/08 pp saiu uma nota no Jornal do Brasil sobre um professor nicaragüense universitário que vive há 11 anos em nosso país e reside em Florianópolis. A notícia informava que sua casa fora invadida, por policiais, sem mandado judicial e apreendidos exemplares da Revista, além de outras publicações e correspondência. A porta foi arrombada, a pontapés, ante a recusa da esposa de deixá-los entrar enquanto não apresentassem um mandado de busca e apreensão. O professor foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional e ainda ameaçaram de prisão a esposa do professor por desacato à autoridade.*

*A última reunião em São Paulo também não compareci. Pouquíssimos foram, 5 ou 6, e o Luis Eduardo não apresentou nada de concreto. A reunião segundo informações, baseou-se exclusivamente sobre a Revista. Soube ainda que O Luis Eduardo estava apressado e retirou-se imediatamente, informando apenas que estava preparando tudo para a*

audiência em Brasília, mas, até hoje nada aconteceu. No entanto, o dado mais importante que surgiu nessa reunião foi a informação de que um morador de lá do Araguaia encontrou uma lata de leite em pó envolta em plástico enterrado e contendo documentos de alguns guerrilheiros. Logo que fui informada, procurei falar com o Dr. Paulo Fonteles, advogado da Comissão Pastoral da Terra e que reside em Conceição do Araguaia. Conseguí localizá-lo em Belém. Ele me confirmou o achado e adiantou que o mesmo foi entregue a ele. Procurei inicialmente saber se havia documentos da JANA dela não há, mas, falou-me que há documentos de cerca de 14 deles e em bom estado de conservação. De alguns, disse-me, há até carteiras de motorista. Ele ficou de me enviar uma cópia dos nomes que ali constavam mas, até hoje, não recebi. Ele garantiu-me que o achado está muito bem guardado, fora da casa dele, para ser registrado em cartório e posterior apresentação à imprensa. Como o L. Eduardo informou que as famílias brevemente deveriam ir a Brasília para a tal audiência eu sugeri ao Paulo para que nessa oportunidade fosse feita a divulgação do achado.

O importante é o pedido do Paulo para que as famílias não tentem reaver estes documentos, isoladamente, pois neste caso, seriam dispersos e seriam desfeitas a peça que prova que aquelas pessoas estiveram naquela região. Portanto, peço-lhes que guarde sigilo até estar tudo documentados, devidamente. Posteriormente as famílias tomarão conhecimento. Vou aguardar mais alguns dias e voltarei a telefonar para o Paulo insistindo para que ele me envie a lista dos nomes encontrados. Logo que eu os receba, informarei à senhora.

A senhora recebeu o convite da CBA de São Paulo para o translado dos restos de Luiz Eurico Tejera Lisboa? A senhora irá a cerimônia aí em Porto Alegre? A viúva dele mora aí, chama-se Suzana.

Aí em porto Alegre está passando o filme Desaparecido? (missing) do Costa Gravas? Junto estou enviando uns folhetos que pessoas do CBA do Rio estão distribuindo à entrada dos cinemas onde este está sendo exibido. Os cinemas estão sempre cheios e os folhetos tão bem aceitos. Aqui em Petrópolis também esteve em cartaz, acabou ontem, mas a afluência foi pequena e somente eu, sozinha, fui para o hall do cinema distribuir estes folhetos. No 1º dia eu coloquei o retrato da JANA na lapela (caso fosse interpelada por alguém, apresentaria as minhas prerrogativas e direitos de mãe de "desaparecida" no entanto, a seguir não coloquei mais o retrato porque pensei que poderiam me chamar de doida, principalmente por eu estar só. Felizmente foi tudo tranquilo, sem incidentes. Bom, agora encerro aqui desejando que a senhora continue com boa saúde e com ânimo suficiente para juntas prosseguirmos a nossa luta. Aguardarei suas notícias para breve. Talvez em minha próxima carta eu já possa informar qualquer novidade sobre os assuntos que mencionei. D. Ermelinda receba meu abraço amigo . Recomendações à sua filha.

Cyrene

Nesta longa carta, a preocupação principal de D. Cyrene mostrou-se na transmissão das informações das reuniões do grupo de familiares com o

advogado. A angústia de D. Cyrene tornou-se nítida no que tange às arbitrariedades impetradas pelo regime militar e o seu cerceamento à imprensa. Há, nas palavras de D. Cyrene, um misto de revolta e medo da violência como os policiais agiam - a mando do regime - contra as pessoas que ousavam desafiá-los, ou mesmo, àquelas que apenas desejavam ler e saber mais sobre crimes praticados nos quase 20 anos de vigência do malfadado regime. A Anistia de 1979 não significou, para o regime, aceitar a circulação e a divulgação de idéias e reclamações de corpos e suplícios que acometeram centenas, ou talvez milhares, de brasileiros. Falar contra o regime significava opor-se abertamente aos grandes "feitos" durante a ditadura em nome do Brasil. Por esta razão, a existência da imprensa alternativa que, com muita dificuldade, driblou o bloqueio do regime e conseguiu estampar noticiários sobre o episódio da Guerrilha, como a revista Tribuna Operária entre outras, significava, na prática, correr riscos. Entretanto, isso não impediu que muitas pessoas, inclusive os familiares de militantes, tivessem acesso a este tipo de publicação. Houve, ao que pudemos concluir neste caso específico, a solidariedade e o compartilhamento de informações e publicações que interessassem ou que, pelo menos, ajudassem a fazer menção aos acontecimentos semelhantes. Neste caso particular, a referência da carta de D. Cyrene aos atos de protesto contra o regime durante a veiculação do filme *Missing* é apenas um exemplo das ações arriscadas que aquelas mulheres – principalmente – fizeram para alertar a sociedade brasileira sobre a situação dos desaparecidos políticos durante o regime militar no Brasil. Há também, durante todo o texto da carta, ao que nos parece, uma permanente vontade da autora de externar no papel toda a angústia e sofrimento que a morosidade do sistema

judicial incutia nos dias e noites daquelas mães. Contra a certeza de que os filhos foram “desaparecidos” na região do Araguaia, esbarrava-se na argumentação judicial em se basear, entre outros, na precisão da prova material. Por esta razão, o “achado” que estava, àquele momento, em poder do advogado Paulo Fonteles se mostrara uma luz de certeza de que “os meninos” foram mesmo mortos ou desapareceram naquela região. Aquela informação significava um grande segredo que, muito embora Paulo Fonteles quisesse mantê-lo em sigilo por questões de segurança, tornou-se impossível guardar uma informação que pertencia a dois grandes opositores: os familiares, que tinham, assim, um indício bastante significativo da presença de seus entes queridos ali, e os militares, que deixaram para trás, sem querer, um vestígio que demonstrava ocultação de informação e, talvez, de cadáveres, já que os documentos de alguns dos desaparecidos foram encontrados numa localidade sabidamente identificada com a presença dos militares que combateram os guerrilheiros, segundo os moradores.<sup>400</sup>

Tal informação supõe imaginar, inquestionavelmente, no invólucro de alegria e também de apreensão no qual Paulo Fonteles se encontrou como o guardião temporário daquelas “preciosidades” e ter de conviver com o jogo de contraditórios sentimentos: medo x segurança, aflição x certeza, sigilo x revelação. Este advogado pagaria com a vida, foi assassinado 11 de junho de 1987,<sup>401</sup> por

<sup>400</sup> ‘Fonteles confirmou um fato já descrito por Ângelo Arroyo: centenas de lavradores, castanheiros, pequenos comerciantes, barqueiros, artesãos foram presos. Povoados, como São Domingos das Latas (hoje São Domingos do Araguaia, levando em sua bandeira as armas dos guerrilheiros) e Palestina, presenciaram a prisão de quase toda a população.’ Op. Cit. Araguaia: a guerrilha redescoberta. In: ANTERO, Luiz Carlos. Araguaia – Guerrilha do Araguaia- da liberdade guardiã. Vários Autores. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi 4<sup>a</sup> Ed. Pág. 25.

<sup>401</sup> ‘Líder da luta pela reforma agrária no Pará e dirigente do PC do B, Paulo Fonteles foi covardemente assassinado em 11 de junho de 1987 por pistoleiros contratados por latifundiário, posteriormente condenados. Entre 1980 e 1987, Fonteles foi o pioneiro a tornar públicos, e com sistematicidade, a história e os fatos da Guerrilha, bem como a repercussão do conflito entre os

sua opção pela esclarecedora defesa dos fracos, dos posseiros, como também demonstrou neste episódio.

As cartas também serviam para dar “o ar dos bons ventos”. Assim, quando Suzana Lisboa conseguiu, enfim, trazer de uma vala comum do Cemitério de Perus o corpo do companheiro, Luiz Eurico Tejera Lisboa, houve um momento de alento e esperança para muitas famílias que tinham naquela árdua luta o mesmo objetivo.

Com o propósito de denunciar os crimes do regime, assim como no filme de Costa Gravas, *Missing*, as cartas ajudaram para que D. Cyrene pudesse evidenciar, na bela cidade de Niterói que sua querida filha Jana era também vítima de um regime militar que matou barbaramente várias pessoas e ocultou seus corpos. O ato de afixar a foto da filha na lapela e postar-se sozinha a distribuir panfletos, denunciando sua angústia, nos pareceu, ao contrário do que sua carta sugeriu, um ato de bravura e de amor incondicional a um filho desaparecido. A cena descrita por ela, por si só, nos fala mais que suas palavras. Permite-nos compreender os desafios de coragem desmedida enfrentados por estas mulheres em busca dos seus “meninos”.<sup>402</sup>

A segunda carta de D. Cyrene é uma espécie de prestação de informes a D. Ermelinda a respeito do andamento da situação do grupo e as condições que os esperavam para a viagem que fariam à região do conflito. Muito embora o ânimo e a ansiedade tenha embalado as primeiras cartas enviadas a diversos

---

*moradores da região do Araguaia, em artigos no jornal A Tribuna da Luta Operário (...)* IN: *Araguaia: a guerrilha redescoberta*. Guerrilha do Araguaia. Vários Autores. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi 4<sup>a</sup> ed. Pág. 119.

<sup>402</sup> Termo muito utilizado, por D. Cyrene, quando se referia aos guerrilheiros do Araguaia.

órgãos e personalidades sobre a Caravana o resultado se mostrou, na prática, aquém do esperado pelos familiares. Assim, as despesas da viagem foram custeadas pelos familiares dos desaparecidos do Araguaia. D. Ermelinda, impossibilitada pela avançada idade, torceu de longe para que todas as informações sobre seu filho fossem trazidas pelas amigas Cyrene e Helena. Não pôde ir, mas pôde colaborar financeiramente para os gastos que a Caravana teve. Assim o fez, depositando o valor solicitado pela amiga em sua conta bancária pessoal.

*Petrópolis, 16 de outubro de 1982*

*Estimada D. Ermelinda,*

*Recebi sua carta com os informes e as fotos do Huberto. Agradeço. Já foram encaminhadas. Vamos usar uma das fotos para o cartaz que estamos fazendo em off-set com as fotos conseguidas e os nomes de todos eles. Oportunamente enviarei um cartaz para a senhora. Junto estou enviando o “nossa livrinho” de Poemas. Nestas páginas a senhora poderá perceber o imenso ideal que motivou nossos filhos queridos àquele tipo de trabalho. A senhora se equivocou este “livrinho” não foi feito por mim.*

*O grupo de familiares (11 até momento) que viajará até a Região do Araguaia, seguirá dia 22/10 (4ª) próxima no vôo 250 da Varig para Belém. Lá ficaremos até o dia 25/10 (sábado) para os contatos, entrevistas e reuniões com os companheiros de lá. À tarde deste mesmo dia seguiremos para Marabá, de ônibus. Chegaremos lá, dia 27/10 (domingo) pela manhã e à tarde, deste mesmo dia, haverá o ato religioso dirigido por D. Alano Pena, bispo de Marabá, conforme já foi combinado.*

*Enviamos mais de 200 cartas a diversas entidades nacionais e internacionais, jornalistas, OAB, ABI CNBB, Universidades, senadores, deputados, religiosos e etc. pedindo apoio para a nossa caravana. Alguns já nos responderam dando seu apoio total e a confirmação de que também participarão de nossa viagem. Aí em Porto Alegre enviamos diversas cartas. Dentro destes dias a senhora receberá uma destas cartas também. Estamos enviando a todas as famílias que não puderam participar da Caravana. Posso avaliar o seu longo sofrimento, principalmente no dia do aniversário (8/09) do Huberto, companheiro querido de todos nós. Assim tem sido comigo. A senhora não precisa me agradecer nada, pois, este humilde trabalho que tento realizar significa o profundo dever que sinto de homenagear a memória de nossos filhos queridos, patriotas idealistas que foram massacrados impiedosamente.*

*Quanto à sua contribuição financeira, conforme a senhora pede para esclarecer, poderá ser enviada em meu nome, conta nº 965-2 – Bradesco agencia de Petrópolis –RJ. Desde já, em nome de todos os familiares eu agradeço.*

*Aguardo suas notícias e desejo tanto quanto a senhora que tenhamos a oportunidade de um encontro. Um abraço amigo, com as palavras do poeta:*

*“Partiu. Não posso maisvê-la!  
Mas, rogo a Deus, num lamento,  
Regresse em forma de estrela,  
À noite, no firmamento!”*

*Um beijo para a senhora D. Ermelinda,*

*Cyrene*

Esta carta de D. Cyrene, a exemplo da anterior, teve, na nossa análise, a função de informar a D. Ermelinda como estavam correndo as ações do grupo de familiares, tanto as ações de cunho prático quanto as de cunho judicial. Podemos perceber também que as cartas de D. Ermelinda, como veremos adiante, mantinham D. Cyrene – e os demais membros do grupo – informados sobre as iniciativas tomadas por ela com outros grupos de Direitos Humanos no Rio Grande do Sul. Assim percebemos que os materiais comemorativos distribuídos durante os eventos, eram compartilhados por elas e enviadas com as cartas que ambas trocavam. Foi nessa fase de composição do “livrinho” que muitos familiares puderam externar sua dor, ao comporem poesias e canções, demonstrando saudades e amor desmedidos pelos entes desaparecidos, além de compreensão e apreço pela luta em que perderam suas vidas.

Na segunda parte da carta, o teor central é a atenção da remetente em informar o recebimento das fotos do filho da amiga - Bronca – conseguidas com os demais familiares de desaparecidos, para que fossem produzidos os primeiros cartazes ilustrativos e que, principalmente, possibilitassem a identificação por

parte dos moradores durante a Caravana. No restante da carta, D. Cyrene demonstrou quais foram os passos seguidos pelos familiares de desaparecidos para o enfrentamento das maiores dificuldades que acometia o grupo: a falta de apoio financeiro e também de solidariedade que grande parte das pessoas – políticos, jornalistas, entre outros – demonstrou com o silêncio do recebimento das centenas de cartas enviadas pelo grupo, convidando-os a engrossarem as fileiras da Caravana. Felizmente isso não os abateu. Os maiores apoios recebidos – apesar de todas as adversidades em que estavam inseridos – foram dos membros da Igreja Católica. Foi um grande alívio para os familiares dos desaparecidos poder contar com a proteção de membros da Igreja em terras praticamente sem lei.

Ao final da carta, as explicações da atribulada e cansativa viagem que D. Cyrene iria empreender é substituída por momentos de nostalgia e solidariedade diante da proximidade da data de aniversário do filho da amiga. As amáveis palavras de D. Cyrene permitem perceber que os filhos de cada uma tornam-se filhos de todas, à medida que o compartilhamento de dor e de esperança era também um patrimônio coletivo do grupo edificado na atmosfera de tantas dificuldades e incertezas. A dor em partilhar o aniversário do filho desaparecido da amiga foi transformada em palavras já ao final desta carta pela crua certeza de que seus filhos lutaram por uma causa justa e que foram duramente aniquilados pelos homens do Regime.

A terceira carta de D. Cyrene a D. Ermelinda traz as notícias da anunciada e esperada viagem da Caravana dos familiares à região do Araguaia. É uma carta

minuciosa e emocionante que evidencia o conflito e a angústia de uma mãe diante dos suplícios a que foram submetidos os filhos antes da morte.

*Petrópolis, 18 dezembro de 1982.*

*Estimada D. Ermelinda:*

*Recebi sua carta. Semana passada enviei o cartaz com as fotos dos nossos meninos e outro sobre a peça de teatro que meu filho Breno Moroni está fazendo no teatro oficina lá em São Paulo e se refere ao Araguaia. Ele fez uma homenagem a Jana e seus companheiros. O texto é dele. Fiquei muito emocionada quando a assisti. Ele pretende levá-lo para os demais estados. Se a senhora conhece alguém aí em Porto Alegre ligado ao teatro, também poderia me informar para que o Breno entrasse também para saber as possibilidades de levá-la até aí, principalmente entre os estudantes. Os resultados de nossa viagem sob o ponto de vista de denúncia e divulgação foi regularmente bom, mas quanto ao esclarecimento em si, sobre os destinos dos nossos meninos pouco adiantou. Há inúmeras versões sobre os acontecimentos e os camponeses as divulgam, já, como lendas de "ouvir falar". Para dificultar, ainda mais, o Exército passou nos casebres daqueles miseráveis camponeses, dias antes da nossa chegada, intimandos para que nada nos contassem. Divulgaram ainda que as famílias iriam lá para se vingar das mortes dos filhos. Eles acreditaram e seguiram rigorosamente as ordens. Alegavam que não moravam na região, no tempo da "guerra", conforme eles se referem ao movimento. Alguns se negavam a receber nosso folheto com os nomes dos meninos e no qual apelávamos para que nos informassem sobre seus destinos. Não obstante, outros recebiam com lágrimas, dizendo que conheciam alguns deles mas que não sabiam ao certo o destino que tiveram. Todos aqueles que falaram conosco foram unâimes em declarar que os nossos meninos eram muito bons, educados e somente praticaram o bem para todos os moradores da região. Davam aulas, assistência médica, distribuíam medicamentos, ajudavam nas plantações e colheitas. Todos mostraram grande afeição e saudade pelos nossos meninos, demonstrando com lágrimas e tristeza a revolta que sentiam pelo massacre que o Exército praticou contra eles. Soubemos ainda que muitos foram apanhados vivos, sem ferimentos, e, levados para Marabá, Xambioá, Bacaba – acampamentos militares e centro de torturas para serem identificados em Brasília. Em Bacaba consta que há inúmeros deles enterrados lá, inclusive minha querida filha. O Exército obrigava aos camponeses informar e entregar os meninos, muitos deles contaram que não tiveram outra saída devido às ameaças e violências que também sofreram. O Exército pagava, aos camponeses, hum mil cruzeiros por guerrilheiro apanhado. Os moradores da Palestina conheciam (alguns nos informaram) o seu filho que na região tinha os codinomes de "Zeca" e também de "Fogoió" (lá ele chamam de fogoió – os ruivos) O José Huberto era ruivo? Eles informaram, ainda, que ele, o "Amauri" (Paulo Roberto Pereira Marques) e o "Flávio" (Ciro Flávio Oliveira Salazar) tinham uma farmácia, na Palestina (lugar ainda hoje sob o controle muito forte do Exército) e a casa ainda existe lá, mas ninguém soube informar sobre o destino certo destes três guerrilheiros. Nesse lugarejo também conheciam*

*muito o Paulo Rodrigues e o João Carlos Haas Sobrinho, aí do Sul. Brevemente enviarei para a senhora um relatório que está sendo preparado com maiores detalhes. Os políticos que nos acompanharam foram apenas dois: O deputado estadual do PMDB do Espírito Santo e também familiar Roberto Valadão - irmão de Ari Valadão e cunhado da Áurea Valadão, barbaramente assassinados pelo Exército (o Ari teve a cabeça cortada) e a deputada Maria Luiza Fontenele do PMDB do Ceará. Os demais políticos se omitiram, não obstante tivéssemos comunicado e pedido apoio para a nossa viagem; houve promessas de alguns sem cumpri-las. A grande imprensa também esteve ausente, apenas o jornalista Luis Maklouf de Carvalho, do jornal Resistência órgão da sociedade paraense de direitos humanos compareceu viajando conosco e fazendo cobertura da caravana. Tivemos ainda uma repórter correspondente da Tribuna Operária de Goiânia, foram os únicos. Os religiosos também se recolheram; apenas tivemos o apoio total e ostensivo do Bispo de Marabá D. Alano Pena que realizou uma missa corajosa e determinada, agradando e confortando a todos os familiares. Tivemos ainda em Marabá o auxílio da Comissão Pastoral da Terra bem como em Belém. Para o interior, principalmente no baixo Araguaia os padres e agentes pastorais ficaram receosos do comprometimento do trabalho que lá realizaram e a ligação ostensiva com os familiares e se afastaram. Felizmente nada de grave nos aconteceu, tivemos muitas provações e fomos vigiados e acompanhados de longe em todos os lugares por onde percorremos. A própria Igreja nos desaconselhou a ida a determinados lugares, notadamente à Palestina, onde o José Huberto morou. Realmente lá foi um lugarejo muito hostil, muitos se afastaram quando nos aproximávamos. Lá houve um fato muito interessante, apesar das intimidações – uma família que nos recebeu e disse ter sido muito amiga do “Osvaldão”, chorou copiosamente, e como eram da igreja Assembléia de Deus, abriram o templo enquanto estávamos lá, e foram orar em memória dos nossos filhos. Naquele momento, com outras companheiras, nos dirigimos também à igreja e constatamos a fé e a grandeza de sentimentos daquelas pessoas humildes que enfrentaram sem temor a própria repressão para nos confortarem. Aí mesmo, na Palestina, eu distribuí nossos folhetos na Delegacia e fui recebida sem hostilidade pelo sargento. Apesar dos riscos que corremos, a verdade, é conseguimos quebrar uma parte daquela atmosfera de intimidação e pavor que atua sobre aqueles miseráveis camponeses. Mais adiante, na OP 3 (Operacional 3) uma estrada que o bandido e torturador general Bandeira e outros asseclas construíram para perseguir os nossos meninos, conhecemos o campo de concentração que lá existe, embora sem grades e sem arame farpado, lá vivem todos aqueles guias que foram obrigados a trabalhar para o Exército, entregando e matando nossos filhos. Lá vivem em miseráveis casebres, sem paredes, cobertos com folhas de babaçu, numa vida sub-humana com um reduzidíssimo lote de terra que ganharam pelos decretos secretos baixados pelo omissão e miserável Médici, além de receberem hum mil e quinhentos cruzeiros mensais de lá não podem sair e são todos numerados, por exemplo – G 10 (gleba 10) lote 7 (L7) pois todos ele participaram dos crimes hediondos que o Exército cometeu e por isso estão proibidos de falar. Quando lá chegamos, apesar de todas as advertências que nos fizeram, conseguimos falar apenas com uma pobre camponesa que nada nos informou, os demais sumiram. Fomos vigiados e*

seguidos. Foi uma viagem de saudades e esperança, mas, há momentos em que fico descrente de que em nosso país haja justiça capaz para julgar crimes tão terríveis cometidos contra nossos jovens. Os parlamentares não falam, e a grande imprensa se autocensura; a guerrilha do Araguaia causa pânico, pois covardes assassinos que trucidaram não só nossos filhos, mas também os indefesos e abandonados camponeses daquela região. Continuam oprimindo e violentando os mais elementares direitos humanos de nosso povo, sentados em Brasília insensíveis, impenetráveis, distantes, resguardando apenas a sua dolce vita.

*D. Ermelinda me alonguei demais peço desculpas pela crueza das informações. Sei, no entanto, que a senhora, como eu, está preparada nesta longa e penosa espera para saber toda a残酷 e insensatez humana que foram cometidos no Araguaia. Que Deus nos conforte e que a memória dos nossos filhos seja resgatada.*

*Peço que a senhora se comunique com a Marisa e transmita a ela estas informações. Mais adiante escreverei para ela. Já enviei o livro de poemas e os cartazes. Gostaria de saber se os recebeu. A importância que a senhora remeteu chegou em tempo e nos ajudou muito, agradeço por todos. Outra informação que eu peço à senhora – meu filho soube que o José Huberto também trabalhou em circo, é verdade? Quando surgirem novidades comunicarei à senhora. No jornal Movimento, Tribuna Operária e Resistência tem saído matérias sobre a nossa viagem, a senhora já viu?*

*Desejo à senhora e aos demais membros da família um natal de Paz.*

*Um abraço amigo da  
Cyrene*

Esta extensa e dolorosa carta de D. Cyrene para D. Ermelinda sintetiza a dureza e as dificuldades com os quais se deparou a Caravana dos familiares à região do Araguaia. Percebemos, logo no seu início, a preocupação da remetente em informar à D. Ermelinda as ações que estavam sendo realizados pelo filho Breno em prol da memória e da denúncia sobre o desaparecimento de Jana e de seus companheiros. Ao que nos parece, tal procedimento servia para alentar o sofrimento das mães. Eram ações, ainda que isoladas em cada região nas quais elas viviam que buscaram sensibilizar a sociedade que as cercava.

No segundo momento, a carta de D. Cyrene funcionou como um veículo de descrição de todos os passos percorridos, desde a chegada dos familiares à região do Araguaia. Há uma nítida preocupação em dar conta de todos os acontecimentos para a outra mãe. As palavras de D. Cyrene traduzem a perplexidade em se deparar com tamanha miséria e abandono em que ainda vivem as populações da região do conflito. Minuciosamente, ela descreve os ambíguos sentimentos de ódio e também de compreensão ao ter de lidar com o silêncio e flagrante recusa pela maioria dos moradores em se deixarem ver ante a presença da Caravana àquelas localidades. Aos poucos, as duras palavras de D. Cyrene vão se deixando invadir por sentimentos de compaixão ao referir-se às arbitrariedades cometidas contra aquela população humilde e completamente alijada do processo de “milagre econômico” tão divulgado pela propaganda do governo ditatorial. Esta carta teve, como notamos, também uma função pedagógica. Nela observamos a clareza de detalhes e a explicação detalhada de cada situação em que estiveram envolvidos os membros da Caravana. Para tanto, D. Cyrene conseguiu contar, com riquezas de detalhes, os relatos de moradores e demais informações conseguidas - mesmo com muita dificuldade e sob ameaças constantes - as consequências que, provavelmente, envolveram as mortes dos guerrilheiros do Araguaia.

Houve, desde o princípio, a preocupação dos familiares em saber dos camponeses da região do conflito o que havia acontecido com os entes queridos e, apesar da resistência de muitos moradores, alguns, sensibilizados pelo seu sofrimento e sua angústia, relataram as torturas e as mortes dos guerrilheiros. Eles ainda disseram haver indícios de que muitos foram aprisionados com vida e,

provavelmente, teriam sido mortos e enterrados em bases militares, principalmente do Exército, como a Bacaba. Apesar da dor da descoberta, são perceptíveis a alegria e a satisfação com que D. Cyrene se referiu aos bons serviços prestados pelos guerrilheiros às populações carentes daqueles lugarejos. Parece que, mesmo diante da angústia que a afigia, o sentimento de orgulho pelos guerrilheiros aumentava à medida que muitos pobres e corajosos camponeses se referiam aos “meninos” com lágrimas de saudades e gratidão. Tais depoimentos funcionaram como um certo alívio para os familiares, ao constatarem que a luta dos seus entes queridos, muito embora paga com a vida, não fora em vão. Dessa forma, a dor destes familiares cedeu - em nome da compaixão - espaço para a compreensão da situação de opressão e miséria que levaram muitos moradores, mesmo contra suas vontades, a perseguir e entregar muitos guerrilheiros vivos para as forças da repressão. A opressão sob a qual vivia - e de certa maneira ainda vive - grande parte da população que presenciou aqueles episódios não conseguiu livrar das lembranças de aflição que viveram naquele período. A carta de D. Cyrene exerceu para D. Ermelinda, assim como para os demais familiares dos desaparecidos do Araguaia, um alento para o esclarecimento do que realmente havia acontecido com seus filhos naquele conflito.

A esperança esteve sempre presente nos pedidos e considerações que faziam nas passagens de anos novos. Assim, o compartilhamento de objetos e fotos dos filhos era uma espécie de relíquia que ambas se permitiram presentear, como um cartão de natal feito por Jana, a filha desaparecida de D. Cyrene para a mãe, que ela, D. Cyrene, por amor, presenteou a amiga do Rio Grande do Sul.

*Estimada D. Ermelinda:*

*Este singelo cartão com a árvore de Natal possui um grande significado para mim; ele foi feito pela Jana, no seu último natal aqui conosco (1970)*

*Agora, para mim, a imagem é outra – estas estrelinhas são nossos meninos no meio da mata. Petrópolis 18/12/80*

*Que sintamos o verdadeiro Natal de Cristo em nossos corações.*

*Um abraço de Cyrene*

*João 3:16*

Na troca de experiências e informações a respeito dos movimentos que ambas faziam em busca de seus filhos, é provável que tenha havido um fluxo maior de cartas entre elas, além do que D. Ermelinda conseguiu guardar. Entre esta última carta e a resposta de D. Ermelinda, que leremos a seguir, consta um espaço significativo de tempo de mais de dois meses fato ao qual se referiu a própria D. Ermelinda:

*Porto Alegre, 16 de abril de 1983.*

*Prezada amiga D. Cyrene,*

*É com grande satisfação que estou lhe escrevendo após um silêncio de quase dois meses. Espero que esta a encontre bem de saúde assim como a todos seus familiares. Tenho boas notícias para lhe dar, os folhetos que recebi foram entregues a pessoas selecionadas e representativas e a divulgação foi superior à minha expectativa. Forneci, em 1º lugar, a vários setores dos direitos humanos. Forneci também ao advogado que trata dos direitos dos índios (FUNAI) pois moramos na mesma rua por uma feliz coincidência. Ele e a esposa são pessoas muito cultas e encantadoras; muito bem relacionadas e me apoiaram muito neste trabalho. Distribui também a todas as bancadas oposicionistas da Assembléia Legislativa e a advogados que tem militância política e que são meus amigos particulares, visto que foram amigos de infância de meus filhos.*

*Mas, vou descrever-lhe a solenidade realizada na Assembléia Legislativa no dia 25 de março. A Marisa Haas veio a Porto Alegre e hospedou-se em minha casa, para poder participar deste ato público. Nesta data, sob a presidência do Deputado Antenor Ferrari, reuniu-se a Comissão dos Direitos Humanos do Cone Sul. Estavam presentes, além das mães gaúchas, as representantes das mães da Praça de Mayo e de mães uruguaias. Fomos, a Marisa e eu, convidadas a participar da mesa de trabalhos ao lado de outras mães de desaparecidos.*

*A Assembléia Legislativa estava lotada, principalmente por jovens. Na platéia havia representações de partidos políticos, de movimentos pelos direitos humanos e até de desembargadores cujas presenças foram notadas e receberam as homenagens e agradecimentos da mesa. Todas as mães foram convidadas a proferir algumas palavras sobre seus filhos. Ao agradecer a homenagem a nossos filhos, lembrei a todos a alteração deles no Araguaia e o sacrifício pelo ideal que abraçaram e, no final, pedi "uma homenagem a todos os heróis do Araguaia". A casa toda aplaudiu calorosamente os nossos meninos e eu fiquei gratificada com esta demonstração pública de reconhecimento aos nossos filhos. Após a cerimônia, fui carinhosamente cumprimentar e presenteei, com folhetos, alguns deputados e vereadores que ainda não os possuíam. Como podes ver, D. Cyrene, a distribuição do nosso material teve um final muito destacado, pois, coincidiu com esta reunião das mães do Cone Sul. Gostaria que a senhora divulgasse as nossas companheiras e ao Dr. Luiz Eduardo, se tiver oportunidade, o que ocorreu aqui no Rio Grande do Sul. Pediria à senhora que me informasse do andamento do nosso processo. Estou tão esperançosa que, com o Genuíno em Brasília, tudo será mais rápido e fácil.*

*Estou sempre à disposição para divulgar tudo o que for do nosso interesse. Maria Helena e eu lhe enviamos um abraço muito carinhoso.*

Ermelinda.

Essa é, infelizmente, a única cópia-rascunho guardada por Maria Helena Mazzaferro Bronca de uma carta enviada por D. Ermelinda à amiga D. Cyrene. Ela possibilitou confirmar o importante papel da rede de informações destes familiares mediante informações das lutas empreendidas por estas mães em distintas regiões em que viviam. Vale ressaltar que ambas as mães, cada uma à sua maneira, empreenderam uma luta incansável pela elucidação e esclarecimento dos episódios do Araguaia. Assim D. Ermelinda, mesmo com 77 anos, reunia forças para falar e sensibilizar diversos setores políticos de defesa dos Direitos Humanos sobre os desaparecidos políticos gaúchos naquela região longínqua do Rio Grande do Sul, o Araguaia. É importante destacar que o evento citado por D. Ermelinda e promovido por iniciativa da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul teve dimensão internacional à medida que mães de desaparecidos políticos de países vizinhos como a Argentina e o Uruguai tiveram peso significativo para demonstrar para a platéia presente a situação semelhante na qual elas viviam..

Nesta carta, como em outras duas enviadas por D. Cyrene, aparece a referência a uma figura até então não comentada neste texto: Marisa Haas, prima de João Carlos Haas Sobrinho. Consta nas petições judiciais que, durante o período inicial de busca dos corpos dos desaparecidos do Araguaia ela, Marisa Haas, assumiu na condição de parente de um desaparecido, o papel de familiar, para a abertura do processo. Sabe-se que, neste período, houve dificuldades, por questões de cunho familiar, por parte da família mais próxima – pai, mãe e irmãos – em se fazer representar em tais atribuições, assumidas posteriormente, segundo informação de Sonia Hass em 1980.

#### **4.5. Criméia, D. Helena, Elza e outros - o compartilhamento da esperança por meio das organizações políticas: o GTNM/SP – Grupo Tortura Nunca Mais de São Paulo - e o PC do B**

A partir do final de mês dezembro de 1983, no acervo particular de D. Ermelinda Bronca não consta nenhuma carta recebida ou enviada para D. Cyrene. Neste período, há um grande volume de periódicos emitidos pelo GTNM (SP) além de considerável volume de correspondência entre D. Ermelinda e D. Helena. Há também que se mencionar a perceptível aproximação de dirigentes comunistas nacionais, como João Amazonas, Elza Monerat e também estaduais, que enviaram algumas cartas e cartões de Natal para D. Ermelinda M. Bronca. Todavia, a partir deste período, a correspondência mais sistemática e significativa, embora com meses de interrupções, foi com D. Helena Santos, presidente do grupo GTNM/SP. As cartas de D. Helena à D. Ermelinda têm datas entre janeiro de 1984 e novembro de 1987. Durante este período em que manteve uma

correspondência sistemática com D. Helena, D. Ermelinda - como também o fez em outros períodos já analisados neste texto – manteve correspondência com outras pessoas, apesar da certa formalidade, com Criméia Almeida e o Advogado Luiz Eduardo Greenhalgh.

O conteúdo geral, tanto das seis cartas enviadas por D. Helena à D. Ermelinda, quanto as demais enviadas e recebidas por Elza Monnerat, Greenhalgh e Dower Cavalcante – este último guerrilheiro cearense sobrevivente do episódio do Araguaia – denotam em seus textos, em síntese, um conteúdo exclusivamente informativo das ações do grupo e, exceto algumas cartas de D. Helena, uma preocupação permanente dos remetentes em dar ciência dos acontecimentos do grupo em várias frentes de atuação.

Nesta última parte do capítulo, procuramos trabalhar com mais 13 cartas, previamente selecionadas, as quais se mostraram importantes fontes de pesquisa para nosso embasamento ante as mudanças vividas por D. Ermelinda diante do desaparecimento de suas amigas – Cyrene e D. Helena – e o espaço da reivindicação que ela passou a ocupar, o institucional. Isso se mostrou viável mediante o reconhecimento por parte dos poderes executivos e legislativos e de entidades internacionais de defesa dos Direitos Humanos da inglória e incansável luta de D. Ermelinda em busca do corpo e de informações que levassem aos restos mortais do filho desaparecido. A primeira carta de autoria de Criméia Almeida - agora analisada - nos dá conta da peregrinação feita por esta líder com o propósito de sensibilizar os deputados estaduais do estado de São Paulo e federais em Brasília para a questão do Araguaia.

São Paulo, 3 de dezembro de 1983.

Dna. Ermelinda

Desculpe-me o atraso em escrever-lhe e mandar seu livro. Não foi esquecimento é que a partir da reunião com Luiz Eduardo, nós de São Paulo decidimos algumas medidas com vistas a divulgar, pelo menos entre os parlamentares, a questão dos desaparecidos. Visitamos aqui em S. Paulo aproximadamente 40 deputados aos quais entregamos nossa carta (vide em anexo), a relação da OAB dos mortos e desaparecidos políticos e cópia do processo ora na justiça. A receptividade por parte dos mesmos foi muito grande. O dep. Eduardo Jorge encaminhou à Assembléia o pedido de formação de uma comissão de parlamentares paulistas para acompanharmos no dia da audiência. O dep. Benedito Cintra ficou de fazer um pronunciamento em plenário sobre a questão cuja cópia pedi que fosse enviada aos autores cujos endereços estão no processo.

Pelo fato de estarmos já quase no recesso parlamentar, todos eles colocaram a dificuldade de fazerem mais coisas até o final do ano. Comprometeram-se no entanto a continuar tais atividades em 84, já com alguns planos tais como: homenagem ao dep. Mauricio Grabois, numa sessão especial da assembléia para a qual convidaram os familiares e abertura de uma comissão de inquérito sobre a questão. São planos sobre os quais voltaremos a conversar.

Além disso, conseguimos dos parlamentares que fizessem cópias de nossos materiais e promessas de ajuda financeira (pequena porque são muito pão duros) O dep. Nefi Tales, presidente da assembléia conseguimos a promessa de que todas as solicitações de parlamentares relativos à questão seriam encaminhadas com a máxima urgência além do apoio a idéia da homenagem a Mauricio Grabois. Durante essa homenagem, é idéia do dep. Benedito Cintra que nós, familiares, compareçamos em massa à Assembléia para que sejamos apresentados ao parlamento. Pedi a ele que articulássemos tal data em conjunto com vistas a fazê-la coincidir com alguma reunião nossa com o advogado. Entusiasmadas com essa receptividade, eu e Da. Helena, decidimos ir até Brasília, procurar os deputados federais e senadores. Ficamos em Brasília do dia 30/11 a 2/12. Nesse período, graças a grande ajuda do dep. Haroldo Lima, colocando inclusive seu assessor a nossa disposição, conseguimos contatar aproximadamente 30 dep. e dois senadores.

Nossa ida foi possível graças a uma passagem de ida e volta que o dep. Genuíno deu a Dna. Helena e que transformamos em duas idas. À volta conseguimos em Brasília fazendo coleta entre os parlamentares que nos apoiaram. Procuramos e fomos recebidos por todas as lideranças partidárias, exceto a do PDS pois o sr. Marchesan não "pôde" nos receber, o que "lamentamos muito visto ser o seu partido o que mais poderia ter contribuições a dar já que participou do governo na época e continuava a participar". Em Brasília, conseguimos as seguintes promessas:

- Sessão de homenagem ao dep. Mauricio Grabois em 84 no Congresso.
- Apresentação dos familiares ao plenário na época dos depoimentos.
- Formação de comissões de parlamentares que nos acompanhem ao juiz. Discutimos também a formação de uma comissão de direitos humanos no Congresso. Já existe em projeto da Dep. Mirtes Bevilacqua – PMDB-ES nesse sentido. Ela é bem ampla vai desde prisões, torturas e assassinatos políticos até discriminações à mulher, ao índio e ao negro. O dep. Eudes levantou a hipótese de fazer um encontro de familiares de desaparecidos e para tal seria bom articular os familiares do Rio Grande (não são apenas do Araguaia). Aproveitando nossa estada em Brasília procuramos o advogado Sigmaringa Seixas que nos informou:

1. A audiência foi adiada e não tem data marcada para início de fevereiro conforme informação que tivermos de Luiz Eduardo. Ela será marcada nessa época. Acertamos então que se deveria fazer coincidir a audiência com as atividades parlamentares, além de concentrar as homenagens e pronunciamentos nesta época.

2. Todos os 22 autores deverão ser ouvidos e não apenas uma comissão de familiares. Isto faz parte de um pedido do procurador da República e é um direito do qual ele poderá não abrir mão. Ele procurará ter antes uma reunião com o juiz e o procurador, tentando levantar os argumentos para que este ou aquele autor seja dispensado, porém isto poderá não acontecer e aqueles que por motivos graves não puderem comparecer serão ouvidos em suas cidades o que atrasaria imensamente o processo. Obviamente se comparecesse os 22 autores nem todos poderão ser ouvidos no mesmo dia e aí, suas presenças se marcará nova audiência ou se tentará (me parece mal, verifica) convencer o procurador a aceitar suas dispensas são problemas a se resolver na hora.

Existe também a possibilidade de tal juiz querer marcar esta audiência para o meio ou fim do ano alegando que sua agenda já está cheia (30/11 era a data na agenda do que saiu e não deste).

1. Por outro lado, além dos autores, ele achou conveniente que outros familiares comparecessem (filhos, netos, irmãos) mesmo não sendo autores. Pois esta primeira audiência será um fato político ao qual comparecerá a imprensa. Mais uma razão porque ele acha que pelo menos os autores deverão fazer todo o empenho em comparecer.
2. Aqueles familiares (autores) que realmente não puderem comparecer deverão encaminhar ao Luiz Eduardo carta contendo justificativas incontestáveis como declaração médica, etc.

Este é um resumo de nossas atividades no mês de novembro. Achamos que foi muito lucrativo. Continuaremos ainda articulando alguma coisa mas creio que será mais difícil nesse período de recesso. Por outro lado, a partir de março poderemos dispor talvez de mais algum tempo. Achamos que seria importante que se fizesse alguma articulação ai no Rio Grande, nem que seja por carta. Por isso, mandamos-lhe a seguir alguns endereços de parlamentares federais que residem e que deveriam ser contatados:

Dep. Hermes Zaneti  
Rua dos Andradas, 1234 – sl  
– 2309  
Porto alegre – RS – CEP –  
90000  
Tel – (0512) 243673

Rua XV de  
Novembro, 285 – 1º  
andar Ed. Salin El  
Dep. Amaury Muller  
Ijuí – RS – CEP 98 700  
Tel (055) 3321443 e 332

Dep. Jorge Uequed  
Rua Gonçalves Dias, 180 – Apto. A-3  
Canoas – RS – CEP – 92000

Em breve lhe escreverei uma  
carta menos formal, falando dos  
tempos que eu e o Ruivo estivemos  
no Rio. Um beijão e um abração da  
amiga.

Dep. José Fogaça  
Rua 24 de outubro, 364 – apto. 601  
Porto Alegre – RS – CEP 90000  
Tel.(0512)22  
367Muller

Criméia

A carta de Criméia denota o esforço que foi empreendido pelos familiares de desaparecidos políticos junto aos poderes legislativos - mais adiante veremos ao executivo – para que a questão do Araguaia fosse levada a efeito entre os deputados da maior cidade do país. É importante notar que, sabidamente, o artifício inicial utilizado pelos familiares para sensibilizar os deputados e abrir a discussão sobre os desaparecidos políticos em São Paulo e em Brasília, foi a lembrança e proposição - por parte dos familiares - de um evento em homenagem ao histórico líder e deputado federal constituinte de 1946, Maurício Grabois. Há, no extenso relato feito por Criméia, a preocupação em detalhar as dificuldades e os passos percorridos por ela e por D. Helena nas duas capitais do país. Percebemos também que, apesar de todas as agruras e carências de recursos financeiros pormenorizados nesta carta, a viagem se mostrou bastante produtiva do ponto de vista de promessas e proposições aceitas pelos deputados tanto em São Paulo quanto em Brasília. Ao final da carta, as novidades da viagem das duas líderes perdem espaço para atentar D. Ermelinda para o procedimento judicial sugerido pelo advogado Sigmarinha Seixas e encaminhado por Greenhalgh para os familiares para realizarem, além dos procedimentos legais, uma espécie de ato político com participação de vários familiares, além dos 22 autores, já existentes nas petições iniciais. Criméia solicita ainda enfaticamente para que D. Ermelinda se empenhe em pressionar os parlamentares do Rio Grande do Sul, escrevendo-lhes cartas e esclarecendo a situação dos familiares dos desaparecidos e fazendo suas reivindicações para as casas legislativas as quais eles pertenciam na época. Notamos também que, tomada pelo excesso de informações transmitidas na carta, a autora ressentiu-se da falta de informalidade e lembranças sobre a convivência

com seu filho José Huberto – nos anos de exílio no Rio – o que normalmente reconfortava muito e trazia alegria ao suave semblante da esperançosa D. Ermelinda.

Neste longo texto descriptivo, Criméia Almeida informa D. Ermelinda sobre a permanente luta e sobre o vigor da perseverança em que as líderes do grupo estavam imbuídas. Isso nos permite concluir a maneira como se processaram psicologicamente tais informações nos ânimos de D. Ermelinda ao ler tais cartas e saber que as companheiras da mesma angústia possuíam vitalidade para fazer o que na sua vontade imperava, mas, devido à idade avançada, não conseguia fazer.

#### **4.6. D. Helena Santos: companheira de luta na angústia e na esperança**

Com semelhante preocupação em informar, sempre que possível, sobre os acontecimentos do grupo, D. Helena manteve, até o final da vida, uma permanente comunicação com D. Ermelinda. Além das ligeiras e enxutas cartas, D. Ermelinda, segundo o depoimento da filha Maria Helena Mazzaferro Bronca, “houve também entre minha mãe e D. Helena muitas conversas por telefone para troca de informações e notícias sobre as ações do grupo. Havia afinidade entre ambas.” Tal afirmação pode ser comprovada pela primeira das seis cartas de D. Helena para D. Ermelinda.

Esta primeira carta de D. Helena é datada de 27 de janeiro de 1984. Destaca a divulgação de um panfleto, por ocasião das festividades de aniversário da metrópole paulistana, que exigia do Estado o esclarecimento das

circunstâncias que culminaram com o desaparecimento de, até aquele momento, 144 brasileiros durante os mais duros anos do regime militar.

*São Paulo 27-1-84*

*Sra. Hermelinda,*

*Estou lhe enviando este panfleto, para que a sra participe também, do nosso esforço aqui empregado em função dos nossos entes queridos, aproveitamos o aniversário da cidade de São Paulo, saímos em passeata do L. de São Francisco até a Praça da Sé com, faixas e fotos, exigindo esclarecimentos dos 144 políticos desaparecidos, se não deu noticiário em jornais, pelo menos fomos bastante aplaudidos em todo trajeto e notamos a boa vontade de pessoas a se juntar a nós, interessando-se pelos panfletos, apesar de tudo, acho que é mais uma luta válida, por isso, passo ao seu conhecimento tudo o que faremos em favor da memória de todos eles. Até breve se Deus quiser, tão logo seja marcada a nossa audiência a sra. será avisada.*

*Adeus e abraços meus, da amiga Helena Santos.*

A segunda, e também resumida, carta é de 11 de outubro de 1984, quase um bilhete, serve para que a remetente informe sobre os encaminhamentos legais do processo impetrado pelo grupo de familiares dos desaparecidos do Araguaia.

*São Paulo 11-10-84*

*Estimada D. Ermelinda*

*Estou aproveitando minha vizinha, a Édila, que em viagem a Porto Alegre, se dispôs lhe fazer uma visita e conversar sobre as novidades, que são poucas, o que eu poderia lhe adiantar, a D. Cyrene já lhe fez ciente, sobre o nosso caso, o Dr. Luiz, ainda não tem nada marcado, na próxima semana irei pessoalmente no seu Escritório, fique certa, que a sra será avisada tão logo eu tenha alguma notícia. Da próxima vez serei mais extensa, abordando os detalhes do conteúdo de sua carta.*

*Com meu carinhoso abraço extensivo a sua filha da sempre amiga*

*Helena Pereira dos Santos*

A terceira carta, datada de 11 de setembro de 1985, seguiu o mesmo intuito das anteriores: teve como objetivo central informar a D. Ermelinda sobre a carta encaminhada pelo grupo de familiares de desaparecidos a Lucy Montoro, primeira

dama do Estado de São Paulo e Marly Sarney – primeira dama do país - à época e a aparente contribuição da imprensa para a elucidação da questão dos desaparecidos.

*São Paulo 11-9-85*

*Prezada Dona Ermelinda*

*Faço chegar a suas mãos uma cópia da carta que endereçamos a Dona Marly Sarney. De uma audiência que tivemos com Dona Lucy Montoro, ela sugeriu que a fizéssemos, que nesta próxima quarta-feira, ela estaria em Brasília e entregava com todo prazer, não íamos perder esta tão grande, oportunidade; Tentamos de toda forma até chegar ao nosso objetivo tão sonhado. Soube que a sra. estará em Brasília, na próxima audiência, isso é um bom sinal, quem sabe com sua presença, bons ventos nos soprem? Os jornalistas, do São Paulo, me falaram que lhe enviaram uns jornais, pois eu já havia falado, se eles tivessem essa possibilidade seria muito bom. Qualquer outra coisa pode dispor de nós que aqui estamos para lhe servir.*

*Abraços meus extensivos a sua filha*

*Helena Santos*

Ao final desta terceira carta, percebemos a disponibilidade e atenção especial dispensada por D. Helena, entre outras, a D. Ermelinda. Tal tratamento se impôs como forma de respeito e admiração pela luta e lucidez - característica marcante citada nas cartas e relatos daqueles que a conheceram – de uma mãe angustiada, mas perseverante, em encontrar e sepultar dignamente o corpo do filho, o que encontramos presente também no texto a seguir.

*São Paulo 30-6-86*

*Dna. Ermelinda amiga*

*Mesmo com um certo atraso, não poderia deixar de lhe transmitir do pouco que acontece em relação a nossos trabalhos, para que a nossa luta não fique no esquecimento. Como sempre no mês de Maio, se comemora a semana dos desaparecidos políticos. Por certo a sra. Recebeu uma carta convite, para essas comemorações, que foi enviada pelo Clamor, onde todas nós colaboramos em conjunto, organizando toda programação, e o envio de cartas para todos os familiares, mesmo os mais longínquos. Quero passar a suas mãos todo o resultado deste*

*movimento: primeiro para o dia das mães, nos preparamos para o dia da entrevista na televisão que por motivo de mal entendido de horário, perdemos a gravação: é o que segue, tudo o que eu pretendia falar: para que não se perdesse, foi publicado no jornal “O São Paulo”,<sup>403</sup> do dia 18 a 21, houve um debate na Câmara de Vereadores, um belo encontro com os estudantes na PUC, com encerramento de uma missa na Catedral muito bonita; das escadarias os mesmos estudantes, nos fotografaram: Conseguimos passar um filme na PUC, “pela Lei de Segurança Nacional”, que despertou grande admiração aos jovens que não tomaram conhecimento do que foram os anos de repressão no nosso país. Este encontro com eles foi muito válido, pois os mesmos se ofereceram para toda e qualquer manifestação contarmos com eles, foi muito bonito o que eles fizeram por nós, o caso Araguaia despertou neles muita curiosidade e interesse para elucidar os fatos acontecidos, contamos com a presença do Genuíno, do Luiz Eduardo e do deputado Jose Gregori, todos falaram muito bem em especial o Genuíno. Agora temos a esperança de conseguirmos através da Dna. Lucy Montoro, uma entrevista com o Sarney para o próximo mês de agosto estamos torcendo para que tudo dê certo. Como está não dá, não repare a maneira como lhe estou escrevendo é quase uma falta de minha parte, lhe mandar esta tão rabiscada, mas é para aproveitar uma oportunidade, estou tão cheia de afazeres perdoe-me na próxima vou caprichar mais.*

*Um beijo da amiga Helena*

*Chau! Até a próxima*

Na carta acima, a quarta, além da preocupação em transmitir à amiga do Sul as novidades e lutas que o grupo estava organizando, D. Helena revela uma

---

<sup>403</sup> Jornal O São Paulo com o título **As dores das mães de desaparecidos**. Neste depoimento, D. Helena explicitou: “*como mãe, acho que nesse mês se a aviva a saudade do filho ausente, a cada dia que passa, se renova a esperança de sua volta e, ao mesmo tempo, o desespero de não ter qualquer notícia. Essa espera e busca interminável não é só minha, tenha certeza, é de todas as que, como eu, tiveram seus filhos desaparecidos durante os anos de ditadura e também de todas as mães deste País que sentem como sua a nossa dor, de todos os familiares e companheiros de luta que não descansam enquanto não virem esclarecido o destino de seus entes queridos. Meu filho, Miguel, um dos desaparecidos no Araguaia, era jovem e, como os demais, qualificado e estimado pelo povo da região. Isso está comprovado. Quando viajamos em caravana para o Araguaia em busca da verdade sobre o paradeiro de nossos filhos, fomos recebidos com emoção e muito carinho pelos moradores que com eles conviveram. Estamos com um processo em Brasília, na 1ª Vara da Justiça Federal, o qual se arrasta desde 1979. Em outubro de 1985, estivemos lá para a última audiência de instrução. Falamos com o ministro da Justiça, Dr. Fernando Lira, a quem informamos sobre o andamento do processo, e ele se comprometeu de acompanhar o caso. Naquela ocasião, contamos-lhe que, em agosto de 1984, fomos recebidos em Brasília pelo então candidato a presidente Tancredo Neves e dele obtivemos a promessa de que, se eleito, cuidaria dessa questão com carinho. E nos disse: “Isso representa uma mancha negra para a Nação”. Então quero pedir ao presidente Sarney que tome providências para o esclarecimento do destino dos nossos desaparecidos políticos. O que fizeram de nossos filhos? Os que foram presos onde se encontram? Os mortos, onde os sepultaram e quais as circunstâncias de sua morte? Irmanadas na mesma dor e na luta das mães da Praça de Maio, da Argentina, renovamos nossas esperanças de que o mais breve possível possamos conhecer o destino e o paradeiro de nossos filhos e ver punidos os seus algozes.*

Helena Santos. Datado – à mão – em 23/06/86.

mescla de sentimentos alusivos à comemoração festiva do dia das mães e emoção não contida que foi substituída por atos de protestos à dor destas mães de desaparecidos políticos com a programação em diferentes veículos de comunicação. D. Helena demonstra satisfação em ter participado de debates com pessoas de diversos segmentos e idades, principalmente dos jovens da PUC-SP, que manifestaram especial atenção na descrição do texto da carta abaixo, endossada pelos testemunhos técnicos e verídicos prestados por Greenhalgh, advogado dos familiares, e José Genuíno, deputado e guerrilheiro sobrevivente do episódio do Araguaia. Ao final da carta, ela ainda relembra a esperança depositadas na articulação política para a viabilização do agendamento de uma audiência com o então presidente da República José Ribamar Sarney, ironicamente de naturalidade maranhense, estado onde viveu João Carlos Haas Sobrinho.

D. Helena, perseverantemente, modificou sua estratégia para fazer chegar suas súplicas até o Presidente da República. Primeiro, iria encontrar-se com Lucy Montoro, primeira dama do estado de São Paulo, da qual esperava, por sua sensibilidade de mulher e, principalmente de mãe, interferência junto ao marido. Assim, o artifício utilizado pelos familiares dos desaparecidos políticos foi traçado de uma maneira inteligente e bem pensada: começando com D. Lucy, esperavam chegar ao governador do estado, depois à Sra. Sarney, que, os levaria ao presidente Sarney. Portanto. A idéia era sensibilizar as mulheres, também mães. Houve, por parte delas, a percepção em se apegar a uma das principais características do gênero feminino – o amor de uma mãe por um filho – conseguindo delas, antes dos maridos políticos, a compreensão da dimensão do

sofrimento em que viviam as mães e familiares dos desaparecidos. Naturalmente, o que as moveu foi o desespero de não saber notícias de seus entes queridos.

*São Paulo 11-6-87*

*Minha cara amiga D. Ermelinda*

*Há vários dias, venho pensando, por estar em falta com a sra, foi realizado aqui em S. Paulo dia 29, último, o lançamento do grupo Tortura Nunca Mais, foi muito válido pra nós, pela divulgação que houve, pela Televisão, Canal II, Canal 9, Canal 2, e no Bom Dia S. Paulo, todas entrevistas com o Luiz Eduardo, e alguns familiares, houve uma entrevista coletiva com toda imprensa, mas quase nada saiu apenas estas notas, que estou lhe enviando. Daqui pra frente é que nossa missão vai ser muito árdua, pelo desinteresse de muitos dos familiares, estamos solicitando de todos, que nos enviem um dossié, de cada um dos desaparecidos, é o que fico aguardando de sua parte, por gentileza, nos mande o quanto antes; o Dr. Luiz, quer organizar um grupo de familiares, para irmos a Brasília, na sua companhia, para fazer entrega ao Ministro da Justiça, para que o CDDPH – Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – se manifeste no nosso caso. Aqui fico aguardando sua atenção.*

*Obrigada da amiga Helena.*

A carta acima – a quinta e última, datada de 11 de junho de 1987 - trouxe, a exemplo das demais, as novidades do grupo e também os novos desafios a serem enfrentados pelo grupo com a criação do GTNM/SP – Grupo Tortura Nunca Mais de São Paulo - do qual D. Ermelinda tornou-se sócia desde a fundação. O grupo recém-fundado tinha como principal desafio integrar e manter o ânimo e a esperança dos familiares que, por muito descaso e falta de atenção do Estado, se encontravam desvinculados do núcleo central do grupo então criado. Os anseios e as esperanças de D. Helena nos pareceram renovados com a criação de uma entidade legalmente constituída e com o poder de representação e reivindicação legal perante os três poderes, a sociedade, e a imprensa.

#### 4.7 A perseverança substitui a angústia

Com o falecimento das duas amigas Cyrene e Helena, esta última em 28 de novembro de 1996, em São Paulo, aos 76 anos por complicações cardíacas - a correspondência de D. Ermelinda sofre uma modificação no que diz respeito ao compartilhamento da dor da perda e à esperança: da aproximação com outras mães e guerrilheiros do Araguaia passa para a comunicação com dirigentes do Partido que participaram da Guerrilha. Isso, embora acontecesse de forma acentuada, demonstrou primar, sobretudo, pelo interesse de ambas as partes pela divulgação e pelo esclarecimento dos fatos obscuros que envolveram o episódio da Guerrilha do Araguaia. Assim como demonstrou a carta enviada por D. Ermelinda a D. Elza, de 29 de junho de 1990:

*Porto Alegre, 29 de junho de 1990.*

*Prezada Elza Monnerat*

*Estou lhe enviando material que solicitou. Esses são os dados corretos das atividades que meu filho José Huberto desempenhou antes da participação na Guerrilha do Araguaia. Gostaria que esses dados constassem da biografia dele até a data de abril de 1966. Após essa data vocês estão mais bem informados do que eu. Desejo receber um exemplar da revista e também do seu endereço e telefone para alguma eventualidade que possa surgir. Despeço-me com um afetuoso abraço,*

*Ermelinda*

*E. M. B. – Rua Felipe camarão, 510/802*

*Tel. 3311.80.89*

*Cep. 90035-140*

E ainda na carta de 20 de julho do mesmo ano.

*Porto Alegre, 20 de julho de 1990.*

*Estimada Elza*

*Para complementar os dados que te enviei, hoje remeto mais duas fotos. Essas fotos são documento vivo das atividades sadias que o José Huberto cultivava. Junto vai um “Termo de Declarações” que prestei à Comissão dos Direitos Humanos da OAB-Secção do Rio Grande do Sul, em 1983. Esse documento podes colocar nos arquivos do PC do B ou dar o destino que achares mais adequado. Recebi um telefonema do Divo Pizzoni (leia-se Guisoni) quando esteve aqui em P. Alegre. Ele prometeu que me visitará na próxima viagem que fizer para cá. Será uma grande satisfação falar pessoalmente com ele. Despeço-me com um afetuoso abraço.*

*Ermelinda*

As duas pequenas cartas, acima, de D. Ermelinda dirigidas à comunista Elza de Lima Monnerat denotam um esforço contínuo de uma mãe na denúncia e esclarecimentos dos acontecimentos relacionados à Guerrilha do Araguaia. Tal esforço tomou nova feição à medida que novas publicações e iniciativas do Partido ganhavam força. A aproximação da dirigente Monnerat de D. Ermelinda mostrou um processo de definição, ainda que isoladamente, do Partido na reaproximação com as famílias dos desaparecidos políticos, haja vista que a dirigente Monnerat esteve presente nas primeiras iniciativas destes familiares quanto ao esclarecimento dos fatos, envolvendo as mortes e os desaparecimentos de dezenas de guerrilheiros do Araguaia.

A partir de dezembro de 1985, há uma franca preocupação do Partido em manter uma intensa aproximação com D. Ermelinda Bronca, por meio de cartões de felicitações de boas festas, telegramas de aniversários e periódicos partidários dos mandatos estaduais e nacionais, sempre com assinatura dos presidentes dos comitês regionais e nacionais. As palavras de João Amazonas eram brandas e

amáveis, como “*seu filho será sempre lembrado como um herói do Araguaia.*”<sup>404</sup> O material foi carinhosamente guardado por ela. É provável que isso tenha ocorrido com as outras três famílias dos guerrilheiros gaúchos desaparecidos.<sup>405</sup>

Infelizmente não foram encontradas cartas com as respostas a essas duas enviadas à Elza Monnerat. Foi encontrada apenas uma, mandada por Monnerat para D. Ermelinda, de quase um ano após o envio da última, de julho de 1990, que possibilita compreender a relação estabelecida entre ambas e a esperança que também Elza Monnerat manteve em poder enterrar os corpos dos guerrilheiros – que conhecera – na Guerrilha do Araguaia.

*Rio, 7 de maio de 1991.*

*Querida amiga Ermelinda*

*Estou lhe enviando hoje a revista do Grêmio, que custou CR\$ 850,00. Amanhã será posta no correio pelo reembolso postal. Dia 29 passado fomos a Xambioá para ver se conseguíamos encontrar os restos mortais do João Carlos, irmão da Sonia. Não encontramos os dele, mas uns que devem ser da Maria Lucia Petit e outros, possivelmente do Francisco Chaves. A revista “Isto é Senhor”, desta semana, dá uma notícia, pequena, porém boa da guerrilha, facilitando nossa luta.*

*Um abraço da amiga,*

*Elza*

O caminho encontrado por D. Ermelinda – embora doloroso – em continuar a manter correspondência com dirigentes e guerrilheiros sobreviventes do episódio do Araguaia teve, ao que parece, como motivação fundamental a determinação em manter viva a memória e dignificar a luta empreendida pelo filho.

<sup>404</sup> Texto grafado no cartão de felicitações de boas festas do PC do B com assinatura de João Amazonas Pedroso, de dezembro de 1994.

<sup>405</sup> No acervo particular de D. Ermelinda Bronca, constam cartões de felicitações de boas festas desde 1985, com a assinatura de diversos dirigentes nacionais, como João Amazonas, Sérgio Miranda, Renato Rabelo entre outros, e estaduais: Raul K. Carrion, Adalberto Frasson, Jussara Cony, Edson Silva, etc.

Percebemos a busca incansável por manter contato com pessoas que conviveram e conheceram o “Zé” durante o período de clandestinidade, a vontade de preencher, por meio das lembranças, o tempo de repressão mais dura em que o regime a impediu de viver com o amado filho. Assim, compreendemos a carta abaixo, em retribuição ao telefonema recebido do ex-guerrilheiro e ex-militante do PC do B, Dower Cavalcante, conhecido como *Domingos* na região do Araguaia.

*Porto Alegre, 3 de março de 1992.*

*Prezado Dower*

*Ainda sinto a emoção do teu telefonema e de tuas palavras tão carinhosas e confortadoras, pois foste um companheiro de lutas do Zé. Isto, para mim, é muito gratificante e fico, também, muito emocionada porque conviveste com ele. Despertei hoje, com os jornais da manhã, com um artigo sobre o teu trabalho e imediatamente passo a tuas mãos. Acho que ele será de grande importância para o esclarecimento e informação do povo brasileiro, sobre o que aconteceu no sul do Pará.*

A primeira parte da carta acima evidencia a importância dada à boa índole que o filho Jose Huberto demonstrou para os camaradas durante o breve período em que conviveu com Dower. O relato mostra ainda a plena e vigilante satisfação de D. Ermelinda em manter viva, pelos jornais e noticiários, a questão do Araguaia.

*Envio junto, dados sobre a vida do Zé aqui na nossa terra, até o momento que ele partiu, não mais retornando ao nosso convívio em 1966. Essa foto é da formatura da Escola Técnica Parobé em 1951. Junto, segue também, um Termo de Declarações que fiz junto à OAB – Secção do Rio Grande do Sul em 1983, sobre a participação do Zé na Guerrilha do Araguaia. Eu compareci, na década de 80, a várias reuniões sobre Direitos Humanos na Assembléia Legislativa do Estado e, inclusive tive uma entrevista com representantes da ONU para assuntos de desaparecidos políticos do Cone Sul, ocasião em que forneci todos os dados que poderia sobre o José Huberto. Atualmente, devido à minha avançada idade e condições de saúde, não freqüento mais as reuniões, mas estou a par de tudo o que ocorre aqui, através de um grande amigo, Jair Krischke e também por intermédio do Grupo Tortura Nunca Mais, de São Paulo, do qual faço parte.*

A segunda parte da carta salienta a preocupação de D. Ermelinda em fazer chegar até Dower a vida desconhecida de José Huberto, com a família antes de entrar na clandestinidade. Notamos também demonstração de afeto em doar a Dower – do acervo fotográfico da família – uma foto de “Zé” em um dos mais felizes momentos da vida de uma mãe, o momento da formatura de um filho. Assim, percebemos que, por mais tristes que possam ter sido as lembranças e relatos duros a respeito dos últimos dias da vida de José Huberto Bronca, D. Ermelinda preferiu acalantar a dor da perda com uma foto que mostra um menino feliz com um sorriso angelical, como ela certamente o via. Ela demonstra também, incessantemente, a necessidade – a exemplo das mães argentinas da Praça de Maio – de falar a todos da sua luta, dos eventos dos quais participou e justificar, sem necessidade, as razões que a impediam de se deslocar e compartilhar com outros familiares a busca pelos restos mortais do filho. Isso pareceu fazer parte do universo da luta, que, embora tenha assumido outra dimensão, circunscrevendo-se no âmbito da denúncia nos órgãos de defesa de Direitos Humanos e entidades, tornando-a, justificadamente, símbolo nacional da luta dos familiares de desaparecidos políticos durante o regime ditatorial. Ao final, na terceira e última parte da carta, a fala de D. Ermelida sintetiza o sentimento de alegria e prazer em poder reacender pelas mãos de Dower, na produção de seu livro, os acontecimentos do Araguaia. Ela traduz, em simples e fraternas palavras, a luta do filho pela desigualdade social no Brasil. Isso demonstra, de alguma forma, que D. Ermelinda era conhecedora das atividades, embora sem a dimensão do perigo que representava à época, atividade desenvolvidas pelo filho na capital gaúcha.

*Tive uma satisfação muito grande em falar contigo por telefone e fiquei emocionado com as referências que fizeste ao Zé. Realmente, aqui ele foi um exemplo como pessoa e como cidadão, sempre preocupado em amenizar a injustiça social que existe no nosso país. Sei que o livro está em fase de conclusão e pediria que me enviasse dois exemplares: um para a minha biblioteca particular e outro, para eu presentear ao meu amigo e grande batalhador pela causa dos Direitos Humanos, o Dr. Jair Krischke. Como as despesas de impressão são muito grandes, peço que me envies os exemplares por reembolso postal. Gostaria que acusasses o recebimento desta minha correspondência. Envio um afetuoso abraço de todos os meus familiares, particularmente de minha filha Maria Helena, que é tua colega de profissão. Despeço-me com um carinhoso abraço e votos de saúde e muita disposição para enfrentar esta luta que é árdua e que continua em nossas vidas, apesar de decorridos todos esses anos. Ermelinda*

*Ermelinda Mazzaferro Bronca.  
Rua Felipe Camarão 510/ ap. 802  
Cep. 90035-140 – Porto Alegre – RS  
Tel: (51) 3311.80.89*

Ao final da carta, D. Ermelinda deu a entender que era uma estudiosa do tema do Araguaia, ao solicitar a Dower, dois exemplares do livro: um para a sua biblioteca particular e outro para presentear a um amigo, Jair Krischke. Transparece ainda a preocupação em recuperar permanentemente o conflito do Araguaia, estendendo o teor da informação e da denúncia para outras esferas e a outras pessoas, neste caso, o representante do MJDH/RS – Movimento de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul – Jair Krischke, ao relatar interesse em presenteá-lo com a obra de Dower Cavalcante.

A procura permanente pelo corpo do filho que marcou um grande período da vida de D. Ermelinda, infelizmente, só teve fim com sua morte aos 10 dias do mês de dezembro de 2003, aos 97 anos de idade. Encerrava-se, assim, apenas com a morte, a luta que esta mãe, a última dos quatro gaúchos desaparecidos no Araguaia, travou em busca do corpo do filho. Durante todo esse tempo, mais de 20 anos, depositou a esperança em, praticamente, todos os políticos que

assumiram a presidência da República. Deles obteve muitas promessas e, enfim, recebeu de Fernando Henrique Cardoso, em 1996, em solenidade histórica no Palácio do Planalto, por ocasião do lançamento do Programa Nacional de Direitos Humanos, uma “reparação” do Estado, tornando-se o primeiro membro familiar no Brasil a receber do governo federal uma indenização, doada integralmente para o GTNM/SP, pelo desaparecimento de seu filho, morto pela Ditadura. Depois disso, pela incansável luta em favor dos desaparecidos, recebeu do governador Olívio Dutra a comenda máxima do Estado do Rio Grande do Sul, Negrinho do Pastoreio. Viveu o suficiente para ver o nome filho virar nome de rua no Rio de Janeiro e no Bairro Sarandi, em Porto Alegre, aqui por iniciativa de outro comunista, Raul Carrion. Viveu também para ver Lula se tornar presidente e renovar, em vão, suas esperanças em ver esclarecido os fatos obscuros, envolvendo o desaparecimento de seu filho – e dos outros – na Guerrilha do Araguaia.

## CONCLUSÃO

### **A preservação da memória da Guerrilha e o “dever” de (re)contar a tragédia do desaparecimento dos quatro guerrilheiros gaúchos do Araguaia**

A tragédia que se abateu sobre as quatro famílias dos guerrilheiros do Araguaia deixou marcados aqueles que conviveram com os desaparecidos e os que viveram à sombra da memória de uma grande e irreparável perda que se constituiu, na maioria destas famílias, um assunto-tabu, como um trauma que se evita enfrentar. Podemos, então, entender as dificuldades em que viveram – e ainda vivem – os familiares destes gaúchos em externar suas angústias ao relatar suas memórias sobre as circunstâncias que envolveram os desaparecimentos de seus entes queridos conforme a observação de um familiar de um destes desaparecidos políticos: “*Também é um fenômeno interessante, que não se fala muito, mas as famílias que tem uma pessoa com essa trajetória, ficam marcadas com a dor, e a dor faz a gente se fechar para qualquer envolvimento.*”<sup>406</sup>

Estudos feitos por psicólogos com as mães argentinas da Praça de Maio apontaram que a dor da perda de um filho, diagnosticada por muitos especialistas como a maior dor em perdas sentimentais, mais suportável para estas mulheres, mães, do que para os homens, pais, que morreram, pouco tempo depois dos desaparecimentos dos filhos.<sup>407</sup> Também, no caso específico do Araguaia, estas quatro mães gaúchas - Anita, mãe de Paulo Mendes Rodrigues; Ermelinda, mãe de José Huberto Bronca; Ilma Link, mãe de João Carlos Haas Sobrinho; e Eloah

---

<sup>406</sup> Depoimento de Sônia Haas, irmã caçula de João Carlos Haas, à Melissa da Rosa Wonghon em 20 de maio de 2001.

<sup>407</sup> Segundo o relato de Hebe de Bonofini, presidente das MÃes da Plaza de Mayo, a revista Caros Amigos, n. 68, de dezembro de 2002. Pág.34.

Brum, mãe de Cilom Cunha Brum - conviveram com grande dor pela perda dos filhos durante todo o tempo que lhes restou de vida. Semelhanças ainda maiores marcam as *madres* argentinas e as *mães* brasileiras do Araguaia. Todos os pais dos desaparecidos políticos do Araguaia - com exceção do pai de Paulo Rodrigues, morto quando ele ainda era criança – morreram antes de suas esposas, pouco tempo depois do desaparecimento de seus filhos. Provavelmente, sem habilidade para externar suas angústias, os homens padecem mais rapidamente, do que a mulher, diante da perda de um filho. “*Segundo os psicólogos, os homens não falam, não gritam, não reagiram, não se salvaram.*”<sup>408</sup>

Com efeito, obstáculos para estes familiares foi conviver com a memória da tragédia do desaparecimento do ente querido na condução normal de suas vidas. A memória traumática de falar sobre este assunto ficou evidente ao longo do processo de coletas de depoimentos para a produção desta dissertação. Ao mesmo tempo, mostrou-se evidente, entre os membros das famílias entrevistadas, um sentimento de saudosismo e amor em relação aos feitos dos entes desaparecidos bem como o orgulho que tinham diante da coragem e ousadia com que os desaparecidos deram suas vidas. A fala de um familiar de um destes desaparecidos define e sintetiza estes sentimentos “*Ele fez uma opção corajosa e com muita convicção. Eu não exageraria se dissesse que ele morreu como um herói*”<sup>409</sup> Idêntico relato fez D. Ermelinda sobre seu “Zé”: “*Meu filho, José Huberto*

---

<sup>408</sup> Idem.

<sup>409</sup> Depoimento de Lino Brum Filho ,a Deusa Maria de Sousa, Porto Alegre em setembro, de 2005.

*Bronca, era um idealista e queria um Brasil com justiça social, onde os direitos humanos fossem respeitados. Por isso, nos orgulhamos da opção que ele fez.*<sup>410</sup>

No mesmo sentido, o convívio com o sofrimento e a dor da perda levou muitos familiares – de primeira e segunda geração – a viverem um processo de ausência permanente e, como eles mesmos justificam, buscassem, mesmo de forma inconsciente, nas profissões escolhidas um fundo de razão para compreender a opção da luta empreendida pelo ente desaparecido. Evidencia-se, assim, a permanência marcante de uma memória traumática. O relato da irmã de um dos desaparecidos nos aponta para esta perspectiva.

(...) Na verdade, eu fui conhecer o interior do Brasil, buscando por ele – *João Carlos Haas* – Fui para o Norte e conheci um mundo que, no Rio Grande do Sul, não se conhece. Fui para o Pará, fui para Goiás, para Tocantins. Eu me encantei com o povo brasileiro e quis conhecer mais. Eu não conheço a Europa nem conheço os Estados Unidos. Eu conheço o Brasil, Cuba, Chile, Argentina, Uruguai. Sempre me interessei mais pelo que é nosso. Isso me marcou. Eu sempre procurei ler coisas que falassem do povo brasileiro, já que meu irmão, afinal, deu a vida por ele, então eu sempre quis entender melhor isso. Acabei caindo num lugar que tem essa característica e me sinto bem. (...) É inegável que tem a influência do meu irmão nisso.<sup>411</sup>

Embora passados mais de 30 anos, estas memórias encontram ressonância nas novas gerações com desdobramentos e representações desta dor possíveis, sobretudo, no regime com liberdade de expressão – ausentes na Ditadura – e por meio das inovações tecnológicas dos veículos de comunicação, como as mensagens eletrônicas ou e-mails funcionam como “cartas-testemunho”, como demonstram os relatos de dois familiares de um destes desaparecidos políticos do Araguaia, enviados a seus respectivos pais em alusão à solenidade de

<sup>410</sup> Depoimento de D. Ermelinda Bronca, a Raquel Padilha da Silva, em dezembro de 1999.

<sup>411</sup> Depoimento de Sônia Haas, irmã de João Carlos Haas Sobrinho, ao *IHU On-Line*, ano 4, n. 85, 5 abr. 2004. Na época da entrevista, Sônia Haas residia em Cacha Pregos, um vilarejo da Ilha de Itaparica, na Bahia.

entrega do Prêmio Resgate Histórico de Jornalismo, promovido pelo MJDH/RS em Porto Alegre, em 10 de dezembro de 2003. Neste prêmio jornalístico, foram vencedoras duas reportagens de rádio e de televisão, que tiveram como tema central a guerrilha do Araguaia e seus desaparecidos.<sup>412</sup> Eis o primeiro depoimento aludido:

*Querida mãe,<sup>413</sup>*

*Fiquei muito contente e emocionada ao saber que os familiares dos gaúchos mortos na Guerrilha do Araguaia foram escolhidos como destaque do ano de 2003 pelo Movimento de Justiça de Direitos Humanos. Isso muito me sensibilizou, pois me encontro desempenhando atividade como enfermeira em saúde pública no município de Santa Terezinha do Tocantins, distante sete quilômetros de Nazaré, cidade onde supostamente foi morto meu tio Cilon no natal de 1973.*

*Coincidentemente, em um concurso federal, entre centenas de cidades, quis o destino que eu viesse parar nesta região, ainda em condições adversas, se comparada com a realidade aí do sul: com precárias condições sociais e de extrema pobreza. A população desta região onde me encontro hoje não tem a mínima noção das dimensões dos fatos ocorridos naquela época. Os jovens desconhecem totalmente o acontecido, os mais velhos ainda relutam, com receio de debater sobre os acontecimentos, apenas relatam que as condições eram de precariedade total. Não podemos negar que estes fatos pertencem à história recente do Brasil e precisam e devem ser esclarecidos. Espero que, em breve, possamos resgatar os restos mortais de meu tio Cilon e dos demais brasileiros mortos aqui nesta região, para que no mínimo tenham uma sepultura digna. Mande lembranças para todos,*

*Um beijo*

*Alessandra Brum Vargas*

Na mesma ocasião, outro familiar levou consigo, para evento da premiação, uma segunda “carta” enviada por outra sobrinha de Cilon Cunha Brum, a afilhada que ele veio batizar em sua última visita a Porto Alegre em 1970, sobre suas

<sup>412</sup> A 20ª edição do Prêmio anual de Resgate Histórico, promovido pelo MJDH/RS teve como vencedoras a jornalista do programa Via Legal, da TV Justiça, Vera Carpes, primeira colocada em TV, na qual faz uma reportagem da trajetória de três gaúchos na região do Araguaia: Paulo Mendes Rodrigues, Cilon Cunha Brum e João Carlos Haas Sobrinho, e Anelice Bolzan, primeiro lugar em rádio. Disponível em: [www.vermelho.org.br/diario/2003/1218/1218\\_guerrilha\\_premios.asp](http://www.vermelho.org.br/diario/2003/1218/1218_guerrilha_premios.asp) Acesso em: 18 jan. 2003.

<sup>413</sup> Idem. Mensagem eletrônica de Alessandra Brum Vargas à sua mãe Tânia Brum, irmã caçula de Cilon, em dezembro de 2003.

recordações deste episódio em sua infância. Esta segunda “carta” surgiu da idéia da filha do irmão de Cilon – Lino Brum Filho – em materializar no papel todas as impressões e sentimentos obscuros que fazem parte da história de sua vida e do tio desaparecido.

A história de meu tio, Cilon Cunha Brum, me acompanha desde minhas primeiras lembranças. Quando eu nasci, ele desapareceu. Talvez por isso sua imagem faça parte do meu imaginário até hoje. Como existe uma fronteira muito tênue entre imaginação e memória, me empenhei em entender melhor os fatos não falados e as sensações que pairavam no ar durante a minha infância. Nesta busca pessoal, descobri um capítulo escondido da história do país. Meu tio é um dos desaparecidos políticos da Guerrilha do Araguaia.

Em 1944, em São Sepé, Rio Grande do Sul, nasceu meu pai. Dois anos depois, foi a vez do meu tio. Dos oito filhos dos meus avós, foram aqueles que optaram pela cidade grande, em busca de melhores condições de estudo.<sup>414</sup> Foi com esse objetivo que, em meados da década de 60, meu pai e meu tio foram morar em Porto Alegre. Enquanto o meu pai permaneceu na capital gaúcha. O tio foi trabalhar em uma agência de publicidade de São Paulo.

Já era 1971 e finalmente entrei nesta história. Lá estava eu na barriga da minha mãe, enquanto o Brasil ainda vivia a empolgação da Copa vencida no ano anterior. Nasci em maio e meu tio foi escolhido para ser meu padrinho. Foi a última vez que teve contato com a família. No final de julho, meu pai recebeu um bilhete do irmão, dizendo que ia viajar. Ele nunca mais voltou.

Cresci em meio a sensações não explicitadas, segredos e cochichos, e não entendia a profundidade e gravidade do desaparecimento do meu tio. Assim como meus pais e toda nossa família, eu acalentava a idéia de que um dia ele iria aparecer com um presentão de batismo atrasado. A questão mais dolorida era a do desaparecimento. Mas era sobretudo sentida, não era algo verbalizado. Estava ali, no ar, todo o tempo. Ninguém falava nada, mas um dia um primo deixou escapar: teu padrinho fez coisa errada. Eu ficava me perguntando o que ele teria feito de tão errado assim. Mesmo sem saber quem ele era, meu tio foi se tornando um herói na minha imaginação de criança.

Há pouco tempo, meu pai contou-me que, em 1978, o exército disse que meu tio estava em Paris, paraplégico. Meu pai foi atrás de mais informações, mas o alívio se revelou mentira. Meus avós, que assim como toda a família nunca estiveram envolvidos com a política, morreram sem saber se o sétimo filho deles estava vivo ou morto. Em 1979, foi divulgada a lista dos desaparecidos políticos durante a ditadura e lá estava o nome do meu tio. A sensação estranha do desaparecimento ficou mais forte. Desapareceu como? Onde? Por quê? Meu pai não gostava de falar no assunto e na escola nem a professora sabia o que tinha sido a Guerrilha do Araguaia. Era tudo muito estranho...

---

<sup>414</sup> Trecho retificado - por solicitação da autora - da versão disponível em: [www.vermelho.org.br/diario/2003/1218/1218\\_guerrilha\\_premios.asp.ac](http://www.vermelho.org.br/diario/2003/1218/1218_guerrilha_premios.asp.ac) acessado em 23/11/2005.

Fomos todos vivendo. Quando eu já era uma mocinha, muito preocupada em namorar, ganhei um livro de capa vermelha sobre os anos de chumbo do Brasil. O quebra-cabeça foi sendo montado, enquanto eu ainda via meu pai às voltas com documentos e telefonemas sobre meu tio.

Em 1995, foi minha vez de fixar residência em São Paulo. Neste mesmo ano, meu pai pediu que eu fosse a uma reunião de desaparecidos do Araguaia. Aí a realidade que eu tanto buscava bateu de frente comigo. Logo depois, o governo brasileiro reconheceu como oficialmente mortos meu tio e outros mais de cem brasileiros. Até hoje, os arquivos sobre a Guerrilha do Araguaia nunca foram abertos e o que se passou lá oficialmente não aconteceu. Assim como esta parte da história brasileira não foi contada, a história do meu tio ainda não teve um ponto final. A busca pela história do meu padrinho me fez conhecer um capítulo importante da história do meu País. São Paulo, 8 de dezembro de 2003.

Liniane Haag Brum

Os relatos acima são extremamente reveladores, pois evidenciam a dimensão da memória traumática, e seus reflexos durante o restante da vida e permanência do convívio com uma grande perda. A irmã caçula de Haas explicitou desta forma sua infância diante da perda do irmão. “Então eu tive que fazer todo um trabalho, assim, de compreender porque que fui buscar... Porque foi um rombo que ficou na minha infância, na minha formação, que ele era um exemplo, uma referência pra mim, que, de repente, eu não tive mais, que eu perdi de uma forma meio inexplicável (...).”<sup>415</sup> Tais implicações da perda e dos traumas foram os fatores explicitados pela depoente: “Até que eu consegui juntar minhas forças, e também, claro, que com acompanhamento psiquiátrico e tudo, enfrentar a realidade de ir até a região onde ele morou, que não fácil (...).”<sup>416</sup>

Publicar livros, produzir documentários, doar o acervo pessoal sobre o ente desaparecido e a luta de sua mãe, procurando-o, são refúgios que alguns destes familiares gaúchos dos desaparecidos do Araguaia buscaram para canalizar a dor da ausência, transformando-a em força. A irmã caçula de Haas anunciou que irá

---

<sup>415</sup> Sônia Haas.

<sup>416</sup> Idem.

publicar um livro que visa a registrar a trajetória do irmão até a região do Araguaia, como destacou:

O nome do livro é *Berlinda da Lua Cheia*, em homenagem à juventude do Araguaia, que brincava suas cantigas de roda e demais atividades ao luar, na beira-rio. Na época dos anos 70, os guerrilheiros brincavam juntos. A idéia é um impulso de registrar para não perder, de contar o que vivi e o que sei, de não deixar "escapar" a história que está nas nossas mãos. Minha vivência foi tão rica em função desta trajetória de meu irmão que não posso deixar passar em branco. E meu pai me pediu que tudo que eu descobrisse do João eu guardasse para meus sobrinhos (que são 16!!) saberem no futuro. Hoje muitos deles já entendem bem a história e têm interesse, e creio que é um sintoma da geração que foi excluída desta informação, deste período da história. Nas minhas palestras, eu friso que o mundo em que ocorreu isso era totalmente diferente, e o contexto era outro, e precisamos resgatar esta história para não repeti-la, ou ignorá-la. São pessoas como o João que fazem o mundo ser melhor, e nos trazem esperança, e isso deve ser mostrado e falado às novas gerações. "Quem faz história, somos nós", costumo dizer.<sup>417</sup>

Do mesmo modo, a afilhada de Cilon produz, no atual momento, um documentário que também visa a enfatizar a biografia do tio e sua trajetória, e de outros familiares do Araguaia, na busca do ente querido. Helena Mazzaferro Bronca reuniu forças, no final de 2005, após dois anos do falecimento de D. Ermelinda, para doar a um acervo público todo o material referente a este episódio reunido pela mãe nestes quarenta anos de ausência de José Huberto. Ela sintetizou sua ação da seguinte maneira: "Sinto-me como se estivesse enterrando o Zé. Quero que outras pessoas possam pesquisar sobre ele e sobre a luta de minha mãe à procura dele. Sinto-me feliz em fazer isso."<sup>418</sup> O episódio do Araguaia, que envolve o desaparecimento de quatro gaúchos, passados mais de trinta anos após seu final, se reflete de várias maneiras na memória daqueles que

<sup>417</sup> Relato de Sonia Haas, a Deusa Maria de Sousa, em 23/01/06, via correio eletrônico .

<sup>418</sup> Depoimento de Maria Helena Bronca, a Deusa Maria de Sousa, sobre sua doação ao Acervo da Luta Contra a Ditadura, em 13 de dezembro de 2005, em Porto Alegre.

sofreram, direta ou indiretamente, a dor da perda brusca e irreparável. À sombra desta memória traumática floresceram: angústia, choros contidos, lágrimas sufocadas por um tempo amargo e duro que tanto os familiares mais próximos, pais e irmãos, como os que nasceram após o desaparecimento dos guerrilheiros sofreram, de outra forma, mas talvez, na mesma medida, com as atrocidades cometidos contra a vida e a liberdade daqueles que sonharam um mundo e uma vida mais digna.

Desse modo, o episódio da Guerrilha do Araguaia transpassa os familiares dos desaparecidos, pela dor e pelo trauma de encaminhar uma nova etapa, ao pretender tornar pública para o Brasil a história sobre este episódio e seus atores diretos e indiretos e, às suas maneiras, acalentar as dores incontidas destas quatro famílias durante tanto tempo de espera interminável por dar-lhes sepulturas dignas. Toda a efervescência da imprensa em torno dos arquivos e episódio do Araguaia demonstra que este último e tenebroso episódio da história recente do Brasil é um capítulo inacabado e vergonhoso pelo qual o Estado brasileiro deve prestar esclarecimento para a sociedade brasileira e, principalmente, para os familiares dos guerrilheiros, vítimas diretas do Estado opressor que matou e ocultou os cadáveres daqueles que se levantaram contra ele. A saga dos guerrilheiros do Araguaia vive, hoje, em cada ação, ainda que isolada, dos familiares e outros que se debruçam para recuperar esta página bruscamente arrancada da história de nosso país.

## Considerações Finais

Quando iniciei meus estudos sobre o tema do Araguaia, não tinha dimensão do objeto sobre o qual iria me debruçar. Foi um caminho de pesquisa fascinante, mas, ao mesmo tempo, uma história dolorosa e cheia de “mistérios” da alma humana. No início, minha pretensão era trabalhar com as fontes militares, ou os relatórios das operações, os chamados arquivos “secretos” que estão amplamente espalhadas nas redações dos maiores jornais brasileiros. Entretanto, logo percebi que, por causa da dor e da resignação dos familiares dos guerrilheiros gaúchos a “memória” de seus familiares e seus acervos particulares guardavam um tempo passado, interrompido à força que mereciam maior atenção. Pude constatar que as memórias dos colegas, amigos e pessoas próximas se constituíram em um lugar-convite, como uma sala escura com três cadeiras – a do depoente, a do desaparecido e a vazia – esta última destinada a quem estivesse disposto a ouvi-los. E eu estava! Pela vontade de encontrar as memórias “perdidas” ou talvez “esquecidas” me desloquei, em dois momentos diferenciados – sem auxílio algum de bolsa de fomento à pesquisa – para Brasília e Goiânia. A primeira vez ainda durante o primeiro semestre do Programa de Mestrado. Lá encontrei-me com guerrilheiros e moradores sobreviventes. Constatei que eles mantêm uma lembrança muito presente dos fatos ocorridos na região do Araguaia e de seus principais protagonistas. Percebi, na dureza e na simplicidade do povo do interior do Brasil, que o tempo passa, mas os sentimentos e o respeito por aqueles a quem se ama não mudam.

Parti para Brasília com o intuito de fazer contato com os jornalistas e pesquisadores daquela região, que se debruçavam sobre o tema. Conheci um grande historiador que, há dez anos, percorreu de carro toda a região do conflito e coletou dezenas de depoimentos que me auxiliaram substancialmente nas hipóteses levantadas nesta pesquisa. Ao voltar para o Rio Grande me convenci, como já havia defendido na banca de seleção, que a história da Guerrilha do Araguaia e seus atores pertencem à história do Brasil, a cada rincão distante do país, sobretudo naqueles lugares onde nasceram e cresceram os guerrilheiros que se tornaram mito. Desse modo, senti-me inquirida a pesquisar mais sobre as trajetórias dos gaúchos e buscar entender suas vidas comuns e as militâncias veladas aqui e fora do Estado. Encontrei uma maneira de “reconstruir”, de forma contrária, o que durante muito tempo o regime ditatorial fez por meio da imprensa, quando transformou simples cidadãos brasileiros em inimigos do Estado. Deparei-me com um grande material humano que redimensionava os guerrilheiros gaúchos a cidadãos, amigos, a pessoas comuns.

A perspectiva deste trabalho foi humanizá-los. Foi dar voz e vez para as coisas comuns e rotineiras que estes quatro homens gostavam de fazer e das quais foram bruscamente impedidos. Também foi analisar as consequências de terem sido arrancados da convivência com as pessoas que amavam por causa de suas convicções políticas. Adentrei-me no mundo dos familiares, dos amigos, dos colegas de trabalho e de escola que relataram situações rotineiras que, já naqueles momentos, davam indícios das personalidades contestadoras dos quatro personagens. Devo destacar que o contato humano me marcou intensamente de duas maneiras: dentro e fora do Rio Grande do Sul. Na região Norte, onde conheci

o povo e as localidades onde ocorreu o conflito, deparei-me com uma gente sofrida, abandonada pelo poder público e vivendo, mesmo passados mais de trinta anos e de todas as melhorias do Estado ditatorial, em meio à água poluída e a uma situação de violência e desconhecimento permanente da Lei. Fui recebida com simplicidade, mas com muita simpatia, o que é peculiar naquela região. Houve um processo de identidade, pois sou piauiense e pude decifrar muitas credices e mitos nas falas daquela população. Há, porém, o medo permanente que habita, ainda, grande parte dos depoentes que procurei. Apesar disso, depois de tanto tempo, muitos deles, pela aplicação da lei 9.140, têm falado o que viram e viveram, e além disso, têm apontado para cemitérios clandestinos, onde, provavelmente, muitos dos guerrilheiros foram enterrados.

Aqui no Rio Grande tive também contato com uma memória rica, porém dolorosa. Fiz, durante mais de seis meses, diversas viagens a Porto Alegre, São Sepé, Balneário Pinhal. Os contatos iniciais com as pessoas foram feitos por telefone. Houve um processo de preparação emocional, de minha parte, para poder manter contato inicial sobre o assunto tão delicado. Houve a inquietação de ambas as partes, que foi, aos poucos, sanada à medida que fui me aproximando dos familiares e amigos e conquistei o direito de ouvi-los. Foi uma experiência única. Nas memórias das pessoas que conheceram os desaparecidos, sua presença é permanente e se tornou um evento marcante, que demarcou a vida deles, antes e depois de tal episódio. Foram aulas práticas, durante meses, dos processos de cuidados e “segredos” que envolvem as questões relacionadas ao estudo da memória. Isso demonstrou que, tanto aqui no Rio Grande do Sul, quanto na região do Araguaia, apesar dos “desaparecimentos”, os quatro

guerrilheiros gaúchos mantêm-se vivos nas lembranças daqueles que com eles conviveram e principalmente nas iniciativas de preservação de suas memórias que começam a surgir pelo Brasil.

A validade desta pesquisa fica constatada por ter como premissa inicial o estudo das trajetórias dos gaúchos desaparecidos durante o conflito do Araguaia e a angústia de seus familiares, tema com produção acadêmica inédita até o presente estudo. Os depoimentos e a utilização dos acervos familiares também demonstraram a validade e a importância destas fontes para a construção da perspectiva que se buscou desenvolver. Entretanto, pelo período exíguo do mestrado, muitas perspectivas e análises foram apontando caminho para futuras pesquisas que merecem, certamente, com maior tempo e fomento para sua produção.

Ao final da produção dessa dissertação, ficou evidente meu crescimento pessoal, como pesquisadora, e a certeza de que muito há ainda para se pesquisar sobre o tema do Araguaia e também sobre as outras vítimas que foram acometidos profundamente com a “morte” sem túmulo: a população e os familiares dos desaparecidos no Araguaia.

## ACERVOS PESQUISADOS

Acervo da 1<sup>a</sup> Auditoria da 3<sup>a</sup> Circunscrição da Justiça Militar do Rio Grande do Sul

Acervo da 2<sup>a</sup> Auditoria da 1<sup>a</sup> Circunscrição da Justiça Militar de São Paulo

Acervo da Indústria Michelletto – Canoas/RS

Acervo da Luta Contra a Ditadura – Porto Alegre

Acervo da Universidade Militar do Rio Grande do Sul de Cruz Alta

Acervo do Colégio Parobé – Porto Alegre/RS

Acervo do Colégio Pio XVII – Porto Alegre/ RS

Acervo do Conselho Regional de Economia- CORENCON/ Porto Alegre

Acervo do Departamento de Ordem e Política do Estado do Paraná - DOPS/PR

Acervo do Ginásio Estadual Tiarajú – São Sepé/RS

Acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul/MJDH/ Porto Alegre/RS

Acervo Pessoal de Deusa Maria de Sousa – NH/RS

Acervo Pessoal de Eumano Silva – DF/RS

Acervo Pessoal de Gregório Mendonça- Balneário Camburiú/ RS

Acervo Pessoal de Lino Brum Filho – Porto Alegre/ RS

Acervo Pessoal de M.C.A.- Porto Alegre/ RS

Acervo Pessoal de Maria Helena Mazzaferro Bronca – Porto Alegre/ RS

Acervo Pessoal de Romualdo Pessoa Campos Filho – Goiânia/ RS

Acervo Pessoal de Taís Morais – DF/RS

Acervo Pessoal de Vilson Ferreira Pinto – Porto Alegre/ RS

Museu da Varig – Porto Alegre/ RS

## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

### Artigos e Capítulos de Livros

BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos & Abusos da História Oral*. SP: Ed. FGV, 2002 (5 ed). P. 219-229.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos & Abusos da História Oral*. SP: Ed. FGV, 2002 (5 ed). P.183-192.

CYTRYNOWICZ, Roney. O silencio do sobrevivente: diálogo e rupturas entre memória e história do Holocausto. Cap. 4 In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org). *História, Memória, Literatura. O testemunho na Era das Catástrofes*. SP: Editora Unicamp, 2003. p. 125 – 140.

PASSERINI, Luisa. A “lacuna” do presente. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos & Abusos da História Oral*. SP: Ed. FGV, 2002 (5 ed). P. 211-214.

POLLAK, MICHAEL. Memória, Esquecimento, Silencio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, p. 3-15, 1989.

SCHIMDT, Benito Bisso. Grafia da Vida: reflexões sobre a narrativa biográfica. *História - Unisinos*. São Leopoldo: Unisinos, v.8 , n.10. p.131-142. 2004.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. A história como trauma. In: NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio. Reflexões sobre a memória, a história e o esquecimento. Cap. 1. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org). *História, Memória, Literatura. O testemunho na Era das Catástrofes*. SP: Editora Unicamp, 2003. p. 59-90.

MARTINS FILHO, João Roberto. *A educação dos Golpistas: cultura, influência francesa e golpe de 1964*. Disponível em: [www.history.umd.edu/HistoryCenter/2004-05/conf/Brazil64/papers/jmartinsport.pdf](http://www.history.umd.edu/HistoryCenter/2004-05/conf/Brazil64/papers/jmartinsport.pdf)

ROLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro, Mauad, 2001.

### Monografias, dissertações e teses

Carrion, Raul K. M. O Partido Comunista do Brasil no Rio Grande do Sul (1922-1929). Monografia Acadêmica do curso de bacharelado em História, Porto Alegre UFRGS, 1999.

MANCUSO, Amanda. *O Brasil “vai à guerra”: uma análise de duas experiências de combate e suas repercussões na atualidade*. São Carlos, UFSCarlos, 2003. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal de São Carlos, 2003.

WONGHON, Melissa da Rosa. João Carlos Haas Sobrinho: História e Memória. Monografia de conclusão do curso em licenciatura em História. Unisinos, São Leopoldo, 2002.

SALES, Jean Rodrigues. *Partido Comunista do Brasil - PC do B: propostas teóricas e prática política - 1962- 1976*. (Dissertação de mestrado em História) Unicamp, 2000. Pág. 98.

### Bibliografia

AMAZONAS, João et.al. *Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1984.

AMAZONAS, João. 30 anos de confronto ideológicos. São Paulo: Anita Garibaldi, 1990.

ARANTES, Aldo e LIMA, Haroldo. *História da Ação Popular: da JUC ao PC do B*. São Paulo: Ed. Alfa Omega, 1984.

ARNS, D. Paulo Evaristo. *Brasil Nunca Mais : O perfil dos atingidos*. São Paulo: Vozes, 1985.

ARNS, D. Paulo Evaristo. *O perfil os atingidos*. São Paulo: vozes, 1985.

BAMBIRRA, Vânia. *La revolución cubana: uma interpretación*. Santiago: ed. Nuestro Tiempo, 1973.

BERCHET, Verônica. *Coração vermelho: a vida de Elza Monnerat*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002.

BERTOLINO, Osvaldo. *Maurício Grabois: uma vida de combates – da batalha das idéias ao comando da guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 2004.

BERTOLINO, Osvaldo. *Testamento de Luta: a vida de Carlos Danielli*. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 2002.

BONNET, Coronel Gabriel. *Guerrilhas e revoluções*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1968.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade – Lembrança de velhos*. São Paulo. T.A. Queiroz/ Edusp, 1987.

CABRAL, Pedro Correa. *Xambioá: guerrilha no Araguaia*. Rio de Janeiro: Record, 1993.

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerilha do Araguaia: a esquerda em armas*. Goiania: Editora da UFG, 1997.

CARVALHO, Luis Maklouf. *O coronel rompe o silencio*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1982.

CLAUZEWITZ, Carl Von. *Da guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

D'ARAUJO, Maria Celina (Org.). *Os anos de chumbo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

DE GAULLE, General. *Memória de guerra: a vitória 1944-1946*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1979.

DIAS, Reginaldo Benedito. *Sob o signo da revolução brasileira*. Maringá: Eduem, 2003.

DORNELES, João Ricardo. *O que são Direitos Humanos*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.

DREIFUS, René Armand. *1964 – a conquista do Estado: ação política, poder e Golpe de classe*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1981.

FELIX, Loiva Otero. *História e Memória: a problemática da pesquisa*. Edupf, Passo Fundo, 2004.

FUCIK, Julius. *Reportagem sob a força*. Ed. Avante. Praga, 1975.

GASPARI, Élio. *A Ditadura escancarada – as ilusões armadas*. São Paulo: Cia das letras, 2002.

GOMES, Angela de Castro (org). *Escrita de si, escrita da história*. RJ: ed. FGV, 2004.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Edusp, 2000.

GUEVARA, Ernesto Che. *A guerra de guerrilhas*. Havana: Edições Futuro LTDA.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, Ed. Revista dos tribunais, 1990.

HOBSBAWN, Eric. *Revolucionários*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HOBSBAWN, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MIR, Luis. *A Revolução impossível*. São Paulo: Best Seller, 1994.

MIRANDA, Nilmário e TIBÚRCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo: mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo: Boitempo editorial, 1999.

MORAIS, Tais e SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

NOVA, Cristiane e NÓVOA, Jorge. *Carlos Marighela – O homem por trás do mito*. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

POMAR, Wladimir. *A revolução Chinesa*. São Paulo: Ed. Unesp, 2003.

POMAR, Wladimir. *Araguaia: o Partido e a Guerrilha*. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

PORTELA, Fernanda. *Guerra de guerrilhas no Brasil*. 3<sup>a</sup> ed. São Paulo: Global Debates, 1980.

REBELO, Apolinário. *Jornal A Classe Operária: aspecto da história, opinião e contribuição do jornal comunista na vida política nacional*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2003.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: brasiliense, 1989.

RICOEUR, Paul. *Teoria e Interpretação*. São Paulo: Ed. Brasil LTDA, 1976.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Edusp, 1993.

SÁ, Glênio. *Relato de um guerrilheiro*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1990.

SANT-PIERRE, Hector Luis. *A política Armada – Fundamentos da guerra revolucionária*. São Paulo: ed. UNESP, 2000.

SAUTCHUCKI, Jaime. *Luta Armada no Brasil: nos anos 60 e 70*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1995.

TELES, Janaína (Org.). *Mortos e Desaparecidos políticos – reparação ou impunidade*. São Paulo: Ed. USP, 2001.

TOLEDO, Caio Navarro. *O governo Goulart e o Golpe de 64*. São Paulo: brasiliense, 1997.

TRONCA, Ítalo. *Revolução de 30 – A dominação oculta*. São Paulo: 1<sup>a</sup> Ed., Brasiliense, 1982.

TSÉ-TUNG, Mao. *Escritos militares*. Goiânia: Libertaçāo, 1980.

WASSERMAN, Cláudia e GUAZZELLI, César Augusto Barcellos (Org.). *Ditaduras militares na América Latina*. Porto Alegre: Ed. UFGRS, 2004.

## ANEXOS



Rio Araguaia, com vista para a Serra das Andorinhas  
Foto: Jean – MS Acervo pessoal de Deusa Maria de Sousa



Xambioá (Tocantins), com vista para São Geraldo (Pará)  
Foto: Jean – MS Acervo Pessoal de Deusa Maria de Sousa



Atividade diária da população ribeirinha de Xambioá  
Foto: Jean – MS /Acervo pessoal de Deusa Maria de Sousa



Atual habitação, utilizada durante a guerrilha como “Delegacia”  
Foto: Jean – MS / Acervo Pessoal de Deusa Maria de Sousa



Moradora da região do Araguaia, conhecida de Paulo M. Rodrigues  
Foto: Jean – MS / Acervo pessoal de Deusa Maria de Sousa



Moradora homenageada pelos pais com o nome de uma guerrilheira morta.  
Foto: Jean – MS/ Acervo Pessoal de Deusa Maria de Sousa

**FOTOS CILON CUNHA BRUM**



Terceiro da direita para a esquerda, entre amigos, em São Sepé, em 1966

Foto: Acervo pessoal de Lino Brum Filho



Primeiro da esquerda para a direita, na Galeria Chaves, em Porto Alegre, 1968

Foto: Acervo pessoal de Lino Brum Filho



Segundo da esquerda para a direita, Cilon, entre amigos em Porto Alegre  
Foto: Acervo pessoal de Lino Brum Filho



Com os pais, em São Sepé, em sua penúltima visita à família  
Foto: Acervo pessoal de Lino Brum Filho



Com a mãe e a tia, em São Sepé, em sua penúltima visita à família,  
dezembro de 1970

Foto: Acervo pessoal de Lino Brum Filho



Primeiro à esquerda, em comemoração à  
aprovação do irmão, Lino Brum,  
no vestibular da PUCRS

Foto: Acervo pessoal de Lino Brum Filho



Segundo, à esquerda, em baile de coroação da rainha dos metalúrgicos, em Porto Alegre,  
em 1964/65

Foto: Acervo pessoal de Lino Brum Filho

## FOTOS DE JOSÉ HUBERTO BRONCA



Fonte: acervo pessoal de Maria Helena

Na infância, com os aeromodelos que construía.



Fonte: acervo pessoal de Maria Helena Bronca

Com a família nos anos 40, à frente do pai.



Em férias com a família. Segundo à direita 1950.

Fonte: acervo pessoal de Maria Helena Bronca



Nos passeios de bicicleta com amigos em Porto Alegre. Segundo à esquerda.

Fonte: acervo pessoal de Maria Helena Bronca



Guarnição campeã de remo. Clube de Regatas “Vasco da Gama” 1952, 2º à direita.

Fonte: acervo pessoal de Maria Helena Bronca



Desfile de 05 de Setembro de 1953.

Fonte: acervo pessoal de Maria Helena Bronca



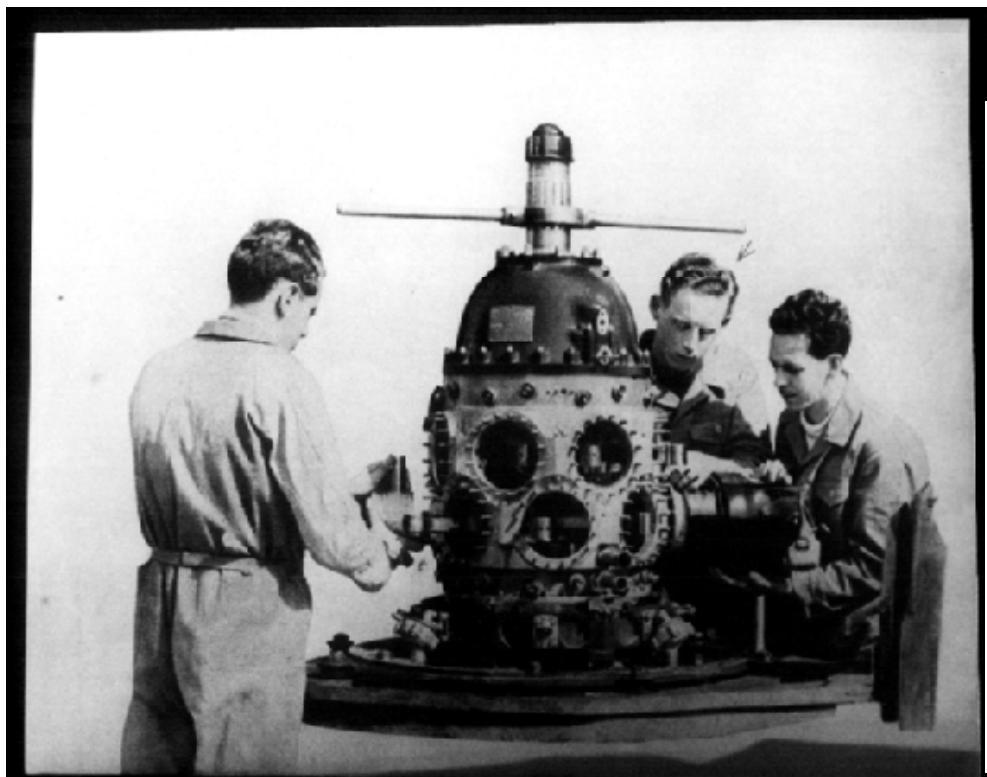
Foto: acervo pessoal de Maria Helena Bronca

Formatura do Curso Industrial da Escola Técnica Parobé. Dezembro de 1951.



Foto: acervo pessoal de Maria Helena Bronca

Formatura do curso da Varig (1<sup>a</sup> turma do curso). Fevereiro de 1954.



Na manutenção de um motor de avião na Escola Varig de Aeronáutica em 1954.

Foto: acervo pessoal de Maria Helena Bronca



Última foto da família 1961.

Foto: acervo pessoal de Maria Helena Bronca

## FOTOS DE PAULO MENDES RODRIGUES



Foto: Universidade de Cruz Alta

Aos 19 anos de idade na Escola Normal “ANNES DIAS”. 1931.



Fonte: Não Identificável

O “enigmático” rosto do economista Paulo Mendes Rodrigues.